



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 173 - TERÇA-FEIRA, 25 DE OUTUBRO DE 2005 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC 2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT 1º Secretário Efraim Morais – PFL – PB 2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA	3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF 4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO Suplentes de Secretário 1º Serys Slhessarenko – PT – MT 2º Papaléo Paes – PSDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 21 LÍDER Ney Suassuna Vice-Líderes Garibaldi Alves Filho (Vago) Gilberto Mestrinho (Vago) Amir Lando (Vago) LÍDER DO PMDB – 21 Ney Suassuna VICE-LÍDERES DO PMDB (Vago) (Vago) Luiz Otávio Gerson Camata (Vago) Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias VICE-LÍDER DO PDT (Vago) BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) – 18 LÍDER Delcídio Amaral – PT	 VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Fátima Cleide LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 3 Antonio Carlos Valadares VICE-LÍDER DO PSB (Vago) LÍDER DO P-SOL – 2 Heloísa Helena VICE-LÍDER DO P-SOL Geraldo Mesquita Júnior LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 30 LÍDER José Jorge – PFL	 VICE-LÍDERES Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azaredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 15 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (Vago) LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan (Vago) Flexa Ribeiro LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho – PMDB (Vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – PSB
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 186^a SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 24 DE OUTUBRO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 240, de 2005 (nº 666/2005, na origem), submetendo à consideração do Senado o nome do Senhor Luiz Fernando Schuartz para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.....

35932

Nº 241, de 2005 (nº 667/2005, na origem), submetendo à consideração do Senado o nome do Senhor Abraham Benzaquen Sicsú para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.....

35939

1.2.2 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 60, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Renan Calheiros, que altera a redação dos arts. 34, 35, 144, 160 e 167 da Constituição Federal e insere artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a obrigatoriedade de aplicação de recursos na área de segurança pública.

35985

1.2.3 – Ofícios

Nº 400/2005, de 21 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Desenvolvimento Regional.....

36000

Nº 401/2005, de 21 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de indicação de membro em vaga existente na suplência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

36000

Nº 111/2005, de 24 do corrente, da Liderança do Bloco Parlamentar da Minoria no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos.

36000

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Considerações sobre problemas de infra-estrutura no Brasil, principalmente no Estado do Mato Grosso.

36000

SENADOR PAULO PAIM – Análise do resultado do referendo sobre a comercialização de arma de fogo e munição.

36004

SENADOR JOSÉ JORGE – Reflexões sobre o resultado do referendo realizado ontem no País. Comentário sobre pesquisa **Datafolha** que mostra a tendência de queda na aprovação do Presidente Lula. Saúda o Partido dos Trabalhadores pela expulsão do ex-tesoureiro Delúbio Soares.....

36006

1.2.5 – Questão de Ordem

Suscitada pelo Senador João Capiberibe e respondida pelo Sr. Presidente em exercício, Senador Tião Viana, sobre a interpretação de artigos do Regimento Interno e da Constituição Federal, no que se refere à perda do mandato de S. Ex^a....

36011

1.2.6 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR MARCO MACIEL – Cumprimentos ao povo brasileiro pela maturidade política demonstrada através da votação no referendo realizado ontem. Reflexões sobre o resultado do referendo.

36011

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Explicações à Casa sobre denúncias veiculadas pelo **Jornal do Brasil**, atribuindo a S. Ex^a a acusação de que se apropriava mensalmente de 40% da remuneração dos servidores de seu gabinete..

36015

1.2.7 – Leitura de requerimentos

Nº 1.174, de 2005, de autoria do Senador Efraim Moraes e outros Srs. Senadores, solicitando a prorrogação do prazo da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, destinada a investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado, até o dia 25 de abril de 2006, bem assim o valor de R\$250.000,00 (duzentos e cinqüenta mil reais), para o funcionamento da CPI.....

36018

Nº 1.175, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à ginasta Daiane dos Santos, pela conquista da Copa do Mundo de Ginástica Artística, categoria solo, no dia 22 do corrente, em Stuttgart, na Alemanha.....

36020

Nº 1.176, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à ginasta Laís Souza, pela conquista da Medalha de Ouro, categoria Salto sobre Cavalo, na Copa do Mundo de Ginástica Artística, categoria solo, no dia 22 do corrente, em Stuttgart, na Alemanha.....	36020	alizado ontem em todo o País. Questionamentos sobre o caso da morte do Prefeito Celso Daniel, em Santo André.....	36035
Nº 1.177, de 2005, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de sessão especial pela passagem do centenário de nascimento de Afonso Arinos de Melo Franco, a transcorrer no dia 27 de novembro próximo.	36020	SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Inserção, nos Anais do Senado, das matérias “Impedidos de votar pela estiagem”, publicada no jornal Correio Braziliense , e “Seca prejudica referendo”, publicada no Jornal do Brasil	36039
1.2.8 – Discursos do Expediente (continuação)		SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO – Crítica à morosidade no andamento das indenizações nos processos de anistia, em curso no Ministério da Justiça.	36042
SENADOR TIÃO VIANA – Gravidade das acusações que pesam contra o Senador Geraldo Mesquita Júnior, que reincide no ataque à honra do Governador do Acre e a diversos políticos daquele Estado.	36021	SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI – Manifestação sobre o resultado do referendo da comercialização de armas de fogo e munição, realizado na data de ontem.	36043
SENADOR SIBÁ MACHADO, como Líder – Considerações sobre a postura adotada pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior.	36022	1.2.11 – Comunicação da Presidência	
SENADOR RODOLPHO TOURINHO – Precariedade financeira das prefeituras municipais brasileiras. Comentários sobre matéria do jornal A Tarde , da Bahia, intitulada ‘Prefeitura ameaça não pagar o 13º salário’.	36023	Lembrando às Senhoras e aos Senhores Senadores que o Senado Federal está convocado para uma sessão especial a realizar-se amanhã, às 11:00 horas, destinada a homenagear Sua Santidade o Papa João Paulo II, de acordo com os Requerimentos nºs 225, 226 e 233, de 2005, dos Senadores Pedro Simon, Paulo Paim, Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores. Lembra, ainda, que, de acordo com o art. 200 do Regimento Interno e conforme comunicação feita na sessão de 3 de agosto último, só usarão da palavra os Srs. Líderes ou quem Suas Excelências indicarem.....	36044
SENADOR VALDIR RAUPP – Relatos da viagem realizada aos Estados Unidos da América, presidindo a CPMI da Emigração Ilegal.	36025	1.2.12 – Discursos encaminhados à publicação	
SENADOR EFRAIM MORAIS – Comentários sobre o resultado do referendo popular contra a venda de armas de fogo e munição.	36027	SENADOR ALVARO DIAS – Comentário sobre o Índice de Percepções de corrupção 2005 – o grau de corrupção atribuído às relações entre o Estado e a sociedade no Brasil, divulgado pela Transparência Internacional. Registro de matéria intitulada “Justiça quebra sigilo de Zeca do PT e irmãos”, publicada no jornal Folha de S.Paulo , edição de 18 de outubro do corrente.	36044
SENADOR NEY SUASSUNA – Ponderações sobre o atraso na regulamentação da Lei de Biossegurança, promulgada em março deste ano.	36029	SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Comentário sobre o artigo intitulado “Operação abafa”, publicado no jornal O Estado de S.Paulo , edição de 5 de outubro do corrente.	36046
SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Reflexões sobre o resultado do referendo sobre a comercialização de armas de fogo e munição e a coincidência na avaliação sobre o Governo Lula feita pelo Datafolha	36031	SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Registro de artigo intitulado ‘Bingo!’, publicado na seção Notas & Informações do jornal O Estado de S.Paulo , edição de 7 de outubro do corrente.	36047
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Comentários sobre o resultado do referendo da comercialização de armas de fogo e munição. Justificação à requerimento de homenagem à população da cidade de Manaus, que comemora hoje seu 336º aniversário de criação.	36033	SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro de matéria intitulada ‘Ex-presidente da Casa da Moeda admite caixa 2’, publicada no jornal O Estado de S.Paulo , edição de 5 de outubro do corrente. ..	36048
1.2.9 – Leitura de requerimento		SENADOR REGINALDO DUARTE – Comentário sobre o artigo intitulado ‘Mandrake no abafa’, publicado no jornal O Estado de S.Paulo , edição de 6 de outubro do corrente.	36049
Nº 1.178, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à população de Manaus, pelo transcurso do 336º aniversário de criação da cidade.	36035	SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro de matéria intitulada ‘Testemunha explosiva’, publicada	
1.2.10 – Discursos do Expediente (continuação)			
SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Manifestação sobre o resultado do referendo da comercialização de armas de fogo e munição, re-			

pela Revista IstoÉ , edição de 28 de setembro do corrente.	36050
1.2.13 – Comunicação da Presidência	
Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, terça-feira, dia 25, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.	36054
1.3 – ENCERRAMENTO	
2 – ATO DO PRESIDENTE	
Nº 83, de 2005.	36058
3 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL	
Nº 153, de 2005.	36064
4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL	
Nºs 3.807 a 3.815, de 2005.	36064
<u>SENADO FEDERAL</u>	
5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	
– 52ª LEGISLATURA	
6 – SECRETARIA DE COMISSÕES	
7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	

8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ	
<u>CONGRESSO NACIONAL</u>	
13 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL	
14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
15 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)	
16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)	
17 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO	

Ata da 186^a Sessão Não Deliberativa, em 24 de outubro de 2005

3^a Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura

Presidência do Sr. Tião Viana, da Sr^a Serys Shhessarenko, e dos Srs. Valdir Raupp, Sérgio Zambiasi e Arthur Virgílio

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, mensagens que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGEM Nº 240, DE 2005 (Nº 666/2005, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o disposto no art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado com o art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor Luis Fernando Schuartz para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

Brasília, 7 de outubro de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

CURRICULUM VITAE RESUMIDO

LUIS FERNANDO SCHUARTZ

1) DADOS PESSOAIS

Nascimento: 22/07/1966 (São Paulo)

RG: 5.850.719

CPF: 118.937.938-42

Filiação: Carlos Schuartz e Anna Kaufman Schuartz

2) ATUAIS OCUPAÇÕES PROFISSIONAIS

- Professor Titular da Fundação Getúlio Vargas (Escola de Direito – RJ)
- Responsável pela Área de Direito Econômico de Barbosa, Müssnich e Aragão Advogados

3) ESTUDOS

I – Graduação

- Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC (1988)
- Bacharelado em Matemática Pura pelo Instituto de Matemática e Estatística da Universidade de São Paulo (9º semestre)

II – Especialização / Pesquisa / Pós-graduação

- Totalidade dos Créditos para Doutorado em Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade Complutense de Madrid (1989-1991)
- Pesquisador visitante no Departamento de Direito Público da Universidade de Firenze, sob orientação do Prof. Umberto Allegretti (1991)
- L.L.M. na Faculdade de Direito da Johann Wolfgang Goethe-Universität, Frankfurt am Main (1992).



- Visitante no Departamento de Filosofia do Northwestern University, com participação em curso e seminário oferecido pelo Prof. Jürgen Habermas (1999)
- Doutor pela Faculdade de Direito da Johann Wolfgang Goethe-Universität, Frankfurt am Main (1999)
- Pesquisador Visitante no Departamento de Filosofia da Universidade de Pittsburgh, sob orientação de Robert Brandom (2002)

4) OUTRAS FUNÇÕES ACADÊMICAS / AULAS MINISTRADAS

- Assistente na Cadeira de Introdução ao Estudo do Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (de 1993 a 1995)
- Assistente no Curso de Pós-graduação em Direito da Concorrência na Faculdade de Direito da PUC-SP (1994)
- Professor no Curso de Pós-graduação em Direito Econômico da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie (1999)
- Professor no II Curso de Defesa da Concorrência realizado no CADE (1999)
- Professor em Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da PUC-SP, na disciplina Filosofia do Direito (2002), ministrada em conjunto com o Professor Willis Santiago
- Professor Convidado no Curso de Teoria do Direito do GvLaw (desde 1º semestre de 2004) – Coordenador: Prof. Marcelo Neves. Tema das Aulas: Direito e Economia.
- Professor Convidado no Curso em Direito Econômico do GvLaw (2º semestre de 2004) – Coordenadores: Profs. Paulo Todescan Mattos e Diogo Coutinho. Tema das Aulas: Teoria dos Jogos e Direito da Concorrência.
- Professor da disciplina Análise Sócio-Econômica das Sentenças, no âmbito do Mestrado Profissional para Juízes realizado pela FGV Direito Rio com o apoio da Escola Nacional de Magistratura, da Associação dos Magistrados Brasileiros e do Ministério da Justiça.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "J. S. Santiago".

- Aula ministrada sobre “Arcabouço do Direito da Concorrência no Brasil”, no âmbito do curso “Regulação do Setor Elétrico”, realizado na FGV Rio sob a coordenação da Profa. Elena Landau (13/5/2005)
- Coordenador do Curso de Direito Econômico Regulatório da pós-graduação em direito da FGV Direito Rio
- Coordenador do Núcleo de Direito e Economia da FGV Direito Rio

5) PUBLICAÇÕES

5.1) – Livros

- (1) Die Hoffnung auf radikale Demokratie. Fragen an die Theorie des kommunikativen Handelns, Peter Lang, 2002
- (2) Norma, Contingência e Racionalidade. Estudos Preparatórios para uma Teoria da Decisão Jurídica, com previsão de publicação para Agosto de 2005 pela Editora Renovar

5.2) – Artigos em Livros

- (1) Mercados de Novas Tecnologias. Crise Anunciada do Direito da Concorrência? in: *Direito e Internet. Relações Jurídicas na Sociedade Informatizada*, Marco Aurélio Greco e Ives Gandra da Silva Martins (org.), Revista dos Tribunais, 2001, 95-135
- (2) Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico e Atuação do Estado no Domínio Econômico, in: *Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico e figuras afins*, Marco Aurélio Greco (coordenador), Dialética, 2001, pgs. 35-60
- (3) O Direito da Concorrência e seus Fundamentos, in: *Ensaios sobre Economia e Direito da Concorrência*, Mário Luiz Possas (coordenador), Singular, 2002, pgs. 33-74
- (4) Acordos entre Concorrentes e Ilícito Antitruste, in: *obra citada*, pgs. 97-134.



(5) Significado e Implicações do “Paradigma do Bem-Estar Social” no Âmbito da Regulação Econômica e da Defesa da Concorrência (com Paulo C. Aragão), in: *Desenvolvimento em Debate*, 3 vols., Ana Célia Castro (org.), BNDES, 2003, *Painéis do Desenvolvimento Brasileiro-I*, pgs. 305-328.

5.3) – *Artigos em Revistas Especializadas*

(a) **Direito Econômico**

(1) Import of Software: Available Mechanisms and Applicable Taxes (com Juliana L.B. Viegas), in: *Latin American and Business Report*, World Trade Executive, Inc., Volume 1, Number 4, March 1993, pp. 7-11.

(2) Contribuição à redação da parte relativa à Ordem Econômica no volume “Estudos para a Revisão Constitucional de 1993”, organizado pelo Instituto dos Advogados de São Paulo (parte relativa à Ordem Econômica)

(3) Poder Econômico e Abuso do Poder Econômico na Lei de Defesa da Concorrência Brasileira, in: *Revista dos Tribunais*, Ano I, Nº 4, *Cadernos de Direito Tributário e Finanças Públicas*, Julho/Setembro 1993, pp. 280-294, Editora Revista dos Tribunais.

(4) Banco Central: Questões Jurídico-Políticas na Constituição de 1988, in: *Revista de Direito Mercantil*, N.93, Janeiro/Março de 1994, pp. 36-48

(5) Mercado Relevante e Defesa da Concorrência (com José Del Chiaro), in: *Revista de Direito Econômico*, 21, Outubro/Dezembro de 1995, pp. 65-73

(6) Abuso do Poder Econômico e (I)legitimidade, in: *Revista de Direito Mercantil*, N.95, Julho/Setembro de 1994, pp. 57-63

(7) As Medidas Preventivas no art. 52 da Lei 8.884/94, in: *Revista do IBRAC*, Volume 3, N. 5, Maio de 1996, pp. 114-123

(8) Fundamentos do Direito de Defesa da Concorrência, in: *Revista de Direito Econômico*, 22, Janeiro/Março de 1996, pp. 89-94

(9) Dogmática Jurídica e Lei 8.884/94, in: *Revista de Direito Mercantil*, 107, Julho/Setembro de 1997, pp. 70-98



(10) Habilitação em licitações públicas e Direito da Concorrência (com Mario Possas), in: Estudos Econômicos da Construção, 3, Número 1 (5), 1998, 1-34

(11) As Razões do Direito da Concorrência, in: Revista de Direito Mercantil, 118, Abril/Junho de 2000, pg. 77-87

(12) O Direito da Concorrência e seus Fundamentos. Racionalidade e Legitimidade na Aplicação da Lei 8884/94, in: Revista de Direito Mercantil, 117, Janeiro/Março de 2000, pg. 57-86

(13) Monopolization, Attempt to Monopolize e a Interpretação do Inciso II, do Artigo 20, da Lei 8.884/94, in: Revista de Direito Mercantil, 119, Julho/Setembro de 2000, pgs. 128-136.

(14) Acordos entre Concorrentes e Ilícito Antitruste, in: Revista de Direito Mercantil, 124, Outubro/Dezembro de 2001, pgs. 47-71.

(15) Merger Control in Brazil, in: Competition and Antitrust 2002, International Financial Law Review, 105-107

(16) Abuso do Direito de Defesa e Reforma Processual, in: Revista da EMERJ, Vol. 8, nº 29, 2005, 205-219

(b) Teoria/Filosofia/Sociologia do Direito

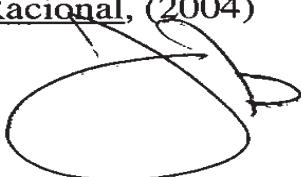
(1) Observações sobre a “Forma Sistema/Ambiente” em Luhmann, in: Revista Brasileira de Filosofia, 204, Out./Nov./Dez./2001

(2) Kelsen e a Concepção da Norma como “Esquema de Interpretação”, in: Direito, Estado e Sociedade, 20, Jan-Jul 2002, Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

5.4) – Working Papers

(1) Articulações entre os Conceitos de Sentido, Complexidade e Estrutura na Teoria dos Sistemas de Niklas Luhmann, (2003)

(2) O Paradigma Canônico em Teoria da Decisão Racional, (2004)



(3) As Regras do Jogo, (2004)

(4) Fundamentos da Análise Econômica do Direito – Parte I: A Escolha Individual, (2005) [adaptação e complementação de (2), tendo em vista um artigo em duas partes]

6) SEMINÁRIOS / PALESTRAS

(1) Participação como palestrante em evento promovido pela OAB/SP acerca da aplicação do direito da concorrência ao setor bancário, realizada em São Paulo, em 2004

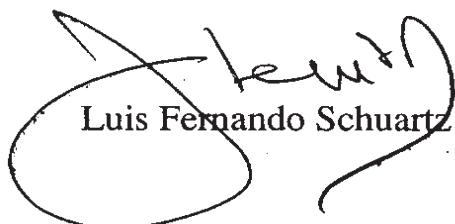
(2) Participação como debatedor na palestra proferida pelo Professor Gunther Teubner em 9.3.2005, na Fundação Getúlio Vargas, SP

(3) Participação como coordenador e debatedor no Seminário sobre Nova Lei de Falências e Recuperação de Empresas, realizado na EMERJ – Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, em 11.3.2005 e 8.4.2005

(4) Participação como debatedor na palestra proferida pelo Professor Christian Joerges, realizada na Faculdade de Direito da PUC-Rio, em 20.04.2005

(5) Participação como debatedor no seminário promovido por SDE / IPEA / ANPEC, sobre “Estudo em Métodos Quantitativos Aplicados à Defesa da Concorrência e à Regulação Econômica”, realizado em Brasília, em 28.4.2005

Rio de Janeiro, 26 de julho de 2005



Luis Fernando Schuartz

Aviso nº 1.061 – C. Civil

Brasília, 7 de outubro de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Moraes
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,
Encaminho a essa Secretaria Mensagem na
qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da Repúbli-
ca submete à consideração dessa Casa o nome do
Senhor Luis Fernando Schuartz para exercer o cargo
de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa
Econômica – CADE.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Es-
tado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

MENSAGEM Nº 241, DE 2005

(Nº 667/2005, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,
De conformidade com o disposto no art. 52, inciso
III, alínea f, da Constituição, combinado com o art. 4º
da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, submeto à
consideração de Vossas Excelências o nome do Se-
nhor Abraham Benzaquen Sicsú para exercer o cargo
de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa
Econômica – CADE.

Brasília, 7 de outubro de 2005. – **Luiz Inácio
Lula da Silva**.

CURRICULUM VITAE**ABRAHAM BENZAQUEN SICSÚ****Recife, outubro de 2005****Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú****1. IDENTIFICAÇÃO****1.1 - Dados Pessoais****Nome: ABRAHAM BENZAQUEN SICSÚ**

Nascimento: 02 de agosto de 1952 Local: Tanger - Marrocos

Filiação: Isaac Benzaquen
Alejandrina Sicsú K. Benzaquen

Nacionalidade: Brasileira

Estado Civil: Casado

Filhos: Júlia Figueredo Benzaquen
Guilherme Figueredo Benzaquen

Identidade: 5.399.767 SSP-SP Emissão: 29/12/1977

CPF: 845.944.708-15

C. Profissional: 093091-444

CREA: 50878-D

C/C 8563-4 Banco do Brasil (Ag. de Casa Amarela) N. 2802-9

PASEP: 107.103.635-64

ISS :

CIM: 267.814-4

Banco: Banco do Brasil

Agência: 2802-9 Casa Amarela

C/C8563-4

Endereço Residencial: Rua Luís Barbalho, 120 - apto. 902 - Derby,
Recife-PE 50070-120

Fone: (081) 3221-1951

E-mail: asicsu@globo.com

Instituição de Origem: Fundação Joaquim Nabuco

Função: Pesquisador Titular

Endereço Comercial: Fundação Joaquim Nabuco

Rua Dois Irmãos, 92 - Apipucos

CEP 52071-440 Recife - PE

Fone: (081) 3441-5900 R. 287

Fax: (081) 3441-4201

E-mail: sicsu@fundaj.gov.br

Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

2. ESCOLARIDADE

Graduação

Engenharia de Produção

Escola Politécnica da Universidade de São Paulo - 1976

Monografia: "Diagnóstico, Problemas e Controle de Produção", orientado pelo professor Melvin Cymbalista.

Mestrado

Economia

Universidade Federal de Pernambuco. Recife-PE, 1980.

Dissertação: "Um Estudo da Viabilidade da Utilização da Cana-de-Açúcar e da Mandioca como Insumos Complementares para a obtenção de Álcool no Estado de Pernambuco", orientado pelo professor Ph.D. Adriano Batista Dias.

Doutorado

Economia

Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP, 1985.

Tese: "O Setor Energético no Contexto do Desenvolvimento Brasileiro". Orientado pelo professor Dr. Luís Gonzaga de Mello Belluzzo.

2.1- Cursos Complementares

- Curso Básico e Intermediário de Inglês na União Cultural Brasil-Estados Unidos, de 1966 a 1970.
- Curso de controle Estatístico e Metrologia de qualidade I.B.A.Q., 1977.
- Seminário de Fundamentação Econômica. Associação de Engenheiros Agronômicos do Estado de São Paulo. São Paulo, 1978.
- Seminário de História Econômica do Nordeste. Núcleo de História Econômica e Social/Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1979.
- Seminário sobre Economia e Sociedade no Brasil Atual. Conselho Regional de Economia, 3a. Região e 0. 1982.
- Curso de Formação de Examinadores na Metodologia do PNQ (Curso 2), realizado em São Paulo, em 04 de maio de 2001, com carga horária de 8 horas. Curso realizado pelo Projeto Excelência na Pesquisa Tecnológica ABIPTI-CNPq.

Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

3 - ATIVIDADES ATUAIS

3.1 - Professor Adjunto, nível IV, do Departamento de Engenharia de Produção e Curso de Doutoramento em Economia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.

3.2 – Pesquisador Titular da Fundação Joaquim Nabuco desde Junho/1980

4. ATIVIDADES ACADÊMICAS

4.1 - Didáticas

Universidade Federal de Pernambuco/Departamento de Economia:

- Professor Colaborador. 1979-1981
- Professor Assistente. 1981-1985
- Professor Adjunto, nível IV, a partir de setembro de 1985, ministrando cursos de: Elementos de Economia Matemática I, Elementos de Economia Matemática II, História Econômica Geral, Formação Econômica do Brasil, Economia Industrial, Organização Industrial, Economia Brasileira e Matemática Financeira.
- Professor do Curso de Doutoramento em Economia da Universidade Federal de Pernambuco, a partir de março de 1986 tendo ministrado as disciplinas Organização Industrial, Economia de Energia, Economia Industrial e Tópicos Especiais de Teoria Econômica.

Universidade Federal da Paraíba - Campus II (Campina Grande)

- Professor Conferencista na disciplina Estudos de Problemas Brasileiros. (1989).

Universidade Federal do Pará

- Professor Conferencista do I Curso Internacional de Política Científica e Tecnológica na Amazônia, coordenando os Seminários de Planejamento Regional em C&T. (1989).

Centrais Hidroelétricas do São Francisco - CHESF

- Professor do Programa de Desenvolvimento Gerencial da CHESF, responsável pela disciplina A Organização no Ambiente Sócio-Econômico. (1987).

Centrais Elétricas do Pará - CELPA

Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

- Professor do Programa de Desenvolvimento Gerencial da CELPA, responsável pela disciplina A Organização no Ambiente Sócio-Econômico. (1989).

4.2 - Orientações

- Bolsas de Iniciação Científica - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/Agência Regional Nordeste, de março de 1981 a março de 1982. Orientador dos trabalhos de pesquisa dos alunos de graduação em Economia, Roberto Batista Viana Júnior e Flávio, Burle Menezes, na área de Economia Mineral.
- Bolsas de Aperfeiçoamento - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal - CAPES, a partir de junho de 1988 até maio de 1989. Orientador dos trabalhos de pesquisa das economistas Adriana Gomes de Freitas e Cláudia Calábria.
- Orientador das tese de Mestrado de Werter de Macedo, intitulada “Organização industrial e perfis tecnológicos de principais ramos do complexo metal-mecânico em Pernambuco” defendida em 1990, no Curso de Economia da Universidade Federal de Pernambuco.
- Orientador da tese de Mestrado do Reynaldo Rubem Ferreira Júnior, intitulada “O padrão de concorrência da indústria de cerâmica vermelha de Pernambuco: um estudo de organização industrial”, defendida em 1990, no Curso de Economia da Universidade Federal de Pernambuco
- Orientador dos trabalhos de formatura dos alunos de Economia, Ana Maria Pinheiro e Renata Andrade Lima no 1o. semestre de 1989.
- Orientador da tese de Mestrado de Ana Paula Sobreira, a partir de julho de 1991, defendida na UFPE.
- Orientador do bolsista de iniciação da CAPES no Programa PET, Paulo Frederico Bastos Soares, a partir de janeiro de 1993 até 1995.
- Orientador da tese de Mestrado de Fernando Vieira, defendida em março de 1993, no PIMES/UFPE.
- Orientador da Tese de Mestrado de Paulo Fernando de Moura Bezerra Cavalcanti Filho, “Análise de Diversidades Tecnológicas na Indústria de Química Fina Brasileira - Evolução Recente e Perspectivas Futuras” - PIMES/UFPE - 1995.
- Orientador da monografia de graduação de Paulo Frederico Bastos Soares, “Acompanhamento e Avaliação dos Impactos da C&T na Economia de Pernambuco - 1988-1993” - 1995. Este trabalho ganhou o 3o. lugar do II Prêmio Pernambuco de Economia Dirceu Pessoa.

Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

- Orientador da Tese de Mestrado de Milena A. Pinheiro do Prado, "A Indústria Incentivada do Nordeste no Período 1978-1988: Um Estudo Comparativo de suas Características Estruturais.
- Orientador da tese de mestrado de Adelina Patrícia Des. Bernhoeft, "O novo paradigma da microeletrônica e a tendência recente de desemprego no Brasil". UFPE/PIMES. Maio/98.
- Orientador da tese de mestrado de João Alexandre de Lira Cavalcanti, "Reestruturação Industrial no Setor Eletro-Metal-Mecânico em Pernambuco: sob a Perspectiva do Paradigma da Produção Flexível", UFPE/PIMES, 16 de dezembro de 1998.
- Orientador de Cristiane de Souza Flor, sob o título *Sistemática de incentivos da Sudene: do 34/18 ao FINOR/Debêntures – uma visão crítica*, do Curso de Mestrado Profissionalizante em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste UFPE/SUDENE/PNUD.
- Orientador da dissertação de Mestrado Acadêmico de Alexandre de Lira Marinho, intitulada *Proposta de um Sistema Híbrido de PCP constituído das técnicas de MRP II e JIT*, na Coordenação de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 09 de agosto de 2001.
- Orientador da dissertação de Mestrado Acadêmico de Joyce Lene Gomes, intitulada *Incubadoras de Empresas: uma experiência em Pernambuco*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, declarado em 14 de novembro de 2002.
- Orientador do Trabalho de Conclusão de Mestrado Profissionalizante de Francisco Antônio Neto, intitulado *Políticas Públicas de Meio Ambiente e Reforma Agrária (Um estudo de caso em Belém de Maria – Assentamento Sítio do Meio, seus problemas e novas perspectivas)*, apresentada ao Curso de Mestrado Profissionalizante em Gestão de Políticas Públicas da Fundação Joaquim Nabuco, em 10 de julho de 2003.
- Orientador da dissertação de Carlos Figueira, intitulada "Exclusão Digital, uma avaliação de políticas públicas municipais - O caso da cidade de Bonito, PE", apresentada ao Curso de Mestrado em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE / Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - Sudene / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, em 29 de setembro de 2003.
- Co-orientador da dissertação de Mestrado de Edvaldo Henrique Von Söhsten Calheiros da Silva, intitulada "A comunidade de prática virtual como ferramenta da gestão do conhecimento: Uma proposta para o Tribunal de Justiça de Pernambuco, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 26 de março de 2004.

Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

- Orientador da dissertação de Mestrado de José Aluizio Andrade de Oliveira, intitulada “Estudo da Produtividade das Empresas Prestadoras de Serviços de manutenção de Redes de Acesso da TELEMAR na Região Metropolitana do Recife”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 07 de abril de 2004.
- Orientador do trabalho de conclusão do curso de Especialização em Gestão em Negócios de Henrique de Queiroz Chaves, da Turma 2003/2004 do Programa MBA-Executivo do Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal de Pernambuco, intitulado “Porto Digital de Pernambuco: Um Instrumento de Viabilização Competitiva na área de Tecnologia da Informação”, apresentada ao corpo docente do referido Programa MBA-Executivo em 19 de maio de 2004.
- Orientador do Trabalho de Iniciação Científica/PIBIC de Eminêncio Lumumba Gomes, intitulado “Cadeias Produtivas do Nordeste e a Integração no Mercosul”, na Universidade Católica de Pernambuco. Recife, setembro de 2004.
- Orientador do Trabalho de Iniciação Científica/PIBIC de Esmeraldo Mendes das Chagas Neto, intitulado “Exportações e Importações Nordestinas e as Possibilidades de Integração no Mercosul”, na Universidade Católica de Pernambuco. Recife, setembro de 2004.
- Orientador da dissertação de Ecila Fernandes de Assis Lins, intitulada “A Cultura do Abacaxi em São Miguel do Taipu – Estado da Paraíba – Limites e Perspectivas Institucionais”, apresentada ao Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste, da Universidade Federal de Pernambuco / Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Recife, novembro de 2004.
- Orientador da monografia de graduação de Mirella Guimarães, “Aplicação da Gestão do Conhecimento e Balanced Scorecard: Gerenciando Vantagens Competitiva em um Operador Logístico” do curso de Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 11 de fevereiro de 2005.
- Orientador da dissertação de Mestrado Profissionalizante de Sérgio Kelner Silveira, intitulada “Competitividade Sistêmica do Setor Sucroalcooleiro: analisando as perspectivas de Pernambuco”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 01 de julho de 2005.
- Orientador da dissertação de Mestrado Acadêmico de Harley dos Santos Martins, intitulada “Aspectos Inovativos do Turismo em Belém do Pará. É possível Clusterizar?”, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 28 de julho de 2005.

Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

- Orientador da dissertação de Mestrado Acadêmico de Soraya Santana do Santos, intitulada “Territórios Produtivos de Baixa Densidade Econômica: Um Modelo na Busca de Competitividade – O caso de Alagoas”, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 12 de agosto de 2005.

4.3 - Concursos

1. Classificado em 2º. lugar no concurso para Professor Assistente do Departamento de Economia da UFPE, realizado em maio de 1981.
2. Classificado em 1º. lugar no Exame de Títulos para Ascensão Funcional para Professor Adjunto do Departamento de Economia da UFPE, realizado em 1985.

4.4 - Participação em Bancas Examinadoras

1. Membro da Comissão de Avaliação do Projeto de Dissertação de Mestrado de Sérgio de Jesus Barbosa, em 1981.
2. Membro da Banca Examinadora de Tese de Mestrado de Benedito Dias Pereira, apresentada ao Curso de Mestrado em Economia da UFPE, em 1986.
3. Membro da Banca Examinadora de Tese de Mestrado de José Teles da Silva, apresentada ao Curso de Mestrado em Economia da UFPE, em 1986.
4. Membro da Banca Examinadora de Tese de Mestrado de Pedro Vieira, apresentada ao Curso de Mestrado em Economia da UFPE em 1987.
5. Membro da Banca Examinadora da Tese de Mestrado de Paulo César Gonçalves Egler, apresentada ao Curso de Mestrado em Energia da COPPE-UFRJ, em 1987.
6. Membro da Banca Examinadora de Tese do Exame de qualificação para Doutorado de Newton Ferreira da Silva Marques, em 1988.
7. Membro da Banca Examinadora de Tese de Mestrado de Luiz Alberto Almeida Reis, apresentada ao Curso de Mestrado em Energia da COPPE-UFRJ, em 1989.
8. Membro da Banca Examinadora da tese de Mestrado de Moacir Tavares R. Anjos Júnior, apresentada ao Curso de Mestrado em Economia da Universidade de Campinas, em 1990.
9. Membro do Comitê de Seleção de Candidatos a cursos de Pós-Graduação da Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária - IPA, em 1991.

Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

10. Membro da Banca Examinadora da tese “O critério do valor futuro líquido na avaliação de projetos”, de Fernando Antônio Bastos Vieira, defendida em 25 de março de 1993.
11. Presidente da Banca Examinadora para Professor Auxiliar na área de Teoria Econômica do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão. São Luís-MA, 21-23 de março de 1994.
12. Titular na Banca Examinadora da defesa de tese de doutoramento de Nilton Pedro da Silva, intitulada “Contribuição ao Estudo da Modernização Autoritária no Nordeste Brasileiro”, apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, em 12 de agosto de 1994.
13. Presidente da Comissão Examinadora do Concurso para Professor Assistente na Área de Métodos Quantitativos Aplicados à Economia do Departamento de Economia da Universidade Federal de Pernambuco - 1995.
14. Titular na Banca Examinadora da tese de Mestrado de Ana Cláudia Albuquerque Arruda, “O Eixo Químico no Nordeste como Instrumento Potencial de Integração Competitiva da Economia Regional” - CEDEPLAR - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais - 1996.
15. Titular na Banca Examinadora da defesa de tese de Mestrado em Economia de José Lúcio Alves Silveira, “A Conta Corrente do Setor Público: 1970-1989 Evolução e Crise”, apresentada ao Departamento de Economia da UFPE.
16. Titular da Banca Examinadora da monografia de Teresa Lenice Nogueira da Gama Mota, “Sistemas de Inovação Tecnológica de Economias Periféricas”, apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Ceará, em 25/05/98.
17. Titular da Banca Examinadora da defesa de tese de Alexandre Stamford da Silva, “Alterando o trade off entre a utilização das águas para geração de energia elétrica e para irrigação pelo uso de aquecimento solar à luz de modelo de crescimento ótimo., apresentada ao Departamento de Economia da UFPE. Em 06 de novembro de 1998.
18. Titular da Banca Examinadora da monografia de Ana Célia Siebra de Queiroz, “A Experiência do Programa de Gestão Tecnológica para Competitividade/PGTEC – Um Estudo de Caso no Ceará”, apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Ceará, em 17/06/98.
19. Titular da Banca Examinadora de defesa da tese intitulada “Determinantes de Investimentos em capacitação tecnológica nas empresas brasileiras”, da doutoranda Sandra Maria Santos, apresentada à Coordenação do Programa de

Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

Pós-Graduação do Departamento de Economia/UFPE, em 15 de dezembro de 1998.

20. Titular da Banca Examinadora da defesa da dissertação de Mestrado intitulada "Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE: Uma Avaliação Exploratória" do mestrando Cláudio Roberto de Barros Alencar, realizada em 08 de fevereiro de 1999 no Programa de Pós-Graduação em Economia – PIMES PIMES/UFPE.
21. Titular da Banca Examinadora da defesa da dissertação de Mestrado intitulada "A Indústria de Confecções do Ceará: Uma Análise dos Investimentos dos anos 90", da mestranda Márcia Jucá Teixeira, apresentada ao Curso de Mestrado da Universidade Federal do Ceará, em 30/09 e 01/10/1999.
22. Titular da Banca Examinadora de defesa da dissertação de Mestrado de Diva Ester Okasaki Rowe, intitulada "A Influência do Processo de Privatização nos Recursos Humanos: um estudo de caso na TELEMAR-AL", apresentada ao Mestrado em Administração da Universidade Federal de Alagoas, em 26/05/2000.
23. Titular da Banca Examinadora de defesa da dissertação de Mestrado Liliane Caraciolo Ferreira, intitulada "Diversificação e Renovação do Proálcool: uma perspectiva de reestruturação da Zona da Mata de Pernambuco", apresentada ao Mestrado de Administração Rural da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, em 19/09/2000.
24. Titular da Banca Examinadora da defesa da tese de Doutorado de Ricardo Oliveira Lacerda de Melo, intitulada "Mudança de Regime Comercial e Desenvolvimento Regional no Brasil nos Anos 90", apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, em 22/09/2000.
25. Titular da Banca Examinadora da defesa de dissertação de mestrado em Engenharia de Produção, de Lautemir Xavier Cavalcanti Canel, intitulada "Incremento da competitividade da indústria de manufatura no Nordeste: ênfase no setor de serviços especializados como uma alternativa", apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 25/10/2000.
26. Titular da Banca Examinadora da defesa de dissertação de mestrado de Paulo José Moraes do Carmo intitulada "Mortalidade das pequenas e médias empresas na construção civil em Pernambuco", apresentada ao Curso de Mestrado em Administração da Universidade Federal de Pernambuco, em 31/10/2000.
27. Titular da Comissão Examinadora da defesa de dissertação de mestrado de Eduardo Henrique Diniz Fittipaldi, intitulada "Comercialização de energia elétrica em um mercado competitivo: experiência internacional aplicada ao caso brasileiro", apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 26/12/2000.

Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

28. Titular da Comissão Examinadora na defesa de dissertação de mestrado de Eduardo Azevedo Rodrigues, intitulada "Abordagem computacional modular para avaliação técnico-econômica de sistemas de co-geração de energia", apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 27 de dezembro de 2000.
29. Titular da Comissão Examinadora na defesa de dissertação de mestrado de Luciano Menezes Bezerra Sampaio, intitulada "Eficiência das usinas hidrelétricas brasileiras: uma abordagem utilizando o método D.E.A.", apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 13 de fevereiro de 2001.
30. Titular da Comissão Examinadora na defesa de Dissertação de Mestrado Acadêmico de Vladimy José Ribas Correia, intitulada "Modelo para Integração dos Sistemas de Gestão da Qualidade (ISSO 9001), Meio Ambiente (ISSO 14001) e Saúde e Segurança (OHSAS 18001), utilizando o QFD como Ferramenta", em 25 de junho de 2001, no Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção do Centro de Tecnologia e Geociências da Universidade Federal de Pernambuco
31. Titular da Comissão Examinadora na defesa de dissertação de Mestrado Acadêmico de Alexandre de Lira Marinho, intitulada "Proposta de um Sistema Híbrido de PCP constituído das técnicas de MRP II e JIT", na Coordenação de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 09 de agosto de 2001.
32. Titular da Comissão Examinadora na defesa de dissertação de mestrado de Wendell de Oliveira Cansanção, intitulada *Proposta de um modelo integrado de gestão dos sistemas ISO 9000 e ISO 14000*, apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 06 de setembro de 2001.
33. Titular da Comissão Examinadora na defesa de dissertação de Mestrado Acadêmico de Daniella Pereira de Lima, intitulada *Uma análise dos sistemas integrados de gestão em empresas brasileiras dos setores químico, eletró-eletrônicos e metal-mecânico*, apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco em 21 de setembro de 2001.
34. Titular da Banca Examinadora na defesa de dissertação de mestrado de Ana Paula Sobreira Bezerra, intitulada *A indústria Têxtil do Estado de Pernambuco: indicadores de competitividade e emprego no período de 1990 a 1999*, apresentada ao Curso de Mestrado em Economia do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba, em 26 de dezembro de 2001.

Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

35. 3º Examinador da Banca Examinadora na defesa de dissertação de Edna de Almeida Sampaio, apresentada à Coordenação de Mestrado em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco em 07 de dezembro de 2001.
36. Titular da Comissão Examinadora na defesa de dissertação de mestrado de Cristiane Conceição Maia Fragoso, intitulada *Perfil produtivo das empresas recicadoras do plástico pós-consumo da Região Metropolitana do Recife*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 28 de janeiro de 2002.
37. Titular da Comissão Examinadora do trabalho de conclusão de Mestrado Profissionalizante em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste UFPE/SUDENE/PNUD, de Cristiane de Souza Flor, intitulada *Sistemática de incentivos da Sudene: do 34/18 ao FINOR/Debêntures – uma visão crítica*. Recife, 30 de janeiro de 2002.
38. Titular da Comissão Examinadora na defesa de dissertação de Mestrado Acadêmico de Germana Lucena de Araújo, intitulada *O desenvolvimento do empreendedorismo e criação de incubadoras de empresas nas instituições de ensino superior*, apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 1º de março de 2002.
39. Presidente da Comissão Examinadora do Concurso Público para Professor Adjunto – Referência 1 do Departamento de Engenharia de Produção do Centro de Tecnologia e Geociências da Universidade Federal de Pernambuco, nos dias 04 e 05 de março de 2002.
40. Examinador Externo na Banca Examinadora de qualificação do projeto de Dissertação em Ciência Política de Milza Costa Barreto, intitulado *A inserção do Vale do São Francisco no Mercado Internacional*, em 08 de abril de 2002 no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.
41. Titular da Comissão Examinadora na defesa de Dissertação de Mestrado Profissionalizante de Ana Regina Bezerra Ribeiro, intitulada *Estudo sobre o impacto das consultorias PATMECIN sobre a produtividade da MPE's*, apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 26 de abril de 2002.
42. Examinador Titular Externo da Banca Examinadora de Dissertação de Hiran Teixeira Parente, intitulada “Inovação Tecnológica e Estrutura Organizacional: o caso do Centro de Tratamento de Cartas/Recife da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT)”, em 27 de junho de 2002, no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco

Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

43. Titular na Banca de Defesa do projeto de tese intitulado *A reinserção do Brasil nos fluxos internacionais de capitais e a fragilidade fiscal do setor público entre 1990-2001*, do aluno José Lúcio Alves Silveira, na Pós-graduação em Economia/ PIMES-UFPE. Em 05 de agosto de 2002.
44. Titular da Comissão Examinadora da defesa de dissertação de Mestrado Acadêmico de Maria Auxiliadora do Nascimento Mélo, intitulada *Gestão da qualidade em empresas prestadoras de serviços na área de saúde*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 01 de novembro de 2002.
45. Titular da Comissão Examinadora da defesa de dissertação de Mestrado Acadêmico de Joyce Lene Gomes Cajueiro, intitulada *Incubadoras de Empresas: uma experiência em Pernambuco*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 14 de novembro de 2002.
46. Examinador Externo da Banca Examinadora de Dissertação de Mestrado, de Milza Costa Barreto, intitulada *A inserção da fruticultura de exportação do Vale do São Francisco no Mercado Internacional*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade Federal de Pernambuco, em 09 de dezembro de 2002.
47. Titular da Banca Examinadora de defesa de tese de doutorado de Paulo Fernando de Moura Cavalcanti Bezerra Filho, intitulada *Ciclo Econômico e instabilidade estrutural: um modelo evolucionário multissetorial Minsky-Keynes-schumpeterianos*, apresentada ao Curso de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 17 de dezembro de 2002.
48. Membro da Banca Examinadora do Concurso Público para Professor Adjunto – Ref. 1 do Departamento de Economia da Universidade Federal de Sergipe – UFS, 2003, realizada em janeiro de 2003.
49. Titular da Comissão Examinadora da defesa de dissertação de Mestrado Acadêmico de Felipe Cabral Araújo Gois, intitulada *Sistemas integrados de produção "breakthrough" ou apenas uma evolução do sistema Toyota de produção: a comparação através de dois modelos teóricos*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 20/01/2003.
50. Examinador Titular Externo, na Banca Examinadora de dissertação de André Felipe de Albuquerque Fell, intitulada *Análise do Comércio eletrônico (CE) da pequenas e médias empresas (PMEs) da Região Metropolitana do Recife (RMR) – barreiras e obstáculos*, em 29/01/2003, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco.

Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

51. Presidente da Comissão Examinadora do trabalho de conclusão de mestrado de Carlos Santos Figueira, sob o título *Exclusão digital, uma avaliação de políticas públicas para o desenvolvimento do Nordeste*, apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste, da Sudene, em 13/01/2003.
52. Titular da Comissão Examinadora na Defesa de Dissertação de Mestrado Acadêmico de Flávia de Oliveira Assunção, intitulada *Impactos da implantação do sistema de gestão da qualidade em empresas de Engenharia Consultiva, na Construção Civil, do Estado de Pernambuco: a visão das empresas*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 31 de janeiro de 2003.
53. Membro da Comissão Examinadora do Projeto TCM – Trabalho de Conclusão de Mestrado de Ecila Fernandes de Assis Lima, intitulada *Desenvolvimento Territorial e Arranjo Produtivo Local, O Caso da abacaxicultura da Paraíba*, apresentada à Sudene / UFPE, em 24 de abril de 2003.
54. Titular da Comissão Examinadora da Defesa de Dissertação de Mestrado Acadêmico de Ana Cláudia Costa Gomes, intitulada *Gestão do Conhecimento como Diferencial Competitivo: Um Estudo de Caso do Processo de Aprendizagem em uma Pequena Empresa Hoteleira*, apresentando ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 22 de maio de 2003.
55. Membro da Banca do Exame de Qualificação do orientando de doutorado Metódio Varejão de Godoy, do Departamento de Engenharia de Produção da UFPE, realizado em 08 de julho de 2003.
56. Membro da Banca do Exame de Qualificação do orientando de doutorado Carlos Alberto Silva, do Departamento de Engenharia de Produção da UFPE, realizado em 09 de julho de 2003.
57. Membro da Banca do Exame de Qualificação da aluna de doutorado Adriana Clericuzzi, do Departamento de Engenharia de Produção da UFPE, realizado em 10 de julho de 2003.
58. Membro da Banca Examinadora da dissertação de mestrado de Juliana Pacheco Barbosa, do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Paraíba, intitulada *Setor elétrico brasileiro: impacto do processo de privatização sobre o emprego*, realizada em 01 de agosto de 2003, na UFPB/CCSA.
59. Membro (1º Examinador) da Banca de dissertação de mestrado de Eduardo Sérgio Almeida, do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Pernambuco, intitulada “A Condição Humana do Trabalho”, realizada em 03 de setembro de 2003, na UFPE/Centro de Ciências Jurídicas-CCJ.

Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

60. Titular da banca examinadora da dissertação de Carlos Figueira, intitulada “Exclusão Digital, uma avaliação de políticas públicas municipais - O caso da cidade de Bonito, PE”, apresentada ao Curso de Mestrado em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE / Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - Sudene / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, em 29 de setembro de 2003.
61. Membro da banca examinadora da dissertação de mestrado de Alessandra Souza Lopes de Almeida, intitulada “Gestão do conhecimento como ferramenta para o aumento de competitividade em sistemas integrados de gestão”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 03 de outubro de 2003.
62. Membro da banca (3º examinador) da dissertação de Mônica Maria de Arruda Cavalcanti, intitulada “Construção de indicadores para avaliação do programa de parcerias: estudo do caso ENAP/FUNDAJ (1996 a 2002)”, apresentada ao Curso de Mestrado Profissionalizante em Gestão de Políticas Públicas da Fundação Joaquim Nabuco, em 15 de outubro de 2003.
63. Membro da banca (Orientador) da dissertação de Carlos José de Albuquerque, intitulada “A modernização administrativa do Hemope: estudo do progestão”, apresentada ao Curso de Mestrado Profissionalizante em Gestão de Políticas Públicas da Fundação Joaquim Nabuco, em 17 de novembro de 2003.
64. Membro da banca (Orientador) da dissertação de Sandra Helena Pereira Rodrigues, intitulada “Comitê para democratização de informática de Glória do Goitá - uma estratégia de inserção digital: avaliando os impactos”, apresentada ao Curso de Mestrado Profissionalizante em Gestão de Políticas Públicas da Fundação Joaquim Nabuco, em 26 de novembro de 2003.
65. Membro da banca (Titular) da dissertação de Fernanda Estelita Lins, intitulada “Mensurando a inovação tecnológica: indicadores e determinantes”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 29 de novembro de 2003.
66. Membro da banca (Examinador interno) de Ana Elizabete Tavares de Lima Bezerra, intitulada “Políticas Públicas e Parceria: Polícia Militar de Pernambuco e Fundação Joaquim Nabuco 1991-2002”, apresentada ao Curso de Mestrado Profissionalizante em Gestão de Políticas Públicas da Fundação Joaquim Nabuco, em 02 de dezembro de 2003.
67. Membro da banca (Orientador) da dissertação de Noab Martins Carvalho Rocha, intitulada “O pólo industrial de calçados de Campina Grande: é um cluster potencial?”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 02 de dezembro de 2003.

Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

68. Membro da banca da dissertação de Francisco de Melo Granata, intitulada “Empreendedorismo no espaço rural – Um estudo da inovação turística em engenhos da região da Mata Norte de Pernambuco”, apresentada ao Mestrado em Administração Rural e Comunicação Rural, do Departamento de Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal Rural de Pernambuco em 12 de dezembro de 2003.
69. Membro da banca da dissertação de Carlos José de Andrade Lira, intitulada “Custos para tomada de decisão: Estudo de caso aplicado numa empresa de Engenharia de Pernambuco”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 29 de dezembro de 2003.
70. Membro da banca da dissertação de Valéria Maria Ribeiro de Sá, intitulada “Custo da qualidade nas indústrias de transformação de Pernambuco”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 29 de dezembro de 2003.
71. Titular da Comissão Examinadora da Defesa de Dissertação de Mestrado Profissionalizante de Luiz Carlos Aliandro Júnior, intitulada “Licenciamento de Produtos: Aplicações de Análise de Investimento ao setor de Manufatura de Brinquedos”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 30 de janeiro de 2004.
72. Integrante da Comissão Julgadora da defesa de tese de doutorado de Luciana Peixoto Santa Rita, intitulada “Serviços no setor de telefonia móvel: uma análise sob a dimensão da competitividade”, apresentada à Comissão de Pós-Graduação da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, em 19 de fevereiro de 2004.
73. Examinador externo da dissertação de Antônio Pessoa Nunes Neto, intitulada “Articulação de Ações Locais de Modernização Produtiva e Gerencial em Pequenas Empresas: o caso do CIN – Centro de Inovação e Negócios de Pernambuco”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco, em 26 de fevereiro de 2004.
74. Examinador Externo da Banca Examinadora de Tese de Economia do doutorando José Lúcio Alves Silveira, intitulada “A Reinserção do Brasil nos Fluxos Internacionais de Capitais e a Fragilidade Fiscal da União no Período 1990/2001”, apresentada ao PIMES/UFPE em 05 de março de 2004.
75. Membro da Banca Examinadora da dissertação de Mestrado de Edvaldo Henrique Von Söhsten Calheiros da Silva, intitulada “A comunidade de prática virtual como ferramenta da gestão do conhecimento: Uma proposta para o Tribunal de Justiça de Pernambuco, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 26 de março de 2004.

Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

76. Titular da Comissão Examinadora da defesa de Tese de Doutorado de Gisele Cristina Sena da Silva, intitulada “Aplicação da Metodologia de Checkland em Programas de Produção Mais Limpa Nas Empresas Prestadoras de Serviços”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 05 de abril de 2004..
77. Titular da Comissão Examinadora da defesa de Dissertação de Mestrado Profissionalizante de José Aluízio Andrade de Oliveira, intitulada “Estudo da Produtividade das Empresas Prestadoras de Serviços de manutenção de Redes de Acesso da TELEMAR na Região Metropolitana do Recife”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 07 de abril de 2004.
78. Membro da Banca (Orientador) Orientador do trabalho de conclusão do curso de Especialização em Gestão em Negócios de Henrique de Queiroz Chaves, da Turma 2003/2004 do Programa MBA-Executivo do Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal de Pernambuco, intitulado “Porto Digital de Pernambuco: Um Instrumento de Viabilização Competitiva na área de Tecnologia da Informação”, apresentada ao corpo docente do referido Programa MBA-Executivo em 19 de maio de 2004.
79. Presidente da Comissão Examinadora do Consurso Público de Títulos e Provas para provimentos de Cargo Docente na Carreira de Magistério Superior, Professor Adjunto, Referência 1, com Dedicação Exclusiva, Área de Especialidade Gestão da Qualidade do Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE. Em 27 e 28 de maio de 2004.
80. Titular da Comissão Examinadora da defesa de dissertação de Mestrado Profissionalizante do aluno Paulo Fernando de Miranda Medeiros, intitulada “Ferramentas da qualidade para a melhoria dos serviços prestados: Uma aplicação na Celpe no período 2002-2003”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE em 05 de agosto de 2004.
81. Titular da Comissão Examinadora da defesa de dissertação de Mestrado Acadêmico de Luciana Aiko Hiramine, intitulada “Gestão do conhecimento e aprendizagem organizacional: Um estudo em uma instituição de educação profissional”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE em 04 de outubro de 2004.
82. Presidente da Banca Examinadora do Curso de Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste de Ecila Fernandes de Assis Lima, intitulada “A Cultura do Abacaxi em São Miguel de Taipu – Limites e Condicionantes da Competitividade Sistêmica”, realizada na Universidade Federal de Pernambuco em 17 de novembro de 2004.

Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

83. Titular da Comissão Examinadora da Pré-Banda de dissertação de Mestrado Acadêmico de Paulo Silva, intitulada “O Design e a inovação incremental nas MPEs do setor moveleiro”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Design, Centro de Artes e Comunicação, da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE em 22 de dezembro de 2004.
84. Titular da Comissão Examinadora da defesa de dissertação de Mestrado Profissionalizante de Abner Dantas de Mesquita Júnior, intitulada “Identificação da necessidade não atendida do consumo 24 horas de bens alimentícios no Pólo Médico Hospitalar localizado no bairro da Ilha do Leite – Recife/PE”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, em 28 de dezembro de 2004.
85. Titular da Comissão Examinadora da defesa de tese de Doutorado de Lautemir Xavier Cavalcanti Canel, intitulada “Análise de Projetos de Desenvolvimento na Região Nordeste do Brasil: A Experiência do Sistema FINOR, nos anos de 1962 a 2001”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, em 25 de fevereiro de 2005.
86. Examinador Externo da defesa de tese de dissertação de Pós-Graduação de Urailson Barbosa de Carvalho, intitulada “Momentos de Capitais e Crescimento Econômico – A Reinserção do Brasil ao Crédito Internacional na Década de 90”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, em 18 de abril de 2005.
87. Titular Externo da Banca Examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas intitulado: “Impacto de Títulos de Crédito de Carbono em Empreendimentos Eólicos”, de autoria do mestrando Hemerson Luis Schafhauzer, apresentado na FJN, em 04 de maio de 2005.
88. Membro da Banca Examinadora do Exame de Qualificação do Curso de Doutorado em Administração intitulado: “Redes Intra e Inteorganizacionais: como apreender sua contribuição para o desenvolvimento institucional local”, de autoria da aluna Celina Maria Fernandes da Cunha Bastos, apresentado ao Núcleo de Pós-Graduação em Administração – NPGA da Universidade Federal da Bahia, em 23 de maio de 2005.
89. Examinador Externo da Banca de Dissertação de Laudeny Fábio Barbosa Leão, intitulada “Arranjos Produtivos Locais como Estratégias de Desenvolvimento em Regiões Periféricas: o caso do Arranjo Produtivo do Bambu, Cajueiro, Alagoas”, apresentada ao Curso de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Alagoas – PRODEMA/UFAL, em 28 de junho de 2005.
90. Titular da Comissão Examinadora da Defesa de Dissertação de Mestrado Profissionalizante de Sérgio Kelner Silveira, intitulada “Competitividade Sistêmica do Setor Sucro-Alcooleiro: analisando as perspectivas de Pernambuco”, apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 01 de julho de 2005.

Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

91. Titular da Comissão Examinadora da Defesa de Dissertação de Mestrado Acadêmico de Larissa Maria Argollo de Arruda, intitulada “Uma Proposta para a Avaliação da Qualidade dos Serviços da Administração de Shopping Centers, utilizando o Modelo SERVQUAL”, apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 08 de julho de 2005.
92. Titular da Comissão Examinadora da Defesa de Dissertação de Mestrado Acadêmico de Harley dos Santos Martins, intitulada “Aspectos Inovativos do Turismo em Belém do Pará. É possível Clusterizar?”, apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 28 de julho de 2005.
93. Titular da Comissão Examinadora da Defesa de Dissertação de Mestrado Acadêmico de Soraya Santana dos Santos, intitulada “Territórios Produtivos de Baixa Densidade Econômica: Um Modelo na Busca de Competitividade – O Caso de Alagoas”, apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 12 de agosto de 2005.
94. Titular da Banca de Defesa Pública de Dissertação de Arícia Elena Ferrão, intitulada “Gestão Compartilhada Participativa para o Desenvolvimento Local de Simão Dias – Se – Farol do Desenvolvimento”, apresentada ao Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente do Núcleo de Pós-Graduação em Estudos do Semi-Árido – NESSA, da Universidade Federal de Sergipe – UFS, em 17 de agosto de 2005.

4.5 - Honrarias

1. Professor homenageado da turma de formandos em Economia do 1º. semestre de 1987 da UFPE.
2. Proferiu palestra de encerramento sobre a Vida de Karl Marx, para a turma “Karl Marx” de formandos em Economia do 2º. semestre de 1987 da UFPE.
3. Comenda do Sesquicentenário dos Cursos de Ciências Agrárias em Pernambuco. (1987)
4. Paraninfo da turma de formandos em Economia do 1º. semestre de 1989 da UFPE. Turma Dilson Funaro.
5. Medalha Comemorativa dos 40 anos da Fundação Joaquim Nabuco. (1989).
6. 2º lugar no II Prêmio Banco do Nordeste de Economia Regional, categoria profissional. (julho,1998)
7. Honra ao mérito por ter obtido o 2º lugar no II Prêmio Banco do Nordeste de Economia Regional, com o trabalho “Revisitando o setor sucro-alcooleiro do

Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

Nordeste: o novo contexto e a reestruturação possível", concedida pela Universidade Federal de Pernambuco. Recife, março de 1999.

8. Diploma de Honra ao Mérito da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra - Delegacia em Pernambuco, pela colaboração prestada ao XXXII Ciclo de Estudos de Política e Estratégia, na qualidade de conferencista. Recife, 18 de outubro de 2001.
9. Certificado de Mérito pela apresentação do painel: O Papel da Universidade na Sociedade do Conhecimento, durante o Seminário Sociedade do Conhecimento: Novos Desafios Universitários.
10. Prêmio de Melhor Trabalho apresentado nas Sessões Técnicas do II Seminário Internacional de Gestão da Inovação Tecnológica no Nordeste – INOVA 2005, do texto "Desenvolvimento Regional e C, T & I: opções tomadas e caminhos possíveis para o Nordeste". Fortaleza, 08 de julho de 2005.

5. OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS

5.1 - D.F. VASCONCELOS S/A - Optica Mecânica de Alta Precisão - janeiro-julho de 1976.

Função: Estagiário

Área de Auditoria Interna
- Diagnóstico da Empresa

Área de Programação e Controle de Produção
- Estudos de Formulários
- Restruturação dos Controles de Produção
- Estudos estoques
- Controle dos estoques

5.2 - COPLASA S/A - julho-dezembro de 1976

Função: Estagiário
- Alocação de Recursos
- Acompanhamento de Projetos

5.3 - Centro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa de São Paulo - janeiro-abril de 1977.

Função: Consultor Industrial

. Cremart-Durlim S/A - Tintas e Vernizes

Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

- Diagnóstico de Produção
- Manual de Encargos
- Estudo de Balanceamento de Produção
- Elaboração de Apostila para Curso de Produtividade

5.4 - Marx Eberhardt Cia. Ltda. - abril-dezembro de 1987.

Função: Gerente de Produção

- Responsável pela Produção, Manutenção Ferramentária e Controle de Produção
- Responsável pelos estudos de melhoria de métodos, controle de estoques e layout.

**5.5 - Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS e Instituto Brasileiro de Gás - IBIG
- janeiro a dezembro de 1978.**

Função: Engenheiro

- Projetos de financiamento - BNDES, FINEP, SEBRAE.
- Estudos mercadológicos de medidores de gás e de tubulação para gás.
- Coordenação do Seminário de Energia Solar e do Seminário de Energia da Biomassa, promovidos pelo IBG. (1978).
- Coordenação do Seminário sobre Transporte e Manuseio de G.L.P., promovido pelo IBG e pelo Sindicato dos Distribuidores de G.L.P. - SINDIGAS. (1978).
- Normalização de aparelhos e gás, sendo secretário da Comissão de Estudos de Máquinas de Aquecimento da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.
- Responsável pela organização de um Banco de Dados Estatístico sobre o setor Gás e Afins no IBG.
- Estudos de Fontes Alternativas para a Produção de Gás Combustível.
- Construção de um Terminal de Vaporização de Gás Liquefeito de Petróleo para distribuição canalizada.

5.6 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq/Agência Regional Nordeste - julho de 1979 a dezembro de 1990.

Função: Técnico de Desenvolvimento Científico

Áreas: Economia Mineral
Economia Industrial

Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú**Energia
Política Científica e Tecnológica**

Função: Superintendente da Agência Regional Nordeste do CNPq, de abril de 1986 a junho de 1990.

5.7 - Fundação Joaquim Nabuco/Instituto de Tropicologia/Departamento de Estudos Avançados em Áreas Tropicais-DESAT - dezembro de 1990.

Função: Analista de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, de dezembro de 1990 a janeiro de 1992.

Pesquisador, a partir de janeiro de 1992.

5.8 - Instituto Tecnológico do Estado de Pernambuco - ITEP (cedido ao Estado de Pernambuco) - julho de 1990-outubro de 1991...

Função: Presidente

5.9 - Secretaria de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco (cedido ao Estado) - dezembro de 1991 a outubro de 1992.

Função: Diretor de Ciência e Tecnologia

5.10 - Diretor de Estudos e Pesquisas do Instituto dos Economistas de Pernambuco - IEP (Gestão 93-95).

5.11 - Secretário Adjunto na Secretaria Extraordinária de Projetos Especiais (cedido ao Estado), de fevereiro de 1995 a abril de 1996.

6. Participação em Comissões e Núcleos

Membro da Comissão Mista CNPq/SUDENE para o Programa do Trópico Semi-Árido, de janeiro de 1982 a junho de 1990.

Membro da Comissão Mista CNPq/SUDENE/MME para apoio ao Desenvolvimento da Tecnologia Mineral no Nordeste, de janeiro de 1981 a junho de 1990.

Membro do Núcleo de Política Científica e Tecnológica da UFPE, desde janeiro de 1981.

Membro da Comissão Mista CNPq/SUDENE/BNDES/FINEP para incentivo a Indústrias de Alta Tecnologia no Nordeste.

Consultor do III Encontro Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação.

Representante do CNPq nos Conselhos Deliberativos dos Parque Tecnológico da Paraíba e no Instituto Tecnológico de Pernambuco, a partir de 1987.

Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

Membro do Conselho Comunitário do Estado de Fernando de Noronha, a partir de 1988 a 1993.

Membro Suplente do Conselho Diretor da Fundação Joaquim Nabuco, a partir de 1988 a janeiro de 1993.

Diretor Suplente do Comitê Diretivo da Associação Latino-Americana de Política científica e Tecnológica, representando o Brasil, para o período de 1988-1990.

Membro Suplente do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia de Pernambuco, a partir de 1988.

Membro do Conselho de Administração do Núcleo de Tecnologia Industrial do Estado do Ceará, a partir de 1988.

Membro do Conselho de Administração da Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento do Estado da Bahia - CEPED, a partir de 1988.

Membro do Conselho de Administração da Paraíba - FUNCETI, a partir de 1988.

Representante do CNPq, junto ao Governo do Estado da Paraíba, para Implantação do Projeto Estação Ciência, a partir de 1988.

Membro do Conselho Consultivo do Instituto dos Economistas de Pernambuco, para o período 1989-1990.

Representante do CNPq, como titular, junto ao Centro Tecnológico e Afins - CIMA, a partir de 1989.

Representante do ITEP, como titular, junto à Associação Brasileira dos Institutos de Pesquisa Tecnológica Industrial - ABIPTI, a partir de 14 de julho de 1990.

Membro do Conselho Editorial da Revista A Revista Brasileira de Inovação, da Finep, a partir de 2002.

Membro do Conselho de Administração da FINEP, como representante da ABIPTI. Vice-Presidente da ABIPTI, de setembro de 1990 a outubro de 1991.

Membro da Câmara de Assessoramento da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco - FACEPE, em 1990.

Membro da Câmara Setorial de Estudos em Economia Mineral do Centro de Tecnologia Mineral - CETEM, a partir de junho de 1990.

Secretário Regional da SBPC para Pernambuco, eleito para o período de julho/1990 a julho/1992.

Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

Membro da Comissão Coordenadora da I EXPOCIÊNCIA, promovida pela SBPC.

Consultor no trabalho de pesquisa “Estudo das Perspectivas da Indústria de Minerais não Metálicos para o Nordeste Brasileiro”, desenvolvido pela SUDENE e FUNDAJ.

Membro do Comitê Assessor do Programa de Revitalização dos Institutos de Pesquisa do Estado de Pernambuco - Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco - FACEPE.

Coordenador do Programa de Indução em Capacitação Tecnológica das Empresas Industriais Pernambucanas/Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco - FACEPE.

Membro do Comitê Executivo da RECITEC Revista de Ciência e Tecnologia – Política e Gestão para a Periferia / Fundação Joaquim Nabuco. Desde 1996.

Conselheiro Nacional Eleito da SBPC para o quadriênio 1995-1998.

Membro do Grupo de Trabalho de Indicadores em C&T no Brasil - MCT/MEC - 1994-1995.

Membro da coordenação e instrutor do *workshop* “Introdução ao Planejamento e Gestão de C&T” - Fundação Joaquim Nabuco

Membro da Comissão Julgadora do Prêmio Delmiro Gouveia de Vanguarda Industrial de 1996 - FIEPE/FUNDAJ.

Participação da Comissão de Avaliação dos Resumos de Comunicações, encaminhadas para a 49a. Reunião Anual da SBPC (Belo Horizonte, MG - 13 a 18 de julho de 1977).

Membro da Comissão de Elaboração de Normas para Estagiários Nacionais e Estrangeiros no âmbito da Fundação Joaquim Nabuco (Portaria no. 070/97, de 07 de maio de 1997).

Membro da Comissão de Avaliação de Projetos CAPES/PGCT do PADCT II.

Membro do Comitê Externo para o processo de seleção dos bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC, Convênio FACEPE/CNPq, em 03 e 04 de julho de 1997.

Integrante da comissão julgadora do Prêmio Delmiro Gouveia de Vanguarda Industrial 1996 e 1997.

Integrante da Comissão Julgadora do Concurso Nelson Chaves /97 de Teses sobre o Norte e Nordeste , para os melhores trabalhos na área de Economia.

Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

Integrante da Comissão Julgadora do 5º Prêmio Delmiro Gouveia de Vanguarda Industrial – Versão 1997.

Integrante da Comissão de Avaliação dos Resumos de Comunicações da área de Economia e Administração para 50ª Reunião Anual da SBPC.

Membro do Comitê Científico do I Seminário Internacional sobre Gestão da Inovação Tecnológica no Nordeste, realizado em Fortaleza pelo Banco do Nordeste, em 9-11 de junho de 1999.

Membro do Comitê de Ética na Pesquisa, da Universidade de Pernambuco, conforme Portaria n. 115/2000, de 22/02/2000.

Membro da Comissão de Avaliação da condições iniciais de oferta do Curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Economia e Administração Domus, para fins de autorização conforme Processo 23000005255/98-79, conforme Portaria n. 464, da Secretaria de Ensino Superior do MEC, de 08/03/2000.

Membro da Comissão Técnica de Análise de Projetos do Programa Estadual de Formação para o Trabalho da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Social do Governo do Estado de Pernambuco, em 26/04/2000.

Membro do Conselho Editorial da Revista Eletrónica Internacional de Economía de las Tecnologías de la Información y de la Comunicación. Sergipe, 2000.

Editor Associado da Revista Brasileira de Inovação – RBI / Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, desde 2002.

Titular do Concurso Público para Professor Adjunto, na matéria de ensino Análise Microeconômica realizado nos dias 22 e 23/01/2003, do Departamento de Economia da Universidade Federal de Pernambuco.

Membro do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica de Pernambuco. Desde 2003.

Membro do Conselho Técnico Científico do ITEP – Instituto Tecnológico de Pernambuco. Desde 2004.

Membro da Comissão Especial de Estudo da Questão de Inovação e Empreendedorismo na Universidade Federal de Pernambuco, no período de 05 de fevereiro a 05 de maio de 2004, conforme Portaria de Pessoal Nº 238/2004-UFPE.

Membro da Comissão Editorial da Revista Sísifo – PET de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco. Desde 2004.

Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

Membro do Comitê de Avaliação do Prêmio Samuel Benchimol 2004, pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

Membro da Comissão Julgadora do Prêmio FINEP de Inovação Tecnológica 2004. Etapa Regional Nordeste. Recife, 02 de setembro de 2004.

Participação do XI SIMPEP – Simpósio de Engenharia de Produção, no período de 8 a 10 de novembro de 2004, como Avaliador de Trabalhos Científicos.

Membro do Conselho de Administração do Espaço Ciência. Recife, março de 2005.

Membro do Comitê Científico da Gestão da Inovação Tecnológica do Nordeste – INOVA 2005. Fortaleza, junho de 2005, como Avaliador de Trabalhos Científicos.

Membro do Comitê Externo de Avaliação no processo de seleção PIBIC/UPE/CNPq- 2005-2006. Recife, 2 de junho de 2005.

Presidente da Comissão de Seleção de Bolsistas para a Associação Instituto de Tecnologia de Pernambuco – ITEP/OS. Recife, 11 de agosto de 2005.

11. Trabalhos Publicados

SICSU, Abraham Benzaquen. Novas lógicas do planejamento regional e a valorização do local: estudos de casos em Alagoas e Pernambuco. In: 11º Congresso da APDR – O Papel das Universidades no Desenvolvimento das Regiões 2005, Faro / Portugal. Resumos...Faro: APDR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, 2005. p. 48.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Bioética e Sustentabilidade. In: VI Congresso Brasileiro de Bioética, I Congresso de Bioética del Mercosur e Fórum da Redbioética/UNESCO 2005, Foz do Iguaçu/PR. Resumos... Foz do Iguaçu: SBB – Sociedade Brasileira de Bioética, 2005. p. 28.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Desenvolvimento Regional e C, T&I: opções tomadas e caminhos possíveis para o Nordeste. In: Seminário Internacional de Gestão da Inovação Tecnológica no Nordeste INOVA 2005, 2., 2005, Fortaleza. Anais... Fortaleza: Federação das Indústria do Estado do Ceará, 2005. CD-ROM.

SICSÚ, Abraham Benzaquen; CAJUEIRO, Joyce Lene Gomes. Incubadoras de empresas: uma experiência em Pernambuco. In: Revista do Centro de Ciências Administrativas. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 2004. v. 10, n. 1, p. 147-163.

SICSÚ, Abraham Benzaquen; CAJUEIRO, Joyce Lene Gomes. O processo de transferência de conhecimento na Universidade: a visão dos alunos de uma Instituição de ensino privado. In: COSTA, Ana Paula Cabral Seixas; SOUZA, Fernando Menezes

Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

Campello de. (Org.). Otimização e Gestão em Educação. Recife: Editora Universitária/UFPE. 2005. p. 129-139.

SICSÚ, Abraham; JUNG, Andrés; KATZ, Frederico; VASQUEZ, Silvia, organizadores. Pequenas e Médias Empresas de Áreas Periféricas do Mercosul: Oportunidades e Vulnerabilidades a partir de uma Análise de Cadeias Produtivas de Integração e Logística de Distribuição. Relatório Técnico (finalidade): Fortalecimento do Relacionamento entre a Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) e a Universidade Católica do Uruguai (UCU). Junho – 2005, 224 p.

SICSÚ, Abraham Benzaquen; ROSENTHAL, David, organizadores. Gestão do conhecimento empresarial: concepção e casos práticos. - Recife: FASA gráfica 2005, 192 p. – (Coleção NEAL; n.7). ISBN 85-7084-053-5.

SICSÚ, Abraham Benzaquen; KATZ, Frederico Jaime. Mudanças Tecnológicas e modelos gerências: discutindo tendências de transformações no processo de trabalho. In: Prof. Alfredo de Oliveira Moraes (Organizador), Razão nos Trópicos: Festschrift em homenagem a Paulo Meneses no seu 80º aniversário. Recife: Editora FASA 2005, 398p., pp. 177-204. ISBN 85-7084-047-0.

SICSÚ, Abraham. Inovação Tecnológica e Novos Investimentos Produtivos: Estudos de casos no Nordeste Brasileiro. In: EPISTEME Revista Multidisciplinar da Universidade Técnica de Lisboa. Ano V – nº 13-147 (2004) – 2ª série – Internet: www.utl.pt/episteme ISBN 0874-0437.

SICSÚ, Abraham; KATZ, Frederico Jaime; PARADISO, Romina. MERCOSUL, sua Evolução, Crises e Propostas. Disponível em AmerSul – Asociación Civil www.amersul.org.ar (Seção “Novedades”).

SICSÚ, Abraham; CABRAL, Ana Paula; LIMA, Mávia Ferreira. Sistemas de Workflow e Groupware na G.C. como Diferencial Competitivo. In: V Workshop Internacional sobre Inteligência Empresarial e Gestão do Conhecimento na Empresa – INTEMPRESS. Recife de 29 de novembro a 03 de dezembro de 2004. CD-ROM.

SICSÚ, Abraham; CALÁBRIA, Felipe Alves; MEDEIROS, Denise Dumke de. Análise dos Processos de Inovação. In: V Workshop Internacional sobre Inteligência Empresarial e Gestão do Conhecimento na Empresa – INTEMPRESS. Recife de 29 de novembro a 03 de dezembro de 2004. CD-ROM.

SICSÚ, Abraham; TELES, Francisco de A. Silva. Arquitetura Estratégica para o Trabalho Colaborativo. In: V Workshop Internacional sobre Inteligência Empresarial e Gestão do Conhecimento na Empresa – INTEMPRESS. Recife de 29 de novembro a 03 de dezembro de 2004. CD-ROM.

SICSÚ, Abraham; KATZ, Frederico. Questionando a periodização ‘Fordismo’ - ‘Neo-Fordismo’. Mudanças tecnológicas e reflexos no mundo do trabalho. In: IV Colóquio

Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

Latino-Americano de Economistas Políticos, 31 out. a 02 nov. 2004, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo-SP.

SICSÚ, Abraham; KATZ, Frederico; PARADIZO, Romina. MERCOSUL, Sua Evolução, Crises e Propostas. In IV Colóquio Latino-Americano de Economistas Políticos, 31 out. a 02 nov. 2004, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo-SP.

SICSÚ, Abraham. Financiamento Estadual de C&T: evolução e perspectivas. In: Reunião SBPC/AAPC – Ciência “Tecnología y Sociedad – Política Científica, Tecnológica y de Innovación en el Mercosur”, Buenos Aires, 1 a 5 de novembro de 2004.

CAJUEIRO, Joyce; SICSÚ, Abraham. A Experiência de Incubadoras de Empresas em Pernambuco. XIII ENBRA – Encontro Brasileiro de Administração, Natal-RN, 9 a 11/10/04.

CAJUEIRO, Joyce; SICSÚ, Abraham. O Processo de Transferência de Conhecimento na Universidade: A Visão dos Alunos de uma Instituição de Ensino Privado. XIII ENBRA – Encontro Brasileiro de Administração, Natal-RN, 9 a 11/10/04.

NASCIMENTO, Juliano Diniz do; ALMEIDA, Adiel Teixeira de; SICSÚ, Abraham. Projeto de Software Livre em Pernambuco: Solução Integrada de Colaboração Corporativa. In: SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 23., 2003. Anais... Curitiba: 19 a 22 out. 2004. CD-ROM.

VAZ, Antônio; SICSÚ, Abraham; CARVALHO FILHO, Edson Costa. Desenvolvimento do Planejamento Estratégico para a Estruturação do Emergente de Fotônica e Eletroeletrônica do Estado de Pernambuco. In: SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 23., 2003. Anais... Curitiba: 19 a 22 out. 2004. CD-ROM.

SILVA, Carlos Alberto; SICSÚ, Abraham. O Pólo Minero-Químico e seus impactos na economia Sergipana: Uma análise a partir do referencial de Arranjo Produtivo Local. In: SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 23., 2003. Anais... Curitiba: 19 a 22 out. 2004. CD-ROM.

SICSÚ, Abraham. Tecnologia nos trópicos. In: SEMINÁRIO DE TROPICOLOGIA, 2004, Recife. Anais. in www.tropicologia.org.br/conferencia.html

SICSÚ, Abraham. Análise das Tendências Tecnológicas nas Estruturas (Operadoras de Planos de Saúde, Hospitais, Clínicas e Laboratórios) do Núcleo do Pólo Médico do Recife. In: LIMA, João Policarpo Rodrigues (Coord.), O Pólo Médico do Recife: cadeia

Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

de valor, desafios e oportunidades. Recife: Editora Universitária UFPE, 305p., pp. 247-271. ISBN: 85-7315-245-1.

SICSÚ, Abraham (Coord. Técnico); COUTINHO, Luciano (Coord.); LIMA, João Policarpo R.; HULAK, Maria Helena. Inserção Competitiva do Nordeste: Proposta para a contribuição da Ciência e Tecnologia. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 2004. ISBN: 85-87062-29-8.

SICSÚ, Abraham. Novas Lógicas do Planejamento Regional e a Valorização do Local: Estudos de Casos em Alagoas e Pernambuco. Disponível em Federação Nacional dos Economistas - FENECOM <<http://www.fenecom.org.br>> (Seção "Artigos Interessantes").

SICSÚ, Abraham. Proyecto Territorios Productivos en Alagoas. Nueva visión del desarrollo local. Disponible en GESTEC 2004 – VIII Seminario Internacional de Gestión Tecnológica y su Aplicación en la Industria, Cuba, Julio 2004 <<http://www.disaic.cu>>

SICSÚ, Abraham Benzaquen; MELO, Silvio Alexandre Beisl Vieira de. Pesquisa tecnológica em instituições privadas: o caso do Instituto de Tecnologia e Pesquisa da Universidade Tiradentes. Anais... Belo Horizonte: Congresso ABIPTI 2004 - Tecnologias para inclusão social: o papel dos sistemas de Ciência, Tecnologia e Inovação. Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica, abril/2003. (Anais em CD-ROM).

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Gestão do Gestão do conhecimento nas pequenas e médias organizações: princípios para a busca da competitividade. Anais... Belo Horizonte: Congresso ABIPTI 2004 - Tecnologias para inclusão social: o papel dos sistemas de Ciência, Tecnologia e Inovação. Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica, abril/2003. (Anais em CD-ROM).

SICSÚ, Abraham Benzaquen; LIMA, José Fernandes de; IRMÃO, José Ferreira; ALVELOS, José Manuel Pinto; SANTOS, Gilvan dos; AGUIAR, Moisés de; BRASIL, Paulo; MELO, Ricardo Oliveira Lacerda de. 2004. Planejamento Estratégico: Uma proposta de desenvolvimento sustentável para a região de Xingó. Aracaju: Instituto de Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Xingó, 40p.

SICSÚ, Abraham Benzaquen; SILVA, Carlos Alberto da; BOLAÑO, César R.S.; SILVA, Luiz Marcos de Oliveira; LOPES, Vaneide Ferreira. Para uma Análise Comparativa das Cadeias Produtivas da Saúde de Aracaju e Recife - Uma Primeira Aproximação. Economia da Saúde - FINEP, Janeiro 2004. Disponível em http://www.ipea.gov.br/economiadasaude/adm/arquivos/sala/analise_comparativa_das_cadeias_produtivas_pe.pdf

SICSÚ, Abraham Benzaquen; ROSENTHAL, David; KATZ, Frederico. Alca, Brasil y Estados Unidos: del rechazo contundente a la batalha diplomática. Observatorio de Análisis de los Sistemas Internacionales. Bogotá: Universidad Externado de Colombia. 384p. pp. 333-338. ISSN 1657-7558. (Out./2003). Janeiro, 2004.

Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

SICSÚ, Abraham Benzaquen; ROSENTHAL, David; KATZ, Frederico. Opportunities and Vulnerabilities in Mercosur: Looking for Room for Peripheral Regions. Anais... Guadalajara: 8th International Conference on Global Business and Economic Development – Managing Business Environment: Balancing Local and Global Challenges, 7 – 10 janeiro 2004. ISBN 0-9747415-0-7 (Trabalho completo em CD-ROM)

SICSÚ, Abraham Benzaquen; LIMA, João Policarpo. Pólo Médico do Recife: Clusterização, Desafios e Tendências em Curso. Anais... Recife: VIII Seminário Modernização Tecnológica Periférica, novembro 2003. (Trabalho completo em CD-ROM)

SICSÚ, Abraham Benzaquen; LIMA, João Policarpo. Pólo Médico do Recife: Clusterização, Desafios e Tendências em Curso. Anais... Recife: V Encontro de Economistas de Língua Portuguesa, novembro 2003. (Trabalho completo em CD-ROM)

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Resgatando a cidadania através da sustentabilidade. In: MOLINA, Aurélio; ALBUQUERQUE, Maria Clara; DIAS, Emanuel. Bioética e Humanização: vivências e reflexões. Recife: Editora Universidade de Pernambuco - EDUPE, 2003. 168p. pp.137-140. ISBN: 85-87102-48-6.

SICSÚ, Abraham Benzaquen; MORAES, Alfredo de Oliveira. O ambiente e a tecnologia: Um enfoque necessário em Bioética. In: MOLINA, Aurélio; ALBUQUERQUE, Maria Clara; DIAS, Emanuel. Bioética e Humanização: vivências e reflexões. Recife: Editora Universidade de Pernambuco - EDUPE, 2003. 168p. pp.61-72. ISBN: 85-87102-48-6.

SICSÚ, Abraham Benzaquen; BOLAÑO, César. Reflexões para uma política de C&T no Nordeste Brasileiro: Uma preocupação com as tecnologias da informação e comunicação. Anais... Cidade do México: X Seminário Latino-Iberoamericano de Gestión Tecnológica – ALTEC 2003, outubro 2003. ISBN 970-31-0265-4. (Trabalho completo em CD-ROM)

SICSÚ, Abraham Benzaquen; FERREIRA JR., Reynaldo Rubem. As Organizações Brasileiras na sociedade do conhecimento: lições para o Brasil na área de capacitação. Anais... Cidade do México: X Seminário Latino-Iberoamericano de Gestión Tecnológica – ALTEC 2003, outubro 2003. ISBN 970-31-0265-4. (Trabalho completo em CD-ROM)

SICSÚ, Abraham Benzaquen; DIAS, Adriano Batista. Competitividade e condicionantes das políticas de gestão do conhecimento em tempos de estabelecimento do paradigma microeletrônico. Anais... Cidade do México: X Seminário Latino-Iberoamericano de Gestión Tecnológica – ALTEC 2003, outubro 2003. ISBN 970-31-0265-4. (Trabalho completo em CD-ROM)

Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

SICSÚ, Abraham Benzaquen; ANDRADE, Ivan Dantas de. Cooperativismo: um modelo associativista inovador. Anais... Ouro Preto: XXIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção, outubro 2003. (Trabalho completo em CD-ROM)

SICSÚ, Abraham Benzaquen; SILVA FILHO, Julio Cesar Gomes da. Produção mais limpa: uma ferramenta da gestão ambiental aplicada às empresas nacionais. Anais... Ouro Preto: XXIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção, outubro 2003. (Trabalho completo em CD-ROM)

SICSÚ, Abraham Benzaquen; MEDEIROS, Denise Dumke de (Orgs.). Qualidade e Inovação em Serviços: Contribuições da Engenharia de Produção. Recife: Editora Universitária UFPE, 178p., ISBN 8573152109.

SICSÚ, Abraham Benzaquen; DIAS, Adriano Batista. Caminhos da Engenharia Consultiva em Pernambuco: Uma Primeira Abordagem. In: SICSÚ, Abraham B.; MEDEIROS, Denise Dumke de (Orgs.). Qualidade e Inovação em Serviços: Contribuições da Engenharia de Produção. Recife: Editora Universitária UFPE, p. 103-113, ISBN 8573152109.

SICSÚ, Abraham Benzaquen; RIBEIRO, Ana Regina Bezerra; MEDEIROS, Denise Dumke de. Consultoria Tecnológica em Empresas de Pequeno Porte. In: SICSÚ, Abraham B.; MEDEIROS, Denise Dumke de (Orgs.). Qualidade e Inovação em Serviços: Contribuições da Engenharia de Produção. Recife: Editora Universitária UFPE, p. 115-135, ISBN 8573152109.

SICSÚ, Abraham Benzaquen; MEDEIROS, Denise Dumke de; NASCIMENTO, Maria Auxiliadora do. Inovação Tecnológica e Empresas Prestadoras de Serviços de Saúde. In: SICSÚ, Abraham B.; MEDEIROS, Denise Dumke de (Orgs.). Qualidade e Inovação em Serviços: Contribuições da Engenharia de Produção. Recife: Editora Universitária UFPE, p. 61-76, ISBN 8573152109.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. O Papel da Extensão Universitária no Desenvolvimento Regional: considerações sobre o caso brasileiro. In: SICSÚ, Abraham B.; MEDEIROS, Denise Dumke de (Orgs.). Qualidade e Inovação em Serviços: Contribuições da Engenharia de Produção. Recife: Editora Universitária UFPE, p. 155-175, ISBN 8573152109.

SICSÚ, Abraham Benzaquen; LIMA, João Policarpo. Pólo Médico do Recife: Clusterização (?), Desafios e Tendências em Curso. Anais... Florianópolis: VIII Encontro Nacional de Economia Política, junho 2003. (Trabalho completo em CD-ROM)

SICSÚ, Abraham Benzaquen; LIMA, João Policarpo. Pólo Médico do Recife: Clusterização (?), Desafios e Tendências em Curso. Trabalho para Discussão. Universidade Federal de Pernambuco – Departamento de Economia – Programa de Pós-Graduação em Economia - PIMES. Recife: Trabalho para Discussão nº 458, Junho 2003.

Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Investimentos Externos Diretos: reflexões sobre o caso brasileiro. In: Colectividades Territoriais, Financiamento e Cooperação Transfronteiriça - Parte IV - Ordenamento do Território e Investimento Directo Estrangeiro. Coleção APDR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (Org.). Maio 2003, p.283-300. ISBN 972-98803-2-8.

SICSÚ, Abraham Benzaquen; DIAS, Adriano Batista. Competitividade e Condicionantes das Políticas de Gestão do Conhecimento em Tempos de Estabelecimento do Paradigma Microeletrônico. Anais... Havana: VII Taller Internacional de Gestión Tecnológica en la Industria – GESTEC, julho 2003. Trabalho completo em CD-ROM e disponível em <http://www.gestec.disaic.cu/>.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Cadeias Produtivas, Cadeias do Conhecimento e Demandas Tecnológicas no Nordeste: Análise de Potencialidades e de Estrangulamentos. Revista Análise Econômica. Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, Ano 21, nº 39, março 2003. ISSN 0103-7269.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Resgatando a cidadania através da sustentabilidade. Jornal Cremepe, Recife, p. 9, jan. 2003. Edição Especial: Bioética. fcvl

LIMA, João Policarpo Lima e SICSÚ, Abraham Benzaquen. Retomando a regionalização das políticas de C&T: o caso nordestino Cadernos de Estudos Sociais. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, v. 18, n. 2, jul./dez., 2002. p. 185-207,. ISSN 0102-4248. fcvl

SICSÚ, Abraham Benzaquen e DIAS, Adriano Batista (2002). Condicionantes das políticas de gestão do conhecimento: novo enfoque na busca da competitividade. Revista Gestão Pública, Recife: Escola de Governo em Políticas Públicas/Fundação Joaquim Nabuco 1(1) 19-33. jun., 2002. ISSN 1677-2326.cvl ok

SICSÚ, Abraham Benzaquen et al. Mercosul: mudanças necessárias. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abrantes – FASA. 2002. 218 p. : il. – (Coleção NEAL; 5). (sem ISBN). Cvl ok

SICSÚ, Abraham Benzaquen; LIMA, João Policarpo Rodrigues Lima. Retomando a regionalização das políticas de C&T: o caso nordestino. SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 22., 2002, São Paulo. Anais... São Paulo: Núcleo de Política e Gestão Tecnológica/Universidade de São Paulo: 2002. (Trabalho completo em CD-ROM). Cvl ok

SICSÚ, Abraham Benzaquen; LIMA, João Policarpo Rodrigues Lima. Retomando a regionalização das políticas de C&T: o caso nordestino. SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 22., 2002, São Paulo. Anais... São Paulo: Núcleo de Política e Gestão Tecnológica/Universidade de São Paulo: 2002 152 p. p. 38 (Resumo). Cvl ok

Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

CAJUEIRO, Joyce Lene Gomes; SICSÚ, Abraham Benzaquen. Incubadora de empresas como mecanismo de introdução da inovação tecnológica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 21: 2002: Curitiba - PR. XXI ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO; Porto, Alegre: ABEPRO, 2002. Em CD-ROM. (Trabalho completo). Cvl ok

MORAIS, Danielle Costa; SICSÚ, Abraham Benzaquen. Inovação e gerenciamento para redução de perdas em sistemas de abastecimento de água. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 21: 2002: Curitiba, PR XXI ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO; Porto, Alegre: ABEPRO, 2002. Em CD-ROM. (Trabalho completo). Cvl ok

BARBOSA, Gilka Rocha, SICSÚ, Abraham Benzaquen. Sistemas de informação e as empresas de pequeno porte. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 21: 2002: Curitiba, PR. XXI ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO; Porto, Alegre: ABEPRO, 2002. Em CD-ROM. (Trabalho completo).cvi OK

CAJUEIRO, Joyce Lene Gomes; SICSÚ, Abraham Benzaquen. Incubadora de empresas como mecanismo de introdução da inovação tecnológica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 21: 2002: Curitiba, PR. ANAIS DE RESUMOS/XXI ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO. EDITORES: José Luis Duarte Ribeiro...[et al.] Produção gráfica: Lia Buarque de Macedo Guimarães; Denise Martins Chagas. Porto Alegre: ABEPRO, 2002. p. 205. ISBN 85-88478-06-4. (Resumo). Cvl ok

MORAIS, Danielle Costa; SICSÚ, Abraham Benzaquen. Inovação e gerenciamento para redução de perdas em sistemas de abastecimento de água. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 21: 2002: Curitiba, PR ANAIS DE RESUMOS/XXII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO; EDITORES: José Luis Duarte Ribeiro...[et al.] Produção gráfica: Lia Buarque de Macedo Guimarães; Denise Martins Chagas. Porto Alegre: ABEPRO, 2002. p. 205. ISBN 85-88478-06-4. (Resumo). cvlOK

BARBOSA, Gilka Rocha, SICSÚ, Abraham Benzaquen. Sistemas de informação e as empresas de pequeno porte. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 21: 2002: Curitiba, PR. ANAIS DE RESUMOS/XXII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO; EDITORES: José Luis Duarte Ribeiro...[et al.] Produção gráfica: Lia Buarque de Macedo Guimarães;Denise Martins Chagas. Porto Alegre: ABEPRO, 2002. p. 232. ISBN 85-88478-06-4. Resumo. FALTA CVL ok

SICSÚ, Abraham Benzaquen; LIMA, João Policarpo Rodrigues. A Zona da Mata Pernambucana: diversificação produtiva ou retomada da cana-de-acúcar? In: MORAES, Márcia Azanha Ferraz Dias de; SHIKIDA, Pery Francisco Assis (Orgs.) Agroindústria Canavieira no Brasil. Evolução, Desenvolvimento e Desafios. São Paulo: Ed. Atlas, 2002. 367 p. p. 289-309. ISBN: 85.224.3253-8. okcvl

Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

SICSÚ, Abraham Benzaquen; FERREIRA JÚNIOR, Reynaldo Rubem. As organizações brasileiras na Sociedade do Conhecimento: lições para o Brasil na “área” de Capacitação. *Revista Eletrônica Redemoinhos*, Ano II, set. 2002. Disponível em <http://www.cidade.usp.br/redemoinhos/1302/analise.html>.

SICSÚ, Abraham Benzaquen; CAVALCANTI, João Alexandre de Lira. Micro e pequenas empresas no Nordeste: uma necessidade de apoio sistêmico. In: SBRAGIA, Roberto, STAL, Eva (Orgs.) Tecnologia e Inovação: Experiências de Gestão na Micro e Pequena Empresa. São Paulo: PGT/USP, 2002 . 304 p. p.26-42.

SICSÚ, Abraham Benzaquen; LIMA, João Policarpo Rodrigues. Retomando a Regionalização das Políticas de C&T: o caso nordestino. In: ENCONTRO REGIONAL DE ENCONOMIA, 7. 2002, Fortaleza. Anais... Fortaleza: ANPEC-BN. julho 2002. Em CD-ROM.

VEIGA, José Eli da. Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas-SP: Autores Associados, 2002. 304 p. Resenha de: SICSÚ, Abraham Benzaquen. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v.33, n. 2, p. 288-289, abr.-jun. 2002. ISSN 0100-4956.

SICSÚ, Abraham Benzaquen; LIMA, João Policarpo Rodrigues. Regionalização das políticas de C&T: concepção, ações e propostas tendo em conta o caso do Nordeste. In: TARGINO, Ivan; LEITE FILHO, Paulo A. Maia (Orgs) Nordeste: Aspectos da Estrutura Produtiva e do Mercado de trabalho. Parte I - Aspectos da estrutura produtiva. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 2002. 238 p. p. 129-152. ISBN 85-237-0323-3.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Inversión extranjera directa y potencial de articulación com pequeñas empresas. Reflexiones sobre el caso brasileño. In: HEREDIA Y CERAIN, F. Javier Beltrán; SARASOLA, Marcos R. (Coords.). Innovación tecnológica: desafíos de formación para el empleo y el proceso reciente de inversiones extranjeras en América Latina. Bilbao: Universidad de Deusto, 2001. 302p. p. 217-235.

SICSÚ, Abraham Benzaquen; LIMA, João Policarpo Rodrigues. Zona da Mata pernambucana: diversificação produtiva ou retomada da cana-de-açúcar? In: COLÓQUIO LATINO-AMERICANO DE ECONOMISTAS POLÍTICOS, 2., 2002, Curitiba. Resumo dos trabalhos. Curitiba: Ed. Dom Pedro I/UFPR, 2002 . (Resumo) Não paginado.ok cvl

SICSÚ, Abraham Benzaquen; LIMA, João Policarpo Rodrigues. Cadeias produtivas, cadeias do conhecimento e demandas tecnológicas no Nordeste: análise de potencialidades e de estrangulamentos. In: COLÓQUIO LATINO-AMERICANO DE ECONOMISTAS POLÍTICOS, 2., 2002, Curitiba. Resumo dos trabalhos. Curitiba: Ed. Dom Pedro I/UFPR, 2002 . (Resumo) Não paginado.

Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

SICSÚ, Abraham Benzaquen; PEREIRA, José Maurício; SILVA, Keila Sonalle; MEDEIROS, Sônia Ma. Gomes de Matos. Mata Sul de Pernambuco: crise e perspectivas. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abrantes – FASA, 2002 193 p. (Coleção NEAL n. 4 – UNICAP).

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Concepções e propostas para a política de C&T no Nordeste. Recife, FJN, 2002 . Site Observanordeste, seção Análises e Conjunturas. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obed001b.html> Acesso em março de 2002.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, DIAS, Adriano Batista. Condicionantes das políticas de gestão do conhecimento: novo enfoque na busca da competitividade. In: ALMEIDA, Adiel Teixeira, RAMOS, Francisco de Sousa (Orgs.) Gestão da Informação na Competitividade das Organizações. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002, 310 p. p. 183-208. ISBN 85315278-8.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Investimentos externos diretos e potencialidades de articulações com empresas de pequeno porte: reflexões sobre o caso brasileiro. In: LIMA, Marcos Costa (Org.) O Lugar da América do Sul na Nova Ordem Mundial. São Paulo: Cortez, 2001, 4716 p. p. 299-317. ISBN 85-249-0824-6.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, LIMA, João Policarpo Rodrigues. Regionalização das políticas de C&T: concepções, ações e propostas tendo em conta o caso do Nordeste. Parcerias Estratégicas, Brasília, n. 13, p. 23-41, Dez., 2001. ISSN 1413-9375. X

SICSÚ, Abraham Benzaquen, CAVALCANTI, João Alexandre de Lira. As microempresas do setor de embalagens plásticas no Nordeste: aspectos relacionados com a estratégia empresarial. In: SEMINÁRIO MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA PERIFÉRICA, 7. 2001, Recife. Anais... Recife: FUNDAJ, 2001, 219 p. p. 142-155.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, LIMA, João Policarpo Rodrigues. Cadeias produtivas, cadeias do conhecimento e demandas tecnológicas no Nordeste: análise de potencialidades e de estrangulamentos. In: SEMINÁRIO MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA PERIFÉRICA, 7. 2001, Recife. Anais... Recife: FUNDAJ, 2001, 219 p. p. 16-31.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, LIMA, João Policarpo Rodrigues. Revisitando o setor sucro-alcooleiro do Nordeste: o novo contexto e a reestruturação possível. Revista eletrônica INFOSUCRO, Rio de Janeiro: Núcleo de Computação do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Texto n. 04 Disponível em <www.nuca.ie.ufrj.br/infosucro>. 2001.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Diversificação produtiva na Zona da Mata Nordestina. Revista eletrônica INFOSUCRO, Rio de Janeiro: Núcleo de Computação do Instituto de

Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Texto n. 03 Disponível em <www.nuca.ie.ufrj.br/infosucro>. 2001

SICSÚ, Abraham Benzaquen, ASSUNÇÃO, Flávia. Capacitação, inovação local e competitividade da indústria de cerâmica vermelha no Nordeste. Revista Produção On Line, 2001. Disponível em <<http://www.producaoonline.if.br>>. (Este trabalho conferiu prêmio aos autores - por ter sido considerado pela ABEPRO – Associação Brasileira de Engenharia de Produção – o melhor trabalho da área de gestão da tecnologia.

MARINHO, Alexandre Lira, CANSANÇÃO, Wendell de Oliveira, SICSÚ, Abraham Benzaquen . Comparative analysis between two PPC structures in a food industry. In: SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO LOGÍSTICA E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS/INTERNATIONAL CONFERENCE OF THE PRODUCTION OPERATIONS MANAGEMENT SOCIETY. Agosto, 2001.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Bioética? Por que não ética? *Jornal CREMEPE, Recife*, p. 11, jul./ago. 2001.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, CAVALCANTI, João Alexandre de Lira. As microempresas do setor de embalagens no Nordeste brasileiro. In: SEMINÁRIO LATINO-IBEROAMERICANO DE GESTIÓN TECNOLÓGICA: INNOVACIÓN TECNOLÓGICA EN LA ECONOMÍA DEL CONOCIMIENTO, 9. São José – Costa Rica, 17 a 19 de outubro de 2001. Em CD-ROM.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Processos de modernização das fronteiras agrícolas brasileiras: aspectos gerais. In: SILVA, Nilton Pedro da, LEE HANSEN, Dean. (Orgs.) Economia Regional & Outros Ensaios. Aracaju: Editora UFS, 2001, 346 p. p. 259-291. Não tem ISBN.

SICSÚ, Abraham Benzaquen., KATZ, Frederico Jayme. Desafios tecnológicos e impactos socioeconômicos. Revista Relações Humanas, São Bernardo do Campo, n. 18, p. 36-43, fev. 2001. ISSN 0102-9835.

DIAS, Adriano Batista Dias, MELO, Lúcia C. P. de, SICSÚ, Abraham Benzaquen. Estado Nação e Estados-Província: divisão de trabalho e cooperação na área de C&T no atual tempo de alta dinâmica tecnológica. Cadernos UFS Economia, São Cristóvão: Ed. UFS. v.2, Fascículo 2, p. 31-46, 2000.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Prefácio. In: PERES, Luciano, BENACHOUR, Mohand, SANTOS, Valdemir A. dos. O gesso: produção e utilização na construção civil. Recife: Bagaço, 2001. 156 p. p. 11-12. Não tem ISBN.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, BOLAÑO, César R. S. Sociedade da Informação - setor produtivo e desenvolvimento regional. Quaderns Digitals, Valênciia-ES, 2000. ISSN 1575-9393, <www.quadernsdigitals.net>. Acesso em 16 de fevereiro de 2001.

Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

SICSÚ, Abraham, Benzaquen, KATZ, Frederico Jayme. Desafios tecnológicos e impactos socioeconômicos. In: SEMINÁRIO DO NEAL - NÚCLEO DE ESTUDOS DA AMÉRICA LATINA, 2., 2000, São Bernardo do Campo. Anais...: Desafios da América Latina e da AUSJAL no novo século. São Bernardo do Campo: FEI, 2000. 52 p. p. 35-49.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, CAVALCANTI, João Alexandre de Lira. Micro e pequenas empresas no Nordeste: necessidade de apoio sistêmico. Revista de Ciência e Tecnologia: Política e Gestão para a Periferia, Recife, v. 4, n. 2, p. 320-336, 2000. ISSN 1415-3262. Disponível na Internet <<http://www.fundaj.gov.br/rtec/recitec/html>>

SICSÚ, Abraham Benzaquen., JÚNIOR, Reynaldo Rubem Ferreira. Visões metodológicas complementares sobre competitividade de setores industriais. In: MEDEIROS, Denise Dumke de, RAMOS, Francisco (Orgs.). Gestão industrial. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2000. 202 p. p. 155-174.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, BOLAÑO, César R. S. Sociedade da Informação - setor produtivo e desenvolvimento regional. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA , 21., 2000, Campinas, Anais... São Paulo: ANPEC, 2000. CD-ROM.

CAVALCANTI, João Alexandre de Lira, SICSÚ, Abraham Benzaquen. Inovação tecnológica e competitividade no setor de embalagens. In: SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 21., 2000, São Paulo. Anais... São Paulo: Núcleo de Política e Gestão Tecnológica/Universidade de São Paulo, 2000. 139 p. p. 21. (Resumo).

SICSÚ, A . B., CAVALCANTI, João Alexandre de Lira. Micro e pequenas empresas no Nordeste: necessidade de apoio sistêmico. In: SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 21., 2000, São Paulo. Anais... São Paulo: Núcleo de Política e Gestão Tecnológica/Universidade de São Paulo: 2000. 139 p. p. 23. (Resumo).

SICSÚ, A . B., CAVALCANTI, João Alexandre de Lira. Inovação tecnológica no setor de embalagens. In: SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 21., 2000, São Paulo. Anais... São Paulo: Núcleo de Política e Gestão Tecnológica/Universidade de São Paulo: 2000. CD-ROM.

SICSÚ, A . B. Micro e pequenas empresas no Nordeste: necessidade de apoio sistêmico. In: SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 21., 2000, São Paulo, Anais... São Paulo: Núcleo de Política e Gestão Tecnológica/Universidade de São Paulo: 2000. CD-ROM.

SICSÚ, A . B, MELO, L.C.P. de. Sociedade do conhecimento: integração nacional ou exclusão social?. Parcerias Estratégicas, Brasília, Ministério da Ciência e Tecnologia, n. 9, p. 54-62, out. 2000. ISSN 1413-9375.

SICSÚ, A . B., LIMA, João Policarpo R. Fronteiras agrícolas no Brasil: a lógica de sua ocupação recente. Nova Economia, Belo Horizonte, v. 10, n. 1 , p. 109-138, jul. 2000.ISSN 0103-6351.

Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

LIMA, João Policarpo R., SICSÚ, A . B. Revisitando o setor sucro-alcooleiro do Nordeste: o novo contexto e a reestruturação possível. In: SAMPAIO, Yoni. (Org.) *Ensaio sobre economia agrícola e meio ambiente no Nordeste*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2000. 349 p. p. 145-179.

SICSÚ, A . B. Jornalismo científico: um questionamento de base. In: *FÓRUM DE JORNALISMO E CIÊNCIA DE PERNAMBUCO*, 1., 2000, Recife. Anais... Recife: MCI/UFPE, 2000. 106 p. p. 36-39.

SICSÚ, A . B., MELO, L.C.P. de. Sociedade do Conhecimento: integração nacional ou exclusão social? Revista Electrónica Internacional de Economía de las Tecnologías de la Información y de la Comunicación. [online]. V. 2, n. 2, jul./ago. 2000. Disponível na Internet www.eptic.he.com.br. ISSN 1518-2487.

SICSÚ, A . B. Inovação e Região. Recife: Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP, 2000. 394 p. (Coleção NEAL; 1).

SICSÚ, A . B. Investimentos externos diretos e potencialidades de articulações com empresas de pequeno porte: reflexões sobre o caso brasileiro. In: *ENCONTRO INTERNACIONAL DO RECIFE - AMÉRICA DO SUL 2005 - DESAFIOS E PERSPECTIVAS*, 1. 2000, Recife. Anais... Recife: NEAL/UNICAP, 2000. CD-ROM.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, CAVALCANTI, J. Segmento de Embalagens Plásticas no Nordeste: Visão Sistêmica de Complexos Selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2000. 99 p.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, KATZ, Frederico Jayme. Nordeste e Mercosul: reflexões iniciais sobre conjuntura e perspectivas. In: LIMA, Marcos Costa e MEDEIROS, Marcelo de Almeida. (Orgs.) O Mercosul no Limiar do Século XXI. São Paulo: Cortez, 2000. 328 p. p. 289-299.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Crisis energetica y nuevas tecnologías. In: ALMEIDA, Adiel Teixeira de, SOUZA, Fernando M. Campelo de. (Orgs.) Produção e Competitividade: Aplicações e Inovações. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2000. 366 p. p. 157-174.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, MELO, Dilhermando Augusto de. Centros Universitários de tecnologia: considerações sobre seu mais recente papel na área de extensão. Revista Symposium, Recife, v. 3, n. especial, p. 39-43, dez. 1999. ISNN 0039-7695.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Inovação tecnológica e novos investimentos produtivos: estudos de casos no Nordeste brasileiro. Recife: UFPE/CTG/PPGEP, 1999. Texto para Discussão, 004/99. 19 p.

Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Fronteiras agrícolas no Brasil: a lógica de sua ocupação recente. XXVII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 28., 1999, Belém. Anais... Belém: ANPEC, 1999. v. 1. 735 p. p. 141-160.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Fronteiras agrícolas no Brasil: a lógica de sua ocupação recente. In: ANAIS DO VI SEMINÁRIO MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA PERIFÉRICA, 6. 1999, Recife. Anais... Recife: FUNDAJ 1999, 356 p. p. 289-306.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Inovação tecnológica e investimentos: estudos de casos no Nordeste. Revista Valenciana D'Estudiis Autonòmics, p. 425, apresentado no VIII SEMINÁRIO LATINO-IBEROAMERICANO DE GESTION TECNOLÓGICA – ALTEC99, realizado pela Universidade Politécnica de Valência, 27-29/10/99, em Valência. (resumo).

SICSÚ, Abraham Benzaquen, LIMA, João Policarpo R. Desenvolvimento regional e pólos de base local: reflexões e estudos de caso. In: João Policarpo R. Lima (org.). Economia e região Nordeste e economia regional - Ensaios. Recife: Editora Universitária/UFPE, 1999. 304 p. p. 41-47.

SICSÚ, Abraham Benzaquen et al. Escritório de Integração Tecnológica e de NegóciosI. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NO NORDESTE, 1., 1999, Fortaleza. Anais... Fortaleza: Banco do Nordeste, 1999. 454 p. p. 336-338.

SICSÚ, A . B. Inovação tecnológica e novos investimentos produtivos: análise de setores selecionados no Nordeste brasileiro. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NO NORDESTE, 1., 1999, Fortaleza. Anais... Fortaleza: Banco do Nordeste, 1999. 454 p. p. 349-360.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, LIMA, João .Policarpo R.. Fronteiras agrícolas no Brasil: a lógica de sua ocupação recente Recife, UFPE/PIMES, 1999. (Texto para discussão, 424).

SICSÚ, Abraham Benzaquen, LIMA, João Policarpo R. Desenvolvimento regional e pólos de base regional: reflexões e estudos de caso. In: ENCONTRO NACIONAL DA APDR, 4., 1998, Coimbra-Portugal: Ensino, empresas e território. Actas... 1. Ed. Coimbra - PT: Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, 1998, p. .321-338.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, MAGALHÃES, Eduardo. Papel da Extensão Universitária no Desenvolvimento Universitário. In: Interação Universidade-Empresa. – Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 1998. 389 p. p. 162-179.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. (debatedor). In: Os trópicos na era da globalização Anais da reunião especial comemorativa dos 30 anos do Seminário de Tropicologia, Setúbal, Portugal (1996). Recife: FJN, Ed. Massangana, 1998. 243 p. I Sessão p. 111-114; II Sessão p. 150-152; III Sessão p. 218-221.

Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

DIAS, Adriano Batista, MELO, L. C. P. de., SICSÚ, Abraham Benzaquen. Integração do sistema nacional de C&T: agentes nacionais e estaduais. In: SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 20, 1998, São Paulo. Anais... São Paulo: USP/PGCT, 1998. Em CD-ROM.

SICSÚ, A. B. Recensão do livro: FAUSTO, Boris. Negócios e Ócios: História da Imigração. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 230p. Revista Ciência & Trópico, Recife, v.25, n. 1, p. 124-125, jan./jun. 1997. ISSN 0304-2685.

SICSÚ, A. B., LIMA, João Policarpo. A agroindústria canavieira do Nordeste: o desafio da reestruturação possível. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 3. 1998 , Rio de Janeiro, Anais... Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense 1998. Vol. 3, 1173 p. p. 1030-1042.

SICSÚ, A. B. Setor informal: heterogeneidade e integração. In: Cláudia Correia, Patrícia Bernhoeft , José Farias. (orgs.). Economia Informal e Viabilidade Econômica. Recife: LIBER 1998. 98 p. p. 93-97.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, LIMA, João Policarpo R. Revisitando o setor sucroalcooleiro do Nordeste: o novo contexto e a reestruturação possível. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 29, n. especial, p. 599-614, julho, 1998. ISSN 0100-4956.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, CAVALCANTE, Sueli. Apoio à inovação tecnológica na Zona da Mata pernambucana: dois projetos em setores selecionados. Cadernos de Estudos Sociais. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, v. 14, p. 147-158, jan./jun., 1998. ISSN 0102-4248.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Processos de modernização das fronteiras agrícolas brasileiras: aspectos gerais. In: ENCONTRO DE ECONOMISTAS DE LÍNGUA PORTUGUESA, 3. Macau, ANAIS... Universidade de Macau, Macau: 28-30 de junho de 1998. Vol. 1, 732 p. p. 209-224.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, LIMA, João Policarpo. Revisitando o setor sucroalcooleiro do Nordeste: o novo contexto e a reestruturação possível. Recife, UFPE/PIMES, 1998. (Texto para discussão, n. 408).

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Evolução do paradigma tecnológico industrial e novas formas de apoio às organizações industriais. In: GALVÃO, Olímpio J. de Arroxellas (org.). Ensaios de Economia. Recife: PIMES, UFPE, 1997. 545P. P. 362-376. Edição Comemorativa 30 anos do PIMES 1967-1997.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, DIAS, Adriano Batista. Lições do GTDN e as Perspectivas Industriais Atuais do Nordeste. Revista Econômica do Nordeste - REN, Fortaleza, v. 28, n. 4, p. 491-497, out./dez. 1997. ISSN 0100-4956.

Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

SICSÚ, Abraham Benzaquen. O papel da extensão universitária no desenvolvimento regional: considerações sobre o caso brasileiro. Revista de Ciência e Tecnologia: Política e Gestão para a Periferia[on line], v. 1, n. 1 p. 52-67, jan./dez. 1997. Disponível na Internet via <http://www.fundaj.gov.br/rtec/recitec.html>. ISSN 1415-3262.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Caminhos da Engenharia Consultiva em Pernambuco: Uma Primeira Abordagem. Revista Direção Empresarial, Recife, SEBRAE/PE, Nº 177, set.-out./97, p. 26.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Processos de Modernização das Fronteiras Agrícolas: Aspectos Gerais. In: SEMINÁRIO MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA PERIFÉRICA, 5. Recife 06 e 07 de novembro de 1997. Anais. FUNDAJ, Recife 06 e 07 de novembro de 1997, 191 p. p. 42-60.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, PIRRÓ, y LONGO, Waldimir. Inovação Tecnológica, Brasília, SEBRAE-NA, 1997, 44 p.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Evolução do paradigma tecnológico industrial e novas formas de apoio a organizações industriais. Revista Anais Universitários, Covilhã/Portugal, UBI: No. 7, p. 87-100, 1997.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, LIMA, João Policarpo. Desenvolvimento regional e pólos de base local: reflexões e estudos de caso. Revista Econômica do Nordeste - REN, Fortaleza, v.28, junh./97, p. 169-183. ISSN 0100-4956.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, LIMA, João Policarpo. Desenvolvimento regional e pólos de base local: reflexões e estudos de caso . Recife, UFPE/PIMES, 1997. (Texto para discussão, 386).

SICSÚ, Abraham Benzaquen; DIAS, A.B.; MELO, L.C.P. de. Integração do Sistema Nacional de C&T: agentes nacionais e estaduais. Recife, UFPE/PIMES, 1996. (Texto para discussão, 372).

SICSÚ, Abraham Benzaquen et al. Estudo sobre setores selecionados da indústria de minerais não-metálicos do Nordeste. Recife: SUDENE/FUNDAJ, 1997. 95 p. (Realização do estudo e elaboração do relatório técnico).

SICSÚ, Abraham Benzaquen, SOARES, Márcia Pires, SILVA, Silvio Soares da. Avaliação do Programa da Qualidade Total do SEBRAE/PE. Recife: UFPE - Depto. de Economia/PIMES, 1997. (Texto para discussão, 374).

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Pólos de desenvolvimento de base local: dois estudos de caso em Pernambuco.In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 4., 1996, Covilhã-Portugal. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 1996. Separata, 25 p.

Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

SICSÚ, Abraham Benzaquen; LIMA, João Policarpo. Novas experiências de planejamento em Pernambuco: pólos de desenvolvimento de base local. In: REUNIÃO ESPECIAL DA SBPC. 4., JORNADA UNIVERSITÁRIA DA UEFS, 11, 1996, Feira de Santana-BA. Semi-árido: no terceiro milênio, ainda um desafio. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 1996. 508 p. p. 207-209.

SICSÚ, Abraham Benzaquen et alli. Diagnóstico das Atividades Econômicas do Pólo Gesseiro do Araripe. Recife, SEBRAE/PE/CPRM/SECTA/PE, jun. 1996.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Mudanças tecnológicas e o processo de globalização: novos desafios. Revista Direção Empresarial. Recife, out. 1996. n. 168, p. 14-15.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. et alli. Zona da Mata de Pernambuco: estudo de Alternativas de geração de emprego e renda no meio urbano. Recife:SEBRAE-PE 1996, 139 p.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, MELO, L.C.P. de. Desenvolvimento sustentável para a Zona da Mata de Pernambuco: a dimensão tecnológica, Ed. SEBRAE-PE, Recife, 1995, 41 p.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. A questão regional e o planejamento da ciência e tecnologia: a experiência brasileira. In: SEMINARIO INVESTIGAÇÃO, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO, 1994, Covilhã-Portugal. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 1994. 103 p. p. 78-94.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. Indicadores de C&T no Brasil: Relatório parcial do Grupo de Trabalho Interministerial - MCT/MEC. Brasília, MCT, 1994. 43 P. Participante do Grupo.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Premissas para o novo parâdigma tecnológico-industrial. Direção Empresarial. SEBRAE, Recife, n. 146, outubro de 1994, p. 12.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, DIAS, A. B. Resgatando propostas esquecidas: a preocupação com o avanço tecnológico no GTDN. Anais da 46a. Reunião Anual da SBPC, sec. B-5-060, Vitória-ES, SBPC, 1994, p. 273.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, MELO, L.C.P. de. Informações sobre gastos estaduais em C&T: uma revisão conceitual. Anais da 46a. Reunião Anual da SBPC, sec. B-5-39. Vitória-ES, SBPC, 1994, p. 263. (resumo).

SICSÚ, Abraham Benzaquen.; LIMA, J.P. de. A pequena mineração no Nordeste: suas características e o papel do Estado". Revista Econômica do Nordeste. Recife, v. 25, n. 1, p. 151, janeiro-março de 1994.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, DIAS, A.B. O resgate de propostas esquecidas: a preocupação com o avanço tecnológico. In: ARAÚJO, Tânia Bacelar de et.alli (orgs.) O

Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

GTDN da proposta à realidade - ensaios sobre a questão regional. série Estudos Universitários. Recife, IPESPE/UFPE, 1994. p. 14-17.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Perfil profissional e o novo paradigma tecnológico-industrial. *Jornal do Economista*. Recife, n. 3, ano IX, outubro, 1994, p. 5.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, MELO, L.C.P. de. Implicações do déficit científico e tecnológico brasileiro na retomada do desenvolvimento industrial. Revista Direção Empresarial. SEBRAE, Recife, maio, 1994, n. 141, p. 13.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, MELO, L.C.P. de. Incubadoras e parques tecnológicos: uma necessária visão sistêmica. Cadernos de Estudos Sociais, v. 9, n. 1. Recife: Massangana, janeiro/junho, 1993, p. 79-90. ISSN 0102-4248.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, MELO, L.C.P. de. Implicações do déficit científico e tecnológico brasileiro na retomada do desenvolvimento industrial. *Anais do XIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção - I Congresso Latino-Americano de Engenharia Industrial*, v. II, p. 1168-1171, Florianópolis, 5-8 de outubro de 1993.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Modelo de informação sobre gastos dos estados em C&T: considerações metodológicas. Revista Ciência da Informação, sessão Comunicação, v. 22, n. 2, maio-agosto, 1993, p. 177-180. ISSN 0100-1965.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, MELO. L.C.P. de. Para entender o significado e consequências do déficit científico e tecnológico brasileiro. *Jornal do Economista*. Recife: Bandepe. Ano 8, n. 1, p. 8-9, julho-setembro, 1993.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, MELO, L.C.P. de. Para entender o significado e consequências do déficit científico e tecnológico brasileiro. *Cadernos da ADUFEPE*, N. 1, P. 30-31. Recife, julho de 1993.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. O Plano real e o servidor público - um segundo alerta. *Jornal SINDSEP*, Sec. Opinião, p. 10, Recife, julho de 1993.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. A nova política industrial brasileira: entraves a serem enfrentados. *Anais do I Encontro de Economistas de Língua Portuguesa*, disco 1, c. 2, Porto, Portugal, 1993.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, MELO, L.C.P. de. Aspectos de competitividade da indústria química brasileira. *Anais do III Seminário Modernização Tecnológica Periférica*, p. 88-95. Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 26-27 de novembro de 1992.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, MELO, L.C.P. de. Aspectos de competitividade da indústria química brasileira. Cadernos de Estudos Sociais, v. 8, n. 1, jan./jun., 1992, p. 93-109. ISSN 0102-4248.

Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

SICSÚ, Abraham Benzaquen, SILVA, N. P. da. Regionalização da política nacional de Ciência e Tecnologia. Revista Ciência e Trópico, v. 19, n. 1, p. 85-100, janeiro-junho/1991. ISSN 0304-2685

SICSÚ, Abraham Benzaquen, MELO, L.C.P. de Aspectos de competitividade e a indústria química brasileira. Anais da 44a. Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC, 1992, São Paulo, p. 250 (resumo).

SICSÚ, Abraham Benzaquen, MELO, L.C.P. de Estruturas estaduais de Ciência e Tecnologia: um potencial a explorar. In: MELO, Maria Cristina Pereira de. (Org.) Modernização Tecnológica e Competitividade Industrial, Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1992, p. 65-75.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, SILVA, N.P. da. "Ciência e Cultura no futuro brasileiro: o papel da FUNDAJ". Revista Ciência e Trópico, 1991, v. 19, n. 1, p. 195-202. ISSN 0304-2685.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, SILVA, N.P. da. Regionalização da política nacional de C&T. Revista Ciência e Trópico, v. 19, n. 1, jan./jun. 1991. ISSN 0304-2685.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. et alli. Política científica e tecnológica no Japão, Coréia do Sul e Israel. CETEM, 1991, 101 p.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. A economia nordestina, sua evolução recente e o papel do desenvolvimento tecnológico. Anais do Fórum Paraíba em Debate, Rede Paraibana de Televisão, João Pessoa, 1990.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Evolução e perspectiva tecnológica da indústria nordestina. Seminário de Modernização Tecnológica Periférica, SCT-PE, Recife, 1990.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, LIMA, J.P.R. A pequena mineração no Nordeste: suas características, o papel do Estado e a questão tecnológica. Ciência e Cultura, v. 42, n. 7, p. 431-433, Suplemento, 1990. ISSN 0009-6725.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Regionalização da política de C&T, um assunto atual. Jornal do Commercio, 29 de abril de 1990, p. 12-13.

29 . SICSÚ, Abraham Benzaquen. Crise X Pesquisa: desmonte de inteligência. Resumos do III Seminário Universitário de Pesquisa de docentes da UFBA. Salvador, UFBA, P. 425-427

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Os servidores da ANE e sua visão do CNPq. Jornal da ASCON, Ano 4, n. 15, setembro de 1989, p. 13-14.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Ciência, tecnologia e desenvolvimento. IV Semana de Química Fundamental e Tecnologia - Resumos 89. SBQ, 1989.

Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

SICSÚ Abraham Benzaquen. Adaptação às mudanças tecnológicas no Japão: o sistema de educação superior e sua estrutura. Ciência e Cultura, 41 (7) Suplemento, 1989. ISSN 0009-6725.

SICSÚ, Abraham Benzaquen et alli A regionalização da política nacional de C&T: uma proposta. Texto de referência do Seminário Nordestino de Integração Universidade e Desenvolvimento Regional, UFPB, 1988, p. 61-66.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Regionalização da política de C&T, Jornal do Comércio, 14 de agosto de 1988.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Uma política adequada à pequena mineração. Brasil Mineral, 55, p. 34-37, junho 1988.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, MELO, L.C.P. de. Energia e meio ambiente: contribuição para o planejamento do desenvolvimento. Ciência e Cultura, 40 (7) Suplemento, 1988. ISSN 0009-6725.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Política tecnológica e política industrial: uma reflexão sobre o caso brasileiro. Política Científica e Tecnológica. Tomo I, Primeiro Simpósio, 1988.

Pernambuco. Secretaria de Planejamento. Proposta do Grupo Assessor de C&T: ações do Governo de Pernambuco em Ciência e Tecnologia. Recife, SEPLAN, 1987.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, PESSINI, J.E. Política industrial e política tecnológica - um conceito de planejamento". Ciência e Cultura, 39 (7), Suplemento, 1987. ISSN 0009-6725.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. A política energética: o segredo é flexibilidade. Diário de Pernambuco, 23 de fevereiro de 1986.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, MELO, L.C.P. de Indústria de alta tecnologia no Nordeste: potencialidades e perspectivas. Anais do XIV Encontro Nacional de Economia, ANPEC, 1986.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, MELO, L.C.P. de. Ciência e tecnologia para o Nordeste: um debate que precisa continuar. Diário de Pernambuco, 16 de março de 1986.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Planejamento falho impede evolução da tecnologia no Nordeste. Diário de Pernambuco, 2 de março de 1986.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. A dependência do petróleo é uma questão superada?. Revista Senhor, n. 203, p. 42, fevereiro de 1985.

Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsu

SICSÚ, Abraham Benzaquen. O setor energético no contexto do desenvolvimento brasileiro. Tese de doutoramento, UNICAMP, Campinas, 1985.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, DIAS, A.B. Crise e mudança: o impacto das alterações no setor energético sobre a indústria automobilística. Ciência e Cultura, Suplemento, v. 36, Fase 7 (07/85). ISSN 0009-6725.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, SALGADO, S. R. Reflexões sobre o setor mineral no Nordeste. Ciências da Terra, n. 9, p. 36-40, 1984.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, LIMA, J.P.R. O impasse do Pró-Álcool: considerações sobre causas e efeitos. Anais do X Encontro Nacional de Economia, ANPEC, 1982 (este artigo foi publicado na íntegra no Diário de Pernambuco, nos dias 22 e 23 de maio de 1982).

SICSÚ, Abraham Benzaquen. A questão do alumínio no Brasil (resenha). Revista Brasileira de Tecnologia, v. 12, n. 3, julho-setembro 1981, p. 15.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, PRADO, G.M. Ciência e Tecnologia e a nova questão regional: situação atual e aspectos históricos. ANE, CNPq. Recife, 1981. Mimeografado.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. O fator tecnológico e o Modelo de pólos industriais de desenvolvimento no Nordeste: um estudo de caso. Anais do Encontro Nacional de Economia, ANPEC, 1982 (trabalho publicado nos Anais do Seminário Internacional Balance, perspectivas, alternativas de las políticas científico-tecnológicas en America Latina, realizado no México, em novembro de 1982).

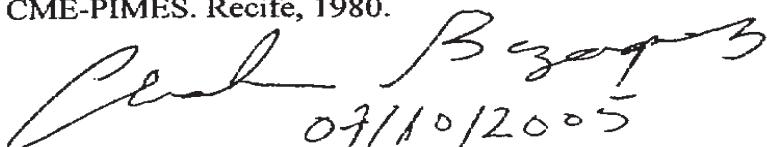
SICSÚ, Abraham Benzaquen, LIMA, J.P.R. Energia renovável: oferta da mandioca e produção de álcool em Pernambuco como um caso exemplo. Anais do IX Encontro Nacional de Economia, ANPEC, Olinda, 1981.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, DIAS, A.B., KATZ, Frederico Jayme. Mandioca e Cana-de-Açúcar: exploração sobre um talvez feliz complementaridade. Revista de Economia Rural, v. 19, n. 1, janeiro-março de 1981, p. 35-49.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Perfil da indústria extractiva mineral no Nordeste. ANE-CNPq, Recife, 1981, mimeografado.

ANE/CTM. Perfil do setor mineral do Norte. ANE-CNPq, Recife, 1981, Mimeografado (trabalho coordenado por Abraham B. Sicsú).

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Um estudo da viabilidade da utilização da cana-de-açúcar e da mandioca como insumos complementares para obtenção de Álcool no Estado de Pernambuco. Série Dissertações, CME-PIMES. Recife, 1980.


07/10/2005

Aviso nº 1.062 – C. Civil

Em 7 de outubro de 2005

A Sua Excelência o Senhor
 Senador Efraim Moraes
 Primeiro Secretário do Senado Federal
 Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,
 Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual
 o Excelentíssimo Senhor Presidente da República sub-
 mete à consideração dessa Casa o nome do Senhor
 Abraham Benzaquen Sicsú para exercer o cargo de
 Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa
 Econômica – CADE.

Atenciosamente, **Dilma Rousseff**, Ministra de
 Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da Re-
 pública.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
 – As mensagens que acabam de ser lidas vão à Co-
 missão de Assuntos Econômicos.

Sobre a mesa, Proposta de Emenda à Constitui-
 ção que passo a ler.

É lida a seguinte:

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
 Nº 60, DE 2005**

**Altera a redação dos arts. 34, 35, 144,
 160 e 167 da Constituição Federal e insere
 artigo no Ato das Disposições Constitucio-
 nais Transitórias, dispondo sobre a obriga-
 toriedade de aplicação de recursos na área
 de segurança pública.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Se-
 nado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Con-
 stituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao
 texto constitucional:

Art. 1º A alínea e do inciso VII do art. 34 passa a
 vigorar com a seguinte redação:

“Art. 34.

.....

VII –

.....

e) aplicação do mínimo exigido da receita
 resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na ma-
 nutenção e no desenvolvimento do ensino e
 nas ações e nos serviços públicos de saúde
 e segurança.” (NR)

Art. 2º O inciso III do art. 35 passa a vigorar com
 a seguinte redação:

“Art. 35.

.....

III – não tiver aplicado o mínimo exigido
 da receita municipal na manutenção e desen-
 volvimento do ensino e nas ações e serviços
 públicos de saúde e segurança;
 “(NR)

Art. 3º Acrescente-se ao art. 144 o seguinte § 10:

“Art. 144.

.....

§ 10. Os recursos destinados às ações
 ou aos órgãos a que se refere este artigo não
 serão objeto de quaisquer formas de limitação
 de empenho e movimentação financeira ou de
 desvinculação.” (NR)

Art. 4º parágrafo único do art. 160 passa a vigorar
 com a seguinte redação:

Art. 160.

Parágrafo único. A vedação prevista nes-
 te artigo não impede a União e os Estados de
 condicionar a entrega de recursos:

I – ao pagamento de seus créditos, in-
 clusivo de suas autarquias;
 II – ao cumprimento do disposto no art.
 198, § 2º incisos II e III, e no art. 95 do Ato
 das Disposições Constitucionais Transitórias.
 “ (NR)

Art. 5º O inciso IV do art. 167 passa a vigorar com
 a seguinte redação:

“Art. 167.

.....

IV – a vinculação de receita de impos-
 tos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas
 a repartição do produto da arrecadação dos
 impostos a que se referem os arts. 158 e 159,
 a destinação de recursos para as ações e
 os serviços públicos de segurança e saúde
 e para manutenção e desenvolvimento do
 ensino, como determinado, respectivamente,
 pelo art. 95 do Ato das Disposições Cons-
 titucionais Transitória, e pelos arts. 198, §
 e 212 desta Constituição, e a prestação de
 garantias às operações de crédito por an-
 tecipação de receita, prevista no art. 165, §
 8º, bem como o disposto no § 4º deste arti-
 go.” (NR)

Art. 6º O Ato das Disposições Constitucionais
 Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte
 artigo

Art. 95. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios ficam obrigados a aplicar, por cinco anos, contados da vigência desta Emenda, em ações de segurança pública, percentuais mínimos das suas receitas de impostos, calculados da seguinte forma":

I – União, pelo menos quinze por cento do montante da arrecadação dos impostos previstos no art. 153, deduzidos os valores transferidos aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal por força do disposto no art. 159;

II – Estados, pelo menos sete por cento do montante da arrecadação dos impostos previstos no art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, deduzidos as parcelas transferidas para os Municípios;

III – Distrito Federal, pelo menos cinco por cento do montante da arrecadação dos impostos referidos nos arts. 155 e 156, acrescida dos recursos de que tratam os arts. 157 e 158, sem prejuízo dos recursos transferidos pela União por força do disposto no art. 21, inciso XIV;

IV – Municípios, pelo menos um por cento do montante da arrecadação dos impostos previstos no art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e 159.

§ 1º Para efeito de apuração dos percentuais mínimos a que se refere este artigo, serão considerados os gastos relativos às seguintes ações:

I – as desenvolvidas pelos órgãos relacionados no **caput**;

II – as previstas no § 8º deste artigo;

III – as voltadas, de forma especial, à prevenção da criminalidade e da violência;

IV – no caso dos Municípios:

a) as destinadas à cooperação com a União e o Estado no desenvolvimento de ações de segurança pública;

b) as destinadas a motivas organizar e apoiar ações comunitárias voltadas à prevenção da criminalidade e da violência e à autodefesa;

V – as destinadas à ampliação e modernização do sistema penitenciário.

§ 2º O Distrito Federal e os Municípios terão o prazo de até dois anos, contado a partir da vigência desta Emenda, para alcançar os percentuais mínimos de impostos aplicados em ações de segurança pública a

que se refere o inciso IV do **caput** deste artigo. "(NR)

Art. 7º O Poder Executivo deverá promover, no prazo de um ano, contado da vigência desta Emenda, os ajustes orçamentários necessários ao cumprimento dos cronogramas de desembolso dos contratos de financiamentos externos em execução para a área de segurança pública, de forma a não prejudicar o desenvolvimento das respectivas ações.

Art. 8º Esta Emenda entra em vigor no exercício financeiro subsequente ao de sua promulgação.

Justificação

A sociedade brasileira tem insistente e manifestado a sua preocupação com a segurança pública, em face do expressivo aumento da criminalidade no País. Nas recentes pesquisas de opinião, preponderante parcela da população aponta o quesito segurança como o fator que mais a preocupa no momento. Particularmente nos maiores centros urbanos, há um grande número de jovens e adultos excluídos, sem emprego e com poucas perspectivas, desassistidos pelo Poder Público até em suas mais elementares necessidades e aspirações, como saúde, moradia, educação e segurança. Tal quadro facilita e estimula a ação de grupos criminosos que, não raro, substituem o Estado em vastas áreas nas grandes metrópoles.

Na área rural, o recrudescimento das ações dos movimentos sociais tem levado a muitas e, por vezes, violentas demandas e disputas entre fazendeiros e trabalhadores da agricultura, mormente os chamados "sem-terra".

As investigações sobre o avanço e a impunidade do narcotráfico têm revelado ao País dados estarrecedores sobre a extensão e as ramificações do crime organizado. Essa forma criminal está assumindo proporções de verdadeira instituição, corrompendo as organizações públicas e privadas, até mesmo aquelas responsáveis pelo controle da criminalidade e da violência.

Neste contexto, a garantia da segurança aos cidadãos desponta hoje como um dos grandes desafios para os governos federal, estaduais e municipais e para a sociedade civil.

Para o enfrentamento desse desafio, profundas mudanças nas políticas de segurança pública se fazem necessárias. Essas mudanças devem envolver não só a modernização e reestruturação dos órgãos policiais, no âmbito da União e dos Estados, que se mostram desaparelhados e impotentes para controlar a violência, mas, principalmente, uma maior participação dos governos municipais e da sociedade civil.

EVOLUÇÃO ORÇAMENTO FNSP - 2001 / 2006

EXERCÍCIO	AUTORIZADO (A)	LIQUIDADO (B)	PL	Em R\$ 1,00 % B/A
2001	406.448.559	402.626.574		99,06
2002	365.927.065	328.860.067		89,87
2003	392.619.266	304.854.050		77,65
2004	344.748.493	283.870.270		82,34
2005	412.936.600	17.629.355		4,27
2006			354.600.000	

A União, com apoio do Congresso Nacional, tem se mostrado sensível ao problema. Nesse sentido, o Governo Federal ampliou sensivelmente os recursos destinados à reestruturação e modernização dos órgãos de segurança federais e instituiu, em 2001, o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, que tem possibilitado o apoio a projetos de segurança pública e prevenção ao crime, desenvolvidos pelos Estados e Municípios, com objetivo de definir e implementar iniciativas, de caráter preventivo e repressivo, bem como aquelas destinadas à reorganização e modernização das próprias instituições de segurança pública. Não obstante, premido por demandas de ou-

tras áreas, o Governo Federal não tem destinado os recursos suficientes para atender às demandas dessa área, verificando uma diminuição progressiva no percentual da execução orçamentária do FNSP, até atingir, no corrente exercício o baixo percentual de execução de apenas 4,27% do autorizado, conforme abaixo demonstrado:

A evolução do orçamento da Polícia Federal, no período de 2001 a 2006, a seguir demonstrado, aponta o esforço do Governo Federal para ampliar os recursos destinados às ações de segurança pública de competência da União, conforme dispõe a Constituição Federal (art. 144, § 1º):

EVOLUÇÃO ORÇAMENTO DA POLÍCIA FEDERAL - 2001 / 2006

EXERCÍCIO	DEPTO. POLÍCIA FEDERAL		FUNAPOL		TOTAL		
	AUTORIZADO	LIQUIDADO	AUTORIZADO	LIQUIDADO	AUTORIZADO (A)	LIQUIDADO (B)	(B/A) %
2001	1.432.803.462	1.366.333.373	210.668.432	183.882.716	1.643.471.894	1.550.216.089	94,33
2002	1.566.334.939	1.535.403.730	282.139.582	210.024.048	1.848.474.521	1.745.427.778	94,43
2003	1.732.940.740	1.700.973.496	244.807.632	160.502.434	1.977.748.372	1.861.475.830	94,12
2004	2.065.615.495	2.039.093.215	220.706.367	188.277.494	2.286.321.862	2.227.370.709	97,42
2005	2.250.296.074	1.284.890.673	326.141.842	73.876.106	2.576.437.916	1.358.766.779	52,74
2006 (*)	2.348.292.905		315.147.476		2.663.440.381		

(*) Projeto de Lei

De outro lado, a evolução do orçamento do Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN, no período de 2001 a 2003, abaixo demonstrada, não tem atendido às crescentes demandas dessa área, registrando-se que o orçamento autorizado para o corrente exercício, em valores nominais, é ligeiramente inferior ao executado em 2001. Além do mais, o projeto de lei, para o exercício de 2006, enviado pelo Poder Executivo consigna uma dotação que

representa, percentualmente, apenas 60,31% do autorizado para o corrente exercício. Essa significativa diminuição da dotação destinada ao Funpen se deve à perda da participação desse Fundo nas receitas provenientes das custas judiciais que, por força da promulgação da Emenda Constitucional nº 45, de 2004, passaram a ser destinadas exclusivamente ao custeio dos serviços afetos às atividades específicas da Justiça.

EVOLUÇÃO ORÇAMENTO DO FUNPEN - 2001 / 2006

EXERCÍCIO	AUTORIZADO (A)	LIQUIDADO (B)	Em R\$ 1,00 (B/A) %
2001	288.295.914	265.239.053	92,00
2002	308.757.559	132.624.538	42,95
2003	216.032.429	121.410.415	56,20
2004	166.157.349	146.133.512	87,95
2005	272.012.827	26.080.436	9,59
2006 (*)	164.062.881		

(*) Projeto de Lei

Estamos conscientes de que o simples aumento dos recursos para ações de policiamento não é suficiente para resolver o problema, vez que o agravamento da criminalidade e da violência se deve muito mais à atual concepção de segurança pública e da dimensão da crise social enfrentada pelo País. No entanto, também estamos certos de que se faz necessária, com urgência, a alocação de recursos adicionais para melhor estruturar e modernizar os organismos estatais, assim como estimular e apoiar iniciativas de caráter preventivo e de autodefesa da sociedade civil.

É com esse objetivo que estamos apresentando a presente Proposta de Emenda Constitucional, a qual define percentual mínimo das receitas de impostos, a serem obrigatoriamente aplicados pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios

em ações de segurança pública. O estabelecimento do limite de cinco anos permite averiguar os efeitos da Emenda e ajustar a vinculação dos recursos às novas necessidades.

Ressalte-se que, relativamente às ações de policiamento propriamente ditas, procuramos preservar as competências originalmente estabelecidas pela Constituição, vez que os recursos mínimos a serem aplicados pelos Municípios destinam-se às ações de caráter preventivo e àquelas voltadas a estimular e apoiar iniciativas comunitárias similares.

Trata-se de uma proposta preliminar que esperamos possa ser aperfeiçoada, mediante a contribuição dos eminentes Pares, de forma a torná-la capaz de contribuir para melhorar a precária situação da segurança pública em nosso País.

Sala das Sessões, 24 de

refugio | de 2005 Reyan Calli

Senador	Assinatura
1. Valdeci Vaqueiro	TASSO TEREZINHO
2. José Múcio	JOSÉ MÚCIO
3. Patricia Saboia	PATRÍCIA SABOIA
4. Júlio Magalhães	JÚLIO MAGALHÃES
5. Mário Covas	MÁRIO COVAS
6. Jônio Teixeira	JÔNIO TEIXEIRA
7. Leonel Quintanilha	LEONEL QUINTANILHA

8.	Magno Malta	Magno Malta
9.	Edoardo Noronha	Edoardo Noronha
10.	Lucia Vania	Lucia Vania
11.	Fernando Souza	Fernando Souza
12.	Ana Julia Carepa	ANA JULIA CAREPA
13.	João Baptista Motta	João Baptista Motta
14.	Aloisio Marcondes	Aloisio Marcondes
15.	Cristovam	Cristovam
16.	Valdir Rupp	Valdir Rupp
17.	Gilberto Mestrinho	Gilberto Mestrinho
18.	Idel Salvatti	Idel Salvatti
19.	Garibaldi A. Freitas	Garibaldi A. Freitas
20.	Waldenor Salomão	Waldenor Salomão
21.	Gilberto Goellner	Gilberto Goellner
22.	Edison Lobão	Edison Lobão
23.	Reginaldo Souza	Reginaldo Souza
24.	José Alberto Souza	José Alberto Souza
25.	Edvaldo Azeredo	Edvaldo Azeredo
26.	Romeu Tavares	Romeu Tavares
27.	Paulo P. Páes	Paulo P. Páes
28.	Lucas Tavares	Lucas Tavares
29.	Eduardo Ribeiro	Eduardo Ribeiro
30.	Mozarinho	Mozarinho
31.	Osmane Dias	Osmane Dias
32.	Heráclito Soárez	Heráclito Soárez
33.	Sérgio Zanchi	Sérgio Zanchi
34.		
35.		

LEGISLAÇÃO CITADA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para:

- I - manter a integridade nacional;
- II - repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra;
- III - pôr termo a grave comprometimento da ordem pública;
- IV - garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação;
- V - reorganizar as finanças da unidade da Federação que:
 - a) suspender o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, salvo motivo de força maior;
 - b) deixar de entregar aos Municípios receitas tributárias fixadas nesta Constituição dentro dos prazos estabelecidos em lei;
 - VI - prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial;
 - VII - assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais:
 - a) forma republicana, sistema representativo e regime democrático;
 - b) direitos da pessoa humana;
 - c) autonomia municipal;
 - d) prestação de contas da administração pública, direta e indireta;
 - e) aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.

Art. 35. O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando:

- I - deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada;
- II - não forem prestadas contas devidas, na forma da lei;
- III - não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde;
- IV - o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I - polícia federal;
- II - polícia rodoviária federal;
- III - polícia ferroviária federal;
- IV - polícias civis;
- V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;
IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

§ 2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

§ 3º A polícia ferroviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.

§ 4º Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 7º A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.

§ 8º Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuiser a lei.

§ 9º A remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos relacionados neste artigo será fixada na forma do § 4º do art. 39.

.....

Art. 160. É vedada a retenção ou qualquer restrição à entrega e ao emprego dos recursos atribuídos, nesta Seção, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, neles compreendidos adicionais e acréscimos relativos a impostos.

Parágrafo único. A vedação prevista neste artigo não impede a União e os Estados de condicionarem a entrega de recursos:

- I - ao pagamento de seus créditos, inclusive de suas autarquias;
 - II - ao cumprimento do disposto no art. 198, § 2º, incisos II e III.
-

Art. 167. São vedados:

I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo;

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII - a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII - a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 165, § 5º;

IX - a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa;

X - a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

XI - a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, a, e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.

§ 1º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 3º A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.

§ 4º É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os arts. 155 e 156, e dos recursos de que tratam os arts. 157, 158 e 159, I, a e b, e II, para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta.

Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:

I - importação de produtos estrangeiros;

II - exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados;

III - renda e proventos de qualquer natureza;

IV - produtos industrializados;

V - operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários;

VI - propriedade territorial rural;

VII - grandes fortunas, nos termos de lei complementar.

§ 1º - É facultado ao Poder Executivo, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas dos impostos enumerados nos incisos I, II, IV e V.

§ 2º - O imposto previsto no inciso III:

I - será informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da progressividade, na forma da lei;

~~II - não incidirá, nos termos e limites fixados em lei, sobre rendimentos provenientes de apensadoria e pensão, pagos pela previdência social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a pessoa com idade superior a sessenta e cinco anos, cuja renda total seja constituída, exclusivamente, de rendimentos do trabalho. (Revogado pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)~~

§ 3º - O imposto previsto no inciso IV:

I - será seletivo, em função da essencialidade do produto;

II - será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores;

III - não incidirá sobre produtos industrializados destinados ao exterior.

IV - terá reduzido seu impacto sobre a aquisição de bens de capital pelo contribuinte do imposto, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

~~§ 4º - O imposto previsto no inciso VI terá suas alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas e não incidirá sobre pequenas glebas rurais, definidas em lei, quando as explore, só ou com sua família, o proprietário que não possua outro imóvel.~~

<P

§ 4º O imposto previsto no inciso VI do caput: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

I - será progressivo e terá suas alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

II - não incidirá sobre pequenas glebas rurais, definidas em lei, quando as explore o proprietário que não possua outro imóvel; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

III - será fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

§ 5º - O ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial, sujeita-se exclusivamente à incidência do imposto de que trata o inciso V do "caput" deste artigo, devido na operação de origem; a alíquota mínima será de um por cento, assegurada a transferência do montante da arrecadação nos seguintes termos:

I - trinta por cento para o Estado, o Distrito Federal ou o Território, conforme a origem;

II - setenta por cento para o Município de origem.

.....

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993) ✓

I - transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

III - propriedade de veículos automotores. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

§ 1.º O imposto previsto no inciso I: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

I - relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Estado da situação do bem, ou ao Distrito Federal

II - relativamente a bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal;

III - terá competência para sua instituição regulada por lei complementar:

- a) se o doador tiver domicílio ou residência no exterior;
- b) se o de cujus possuía bens, era residente ou domiciliado ou teve o seu inventário processado no exterior;

IV - terá suas alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal;

§ 2.º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

I - será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal;

II - a isenção ou não-incidência, salvo determinação em contrário da legislação:

a) não implicará crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes;

b) acarretará a anulação do crédito relativo às operações anteriores;

III - poderá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços;

IV - resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos Senadores, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação;

V - é facultado ao Senado Federal:

a) estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta de seus membros;

b) fixar alíquotas máximas nas mesmas operações para resolver conflito específico que envolva interesse de Estados, mediante resolução de iniciativa da maioria absoluta e aprovada por dois terços de seus membros;

VI - salvo deliberação em contrário dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do disposto no inciso XII, "g", as alíquotas internas, nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, não poderão ser inferiores às previstas para as operações interestaduais;

VII - em relação às operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado, adotar-se-á:

a) a alíquota interestadual, quando o destinatário for contribuinte do imposto;

b) a alíquota interna, quando o destinatário não for contribuinte dele;

VIII - na hipótese da alínea "a" do inciso anterior, caberá ao Estado da localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual;

IX - incidirá também:

a) sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade, assim como sobre o serviço prestado no exterior, cabendo o imposto ao Estado onde estiver situado o domicílio ou o estabelecimento do destinatário da mercadoria, bem ou serviço; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

b) sobre o valor total da operação, quando mercadorias forem fornecidas com serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios;

X - não incidirá:

a) sobre operações que destinem mercadorias para o exterior, nem sobre serviços prestados a destinatários no exterior, assegurada a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

b) sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica;

c) sobre o ouro, nas hipóteses definidas no art. 153, § 5º;

d) nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

XI - não compreenderá, em sua base de cálculo, o montante do imposto sobre produtos industrializados, quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização, configure fato gerador dos dois impostos;

XII - cabe à lei complementar:

a) definir seus contribuintes;

b) dispor sobre substituição tributária;

c) disciplinar o regime de compensação do imposto;

d) fixar, para efeito de sua cobrança e definição do estabelecimento responsável, o local das operações relativas à circulação de mercadorias e das prestações de serviços;

e) excluir da incidência do imposto, nas exportações para o exterior, serviços e outros produtos além dos mencionados no inciso X, "a"

f) prever casos de manutenção de crédito, relativamente à remessa para outro Estado e exportação para o exterior, de serviços e de mercadorias;

g) regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

h) definir os combustíveis e lubrificantes sobre os quais o imposto incidirá uma única vez, qualquer que seja a sua finalidade, hipótese em que não se aplicará o disposto no inciso X, b; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

i) fixar a base de cálculo, de modo que o montante do imposto a integre, também na importação do exterior de bem, mercadoria ou serviço. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

§ 3º À exceção dos impostos de que tratam o inciso II do *caput* deste artigo e o art. 153, I e II, nenhum outro imposto poderá incidir sobre operações relativas a energia elétrica, serviços de telecomunicações, derivados de petróleo, combustíveis e minerais do País. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

§ 4º Na hipótese do inciso XII, h, observar-se-á o seguinte: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

I - nas operações com os lubrificantes e combustíveis derivados de petróleo, o imposto caberá ao Estado onde ocorrer o consumo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

II - nas operações interestaduais, entre contribuintes, com gás natural e seus derivados, e lubrificantes e combustíveis não incluídos no inciso I deste parágrafo, o imposto será repartido entre os Estados de origem e de destino, mantendo-se a mesma proporcionalidade que ocorre nas operações com as demais mercadorias; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

III - nas operações interestaduais com gás natural e seus derivados, e lubrificantes e combustíveis não incluídos no inciso I deste parágrafo, destinadas a não contribuinte, o imposto caberá ao Estado de origem; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

IV - as alíquotas do imposto serão definidas mediante deliberação dos Estados e Distrito Federal, nos termos do § 2º, XII, g, observando-se o seguinte: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

a) serão uniformes em todo o território nacional, podendo ser diferenciadas por produto; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

b) poderão ser específicas, por unidade de medida adotada, ou *ad valorem*, incidindo sobre o valor da operação ou sobre o preço que o produto ou seu similar alcançaria em uma venda em condições de livre concorrência; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

c) poderão ser reduzidas e restabelecidas, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, b. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

§ 5º As regras necessárias à aplicação do disposto no § 4º, inclusive as relativas à apuração e à destinação do imposto, serão estabelecidas mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do § 2º, XII, g. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

§ 6º O imposto previsto no inciso III: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

I - terá alíquotas mínimas fixadas pelo Senado Federal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

II - poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e utilização. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

**Seção V
DOS IMPOSTOS DOS MUNICÍPIOS**

Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I - propriedade predial e territorial urbana;

II - transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;

III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

§ 1º Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o art. 182, § 4º, inciso II, o imposto previsto no inciso I poderá:(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

I - ser progressivo em razão do valor do imóvel; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

II - ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

§ 2º - O imposto previsto no inciso II:

I - não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;

II - compete ao Município da situação do bem.

§ 3º Em relação ao imposto previsto no inciso III do *caput* deste artigo, cabe à lei complementar:(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

I - fixar as suas alíquotas máximas e mínimas;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

II - excluir da sua incidência exportações de serviços para o exterior. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

III - regular a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

**Seção VI
DA REPARTIÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS**

Art. 157. Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal:

I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

II - vinte por cento do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência que lhe é atribuída pelo art. 154, I.

Seção VI
DA REPARTIÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS

Art. 158. Pertencem aos Municípios:

I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

II - cinqüenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese da opção a que se refere o art. 153, § 4º, III; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

III - cinqüenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;

IV - vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Parágrafo único. As parcelas de receita pertencentes aos Municípios, mencionadas no inciso IV, serão creditadas conforme os seguintes critérios:

I - três quartos, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios;

II - até um quarto, de acordo com o que dispuser lei estadual ou, no caso dos Territórios, lei federal.

Art. 159. A União entregará:

I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e sete por cento na seguinte forma:

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semiárido do Nordeste a metade dos recursos destinados à Região, na forma que a lei estabelecer;

II - do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

III - do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, 29% (vinte e nove por cento) para os Estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que se refere o inciso II, c, do referido parágrafo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 44, de 2004)

§ 1º - Para efeito de cálculo da entrega a ser efetuada de acordo com o previsto no inciso I, excluir-se-á a parcela da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza pertencente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos do disposto nos arts. 157, I, e 158, I.

§ 2º - A nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a que se refere o inciso II, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a esses, o critério de partilha nele estabelecido.

§ 3º - Os Estados entregará aos respectivos Municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem nos termos do inciso II, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, I e II.

§ 4º Do montante de recursos de que trata o inciso III que cabe a cada Estado, vinte e cinco por cento serão destinados aos seus Municípios, na forma da lei a que se refere o mencionado inciso. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1º - A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º - Para efeito do cumprimento do disposto no "caput" deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§ 3º - A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, nos termos do plano nacional de educação.

§ 4º - Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§ 5º O ensino fundamental público terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas, na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

Seção II DOS ORÇAMENTOS

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

§ 8º - A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

Art. 167. São vedados:

§ 4º É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os arts. 155 e 156, e dos recursos de que tratam os arts. 157, 158 e 159, I, a e b, e II, para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

Art. 21. Compete à União:

XIV - organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes nos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

GLPMDB Nº 400/2005

Brasília, 21 de outubro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Romero Jucá, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha, na suplência da Comissão de Desenvolvimento Regional – CDR.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

GLPMDB Nº 401/2005

Brasília, 21 de outubro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Romero Jucá, em vaga existente, na suplência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 111/05

Brasília, 24 de outubro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador Antero Paes de Barros, pelo Senador Arthur Virgílio, como membro suplente, na vaga destinada ao Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos.

Cordialmente, – Senador **José Jorge**, Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra à nobre Senadora Serys Slhessarenko por cessão do Senador José Maranhão.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT)

– MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, falei hoje sobre uma questão da mais alta relevância para o nosso Estado de Mato Grosso, que é a questão da infra-estrutura, que envolve, entre outros temas, estradas e energia.

O nosso Mato Grosso é um Estado eminentemente produtor de matéria-prima, especialmente para exportação, um Estado de grandeza territorial, um Estado de terras férteis, um Estado cujo povo – os que lá vivem, os que lá nasceram, os que para lá foram – é de uma determinação ímpar em termos de trabalho e de produção.

Mas temos grandes dificuldades. E uma delas é a questão das estradas. Temos várias estradas federais que cortam o nosso Estado de Mato Grosso, como a 364, a 163, a 158. Inclusive, na sexta-feira que passou, estive em São Félix do Araguaia, um Município que fica à beira da BR-158 e que tem um potencial turístico, um potencial de produção gigantesco, mas as dificuldades para lá se chegar são grandes.

Cada vez que vou à região do Araguaia, sinto bem de perto a dificuldade que a população que mora na região tem, especialmente nestes dois setores: energia e estradas.

Como disse aqui, meu compromisso de trabalhar por investimentos na infra-estrutura terrestre é uma bandeira que empunho desde que cheguei no Senado da República com muita determinação, exatamente por entender que a melhoria das condições de trafegabilidade de nossas rodovias é garantia certa de desenvolvimento para o nosso Estado de Mato Grosso e, consequentemente, para o Brasil. Mato Grosso depende, para o seu desenvolvimento, de boas estradas, e, por isso, não posso aceitar que a nossa mais importante fronteira agrícola não esteja totalmente integrada ao restante do Brasil e do mundo.

Já tive oportunidade de abordar esse assunto por inúmeras vezes. É comum e até rotineiro assistirmos, todos os anos, pela imprensa nacional, o drama dos motoristas em Mato Grosso, principalmente em época de chuva, que, isolados, não conseguem levar a produção obtida aos grandes centros exportadores. São filas e mais filas de caminhões que se formam em nossas estradas, muitas vezes sem nenhuma condição de trafegabilidade.

Essa lógica, portanto, precisa ser alterada. Nossos produtos, de qualidade inigualável, perdem em competitividade, exatamente num item em que outros países não vacilam um só segundo.

O Governo do Presidente Lula tem se esforçado para dar boas condições de trafegabilidade às nossas rodovias federais. Os investimentos em Mato Grosso aos poucos vão surgindo e as estradas, finalmente, vão se tornando trafegáveis.

Abro um parêntese aqui para elogiar a atuação de dois aliados de Mato Grosso, que estão contribuindo enormemente para a solução de nossos graves problemas de infra-estrutura terrestre: o Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, e o Diretor de Infra-Estrutura Terrestre do Dnit, o companheiro Ideraldo Caron, duas pessoas que não têm medido esforços. E sabemos que as dificuldades são muitas, porque o abandono através dos tempos foi muito grande.

Entendo que se os chamados "eixos" estruturantes (BR-364, BR-158, BR-163 e BR-242) estiverem totalmente asfaltados, bem sinalizados e com acostamentos bem definidos, aí sim teremos recordes de produção e nossa balança comercial, principalmente no item exportação, terá poder de competitividade de primeiro mundo.

Estamos trabalhando para isso. Estamos concluindo a BR-364, trecho Diamantino, Sapezal, Comodoro, e, em uma parceria entre o Governo de Mato Grosso e o Governo Federal, asfaltaremos o que resta da BR-158 no nosso Estado. Para que isso aconteça, registro que a Bancada Federal do nosso Estado destinou suas emendas individuais deste ano para esse fim. Toda a Bancada de Mato Grosso, Deputados e Senadores, independentes da coloração partidária, juntos, conseguimos agrupar R\$30 milhões, o que possibilitará a assinatura do convênio de parceria com o Governo do Estado, bem como possibilitará iniciar não só o asfalto, como a construção das pontes.

Na BR-163, tanto do lado do Pará, quanto de Mato Grosso, o Governo do Presidente Lula criou uma força-tarefa, envolvendo sete Ministérios, ONGs e ambientalistas que estão trabalhando a todo vapor para que as obras começem. Essa obra é tão fundamental que o Governo Federal a colocou no Projeto-Piloto de Investimento, o chamado PPI. E na ordem de prioridade, este é o primeiro item do PPI.

Como plano emergencial, o Dnit licitou também três chamados Creminhas (Plano de Conservação Rodoviária), para que a BR-163, em Mato Grosso, possa ser plenamente trafegável.

Sr. Presidente, desde o início do nosso mandato deparamos com as dificuldades das estradas em Mato Grosso mais detidamente. Sabíamos dessas dificulda-

des, mas a partir do momento em que assumimos o compromisso de buscar uma solução para as estradas federais de Mato Grosso, realmente pudemos passar por elas e ver as dificuldades que aqueles que precisam dessas estradas para escoar a produção e para transitar vivenciam no dia-a-dia.

A BR-364, que foi iniciada, encontra-se praticamente com três trechos quase terminados. É o trecho de Comodoro a Sapezal; a travessia de Sapezal, de Campos de Julho e a chegada do asfalto de Novo Diamantino até o Posto Zuli, onde a BR-364 pega um trecho de estrada MT, ou seja, estrada estadual. A BR-364 não ficará pronta, mas terá trafegabilidade em toda a sua extensão, por asfalto. Falo de um roteiro diferenciado, pegando o trecho de uma estrada estadual de Mato Grosso, o que é da maior relevância. Dispus-me, desde o dia em que aqui entrei, a dar trafegabilidade à BR-364. Hoje, está praticamente toda em condições de ser trafegada, já que possui asfalto, embora haja um trecho pegando uma estrada estadual. Mas será terminada pelo roteiro das estradas federais. Mas já temos a trafegabilidade para um escoamento da produção com mais tranquilidade pela BR-364.

Sobre a BR-163, como já disse aqui, temos os três Creminhas, que estão fazendo uma restauração que ainda não é a desejada, mas que viabilizará a trafegabilidade por dois ou três anos.

Temos a BR-158. Quando chegamos aqui – e já o disse – a BR-158 não possuía projeto, não estava no plano plurianual. Hoje, não só possui um projeto, como está no plano plurianual. Além disso, dispõe da vontade e da determinação de toda a Bancada do Mato Grosso, independentemente da coloração partidária, visto que disponibilizou parcelas de suas emendas para que tivéssemos, em conjunto, R\$30 milhões e, assim, pudéssemos assinar convênios de parceria entre recursos federais e estaduais. Precisamos dar continuidade ao asfalto da BR-158, pelo menos até o chamado Posto da Mata.

Temos assumido compromissos, a partir de agora, com a BR-158. Mas ainda temos que levar adiante a BR-364 até uma situação de razoável solução, ainda que não seja a solução permanente. Agora, no entanto, temos que investir com muita determinação na BR-158, viabilizando toda a produção no Vitorioso Araguaia, costumeiramente chamado de Vale dos Esquecidos, mas que denomino a partir de agora Vitorioso Araguaia, destinando recursos de emendas que, com certeza, não serão só minhas, mas de outros Parlamentares, Senadores, Deputadas e Deputados Federais.

Como já registrei, estive em São Félix do Araguaia na sexta-feira, num grande encontro, denominado 6ª Amostra de Educação. Quero parabenizar as educa-

doras e os educadores de 14 Municípios do entorno de São Félix do Araguaia que lá estiveram. Realmente, foi uma grande mobilização em prol da construção da melhoria da qualidade da educação, onde estiveram presentes mais de mil pessoas. Quero saudar a pessoa do Prof. Luiz Paiva, desde sempre um educador, que conseguiu fazer essa mobilização, esse grande encontro, levando pessoas do Brasil todo para um debate que, com certeza, marcou época e fará diferença na qualidade da educação nos Municípios do chamado Baixo Araguaia, mas que, a partir de agora, passarei a chamar de nosso Vitorioso Araguaia.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não posso deixar de destacar o fato auspicioso que representa a viabilização, pelo Governo Lula, de investimentos da ordem de R\$16,9 bilhões na expansão da infra-estrutura de energia elétrica no País.

Esse investimento vêm ampliar a oferta de energia elétrica no Brasil e certamente desmentir aquelas aves de mau agouro que andam falando por aí na possibilidade de novos apagões no Brasil. Com esses R\$16,9 bilhões aplicados na implantação de 39 unidades geradoras em 15 usinas hidrelétricas, em 36 unidades geradoras e 13 usinas termelétricas, localizadas em todas as regiões do País, o Governo Lula demonstra que tem preparado o nosso País para a demanda sempre crescente no setor energético. Merece, portanto, o nosso aplauso.

São mais de 11,06 mil MW de potência em operação, o que representa um incremento de 12% da capacidade instalada de geração de energia elétrica. Esse investimento vai reforçar a infra-estrutura de energia elétrica, fundamental para sustentar o crescimento socioeconômico do País e garantir a segurança no suprimento de energia para os brasileiros.

Gostaria de abrir um parêntese. Estamos trabalhando também com relação ao Araguaia. O Linhão deverá sair de Paranatinga, passando por Querência, indo a todos os Municípios do nosso Vitorioso Araguaia.

Até o final de 2005, entram em operação mais de onze unidades geradoras em sete usinas hidráulicas e térmicas e outras 28 unidades geradoras, em 13 usinas hidráulicas e térmicas começam a funcionar no próximo ano.

Quer dizer, as aves de mau agouro podem espernar à vontade, que, no que se refere à energia elétrica, temos ampla segurança aqui no Brasil, graças às providências adotadas pelo Governo Lula que não vai deixar se repetir agora a tragédia do apagão, que tantos sacrifícios trouxe aos brasileiros no período do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Um exemplo da expansão do nosso setor elétrico é a segunda etapa da usina hidrelétrica de Tucuruí,

localizada no interior do Pará. A duplicação da Usina vai custar R\$2,39 bilhões e será concluída no segundo semestre de 2006. Com a obra, a capacidade de Tucuruí chegará a 8.325 MW, o suficiente para abastecer 27 cidades do porte de Belém, com 1,2 milhão de habitantes. A segunda fase da usina gerou 16 mil empregos diretos e indiretos e vai trazer benefícios, como um melhor aproveitamento dos recursos hídricos pela regularização da vazão dos rios da região, a prevenção do uso de combustíveis não renováveis na produção de energia e a melhoria no atendimento aos consumidores e menor tarifa.

Outra importante obra, Sr. Presidente, é a usina de Peixe Angical, em construção no rio Tocantins, nos Municípios de Peixe e São Salvador. Prevista para entrar em operação em maio de 2006, a usina vai custar R\$1,65 bilhão, investidos por intermédio de uma parceria público-privada entre a estatal Furnas e o grupo português EDP. A construção da usina está sendo responsável pela ...

(Interrupção do som.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a mais dois minutos.

Essa usina está sendo responsável pela geração de 10 mil empregos diretos e indiretos e vai permitir a transformação do Tocantins em rio de integração nacional, por possibilitar o aproveitamento hidroviário, além de melhorar o controle das cheias, entre outros.

Já a usina de Corumbá IV, localizada a 100 quilômetros de Brasília, na cidade de Luziânia (GO), entra em operação em dezembro deste ano. Serão 127 MW de potência, o correspondente a 13% da atual demanda do Distrito Federal a um custo de R\$205 milhões. A barragem Corumbá IV vai represar 3,7 bilhões de metros cúbicos de água, o suficiente para atender a cerca de 40 milhões de pessoas por quase 100 anos. A obra vai resolver o problema do abastecimento de energia elétrica e de água do Distrito Federal. Estudos previam que em dez anos a região já iria ter problemas de escassez dos recursos. A usina de Corumbá IV é outro grande empreendimento do Governo Lula que visa a dar segurança em termos de fornecimento de energia à capital do Brasil.

Por tudo isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, não podemos deixar de destacar as iniciativas do nosso Governo no setor energético.

Como não há tempo para terminar o meu discurso, eu gostaria de falar do Luz para Todos, um programa que está a mil e não a dez. Em Mato Grosso e em todo o Brasil, são 12 milhões de famílias na área rural que terão energia até 2008. Em Mato

Grosso, há semanalmente uma inauguração do Luz para Todos, muito diferente do Luz no Campo, pois aqueles que participaram do programa no governo passado estão encalacrados – desculpem-me o termo – com dívidas por 10 anos, enquanto que o Luz para Todos chega gratuitamente na casa de cada produtor, trabalhador, especialmente da agricultura familiar, em todo o Brasil, principalmente no meu Estado de Mato Grosso.

Muito obrigada.

SEGUE, NA ÍNTegra, DISCURSO DA SR^a SENADORA SERYS SLHESSARENKO.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não posso deixar de destacar o fato auspicioso que representa a viabilização, pelo Governo Lula, de investimentos da ordem de R\$16,9 bilhões na expansão da infra-estrutura de energia elétrica no País.

Esses investimentos vêm ampliar a oferta de energia elétrica no Brasil e certamente desmentir aquelas aves de mau agouro que andam falando por aí da possibilidade de novos apagões no Brasil. Com esses R\$16,9 bilhões, aplicados na implantação de 39 unidades geradoras em 15 usinas hidrelétricas, em 36 unidades geradoras em 13 usinas termelétricas, localizadas em todas as regiões do País, o Governo Lula demonstra que tem preparado o nosso País para a demanda sempre crescente no setor energético. Merece, portanto, o nosso aplauso. E que nosso povo perceba o quanto existe de mistificação, de engodo, de balela, no que quando se especula sobre a ameaça de um novo apagão.

Os investimentos feitos pelo Governo Lula representam mais 11,06 mil MW de potência em operação, o que representa um incremento de 12% da capacidade instalada de geração de energia elétrica. Esses investimentos vão reforçar a infra-estrutura de energia elétrica fundamental para sustentar o crescimento sócio-econômico do País e garantir a segurança no suprimento de energia para os brasileiros.

Até o final de 2005, entram em operação mais 11 unidades geradoras em 7 usinas hidráulicas e térmicas e outras 28 unidades geradoras, em 13 usinas hidráulicas e térmicas começam a funcionar no próximo ano.

Quer dizer, as aves de mau agouro podem espernear à vontade, mas, no que se refere à energia elétrica, temos ampla segurança aqui no Brasil, graças às providências adotadas pelo Governo Lula, que não vai deixar se repetir agora a tragédia do apagão,

que tantos sacrifícios trouxe aos brasileiros no período do Governo FHC. Aquele, sim, foi um período fúnebre, quando o Brasil tanto penou por falta de uma administração efetivamente comprometida com os interesses do País.

Um exemplo da expansão do nosso setor elétrico, neste Governo Lula, é a segunda etapa da usina hidrelétrica de Tucuruí, localizada no interior do Pará. A duplicação da usina vai custar R\$2,39 bilhões e será concluída no segundo semestre de 2006. Com a obra, a capacidade de Tucuruí chegará a 8.325 MW, o suficiente para abastecer 27 cidades do porte de Belém com 1,2 milhão de habitantes. A segunda fase da usina gerou 16 mil empregos diretos e indiretos e vai trazer benefícios, como um melhor aproveitamento dos recursos hídricos pela regularização da vazão dos rios da região, a prevenção do uso de combustíveis não renováveis na produção de energia e a melhoria no atendimento aos consumidores e menor tarifa.

Outra importante obra é a da usina de Peixe Angical, em construção no Rio Tocantins, nos municípios de Peixe e São Salvador. Prevista para entrar em operação em maio de 2006, a usina vai custar R\$1,65 bilhão, investidos por intermédio de uma parceria público-privada entre a estatal Furnas e o grupo português EDP. A construção da usina está sendo responsável pela geração de 10 mil empregos diretos e indiretos e vai permitir a transformação do Tocantins em rio de integração nacional, por possibilitar o aproveitamento hidroviário, além melhorar o controle das cheias, entre outros.

Já a usina de Corumbá IV, localizada a 100 km aqui de Brasília, na cidade de Luziânia (GO), entra em operação em dezembro deste ano. Serão 127 MW de potência, o correspondente a 13% da atual demanda do Distrito Federal a um custo de R\$205 milhões. A barragem Corumbá IV vai represar 3,7 bilhões de metros cúbicos de água, o suficiente para atender a cerca de 40 milhões de pessoas por quase 100 anos. A obra vai resolver o problema do abastecimento e energia elétrica e água do DF. Estudos previam que em 10 anos a região já iria ter problemas de escassez dos recursos. A usina de Corumbá IV é outro grande empreendimento do Governo Lula que visa dar segurança em termos de fornecimento de energia à capital do Brasil.

Por tudo isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não podemos deixar de destacar as iniciativas do Governo Lula no setor energético. Esse Governo que alguns insistem, maliciosamente, em dizer que está parado e não está cumprindo com suas responsabilidades, na verdade tem feito muitíssimo pelo nosso País.

O setor energético é uma demonstração do quanto o nosso Governo tem feito e continuará fazendo pelo bem-estar dos brasileiros.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, por permuta com o Senador Augusto Botelho.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Tião Viana, eu não poderia deixar de vir à tribuna no dia de hoje e não falar do referendo. Ontem, 23 de outubro, o País foi às urnas e deu o seu recado em um momento muito importante para a democracia brasileira. Na maior consulta popular do mundo, milhões de brasileiros disseram “não” ao referendo sobre o desarmamento. O “sim” perdeu em todos os Estados e também no Distrito Federal.

O que chama a atenção é a vantagem que o “não” teve em relação ao “sim”. No meu Rio Grande do Sul, por exemplo, 85,07% da população optaram pelo “Não”. Um resultado que nos faz pensar: o brasileiro não admite perder um direito? A campanha do “Sim” foi mal feita, não foi eficiente? A campanha do “Não”, com certeza, foi eficiente. A do “Sim” falhou? Há uma resposta, inclusive, em relação ao Governo? O povo está a cobrar mais políticas eficazes no campo da segurança pública? São perguntas que ficam, Srª Presidente.

Muitos dizem que o “Sim” errou no eixo da campanha. Srª Presidente, acreditamos que a segurança pública está em debate. Acreditamos que essa questão é a mais adequada. E, por isso, seja qual for a resposta, precisamos analisar todos os fatos, pois todos têm, no fundo, a sua verdade. Acreditamos que, ao votar “Não” no referendo, o brasileiro não quis dizer que é a favor da violência. Ao contrário, ele mostra, isto sim, para mim, que está descontente com os rumos que o País está tomando nessa área. Como citamos, o Rio Grande do Sul é o Estado em que o “Não” obteve resultados mais expressivos. E devemos ressaltar, é o Estado, Senadoras Serys, em que o percentual de armas por habitante é o maior do País e é o Estado, também, que tem o menor número de mortes por arma de fogo.

Já prevíamos que o resultado seria esse. Também já havíamos anunciado o nosso voto desta tribuna e que foi reproduzido pelo jornal **Zero Hora** há mais ou menos trinta dias. Queria votar “Não”, como aqui também declarou – e não está aqui presente – o Senador Sérgio Zambiasi.

Respeitamos e, na teoria, concordamos com aqueles que optaram pelo “Sim”, dizendo que buscam a paz. Todos nós buscamos a paz. Mas destacamos que não fomos favoráveis ao desarmamento porque as condições da vida da população no mundo real não permitiram. Podemos mesmo acreditar que o simples fato de proibir a venda de armas iria acabar com a violência? Claro que não. A violência, a nosso ver, só terá fim quando a nossa gente tiver melhores condições de vida.

O Brasil precisa, isso sim, investir mais em educação, em segurança pública, em política de geração de emprego, em saneamento básico, em habitação, na valorização da renda, principalmente do salário mínimo. Aí, sim, sem sombra de dúvida, veremos uma diminuição nos índices de violência.

Países de Primeiro Mundo optaram pelo desarmamento, mas vejam as condições de vida! Vejam a qualidade de vida! Poderíamos falar do Canadá, que tem uma população, na sua maioria, armada. Mas lá também não ocorre o problema de morte por arma de fogo, porque a qualidade de vida é outra. Medidas que beneficiem a população, sim, mesmo porque muitas das medidas anunciadas, infelizmente, não diminuíram a violência nem aumentaram a qualidade de vida do nosso povo.

E voltamos a citar o exemplo do Rio Grande do Sul. Algumas medidas anunciadas por setores da sociedade estão tendo um impacto negativo na economia gaúcha. Senadora Serys Slhessarenko, V. Exª conhece bem o Rio Grande. E vou além, a Convenção-Quadro é um exemplo. Se aprovada da maneira como está, gerará desemprego. Serão milhares as famílias prejudicadas.

Queiram ou não, o próprio resultado do referendo é também uma resposta ao desemprego: as quatro maiores empresas fabricantes de armas estão no Rio Grande do Sul. Mesmo sabendo que grande parte da produção das armas é exportada – 90% para os Estados Unidos – teríamos assim mesmo uma legião de desempregados. Pois a legislação diz que os países que proibirem o comércio de armas internamente também – até por coerência – são proibidos de exportá-las.

Então, a nossa produção que é praticamente toda exportada não poderia mais acontecer. E, aí, os Estados Unidos diriam muito obrigado ao desemprego no Brasil.

A queda do dólar, queiramos ou não, é um outro fator que castiga a economia gaúcha e a população do nosso Estado. O Rio Grande do Sul é um Estado exportador e a queda do dólar está afetando e muito esse setor. Um dos mais prejudicados é o setor calçadista no Vale dos Sinos. A não devolução do Fundo

de Exportação aos exportadores também já gera desemprego no Rio Grande.

Temos um outro problema hoje, que V. Ex^a aqui atacou: a febre aftosa. Embora os focos tenham aparecido no Mato Grosso do Sul, afetou as exportações do Brasil e, naturalmente, as exportações gaúchas. Eu via hoje que mesmo para a soja e para as máquinas agrícolas está havendo boicote nas exportações, porque pensam que o vírus poderia acompanhar, o que não tem nada a ver. Mas isso também acaba prejudicando e muito o Estado do Rio Grande.

Há um outro dado que levanto agora: tenho que comentar a campanha feita, infelizmente, com um certo entendimento com o Inmetro, fazendo com que os disjuntores que são fabricados no Rio do Sul, da chamada linha preta, seja, substituídos pelos disjuntores da chamada linha branca, produzidos na Europa.

Isso também vai gerar desemprego no Rio Grande do Sul – uma lástima. Poderia lembrar aqui o Mercosul. O Rio Grande do Sul tem tido problemas com a falta de vistoria nas fronteiras e com as baixas alíquotas de impostos aos produtos importados, dificultando e prejudicando aqueles que trabalham na produção de vinho, no plantio do arroz, do trigo, e em outras áreas, Sr^a Presidente.

Tenho certeza de que todos os Senadores que percebessem as dificuldades do seu Estado, como essa série de exemplos, fariam desta tribuna o mesmo discurso, como V. Ex^a fez aqui com relação à febre aftosa e às estradas.

Sr^a Presidente, a situação financeira do Rio Grande é delicadíssima. E todos esses componentes contribuem, sem sombra de dúvidas, para que os gaúchos protestem e contribuíram para que nas urnas eles votassem, de forma maciça, contra o desarmamento. Lá tivemos o menor índice de abstenção e o maior índice de rejeição em todo o País.

Após esses resultados, acreditamos que o Congresso dará mais ênfase aos debates do Estatuto do Desarmamento. Uma iniciativa muito boa que, aliada a outras políticas que visem à melhoria da qualidade de vida da população, terá impactos positivos na batalha contra a violência e o desemprego.

Uma Nação como a nossa não pode continuar com a sua população amedrontada. Sim, porque nos grandes centros o medo da violência é uma constante. O resultado do referendo é reflexo disso. Foi a forma encontrada por brasileiros e brasileiras de dizer “não” à violência, de protestar e mostrar sua insatisfação em relação à maneira como o País vem enfrentando o debate sobre a violência.

Digo mais, Sr^a Presidente: seria falso acreditar-se que a violência acabaria apenas com a proibição da

venda de armas. Também não acredito que o resultado seria, como alguns disseram, uma reação contra o Governo Lula. Nossa população não age de forma vingativa ou por via indireta. Ao contrário, demonstrou, com muita firmeza, que o seu protesto foi contra a violência e que ela se sente insegura.

Os altos índices de violência – e aqui me refiro a toda forma de violência, não apenas àquela ligada às armas de fogo – foram os responsáveis por esse resultado. Precisamos, agora, atentar para esse dado. É preciso mais investimento na área da segurança pública. Como? Como eu disse anteriormente, com políticas que possibilitem a melhoria da qualidade de vida de todo o povo brasileiro.

Para concluir, Sr^a Presidente, no mesmo tema, quero também dizer que apresentei ao Senado, na semana passada, um projeto de lei para que todo plebiscito ou referendo coincida com a disputa eleitoral.

No Brasil, ela acontece de dois em dois anos. Num primeiro momento, não importa a sequência, há disputa para os cargos de Vereador e Prefeito. Após dois anos, para Deputado Estadual e Federal, Governador e Presidente da República. Se o meu projeto for aprovado, será feita uma economia, entre o dinheiro público e o privado, de algo em torno de R\$600 milhões, que poderiam ser usados, se depender de mim, no campo e na área social. Além disso, a população, quando fosse votar para Prefeito, Vereador, Deputado Federal, Estadual, Senador e Presidente da República, já conheceria também a posição dos candidatos a respeito do tema do referendo. Naturalmente, isso influenciaria na votação.

Parece-me que, nesse último referendo, o seu Estado ficou em segundo lugar, de forma positiva: o Rio Grande do Sul ficou em primeiro e o Acre em segundo lugar. Sei da sua força e liderança naquele Estado, que teve um dos maiores índices de “não”. Ora, a população vai saber: “Esse governador que vou eleger ou esse presidente, a respeito de tal tema – o aborto, por exemplo –, pensa assim.”. Isso pode ajudar, inclusive, na sua decisão na hora de eleger alguém.

Por isso, Senador Tião Viana, apresentei, na semana passada, um projeto para que a data das eleições, realizadas de dois em dois anos, coincidam com a do plebiscito. Isso ajudaria, inclusive, a se conhecerem os candidatos e haveria uma economia, como eu dizia, de R\$600 milhões, além de se ganhar tempo e, naturalmente, realizar-se um processo bem mais organizado. Aquele período de propaganda livre, as pessoas usariam também para explicitar sua posição em relação ao tema em debate, pois todos os assuntos interessam ao conjunto da população, seja o desarmamento, o desemprego, a saúde ou a segurança.

Espero que esse projeto seja aprovado com rapidez. Entre a sua aprovação e a efetiva votação haveria, no mínimo, o prazo de um ano para que se fizesse o debate com a sociedade, assim a coincidência da votação desse projeto com as eleições seria boa para todos.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, a Sra Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge, por permuta com o Senador Marco Maciel, por até 15 minutos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, Srs e Srs. Senadores, ontem, em todo o País, a população brasileira manifestou-se em relação à comercialização de armas no Brasil e verificou-se, Sr. Presidente, uma grande vitória do “não”. Praticamente 64% dos eleitores brasileiros votaram a favor do “não” e pouco mais de 30% votaram a favor do “sim”; isto é, a maioria absoluta, praticamente dois terços do eleitorado brasileiro, não quer que se proíba a venda de armas de fogo no Brasil e 32% queriam que ela fosse proibida.

Há um mês ou 45 dias, pensávamos que a opinião da sociedade brasileira era outra e esperávamos uma grande vitória do “sim”, porque o Brasil tem uma das maiores taxas de criminalidade do mundo, principalmente, por arma de fogo, e algumas medidas deveriam ser tomadas.

Aprovamos, no Senado, no ano passado, o Estatuto do Desarmamento, já em vigor, que vem diminuindo algumas dessas taxas e no qual ficou explicitada uma consulta popular no final do ano de 2005. Ela foi feita e o seu resultado, de certa maneira, surpreendeu-nos, porque as pesquisas de opinião anteriores – não as dos últimos dias – mostravam que a população iria optar pelo “sim”. Grandes empresas de comunicação e as principais igrejas trabalhavam abertamente pelo “sim” e havia um apoio muito grande. O Governo, por intermédio do próprio Presidente Lula, escreveu um artigo, deu declarações, assim como o Ministro da Justiça e a maioria dos políticos trabalharam pelo “sim”. No entanto, a população resolveu apoiar o “não”.

A primeira lição que se tira disso é que é muito difícil, a respeito de qualquer tema, conhecermos a fundo a preocupação da população sem ouvi-la diretamente. Essa consulta serviu para analisarmos esses aspectos. Vamos utilizar melhor, por exemplo, a Internet, os novos meios de comunicação, para que possamos decidir, no Senado, na Câmara e no Poder Executivo, de acordo com o que a população efetivamente deseja.

Se alguém perguntasse a opinião de qualquer um de nós – a do Senador Tião Viana, a minha, a do Senador Marco Maciel ou a de qualquer outro –, ela seria a de que a população preferiria o “sim”, mas, na realidade, ela escolheu o “não”. Por quê? Por uma série de razões bastante fortes. Na verdade, o índice de criminalidade é enorme e a proibição da venda de armas iria desarmar a população, por um lado, mas não teria nenhum efeito no desarmamento dos bandidos ou daqueles que assaltam, que matam, enfim, daqueles que praticam todas essas irregularidades.

Em segundo lugar, há que se dizer que foi um voto de desconfiança da política de segurança pública do Governo Lula, porque essa consulta foi feita sob a liderança do Governo, que queria e achava que o “sim” iria ganhar, exatamente pelo apoio político que teria.

Particularmente, lamento essa derrota. Se as pessoas que votaram “não” tiveram fortes razões para assim votar, o “sim” também seria uma espécie de apoio a uma política de segurança mais forte, o que não aconteceu. Agora, temos de rever a política de segurança.

O Governo Lula tem de acabar com as promessas e agir de frente nessa área. Diga-se de passagem, esses índices já eram altos. Não o são apenas durante o Governo Lula. Mas o que se esperava do Governo Lula era muito mais do que está fazendo. A população respondeu, rejeitando por essa larga margem. O recado da população é o de que, na verdade, não está satisfeita e que temos de procurar fazer as mudanças necessárias.

Em segundo lugar, gostaria de falar também sobre a pesquisa Datafolha, divulgada ontem pelo jornal **Folha de S.Paulo**, que também continua mostrando a tendência de queda da aprovação do Governo do Presidente Lula.

Apenas para exemplificar: na primeira pesquisa feita no começo do Governo, em março ou abril de 2003, a aprovação, o “bom” e “ótimo”, do Presidente Lula era 40 pontos – a chamada aprovação do Governo, “bom” mais “ótimo” –; e a desaprovação, que é “ruim” mais “péssimo”, era 10 pontos. Quarenta menos dez: o Presidente tinha uma folga entre a aprovação e a reprovação de trinta pontos no início do Governo.

Hoje, de acordo com a pesquisa feita pelo jornal **Folha de S.Paulo** neste final de semana, o Presidente Lula tem, entre “bom” e “ótimo”, 28 pontos; e, entre “ruim” e “péssimo”, 28 pontos. Portanto, aquela folga que o Presidente tinha de 30 pontos – que é muita, diga-se de passagem, pois foi um Governo eleito com muita esperança pela população, e essa folga dava margem a mostrar essa esperança – foi toda consumida e hoje já há empate entre bom, ótimo, ruim e péssimo. Acreditamos que, na próxima...

A Sr^a Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT)
– Um aparte, Senador.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não. Concedo o aparte a V. Ex^a, Senadora Serys Slhessarenko.

A Sr^a Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT)
– Senador José Jorge, eu queria tê-lo aparteado no primeiro tema, mas vou falar brevemente do segundo e também do primeiro. Com relação à popularidade do Presidente Lula, sabemos que, no começo, o Presidente era absolutamente imbatível – aliás, não faz muito tempo que deixou de ser; passou à categoria de favorito; e, hoje, está em igualdade. Inclusive, já existem pesquisas em que o Presidente está novamente como favorito, e esperamos que chegue logo a imbatível novamente. Apesar de todo esse ataque frontal – nunca nenhum Governo na história do Brasil sofreu um ataque como o que o Presidente Lula e o nosso Partido vêm sofrendo –, depois de mais de cem dias de ataque frontal, o Presidente ainda se mantém em condições de igualdade na disputa. Acredito que, logo, Sua Excelência passará de favorito à imbatível novamente. Com relação ao primeiro tema, Senador José Jorge, eu não acredito que a população tenha votado “não” por conta de contrariedades com políticas governamentais. Seria um equívoco muito grande da população. O referendo é um instrumento da população. Não é algo que o Governo promoveu, em que o Governo queria “sim” ou o Governo queria “não”. Não é nada disso. Se houve isso, a questão foi passada de forma equivocada para a população. A população se equivocou ao se posicionar contra o Governo votando “não”, porque o referendo não é um instrumento do Governo, mas um instrumento assegurado pela nossa Constituição, pela nossa Lei Maior, e é a determinação, a vontade do povo que tem de ser medida, independentemente de quem seja o governante. É a vontade popular que se manifesta. Certamente, teremos outros referendos. Concordo com o Senador Paulo Paim em que devem ser submetidas a referendo pelo menos uma ou duas questões de cada vez, em cada eleição que vier daqui para frente. Para questões polêmicas, tem de existir a consulta popular, a exemplo

do que ocorreu agora com o desarmamento e que poderá ocorrer com o aborto, eutanásia e pena de morte. Com certeza, deverão existir referendos no futuro. Mas nunca podemos nos equivocar, dizendo que é o Governo que está medindo isso. Não, trata-se de um instrumento assegurado à população, cuja vontade têm de ser respeitada. Concordo totalmente com o referendo. A vitória política ou equivocadamente correta é da população. Muito obrigada.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agradeço a V. Ex^a pelo aparte, Senadora Serys Slhessarenko, mas ressalto que, em primeiro lugar, a população nunca pode se enganar em nenhuma questão. Consultaram-se milhões de pessoas, que decidiram pelo “não” e agiram corretamente do ponto de vista delas. Temos apenas de aceitá-lo, mas temos de averiguar as razões pelas quais isso ocorreu. Até há pouco tempo, dizia-se que a população ia optar pelo “sim”. Era isso que se esperava. Era isso que se dizia. Era isso que se falava. No entanto, quando começou a campanha, quando se mostraram as razões dos dois lados, quando o Governo se posicionou formalmente pelo “sim”... Quem fala pelo Governo neste assunto? O Presidente Lula e o Ministro da Justiça. São eles que falam pelo Governo, e os dois se posicionaram formalmente pelo “sim”. E foram fragorosamente derrotados. Na realidade, existem outras razões, mas, evidentemente, existe também a derrota do Governo. Não podemos esconder isso.

A Sr^a Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT)
– Peço outro aparte.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não, concedo outro aparte. Quantos V. Ex^a quiser.

A Sr^a Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT) – Em primeiro lugar, Senador, não foi derrota do Governo. Não consigo entender como se tenta desvirtuar de tal forma a questão. Não é derrota do Governo. É a vitória – como V. Ex^a colocou muito bem – da população, e nós temos de respeitar. Eu respeito. Resultado é referendo de plebiscito.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas V. Ex^a disse que a população errou.

A Sr^a Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT)
– Não, senhor. Não coloque na minha boca palavras que eu não disse. Eu disse que pode ser um resultado equivocado ou correto. Ou correto.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Não errou, não. Equivocou-se.

A Sr^a Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT) – Busque nos anais que está registrado, Senador José Jorge. Pode ser politicamente correto ou equivocado. Eu não disse que foi equivocado, senão não estaria respeitando o resultado do referendo, e eu respeito...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Por isso, admirei-me, vindo de V. Ex^a.

A Sr^a Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT) – Eu respeito a democracia, e esse é um dos instrumentos principais do processo democrático. Quero que muitos outros temas polêmicos sejam submetidos ao referendo, porque a vontade popular tem de ser a maior sempre. Que não fique esse equívoco dito por mim.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – V. Ex^a agora corrigiu o que havia dito. Achei até bom, porque me causou admiração V. Ex^a ter dito que a população tinha-se equivocado. Na realidade, a população nunca se equivoca. Quem se equivocou foi o Governo. Porque, no momento, em que havia esse referendo, a consulta à população brasileira, se o Governo deixasse que a população, sem pressão, fizesse sua escolha, aí o Governo não teria sido derrotado. Mas o Governo encaminhou formalmente para o “sim”: o Presidente da República, numa reunião do PT, de que inclusive agora estou me lembrando, e uma declaração do Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. Então, o Governo se encaminhou todo para o “sim”. Teve uma derrota de 64% a 32%, praticamente um terço de diferença, uma derrota enorme num referendo nacional. O Governo querer dizer que não perdeu, é difícil que acreditarmos nisso.

Em terceiro lugar, gostaria também de comentar uma declaração do Presidente Lula contra o PFL, que saiu agora no blog do jornalista Moreno, que diz que Sua Excelência se irrita muito porque o PFL e principalmente o Presidente Bornhausen colocam investigações em torno de familiares de Sua Excelência.

Ora, quero dizer que estamos na Oposição desde o começo do Governo e não temos interesse, como Partido – posso falar em nome do Senador Bornhausen, em meu nome e nos dos demais líderes do PFL –, de investigar a família de ninguém. Acho que os homens públicos devem ser investigados; agora, a família, a não ser quando ela entra no negócio público. E foi o que aconteceu com o irmão do Presidente, que não foi, na verdade, denunciado pelo PFL, mas pela mídia. Foi uma denúncia pública de que o irmão do Presidente Lula estava levando empresários ao Palácio do Planalto para falar com o Sr. Gilberto Carvalho, com outro assessor do Presidente, cujo nome não lembro agora, para defender interesse, se não me engano, da Federação Brasileira dos Hospitais. Essa é uma denúncia real e efetiva. Na realidade, optamos, não para trazer o irmão do Presidente Lula para o plenário da CPI, mas, para que isso fosse investigado pelo Ministério Público, onde fizemos uma representação, não contra o filho ou o irmão do Presidente, mas, a

respeito dos negócios que foram realizados durante esses momentos.

Então, tivemos o caso do irmão do Presidente, nessa situação que acabei de descrever; tivemos o filho do Presidente que conseguiu uma participação acionária de uma grande empresa de telecomunicações em uma empresa que praticamente não existia, de R\$5 milhões. Em Pernambuco, temos um centro de informática e, conversando com empresários do setor, perguntei quanto valeria a empresa do filho do Presidente Lula. Eles responderam que, no estado em que ela estava, não valia tostão algum; era um projeto de empresa e não uma empresa. Então, na realidade, foi um projeto de uma empresa que foi vendido por R\$5 milhões. Isso disseram os empresários; não nós do PFL.

Eu gostaria de dizer aqui, em meu nome, em nome do Presidente Jorge Bornhausen e no dos demais dirigentes do PFL, que não temos interesse algum em atacar a família do Presidente Lula ou de qualquer outra pessoa que, na realidade, participe do Governo. Não é assim que fazemos política, nunca fizemos e não faremos. Se for por isso, o Presidente pode passar uma semana tranqüila.

Por último, Sr. Presidente, temos todas essas questões da febre aftosa que, na realidade, o Governo não reage da forma correta. Vem aí essa gripe aviária e pode atingir o Brasil. Temos que, de certa maneira, nos preparar para isso. Se nos preparamos para essa gripe que está vindo aí da mesma maneira que nos preparamos para a febre aftosa, vão morrer milhares ou milhões de pessoas no País, porque essa gripe é, realmente, muito grave.

Gostaria de saudar, Sr. Presidente, o PT que, até que enfim, expulsou o Delúbio. A Senadora Serys, aliás, foi uma das que primeiro pediram a expulsão. Não sei se ela estava lá para votar a favor, mas, na realidade, foi uma das primeiras. Demorou, praticamente, seis meses para que isso acontecesse. Talvez por isso, por essa demora tão grande, 64% das pessoas, nessa pesquisa da Datafolha, acham que o PT atrapalha o Governo. Eu não acho! Mas 64% das pessoas acham. Agora é preciso ver o que o PT fará com os demais Deputados acusados. Na verdade, alguns já renunciaram. Porque se eu estou acusado e renuncio, como foi o caso do Deputado Paulo Rocha, qual será a perspectiva de punição que o PT terá em relação a esse filiado, já que ele já não será cassado porque renunciou? Mas seus compromissos partidários devem ser investigados! E, pelo que sei, não existe processo algum, dentro do PT, para investigar essas pessoas que receberam dinheiro de Marcos Valério. De qualquer maneira, foi um passo importante o PT, depois de seis meses, ter expulsado finalmente o Delúbio Soares. Muito obrigado.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)

– Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Para uma questão de ordem, Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)

Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, levanto uma questão de ordem, por meio do art. 14, inciso VIII, alíneas **a** e **b** do Regimento Interno do Senado Federal, seguindo rito previsto no art. 403 e seguintes do mesmo Regimento Interno do Senado Federal. Inclusive assim o fazendo na primeira oportunidade que tenho para fazê-la argüindo dúvida sobre a interpretação e aplicação do Regimento Interno do Senado Federal, no toca ao procedimento de cassação do Senador João Capiberibe, do nosso mandato, previsto no art. 32 do multiculado Regimento Interno do Senado Federal.

A bem da verdade, visa essa questão de ordem permitir uma maior clareza e certeza de que o art. 32 do Regimento Interno do Senado Federal em face ao disposto no art. 55 da Constituição Federal de 1988 no que toca à perda do mandato parlamentar de Senador. Em linhas gerais, o referido dispositivo constitucional estabelece as hipóteses de perda de mandato, fixando que nos casos: (a) de violação de restrições impostas aos parlamentares, desde a data da expedição do diploma à posse, (b) falta de decoro parlamentar e (c) sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado, a perda do mandato será decidida pela Casa Legislativa, mediante voto secreto e maioria absoluta, mediante representação por parte da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional; e nos casos (a) faltas injustificadas nas sessões legislativas; (b) perda ou suspensão dos direitos políticos e (c) decretação da Justiça Eleitoral nos casos previstos na Constituição Federal, a perda será declarada pela Mesa, Sr. Presidente, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada a ampla defesa.

Portanto, temos dois grupos distintos de hipóteses que ensejam a decisão da perda do mandato parlamentar: no primeiro grupo, está a perda por decisão do Plenário; no segundo, está que a perda será declarada pela Mesa.

Ocorre que é um equívoco pensar que nesse segundo grupo o ato da Mesa é meramente declaratório, pois se assim fosse, o art. 55, § 3º da Constituição Federal de 88, em sua parte final, não asseguraria a ampla defesa. É a Constituição de um Estado democrático e de direito que disciplina os pesos e contrapesos

para a harmonia e independência entre os Poderes. No caso, foi a própria Constituição brasileira que estabeleceu que: primeiro, haveria a ampla defesa nas hipóteses em que competisse à Mesa declarar, inclusive de ofício ou por representação, a perda do mandato parlamentar. Segundo, que esse basilar direito fundamental à ampla defesa – e por consequência lógica aos instrumentos a ela inerentes, como o contraditório – estivesse presente em um processo interno da Casa contra um Parlamentar, mesmo após a decretação da perda do mandato pela Justiça Eleitoral.

Em outras palavras, é a Constituição Federal de 88, art. 55, § 3º, que determina que diante da decretação de perda do mandato parlamentar pela Justiça Eleitoral a ampla defesa será assegurada ao respectivo representante do povo, antes da decisão da Mesa.

Importantíssimo ressaltar que se trata de toda e qualquer decisão judicial de perda de mandato, e não somente naqueles casos previstos na própria Constituição e decretados pela Justiça Eleitoral. Ora, se nos casos em que a Justiça Eleitoral decretar a perda do mandato parlamentar, nos casos previstos na própria Constituição Federal, se deverá assegurar ao Parlamentar, no âmbito interno do Parlamento, a ampla defesa como condição para posterior decisão da Mesa respectiva, o que se dirá dos outros casos em que a decisão judicial não se fundamentar em “casos previstos na Constituição” – quero assinalar – o que se dirá em casos não previstos na Constituição? Deve-se levar em consideração que, para que seja levado um caso de perda do mandato parlamentar a um nível constitucional, isto é, que a própria Constituição qualifique determinada conduta como passível de perda de mandato, é porque tal conduta é enormemente repudiada pela sociedade, que consagrhou em sua Lei Maior um ilícito, e, ainda assim, se assegurará ampla defesa no processo que corre no Legislativo contra o Parlamentar, mesmo após uma decisão judicial. Repita-se: o que induz de modo lógico e inequívoco que com mais razão se configurará a ampla defesa de toda e qualquer decisão judicial que não se basear “nos casos previstos na Constituição”.

O Regimento Interno do Senado Federal, em seu art. 32, não é claro a esse respeito, pelo contrário, ao transpor as regras constitucionais, Sr. Presidente, previstas no art. 55 da Constituição Federal de 1988, omitiu no seu inciso V (do referido art. 32) a determinação de que a decisão da Mesa, sem o voto de plenário, sobre perda de mandato é circunscrita às hipóteses daquele segundo grupo, que anteriormente mencionamos, onde ali conta, dentre as hipóteses, a que trata de decisão “da Justiça Eleitoral nos casos previstos na Constituição”. Por conseguinte, temos aqui um outro problema: o fato

de o Regimento Interno do Senado Federal ter inscrito como uma coisa só as diversas situações de decisões judiciais sobre perda de mandato parlamentar.

A presente questão de ordem visa justamente a esclarecer o equívoco que poderá daí advir. Afinal de contas, no último dia, sexta-feira passada, a Mesa já estava praticamente dando posse em substituição ao nosso mandato, mandato do Senador João Capiberibe, sem a ampla defesa de que fala o art. 55º, §3º, da Constituição, que diz claramente que é assegurada ao Parlamentar a ampla defesa.

Portanto, no âmbito da Justiça Eleitoral, há decisões sobre perda de mandato parlamentar que poderá advir de casos previstos da Constituição. Daí porque se justifica a tramitação para a decisão pela Mesa e não pelo Plenário da Casa, desde que assegurada ampla defesa; e, noutros casos, decisões da Justiça Eleitoral que não decorrem diretamente de casos qualificados na Constituição Federal de 1988, que exigem ampla defesa e decisão pelo Plenário da Casa.

O princípio da independência e harmonia entre os Poderes não será jamais fruto de como o intérprete concebe esse princípio e, muito menos, de como ele gostaria fosse a sua aplicação a um caso concreto. O princípio básico do Estado democrático de direito, da independência e harmonia entre os Poderes, é dado pela Constituição, por intermédio do legislador constituinte originário, e este, no caso específico, quando assegura ampla defesa ao Parlamentar no âmbito de sua respectiva Casa, inclusive expressando taxativamente que, após decisão judicial, buscou submeter ao crivo do próprio Parlamento tais circunstâncias.

Para reforçar ainda mais o nosso entendimento de que existe plena harmonia e independência entre os Poderes para as situações aqui expostas, é importante verificar, simplesmente, que a Constituição Federal de 1988 também estabelece no art. 55, inciso VI, § 2º que, para perder o mandato parlamentar aquele que “sofrer condenação criminal transitada em julgado”, deverá haver votação secreta pelo Plenário; a decisão será da Mesa isoladamente ou do Plenário. Essa é a questão: se a decisão é da Mesa ou do Plenário.

Ainda, Sr. Presidente, entendimento contrário ao aqui exposto levaria a uma interpretação absurda de nossa Constituição: ou no sentido de que não haveria perda de mandato parlamentar pela Justiça Eleitoral se não fosse nos casos previstos na Constituição Federal de 1988, uma vez que a Constituição não tratou do assunto; ou que a Constituição contém palavras supérfluas no caso da expressão final do inciso V do art. 55 – “nos casos previstos nesta Constituição”; ou, ainda, que se poderiam inserir todos os casos de decretação de perda do mando parlamentar pela Justi-

ça Eleitoral como um caso só e único, o que de certa forma nada mais é que a segunda hipótese já levantada, de que a Constituição, no caso em tela, tem termo excessivamente inútil ou desnecessário. Esse último parece ser o caso adotado pelo Regimento Interno do Senado Federal.

Portanto, a indagação sobre a correta interpretação e aplicação do Regimento Interno do Senado Federal ora proposta é fundamental. Em última análise, reflete o grau de legitimidade da decisão legislativa que está sendo tomada. A alteração da questão de ordem encontra razão de ser quando se tem notícia sobre a perda de mandato do Senador da República João Capiberibe, representante de uma unidade da Federação, sem a ampla defesa de que trata o art. 55, §3º da Constituição Federal, pois o que a Constituição buscou foi revestir tal gravidade que, para ser declarada, deve exigir o pronunciamento dos seus pares. A relevância da função de Senador, expressa nas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição, desaconselha o seu afastamento sem a ponderação dos demais integrantes da Câmara Alta, escolhidos pelo voto majoritário dos seus Estados e do Distrito Federal.

Registre-se que, em toda a história republicana brasileira, registrou-se, excetuando-se as cassações perpetradas pelo regime militar, apenas um caso de perda de mandato de Senador da República, e este seu deu mediante o voto majoritário do Senado Federal, após manifestação do Conselho de Ética. Trata-se de tradição que não existe por acaso, mas resulta de princípio federativo elementar, indispensável para o equilíbrio de poderes e para a preservação das instituições democráticas.

É meridiano o prejuízo que tal situação poderá ensejar sem a correta aplicação e interpretação aqui buscada, uma vez que mitigam a transparência e certeza de votação no Plenário do Senado Federal – requisitos fundamentais para a perfeita cristalização da decisão dos verdadeiros donos da soberania popular; escurecendo, pois, a própria legitimidade do Estado, razão plena para se coadunar o critério adotado da perda de mandato de Senador com a Constituição. Com efeito, é manso e tranquilo que a norma jurídica não alberga em seu seio de legalidade a sua inadequada utilização, vez que se deturpa a finalidade buscada pela norma jurídica. Todavia, a plenitude da plurifalada legitimidade, sustentáculo basilar da democracia representativa, exige não só a consciência do agir coerentemente com os preceitos normativos estabelecidos, mas também a criação de mecanismos que aperfeiçoem o debate democrático.

Diante do exposto, no intuito de contribuir para o fortalecimento da democracia representativa e tra-

balhos legislativos, conseqüentemente conduzindo a uma maior legitimidade das decisões do Senado Federal, esperamos que a Mesa acate a presente proposta. Portanto, questiono e recorro à Mesa sobre o processo de cassação do nosso mandato, pedindo que ela coloque no dia de hoje a matéria em pauta, a fim de que, com imparcialidade e constitucionalidade, interprete, aplique e esclareça corretamente qual será o procedimento a ser adotado, inclusive na cassação do nosso mandato, se por decisão do Plenário ou da Mesa, e qual a medida a ser adotada para a efetivação da ampla defesa de que falam o art. 55, § 3º da Constituição Federal e o art. 32 do Regimento Interno do Senado Federal.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Inicialmente, pergunto se há alguém no plenário que queira contraditar. (Pausa.)

Não havendo, lembro que o art. 55 da Constituição Federal estabelece o seguinte:

Art. 55 – Perderá o mandato o Deputado ou Senador:

I – que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II – cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

III – que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada;

IV – que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V – quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos nesta Constituição...

Este, o entendimento preliminar que tenho do caso que se aplica a V. Ex^a.

Dispõe ainda o § 3º do art. 55:

§ 3º Nos casos previstos nos incisos III a V, a perda será declarada pela Mesa da Casa respectiva, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

Então, meu entendimento, neste momento, é que a questão de ordem de V. Ex^a será fruto de uma decisão da Mesa do Senado Federal, que decidirá o devido encaminhamento.

Não posso – não seria adequado –, antecipar o meu entendimento, uma vez que, como terei voto na reunião da Mesa, meu pronunciamento neste momento prejudicaria o meu voto naquela ocasião.

Esta, a orientação clara que deixa o Secretário-Geral da Mesa, Dr. Raimundo Carreiro.

A matéria será encaminhada ao Presidente Renan Calheiros.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, insisto que seja considerado aquilo que determina a Constituição Federal e que está transscrito, *ipsis litteris*, no Regimento Interno que V. Ex^a acaba de ler: a garantia da minha ampla defesa nesse processo.

Na sexta-feira passada, estava tudo organizado para dar posse ao derrotado na campanha de 2002, sem que eu tivesse sido notificado, sem que eu tivesse conhecimento dos procedimentos.

Portanto, apelo à Mesa, à Presidência e ao Senado Federal, aos Senadores e Senadoras, para que me permitam exercer o direito que a Constituição me assegura e que o Regimento Interno do Senado Federal me garante: o direito à ampla defesa. Não posso sair daqui escorraçado, sem poder me explicar aos meus pares, como se eu tivesse cometido um crime hediondo e estivesse sendo expulso de uma casa qualquer. Isto aqui é o Senado da República, e o Senado da República tem de cumprir aquilo que a Constituição garante, e a Constituição me dá essas garantias.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador João Capiberibe, o § 3º do art. 55 – o caso é enquadrado no inciso V do mesmo artigo – diz que a decisão será tomada pela Mesa do Senado Federal – nos termos em que V. Ex^a indaga –, sendo assegurada ampla defesa. Faço a leitura e interpreto norma constitucional relativa à questão de ordem de V. Ex^a.

A matéria será encaminhada ao Presidente Renan Calheiros, que, seguramente, tomará a decisão colegiada para o encaminhamento devido.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Continuamos com a lista de oradores.

Com a palavra, o eminente Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, ilustre Senador Tião Viana, Sr^{as} e Srs. Senadores, desejo nesta ocasião fazer comentários sobre o referendo realizado ontem. Começo por cumprimentar, mais uma vez, o povo brasileiro pela maturidade política que demonstrou comparecendo às urnas, emitindo sua opinião e, de alguma forma, concorrendo para o aperfeiçoamento das instituições políticas brasileiras.

Desejo também estender os meus cumprimentos à Justiça Eleitoral, nomeadamente ao Tribunal Superior Eleitoral, presidido competentemente pelo Ministro Carlos Veloso, que organizou o referendo, permitindo

ao povo exercitar uma das formas da democracia – a democracia direta ou participativa se preferirem.

A Constituição brasileira de 1988 prevê três formas para o exercício do que na Grécia se denominava democracia direta e que hoje podemos chamar de democracia participativa: a iniciativa popular, que se realiza através da apresentação de projeto de lei subscrito por um determinado percentual de eleitores, o plebiscito e o referendo.

Os dois últimos, o plebiscito e o referendo, são institutos muito semelhantes. A distinção, feita no campo do Direito Constitucional, é muito pequena. Geralmente, o referendo é proposto para que a população possa manifestar se aprova ou não uma lei já aprovada pelo Congresso Nacional, enquanto o plebiscito é uma espécie de consulta prévia. Sobre determinado assunto a ser convertido em lei.

Ao longo de nossa história republicana, já praticamos essas formas de consulta popular em três oportunidades.

Em 1963 – se não me engano, logo no início de 1963 –, o povo brasileiro foi chamado a se manifestar sobre se o País deveria manter o parlamentarismo – um parlamentarismo tosco e precário que se praticava naquela ocasião e adotado num clima de grande crise que vivia o Brasil em decorrência da renúncia do Presidente Jânio Quadros – ou se deveria voltar ao presidencialismo. O eleitor, em sua grande maioria – mantendo uma tradição que vem desde a Proclamação da República e, sobretudo, desde a Carta de 1891, que definiu as instituições republicanas, estabelecendo que, além de república, deveríamos ser uma federação, praticar o presidencialismo, o sistema bicameral –, votou considerando conveniente manter o presidencialismo, que, de alguma forma, herdamos – um rico legado – da Constituição dos Estados Unidos da América do Norte, que, em grande parte, foi acolhida no constitucionalismo brasileiro.

É bom lembrar que a Constituição de 1891 foi uma boa Constituição, uma Constituição concisa, de poucos dispositivos, elaborada por um grupo de cinco juristas. Posteriormente, por recomendação do Presidente Deodoro, foi revista por Rui Barbosa. Infelizmente, durou pouco tempo. Com a queda da chamada República Velha, a Constituição teve sua existência coartada, mas já consagrara o sistema presidencialista.

Então, em 1963, o povo manteve, nesse plebiscito, o presidencialismo.

Em 1993, uma nova consulta popular foi realizada – um novo plebiscito – para saber se deveríamos manter a república ou voltar à monarquia e se deveríamos manter o presidencialismo ou implantar um verdadeiro parlamentarismo, visto que a experiência

anterior não era, efetivamente, de um correto e genuíno parlamentarismo.

O povo, Srª Presidente, Senadora Serys Ihes-sarenko, em sua maioria, entendeu manter a república – e a república era cláusula pétreia no constitucionalismo brasileiro. Todas as constituições brasileiras sempre contiveram dispositivo que dizia: “Não se admitirá emenda tendente a abolir a federação e a república”.

A Constituição de 1988, todavia, alterou esse dispositivo considerando apenas cláusula pétreia a federação, não o fazendo com relação à república. O povo, consultado em 1993, cinco anos após a promulgação da Constituição de 1988, decidiu manter a república. A meu ver, foi uma decisão acertada. Se fosse outro o resultado, seríamos um caso singular no mundo: um país que deixaria de ter como forma de governo a república e retrocederia à monarquia. Acredito que seríamos um caso sem precedente na história mais recente dos países. O povo, então, acertadamente, votou a favor da república e o fez também com relação ao presidencialismo.

De alguma forma, então, voltamos ao modelo da Constituição de 1891: república federativa, presidencialista e bicameral. Lembro, porém, que um bicameralismo distinto do vigente no Império, posto que, com a república, o Senado Federal passou a ser não somente eleito pelo voto popular, mas também passou a ser a Casa da Federação, a exemplo do que aconteceu na Constituição americana, fazendo com que os Estados tivessem igual representação na Casa: três por unidade.

Concedo o aparte ao nobre Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Nobre Senador Marco Maciel, aproveito, do ponto de vista histórico e político, o pronunciamento de V. Exª, que dá um testemunho da evolução histórica brasileira da formação e da organização política do Estado brasileiro. V. Exª fala sobre o dia seguinte de uma grande decisão que o povo brasileiro tomou em relação à proibição ou não da comercialização de armas de fogo. Foi uma decisão difícil para a sociedade brasileira – e sei que também o foi para todos nós, representantes públicos. O que V. Exª aborda me parece da maior importância porque pode definir as grandes diretrizes das decisões que venhamos a tomar. Recentemente, tivemos uma decisão legislativa que me pareceu ser maior do que o próprio Legislativo, atinente à Lei de Biossegurança. Tivemos que decidir sobre aspectos muito detalhados e profundos acerca de um tema específico que exigia, no mínimo, amplo e profundo conhecimento, e a decisão se deu num período de tempo em que talvez o aprofundamento do diálogo, da reflexão do

Parlamento não estivesse à altura de uma decisão maior da sociedade brasileira. Certa vez, li uma tese num artigo publicado no jornal **Correio Braziliense**, do eminente Senador Constitucionalista Josaphat Marinho, que descreveu o Código de Processo Civil brasileiro, fez o grande desenho do seu novo formato, quando dizia que as decisões legislativas não podem ter pressa, mas têm que ser a tradução da maturidade da sociedade. Ou seja, não podem andar dissociadas do que pensa a sociedade brasileira, a Nação em si. Aquela decisão que tomamos permite, Senador Marco Maciel, a destruição de embriões para que possam servir à ciência. Não estou nem entrando no mérito da questão, ou seja, se é correto ou errado. Tive, inclusive, um posicionamento claro: defendi apenas que o embrião congelado que estivesse indo para o lixo pudesse ser uma fase de transição, porque acreditava que, no máximo em cinco anos, teríamos recursos e não precisaríamos de embriões congelados para utilização de células-tronco totipotenciais. E o que se está vendo agora nos novos artigos científicos? Já estão conseguindo tirar uma célula na chamada fase de mórula do embrião, ou seja, quando tem entre seis a oito células para evoluir para um ser humano. Isso não lhe causará prejuízo, e é possível ter a células totipotenciais a partir dessa única célula isolada, não havendo necessidade de destruir o embrião. É preciso, portanto, ter muito cuidado com essas decisões. Felicito, assim, V. Ex^a pelo pronunciamento, visto que só alerta para a responsabilidade do Parlamento em acompanhar e interpretar o que a sociedade quer. Temos muitos temas difíceis a decidir e devemos pensar. Permita-me, só concluindo, o Ministro Carlos Velloso, hoje, falou da oportunidade que temos para que o Brasil possa decidir junto com as eleições municipais, a cada quatro anos, temas dessa dimensão, dessa complexidade. Penso que seu pronunciamento nos faz aprender um pouco a respeito das decisões que vamos tomar no futuro.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Nobre e ilustre Senador Tião Viana, ao acolher o aparte de V. Ex^a quero fazer duas considerações. Em primeiro lugar V. Ex^a fez referência à nova Lei de Biossegurança, que é – como ressaltou com propriedade – um tema extremamente sensível e sobre o qual ainda não há, mesmo no território da ciência, pontos pacíficos. De alguma forma, quero dizer a V. Ex^a que sendo autor da primeira Lei de Biossegurança aprovada pelo Congresso – isso no início da década de 90 –, sempre entendi que esse é um assunto que merece uma grande reflexão. Sempre penso que a toda técnica deve corresponder uma ética; a toda ciência deve corresponder uma consciência. Essas matérias de

maior complexidade exigem não somente uma maior reflexão, mas também que ampliemos o espectro de consultas, porque, certamente, uma vez aprovada a lei, ela terá que ser cumprida. Se contiver algum equívoco poderá trazer muitos danos ao País, à sociedade e às suas instituições.

A segunda questão que V. Ex^a toca diz respeito às consultas populares que são importantes, mas devemos, em contrapartida, ter a cautela de não banalizarmos esses institutos. Penso que, na medida em que banalizarmos a prática desses institutos, estaremos enfraquecendo as instituições representativas.

De mais a mais vou me valer de Umberto Eco para dizer a V. Ex^a que as consultas populares devem ser adstritas a questões de maior transcendência, de maior significação. Por exemplo, essa consulta com relação à comercialização de armas, prevista no art. 35 do Estatuto do Desarmamento, é uma questão que poderíamos ter resolvido no Congresso, porque guarda uma certa complexidade. Deixamos ao eleitor somente uma resposta binária de um “sim” ou “não”, de um cara ou coroa.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador Marco Maciel, permita-me dez segundos?

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Pois não.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Concordo inteiramente, e não perdendo a dimensão do que tentei transmitir, ou seja, que é um assunto muito difícil e de grande complexidade.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – É verdade. Concordo com V. Ex^a. Conheço a sua conduta aqui na Casa, sei que V. Ex^a além de ser um operoso e competente Parlamentar é também uma pessoa de sólida formação intelectual e de conduta ética e, portanto, sensível a esses argumentos.

Mas, Sr. Presidente, diria também que o eleitor compareceu, votou, fez a sua opção de acordo com sua consciência. Houve uma pequena discrepância com relação aos percentuais dos diferentes Estados, mas em todos eles prevaleceu o “não”, e também no Distrito Federal. Embora tenha votado pelo “sim”, por entender que, como disse anteriormente – inclusive em artigos de jornais –, menos armas significa menos violência, não posso deixar de reconhecer que o povo fez a sua escolha e, consequentemente, não nos cabe outro caminho agora senão celebrar essa manifestação popular e acolhê-la.

O eleitor votou com certa perplexidade, porque, de uma hora para outra, viu-se diante de um tema muito complexo e, talvez, não se considerasse talvez totalmente informado – se assim posso dizer – para dar sua opinião. Mas, de toda a maneira, assim o fez, emitiu sua opinião.

Por outro lado, é bom lembrar que o instituto do referendo tem um custo, isto é, não é algo barato. Simplificadamente, eu poderia dizer que um referendo custa – mais ou menos – o que custa uma eleição. O Ministro Carlos Velloso, Presidente do TSE, fez um trabalho muito bom no Tribunal, no sentido de reduzir custos. Essa é uma questão que precisa ser pensada. O custo do referendo foi maior, por exemplo, do que o Governo Federal liberou para reduzir a violência. Os dados que tenho aqui dizem que no exercício deste ano, o Governo Federal liberou para segurança pública apenas R\$180 milhões; enquanto que o referendo, se associarmos as despesas diretas às despesas indiretas, pode ultrapassar a cifra entre R\$270 e R\$300 milhões.

Convém salientar que o povo, ao votar, dá o seu recado. Ele não se circunscreve, não se limita a dar a opinião “sim” ou “não”. A respeito do assunto, gostaria de citar uma cientista política, a competente Lúcia Hipólito, que tem muito conhecimento nessa área. Ela observou, por exemplo, quando houve os referendos na França e na Holanda, com relação à nova Constituição Européia...

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Eu gostaria de pedir a V. Exª um pouco de tolerância.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Marco Maciel, eu estou prorrogando o seu tempo. Cada vez que toca é porque prorrogo o seu tempo.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Srª Presidente, fico muito grato pela prorrogação. Já estou concluindo.

Então, acho que o eleitor ao votar, tanto na França quanto na Holanda, para dar dois exemplos e citando mais uma vez a professora Lúcia Hipólito, ele o fez também dando alguns recados. Ele não estava tão-só contra a nova Constituição da União Européia, que continha e impunha uma série de limitações aos Estados-membros da referida União. Ele, o eleitor, votou achando também que talvez não fosse adequado o ingresso de mais dez membros à União Européia e contra a política econômica e social dos governos. Na França, isso ficou muito claro, pois se votou contra a presença de não-nacionais franceses ocupando setores do mercado de trabalho de indústrias francesas etc.

Eu poderia dizer que esses recados ocorreram também no Brasil. O povo quis demonstrar desconformidade com a ação do Governo Federal, com a sua

política de segurança pública, com sua ação administrativa. De alguma forma revelou seu inconformismo com os fatos ocorridos no Governo Federal com reverberação no Congresso Nacional que ensejaram a criação de três CPIs e provocaram o afastamento de ministros, de altos funcionários da administração federal, as renúncias de parlamentares e até já a cassação de parlamentar, nesta sessão legislativa.

Acho que o Governo deve estar atento. Não somente o Congresso Nacional, mas também o Poder Executivo Federal deve também escutar a voz do eleitor manifestada de forma silenciosa na urna eletrônica.

Portanto, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o comparecimento foi alto, tendo em vista as circunstâncias em que se realizou a consulta. A abstenção ficou em torno dos 21%. Votos brancos e nulos tiveram uma percentagem baixíssima, somando apenas 3%. O povo ratificou a sua esperança na modernização de nossas instituições, no seu aperfeiçoamento.

Devo mencionar – e já concluo, Srª Presidente – que essa questão da violência precisa de um foco mais preciso. O povo anda amedrontado. Ninguém pode deixar de reconhecer isso. As taxas de violência elevaram-se muito em nosso País.

Houve um escritor britânico, Harold Laski, autor de obra que li na minha adolescência – há muito tempo, portanto – intitulada **Reflexões Sobre Revolução dos Nossos Tempos***, que foi um dos grandes líderes do trabalhismo britânico. Ele diz em seu livro, em certo momento: “O medo é inimigo do raciocínio”. A população está amedrontada pela elevada taxa de homicídios e de mortes violentas que têm ceifado inclusive jovens – isso é algo que nos entristece muito, porque os jovens são a esperança do País – e tem permitido que muitas pessoas sejam assaltadas, tenham suas residências invadidas, gerando constrangimentos graves para a vida do cidadão.

Precisamos dar mais foco à questão da segurança pública. Isso não quer dizer executar somente ações no plano policial, do Ministério Público, mas também no plano do Judiciário, tentando reduzir a impunidade que ainda é muito alta no País.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Pois não, ouço o nobre Líder Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Eu queria dizer que a análise de V. Exª sobre o referendo é muito precisa. Eu fui um dos que votou “não”. No meu Estado, sem alarde, comecei a favor do “sim”, mas a força dos

argumentos me levou ao “não”. Mas não fiquei feliz por isso, porque, como pacifista, como pessoa que gosta da paz, seria melhor se não tivessem armas, mas o País não estava preparado, não era o momento, não era o **time**. Já apresentei nesta Casa um projeto para reduzir para 16 anos a penalização dos crimes. Não passou porque não era a hora. Hoje, a sociedade clama por isso. E já apresentei também um projeto para a prisão perpétua, que também não passou porque não era o **time**. Agora não era o **time** para termos feito esse plebiscito, pois o povo está inseguro. Como diz V. Ex^a, a insegurança grassa dos altos rincões às grandes cidades. A análise de V. Ex^a está perfeita e só posso me solidarizar com V. Ex^a e dizer que realmente a Nação deu um grito – “NÃO!” –, não porque queira que as pessoas tenham revólveres, mas porque está se sentindo insegura. Muito obrigado.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Agradeço a V. Ex^a. Outras causas afetaram também esse desempenho, essa conduta da população, e, portanto, devemos ouvi-las.

Para encerrar, Sr^a Presidente, Senadora Serys Slhessarenko, além dessas medidas no campo da polícia, do Ministério Público e do Judiciário, precisamos também pensar em políticas públicas que venham a reduzir a violência. Considero importante, por exemplo, a adoção de medidas que aumentem a coesão social, envolvendo a primeira célula da sociedade que é a família.

Recordo-me de que o Presidente Reagan obteve muito sucesso na sua política de combate às drogas quando apelou para a família. Penso que devemos investir mais em educação, não somente em educação formal, mas em educação voltada para a cidadania; e investir mais também em políticas de geração de emprego e melhoria de renda; e, não menos importante, investir na mobilização da comunidade para que termos mais interação entre instituições públicas brasileiras – não somente o Poder Executivo e o Judiciário, mas também o Legislativo – e a sociedade, para reduzir a violência, uma vez que somos um povo vocacionado para a paz.

Poucos países têm uma tradição de paz como o Brasil, não somente na sua política externa. A última guerra em que nos envolvemos foi a Guerra do Paraguai. E isso há mais de 130 anos. Temos muitos vizinhos, e nos damos bem com todos eles, salvo no futebol.

Internamente, o povo brasileiro sempre procura resolver seus problemas pela conciliação e pelo entendimento. Se agora vivemos esses difíceis tempos, devemos perquirir as causas, que nem sempre estão

visíveis. Uma vez Saint-Exupéry disse que o essencial é invisível aos olhos. Reduzirmos a violência é essencial para integrarmos mais o País e realizarmos aquilo para o qual estamos vocacionados, que é de ser uma Nação democrática, desenvolvida e justa. E, mais do que isso, uma Nação que venha a ter cada vez mais presença na sociedade internacional dos nossos tempos.

Enfim, o Brasil tem tudo para ser uma grande Nação neste século que se inicia. Nos albores dessa centúria, espero que possamos ter políticas que venham dar ao País o seu sonho, ou seja, para que o País não continue sendo, como disse certa feita Stefan Zweig, o “País do futuro”.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra, seguindo a lista de oradores, o Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSOL – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente Senadora Serys Slhessarenko, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho cumprir o mais elementar de meus deveres como cidadão e como Parlamentar, o de dar explicações ao Senado e à opinião pública sobre a brutal e injusta acusação que me fez um repórter do **Jornal do Brasil** e, por conseguinte, o próprio **Jornal do Brasil**, valendo-se de conversas telefônicas havidas entre um ex-funcionário de meu escritório regional na cidade de Sena Madureira e a servidora que ali atua.

Antes de qualquer outra informação, dou conhecimento à Casa que, cientificado no dia 20 pelo jornalista autor da matéria, fiz enviar de Rio Branco, para onde fui em razão de compromissos políticos, fax ao eminente Senador João Alberto Souza, presidente do Conselho de Ética, pedindo a apuração dos fatos como prova do meu destemor nos termos em que o requerimento foi formulado e que reproduzo aqui:

Exmº Sr. Presidente do Conselho de Ética do Senado Federal, muito digno Senador João Alberto Souza, tendo em vista a matéria veiculada no dia de hoje, 21 de outubro de 2005, pelo **Jornal do Brasil**, atribuindo a mim fatos que não correspondem à verdade, venho por essa via colocar-me à disposição desse Conselho e solicitar que no seu âmbito sejam

promovidas as investigações necessárias ao cabal esclarecimento dos fatos, tal é a certeza de que não cometi qualquer irregularidade ou ato que possa se constituir em quebra de decoro parlamentar.

Publicamente, desta tribuna, peço a S. Ex^a apenas que promova a apuração dos fatos com isenção, convocando os ilustres membros do Conselho para que a ele me submeta, como manda o meu dever, a minha consciência, o meu caráter e minha formação moral. Também, publicamente, ofereço a quebra do meu sigilo bancário, cuja autorização já formalizei – estou aqui de posse do protocolo – para comprovação de que jamais recebi qualquer importância ou valor, além dos subsídios do Senado desde que assumi o mandato, com os quais, juntamente com pensão de minha esposa, vivemos eu e minha família.

A acusação que me foi feita pelo **Jornal do Brasil** é a de me apropriar mensalmente de 40% da remuneração dos servidores de meu gabinete. Por isso, estou pedindo ao Conselho de Ética que apure e desmascare essa absurda, inconseqüente e inconcebível afirmação, ouvindo os atuais e os ex-servidores do meu gabinete e ilustrando as declarações com o que constar dos extratos bancários de minhas contas correntes.

A prova que me foi trazida é a transcrição de uma gravação telefônica entre o ex-servidor Paulo dos Santos Freire, admitido em 27 de janeiro de 2004 e dispensado em 1º de fevereiro de 2005, e Maria das Dores Siqueira da Silva, responsável pelo escritório de Sena Madureira.

No primeiro diálogo, Paulo cobra a importância de R\$5 mil, quantia que teria sido descontada de seu salário e, textualmente, pede para ela conseguir “devolver parte desse dinheiro”. Ele ainda indaga se ela continua tirando do próprio salário para “pagar as coisas”. E a resposta – “É, daquele mesmo jeito.” – faz supor de que de seu salário também tenham sido descontadas quantias não especificadas. Embora na conversa gravada ela prometa que iria conversar comigo a respeito, asseguro que só o fez no início da semana passada, quando então solicitei que estivesse em Rio Branco dia 21/10, sexta-feira, na companhia do rapaz, para esclarecimento dos fatos.

No segundo diálogo, também do conhecimento público, a responsável pelo escritório, além de afirmar que eu “sabia de tudo”, ainda acrescenta que por várias vezes a cobrei, o que induz à crença de que a importância descontada do salário do seu subordinado

se destinava a mim e que ela justificava não ter feito, dizendo “eu dei um dinheirinho para o Paulo porque ele estava devendo”.

No mesmo dia em que tomei conhecimento da denúncia, ofereci ao jornalista que me deu ciência da gravação, a possibilidade de falar com a responsável por meu escritório que poderia lhe confirmar ou negar o que constava da transcrição que me foi apresentada – o que foi recusado pelo referido jornalista. Tivesse feito, saberia tratar-se de uma pessoa que se revelou fragilizada e que usou o meu nome na tentativa de se livrar de eventuais compromissos assumidos com quem lhe achacava.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, tanto isso é verdade que, no dia 21 de outubro último, quando me avistei com a Doris em Rio Branco, consultei sobre por que havia omitido fato dessa relevância por tanto tempo. Ouvi dela, como resposta, que assim agiu por temer ser demitida, preferindo tentar resolver a questão por conta própria.

O certo é que só há uma e única versão verdadeira para os fatos denunciados. Nos Municípios onde temos escritório ou alguma representação, há servidores designados, aos quais, como no caso de Sena Madureira, sempre concedi autonomia e ampla liberdade de gestão. No estado, as pessoas à disposição do meu gabinete se ligam a mim por laços políticos e partidários. São militantes com os quais estabeleci estreita solidariedade no cumprimento das tarefas que nos cabe implementar. Entretanto, jamais chegou ao meu conhecimento que houvesse a imposição de quotas, limites ou a fixação de quaisquer importâncias que pudessem caracterizar contribuições sistemáticas. Tanto que a única reclamação é a que acaba de ser feita por esse ex-servidor denunciante, sem que jamais tivesse chegado a meu conhecimento. Se houvesse abuso ou práticas que caracterizassem a habitualidade de cotização para custeio de despesas de que tivesse ciência, teria tomado as providências cabíveis, fazendo cessá-las e, se fosse o caso, indenizando o prejuízo de quem o reclamassem. Até hoje ignoro por que o denunciante nunca me procurou, pois é notória a minha presença sempre que visito Sena Madureira, um belo Município do meu Estado, talvez o que eu mais visite quando estou no Acre.

É possível que mesmo essas cautelas tenham sido insuficientes para evitar a denúncia, a que respondo, desde logo, com estes esclarecimentos e com os que aduzirei quantas vezes sejam requeridas, se necessário até mesmo à exaustão, tanto perante o meu

Partido quanto na investigação por mim requerida ao Conselho de Ética.

Não pedi, não impus, não recomendei e nunca utilizei a prática de que sou acusado. Se o fizesse, seria indigno não só de meu mandato e de minha profissão, como também da confiança de meus contemporâneos e de minha família. Nego, e nego com veemência e com convicção, o desvio ético de que sou acusado, embora, caso tenha havido abuso de confiança praticado por qualquer preposto meu, encarregado dos escritórios locais, não hesite em assumi-lo, por sempre ter agido com boa-fé, sem prevenções e de acordo, repito, com a minha formação moral e a conduta correta que sempre prezei e da qual me orgulho como maior patrimônio.

Os fatos estão postos. Há uma leviana acusação de que me aproprio de certo percentual do salário dos meus servidores. De minha parte nego veementemente tal acusação e vou provar a sua improcedência. Tenho tranqüilidade com relação a isso.

Não poderia deixar de mostrar a esta Casa e ao povo brasileiro, entretanto, a relação que tal denúncia tem com o embate que venho travando com as forças políticas que dão sustentação ao atual Governo do meu Estado e ao Governo Federal. Nada aqui é mera coincidência.

A partir do momento em que comecei a apontar os desvios ideológicos, políticos e administrativos, protagonizados pelo Governo do meu Estado e pelo Governo do Presidente Lula, que me levaram a romper com ambos, venho sendo alvo de agressões e ofensas pessoais e de tentativas solertes de desmoralização. O objetivo é fragilizar-me e tirar-me do debate. Já disse mais de uma vez e repito: Não me intimidarão!

Afirmo sem medo de errar, Senadora Serys, que pessoas ligadas ao Governo do meu Estado aparelharam e instruíram o atual denunciante e fizeram contato com o **Jornal do Brasil**. O ato leviano ocorre exatamente no momento em que tenho feito as críticas mais contundentes à atual administração.

Vejamos algumas só para ilustrar: fui um dos que apontaram as graves irregularidades no contrato que o Governo do Estado firmou com a agência de publicidade chamada ASA, que tem relações com a de Marcos Valério. As irregularidades são tão gritantes que o Ministério Público determinou o seu cancelamento.

Mais ainda: tenho chamado atenção para as gravíssimas irregularidades praticadas em grandes obras realizadas ou em curso no Estado do Acre. As licita-

ções estão sendo viciadas e os pagamentos são superfaturados. E a fonte das informações é oficial: nada menos que o Tribunal de Contas da União. As obras são a construção do Centro Olímpico de Rio Branco, a construção da ponte que liga o Acre a países vizinhos e trechos da BR-364.

Mais ainda: juntamente com outras forças políticas, recentemente, consegui trazer a público o fracasso dos projetos de manejo de madeira patrocinados pelo Governo do meu Estado, o chamado Governo da Floresta, que são executados com base na exploração das populações tradicionais, a exemplo do que ocorre nos projetos Antimari e Cachoeira.

Tenho combatido com ardor o projeto de gestão de florestas públicas que se encontra nesta Casa, por entendê-lo entreguista e lesivo aos interesses do povo brasileiro, especialmente o da Amazônia.

Meu posicionamento público e responsável acerca de tais questões, dentre outras, tem deixado irados os representantes do Governo do meu Estado, que anunciam o propósito de me destruir. Como disse de outra feita, não duvidem de que, em breve, meu nome esteja relacionado a algum crime grosseiro ou que uma batida policial localize droga plantada no meu carro. Tenho consciência de que estou lidando com gente perigosa, verdadeiros sociopatas, e peço a Deus, todos os dias, que me proteja do mal que essas pessoas podem-me fazer.

A matéria do **Jornal do Brasil** foi urdida e encomendada para proporcionar o sensacionalismo que causou. A partir de um fato localizado e que não chegara ao meu conhecimento, o autor da matéria, de forma leviana e irresponsável, afirmou que me aproprio de parte do salário de meus funcionários. Se estivesse, de fato, em busca da verdade, teria inquirido os funcionários do meu gabinete. Essa seria, no mínimo, uma providência recomendável para um jornalista que se diz investigativo. Ele esteve lá no último dia 20 e foi-lhe oferecida, inclusive, essa possibilidade, que recusou. Não o fez porque seu interesse insuspeito era produzir o que lhe foi encomendado: sensacionalismo irresponsável e linchamento público de um Parlamentar.

Srª Presidente, agradeço-lhe o tempo concedido para que eu pudesse fazer este pronunciamento.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

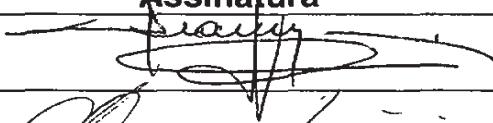
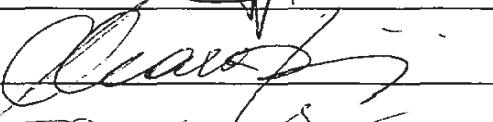
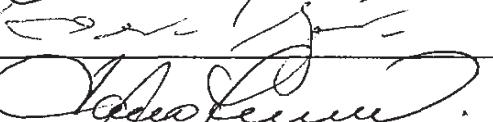
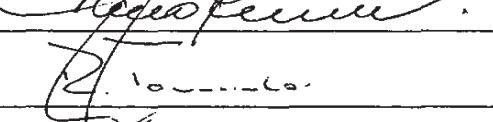
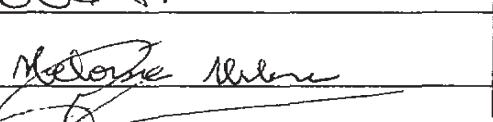
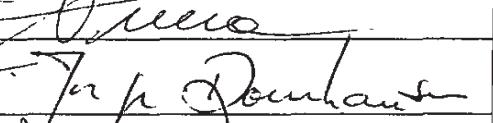
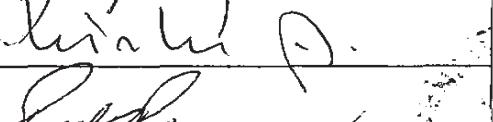
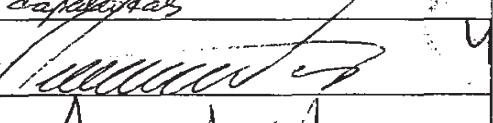
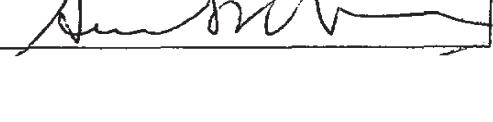
É lido o seguinte:

SENADO FEDERAL

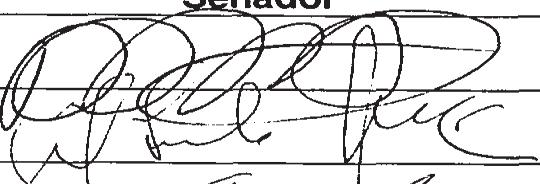
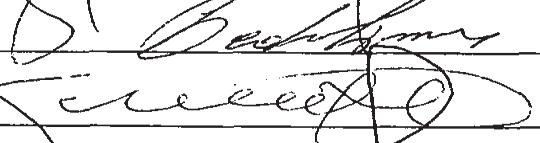
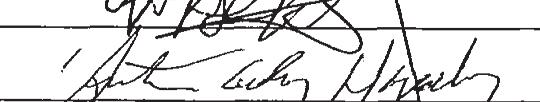
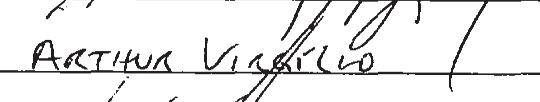
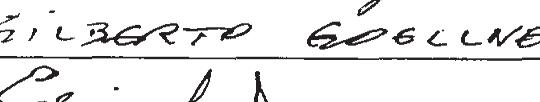
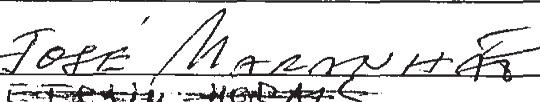
REQUERIMENTO Nº 1174, DE 2005

Requeremos, nos termos do artigo 152 do Regimento Interno do Senado Federal, prorrogação do prazo da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, destinada a investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado, até o dia 25 de abril de 2006, bem assim o valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinqüenta mil reais) para funcionamento da CPI.

Sala das sessões, em 24 de outubro de 2005.

Senador	Assinatura
ETRAIM MORAIS ALMEIDA LIMA	
ALVARO DIAS	
EDUARDO AZEVEDO	
Tasso Jereissati	
RODOLPHO TOURINHO	
INVERNARIA SONSECA	
JANE DANE	
HELOÍSA HELENA	
Romeu TUMA	
JORGE BONNAHUSSEN	
Cristiano MARQUEZ	
Capeladas	
ACTION FERREIRA	
Sérgio Luzzatto	

(Continuação do Requerimento nº 1.174, de 2005, com o seguinte enunciado: Requeremos, nos termos do artigo 152 do Regimento Interno do Senado Federal, prorrogação do prazo da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, destinada a investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado, até o dia 25 de abril de 2006, bem assim o valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinqüenta mil reais) para funcionamento da CPI.)

Senador	Assinatura
	AUGUSTO BOTELHO
	GILBERTO MESSIRINHO
	PEDRO SIMON
	GARIBALDI MILEY
	EDUARDO SIMEONE CAMPOS
	ANTONIO RIOS DE BARROS
	JHCY
	Djalma Lins
	JOSÉ ARRUDA
	Romualdo Teixeira
	Lúcio Borges
	GILBERTO GÖELLNER
	Celinho
	Décio Freitas
	José Maranhão
	ELOBA
	José Arruda
	Geraldo
	José Arruda

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O requerimento será publicado para que produza os devidos fins.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.175 DE 2005

Requer Voto de Aplauso à ginasta Daiane dos Santos, pela conquista da Copa do Mundo de Ginástica Artística, categoria solo, no dia 22 de outubro de 2005, em Stuttgart, Alemanha.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplausos à ginasta Daiane dos Santos, pela conquista da Medalha de Ouro, categoria solo, na disputa da Copa do Mundo de Ginástica Artística, em Stuttgart, Alemanha.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da homenageada e da Confederação Brasileira de Ginástica.

Justificação

Ao som do Brasileirinho, a nossa maior ginasta artística, Daiane dos Santos, voltou a brilhar no cenário esportivo do mundo. No sábado, 22 de outubro de 2005, ela conquistou a Copa do Mundo de Ginástica Artística, categoria solo, em Stuttgart, Alemanha. Essa é a quinta Medalha de Ouro que a ginasta conquista em competições internacionais. Assim, a homenagem que ora formulou justifica-se, pelo que solicito sua aprovação.

Sala das Sessões, 24 de outubro de 2005 – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.176, 2005

Requer Voto de Aplauso à ginasta Laís Souza, pela conquista da Medalha de Ouro, categoria Salto sobre o Cavalo, na Copa do Mundo de Ginástica Artística, no dia 22 de outubro de 2005 em Stuttgart, Alemanha.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à ginasta Laís Souza, pela conquista da Medalha de Ouro, categoria Salto sobre Cavalo, na disputa da

Copa do Mundo de Ginástica Artística, em Stuttgart, Alemanha.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da homenageada e da Confederação Brasileira de Ginástica.

Justificação

Ao conquistar a Medalha de Ouro na categoria Salto sobre Cavalo, na Copa do Mundo de Ginástica Artística em Stuttgart, Alemanha, a ginasta brasileira eleva o nome do País no cenário esportivo mundial. Foi no sábado, 22 de outubro de 2005, pelo que se justifica a homenagem que ora formulou ao Senado da República.

Sala das Sessões 24 de outubro de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência encaminhará os votos de aplauso solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.177 DE 2005

Senhor Presidente,

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário, Sessão Especial pela passagem do centenário de nascimento de Afonso Arinos de Meio Franco, a transcorrer no dia 27 do próximo mês de novembro.

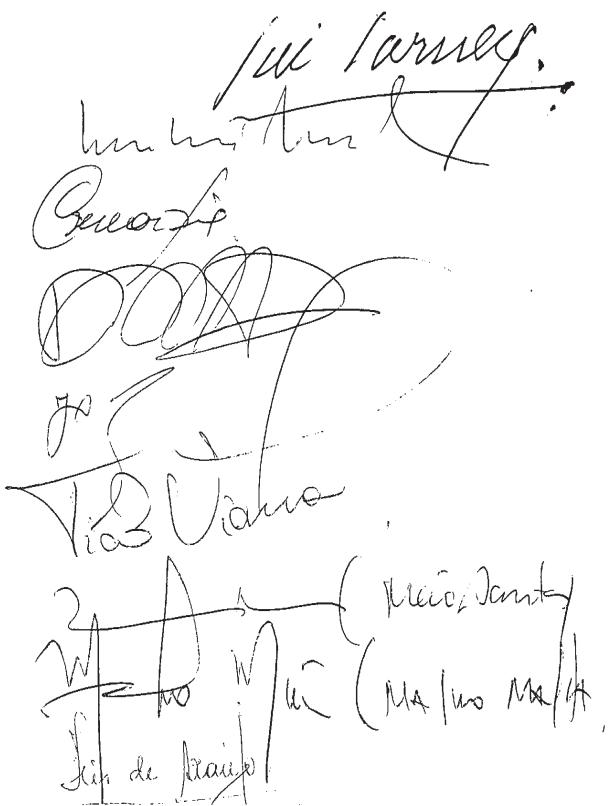
Justificação

Afonso Arinos de Meio Franco nasceu em Belo Horizonte, pertencente a ilustres famílias das Alterosas: pelo lado paterno, era neto de Virgílio de Meio Franco, Deputado Provincial do Império e Senador Estadual em Minas; pelo lado materno, seu avô era Cesário Alvim, Presidente da Província do Rio de Janeiro, tendo governado o Estado de Minas Gerais.

É a homenagem um preito de reconhecimento à sua estupenda vida pública pelo, entre tantas e destacadas funções, exercício de três mandatos sucessivos de Deputado Federal e duas vezes Senador da República. Foi Ministro das Relações Exteriores, Constituinte de 1987, Professor, Escritor e Membro da Academia Brasileira de Letras.

Casado com Ana Guilhermina (Anah) Rodrigues Alves Pereira, neta do Ex-presidente da República Rodrigues Alves, de cuja união nasceram dois filhos: Afonso Arinos de Melo Franco Filho, que exerceu o cargo de Deputado Federal pelo Estado da Guanabara e Embaixador do Brasil na Bolívia, atualmente pertence também à Academia Brasileira de Letras; e Francisco de Meio Franco, que tem exercido vários cargos públicos, destacando-se o de Secretário de Estado no Rio de Janeiro.

Saia das Sessões, 24 de outubro de 2005.



A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra, pela inscrição, ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, acabamos de ouvir as explicações do Senador que me antecedeu sobre denúncia de ilicitude, praticada por ele, de apropriação indevida de recursos públicos dados aos seus servidores.

Ouvi, com atenção, o seu pronunciamento. Inicialmente, foi uma explicação voltada para o fato em

si e, posteriormente, houve a reiteração daquilo que faz seguidamente no plenário do Senado Federal e por onde passa: acusações à honra e à dignidade do Governo do Estado do Acre. Eu disse a meus amigos, colegas Senadores, que sempre me indagavam sobre esses acontecimentos: "Ouvirei por cem vezes. A partir daí, a paciência ter-se-á exaurido e será hora de uma resposta sincera e à altura das responsabilidades éticas que também devo ter no exercício do meu mandato".

Hoje, por coincidência, li o livro **Pentateuco**, a história da formação dos povos cristãos, do Velho Testamento, e que é parte do pensamento religioso da Torá, onde estão expressos os cinco primeiros livros da vida cristã. Diz ele: "Aquilo que queres que façam a ti, faças também aos outros".

Infelizmente, o orador que me antecedeu apresenta uma confusão psicológica. Ele diz que é perseguido e acusado, mas, em toda oportunidade que tem, viajando pelos quatro cantos do Estado do Acre, agride a minha honra e dignidade, as do Governador Jorge Viana, da Ministra Marina Silva e dos Partidos que ajudaram a elegê-lo. Fico muito surpreso com isso, porque não saiu da minha boca o testemunho que corria no plenário do Senado Federal de que ele dizia que só estava aqui porque nós o tínhamos ajudado e feito sua eleição. De repente, iniciou-se um processo de ódio progressivo.

Por quantas vezes testemunhei, Srª Presidente, naquele Estado, o seu choro copioso de eterna gratidão, dizendo que só queria uma oportunidade na vida para poder retribuir a confiança e o respeito que a Frente Popular estava-lhe dando. Dizia que nem merecia aquilo e que só queria uma oportunidade. Pensava que nunca ia ganhar a eleição, mas tinha o dever de ser eternamente grato, porque esse era o projeto com que sonhava e no qual acreditava, para o bem do desenvolvimento socioeconômico do Estado do Acre. Em seguida, começou um processo gradativo de tensionamento, de discordância e de ataques ao Governo do Estado e, mais ainda, ao Presidente Lula.

Ele, hoje, é o grande inquiridor na CPI dos Bingos, onde uma pessoa não pode olhar para o lado que a acusação feita ao Governo é violentíssima, com adjetivações e predicados os mais diversos. A palavra "imundos" é corriqueira no seu vocabulário contra a honra e a dignidade deste Governo.

Ele dizia que queria apenas ter a chance de ser um chofer do projeto do Presidente Lula; que deitava no chão para o Presidente da República passar enquanto estivesse vivo. De repente, tudo foi virado, o mundo ficou de cabeça para baixo aos seus olhos e na sua interpretação. Agora, acusado por um jornal

legitimado na vida da notícia brasileira, ele, mais uma vez, além de acusar o jornalista, acusa o Governo como seu algoz.

Todo o povo do Acre é testemunha das agressões diárias e permanentes, do violento ataque à honra do Governo por parte do Senador que me antecedeu. Aí, fico indagando: por que isso? O mal maior que fizemos a essa pessoa foi a sua eleição. Ele chegou a dizer que o mandato não lhe pertencia; que o colocava à disposição; que precisava de ajuda porque não estava bem no exercício do mandato e que queria a minha ajuda e a do Governador. De repente, transforma-se nisso.

Na última eleição, Srª Presidente, o Senador que me antecedeu procurou um Líder da Casa e disse-lhe: "Vou provar ao Senador Tião Viana e ao Governador Jorge Viana que lhes sou leal e que não sou o traidor que pensam que sou.". Mas continuou no ódio e na agressão, e, agora, num caso especificamente seu, de denúncia contra ele e a dignidade do seu mandato, transfere a responsabilidade para nós, mais uma vez.

Não dá para entender esse tipo de comportamento, que se desvia da coerência, da lógica, do entendimento da realidade e agride gratuitamente pessoas que não merecem. Não foi de mim que saiu a declaração sobre as lições de vida que ele estava tendo durante a campanha – dentro dos aviões e dos carros –, sobre o que era um debate político feito com dignidade, sem agressão, respeitando um projeto de desenvolvimento, sentado ao lado de pessoas que S. Exª julgava de bem, da Igreja, do movimento católico do meu Estado, do movimento cristão do meu Estado. O respeito era absoluto.

Srª Presidente, o Senador foi chefe de gabinete do Governador por vários anos e, mesmo assim, não consegue apresentar uma prova daquela convivência. Como é que depois que sai, agora de longe, fica toda semana tentando montar dossier de fatos atuais para enviar ao Ministério Público, contra a dignidade do Governador? Conviveu anos, defendendo e dizendo que aquilo era o mais importante. E nós o tratamos com a mão estendida do respeito e da coerência. Então, vai entender esse tipo de atitude.

Só registro ao Plenário do Senado Federal que a Senadora Heloísa Helena teve a responsabilidade política de encaminhar o caso à Comissão de Ética. O caso é mais grave do que o que foi dito aqui. Será devidamente apurado e as responsabilidades serão colocadas a quem de direito. É um caso grave, muito mais grave do que o que foi dito aqui, e as responsabilidades serão colocadas a quem de direito.

Era o que tinha a dizer. Só espero que haja um entendimento por parte do Senador que me antecedeu,

a partir de hoje, depois de pelo menos cem ataques feitos gratuitamente ao Governador e à Ministra Marina. Esta, como única resposta, quando perguntaram o que iria fazer com tanto ataque, respondeu que dava a outra face. Os ataques a ela se deram, por exemplo, até no mercado público, onde se ouvia: "esse pessoal do PT não deixa derrubar uma árvore", e na tribuna desta Casa o Senador dizia que se tratava de um projeto de devastação e perda da nacionalidade ecológica.

O Sr. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Então, a Ministra Marina, quando perguntada sobre o iria dizer desses ataques, disse: dou a outra face. É esse procedimento que temos tido. Agora, infelizmente, o limite da compreensão não tem sido suficiente para que o Senador que me antecedeu tenha divergências. Suponhamos que S. Exª tenha se decepcionado com o nosso projeto, não acreditando mais, tendo mudado seu enfoque sobre desenvolvimento sustentável e ética na política, mas poderia ter preservado o respeito e a dignidade das pessoas e dito que agora o curso do debate nacional e do projeto é diferente. Agora, acusações levianas, desprovidas de ética, de responsabilidade moral não cabem mais.

Já ouvi as vezes que tinha de ouvir e agora darei as respostas – e tenho todas as respostas que são necessárias para o Senador que me antecedeu. Estou apenas começando, alertando que os fatos justificados aqui não são bem assim e o fato é muito grave, conforme me expressou o jornalista.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Srª Presidente, peço a minha inscrição pela Liderança do PT.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela Liderança do PT, concedo a palavra ao Senador Sibá Machado, por cinco minutos. Logo após, falará o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, fui tomado de surpresa ao ouvir o pronunciamento ainda há pouco proferido pelo Senador do meu Estado, Geraldo Mesquita. Tenho dito da tribuna do Senado que detesto tratar de questões domésticas, ainda mais quando se trata de um debate dessa natureza e em que a pessoa não está presente. Mas, como foi feita uma fala pública, somos obrigados a vir aqui. Ia apartear o Senador Tião Viana, mas achei melhor vir à tribuna, pois terei mais tempo para discorrer melhor sobre nosso pensamento.

Não sei se o Senador Tião Viana relembrava que o pai do Senador Geraldo Mesquita foi governador nomeado no período da Ditadura Militar. Mas, no mo-

mento em que formamos a Frente Popular do Acre, em 1990, para a eleição de Jorge Viana para Governador – naquela época, foi o primeiro Estado brasileiro em que o PT foi para o segundo turno –, o PSB, Partido do Senador, estava conosco. De lá até então, estamos juntos. Jamais tivemos problemas. Juntos, em 2002, fizemos um trabalho muito forte para a reeleição do Governador e da Senadora Marina Silva. Por conseguinte, é claro, acabou conseguindo eleger a terceira cadeira para o Senado, que é a do Senador Geraldo Mesquita.

Vivíamos, até aí, muito bem. Como disse o Senador Tião Viana, S. Ex^a era Secretário do Gabinete Civil do Governador Jorge Viana. Pessoa dedicada – neste ponto, não há nenhum retoque a fazer –, trabalhador, atento a suas obrigações. Mas, ao chegar ao Senado Federal, mudou de opinião com relação a nós. E nós o respeitamos. Eu o respeito. Qualquer colega que mudar de opinião política tem todo o nosso respeito. O estranho é que, de uma hora para outra, mudou o discurso, Sr^a Presidente. Eu não consigo entender que havia esses conceitos que foram proferidos pelo Senador Geraldo Mesquita contra nós. Eu não posso entender que, de uma hora para outra, tão rapidamente, S. Ex^a externe um ódio, um rancor, uma virulência tão forte como a que acabamos de ouvir.

E S. Ex^a vem tentando, paulatinamente, relacionar coisas do Estado do Acre, não sei se é com observância para colocar mais um Estado – no Acre o PT tem uma presença muito importante na sociedade – no rol dos problemas que vive hoje a nossa sigla em nível nacional, não sei se faz parte de uma pré-campanha para o ano que vem, ou o que seja, não sei explicar, Sr^a Presidente, e nem me interessaria se eu soubesse. O que interessa aqui é que tão logo S. Ex^a toque no nome da forma que foi feita, da forma que estamos sendo tratados, não vamos deixar de graça.

Neste caso, vamos lembrar o que se passa. Na campanha municipal do ano passado – eu sou testemunha também de que este dito Senador chegava em municípios para fazer campanha, dizendo que os trabalhadores rurais, os agricultores do Estado do Acre estavam passando necessidades porque não podiam desmatar e que a Ministra Marina Silva era responsável por isso. E repetia isso em todos os lugares. Depois, passou a dizer que tudo quanto não presta na política nacional é atribuído ao Presidente da República, ligado ao nosso Partido. Agora tenta colocar a todo custo problemas do nosso Estado que só na cabeça dele existe, para justificar seus problemas, que eu não sei de que ordem são. Desconheço quais são os verdadeiros problemas, não sei se são políticos – se for esse o caso, S. Ex^a deve declarar. Se quer ser candidato a Gover-

nador, terá oportunidade. Vamos subir ao palanque e vamos debater. Vamos debater a economia do nosso Estado, vamos debater a história do Acre.

Certa vez S. Ex^a subiu aqui para dizer que tinha vergonha do passado do Acre. Aí eu pergunto: qual é a vergonha do passado? O passado que eu conheço lá é o do Hidelbrando Pascoal, quando se serrava com motosserra. É a esse passado que S. Ex^a quer voltar? Quando se matava seringueiro derrubando pingos de borracha queimada em suas costas? É esse o passado que S. Ex^a quer? Eu não sei qual é o passado. Esse debate aqui está muito malfeito.

Quanto à denúncia feita contra o Senador, S. Ex^a terá oportunidade de se justificar. Terá oportunidade de ir até ao Conselho de Ética se justificar e pode muito bem se justificar e até nos convencer de que tem razão. Agora, trazer um problema do Estado para justificar um problema pessoal dele é inaceitável! É inaceitável, e não vamos concordar.

Portanto, quero dizer aqui, Sr^a Presidente, que o que ocorre em nosso Estado quanto ao manejo sustentável de nossa floresta está lá para quem quiser ver. O projeto Antimari existe desde 1988, financiado pelo Governo japonês. As principais universidades do País têm acesso àquela pesquisa. Pode ir lá dar uma olhada.

Certa vez S. Ex^a quis fazer *show* aqui na CCJ, quis fazer *show* aqui neste plenário. Isso é inaceitável! Portanto, quero dizer que, de nossa parte, o povo pode aqui ficar tranquilo: está aberto, escancarado o nosso modelo de governar, o nosso modelo de gerenciar o Estado, o nosso modelo de fazer política. Tanto é assim que a nossa aliança política existe desde 1990 com os mesmos Partidos, salvo o PSDB, que esteve conosco em 1992, em 1998 e que agora não está mais. Isso é um direito partidário. Os demais estão todos juntos.

Portanto, Sr^a Presidente, a amargura, os problemas, a decepção fundamental do Senador Geraldo Mesquita eu desconheço e, se soubesse, não me interessaria falar aqui sobre isso. O que não posso aceitar é que também um assunto dessa natureza seja tratado da tribuna do Senado, querendo justificar um problema que é assunto pessoal dele, do seu assessor. S. Ex^a que resolva e se explique ao Conselho de Ética.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sery Slhessarenko. Bloco/PT – MS) – Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho. Imediatamente após, falará o Senador Ney Suassuna.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente Senadora Serys Slhessarenko, Sr^as e Srs. Senadores, trago um problema que preocupa a

todos os Municípios da minha terra, da Bahia, e também a todos os Municípios do Brasil: a situação financeira delicada e problemática pela qual passam muitos Municípios hoje no País, fruto de várias ações do próprio Governo Federal, de coisas que foram feitas ao longo de muito tempo, de políticas econômicas que não atenderam aos Municípios, tornando-os mais frágeis.

Trago aqui uma reportagem feita neste fim de semana pelo Jornal **A Tarde**, da Bahia, que diz: "Prefeituras ameaçam não pagar o 13º salário", o que é uma coisa extremamente grave. Isso foi levado pela União dos Municípios da Bahia – UPB (a sigla corresponde ao antigo nome: União das Prefeituras da Bahia) anotando todos esses pontos a que temos, aliás, nos referido sempre aqui e que precisam ser modificados.

Diz a UPB que a crise financeira atingiu o seu ponto mais alto. O problema é mais grave nas prefeituras menos desenvolvidas e cuja população, além de pequena, vive em grande parte no meio rural. Nessas localidades, a possibilidade de arrecadação de receitas próprias – todos sabemos – é muito reduzida, uma vez que tanto o Imposto Predial e Territorial Urbano, o IPTU, quanto o Imposto Sobre Serviços, o ISS, são muito difíceis ou impossíveis de serem cobrados nessas Prefeituras. Nestes casos, então, o Fundo de Participação dos Municípios passa a ter uma importância muito grande e passa a ser praticamente a única fonte de renda municipal.

A situação é tão delicada na Bahia, e tenho certeza de que é a mesma situação no Brasil, que cerca de 84% das prefeituras baianas, ou seja, 350 Municípios já reconhecem que enfrentarão dificuldades para honrar o 13º salário dos seus funcionários. Em praticamente todos esses municípios citados, o FPM é praticamente a fonte principal de receita do Estado e que tem ficado muito aquém das necessidades locais. Ela pode, em um ano ou em outro, ter tido algum crescimento real. Mas, na verdade, ao longo dos últimos anos, não é somente neste Governo, mas desde o outro Governo, desde outros Governos, o que acontece é que foi modificado aquele espírito que havia na Constituição de 1988 de se repassar uma série de atribuições para os Municípios, mas também de se passar para os Municípios, assim como para Estados, as receitas correspondentes.

E, ao longo desse tempo, as receitas compartilhadas, que são as que vão para os Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios, se reduziram tremendo. Elas representavam cerca de 80% da arrecadação total da Receita Federal, e, hoje, está reduzida a 44%. Ou seja, ao longo desses últimos anos, a partir do fim dos anos oitenta, os Municípios e os Estados passaram a receber, em termos reais, e daquilo

que havia sido programado e montado dentro da própria Constituição, cada vez menos. Por quê? Porque todo o benefício que o Governo Federal tem que dar acaba sendo por meio do IPI ou do Imposto de Renda, porque são os impostos que ele só tem metade. Então ele faz toda uma política tributária em cima desses impostos. Com isso, verificamos um imenso crescimento das contribuições sociais, do PIS, do Confins, um crescimento muito maior do que se pode imaginar como razoável, sendo o grande fator de crescimento da carga tributária neste País, tornando impossível a vida dos empresários, a vida dos consumidores, a vida da população e, de uma forma indireta, atingindo também Municípios e Estados, fazendo uma imensa centralização de recursos nas mãos do Governo Federal, que não retornam às suas bases, não retornam para onde são arrecadados, inclusive face a todo o contingenciamento que o Governo Federal vem fazendo, ao longo de muito tempo, na aplicação desses recursos, inclusive para os recursos essenciais. Podemos lembrar o caso hoje da aftosa. Não se pode atribuir a culpa somente aos fazendeiros. A culpa pertence também, e muito, à fiscalização que não foi feita pelo Governo Federal, por contenção de recursos. À medida que essa política se mantém, cada vez mais se tem um estrangulamento financeiro que acaba por atingir os Municípios.

Existe um segundo ponto: a questão das dívidas dos Municípios junto ao INSS. Essas dívidas têm sido acrescidas em muito pelo indexador que foi adotado, a taxa Selic, que não é para isso. A taxa Selic tem muito a ver com o mercado, com a colocação de títulos pelo Governo, ela tem a ver com a política monetária restritiva, ela tem a ver também com a questão do superávit primário, ela tem a ver com a questão de você administrar a inflação. Então, ela não pode ser indexador para contratos de longo prazo, como são os contratos dos Municípios com o Governo Federal. Então, o correto é que seja TJLP. Isso, aliás, estava previsto na 252, na chamada Medida do Bem, que depois foi retirado e que precisa voltar. Precisa voltar nessa medida provisória que deve ser analisada esta semana. Precisa voltar essa renegociação dos Municípios. Permitir aos Municípios renegociar com o INSS, mas não nessa taxa, não nesse indexador. Precisamos alterar esse indexador, pois, caso contrário, pouco adiantará para os Municípios, porque se faz o corte hoje para se fazer a projeção, para se fazer uma re-pactuação, mas o problema vai continuar, porque eles não podem ficar pagando uma taxa corrigida hoje em 19%. Aí é muito, e você vai acrescendo todo esse principal e torna impossível o pagamento disso.

Para piorar a situação, quando nos referimos a essa questão do décimo terceiro, há normalmente

uma queda até setembro e depois uma recuperação no FPM; mas, ao que parece, segundo essa previsão da União dos Prefeitos da Bahia, a queda do repasse, que atingiu até 33%, não será recuperada até o fim do ano. E preocupa mais em relação a essa questão do INSS, porque temos que dar um prazo maior para parcelamento, temos que incluir na MP do Bem. Mas se existem outros aspectos que devem ser considerados, e me referiria a um deles que também depende muito da Câmara dos Deputados, hoje, que seria a aprovação da reforma tributária.

Dentro do bojo da reforma tributária, e que já tratamos tanto desse assunto aqui, temos pelo menos dois pontos muito importantes. Primeiro, a questão da unificação do ICMS, da simplificação. Olhando desse lado, de um sistema, além de simplificado, mais racional. Mas, do outro lado, ali dentro da reforma tributária, tratamos também da questão dos Municípios, quando ficou estabelecido que haveria um acréscimo de 1% do Fundo de Participação dos Municípios para ser dividido entre todos eles. Mas isso não foi aprovado até hoje.

Entendo que o Governo precisa se mover, inicialmente, nessa questão. Os Estados estariam dispostos, tenho convicção disso, a apoiar a consecução dessa reforma, mas é preciso que o Governo reconheça que tem que fazer os aportes ao Fundo de Desenvolvimento Regional, que, inclusive, beneficiarão também os Municípios.

Quero também lembrar que, na semana passada, chamamos a atenção aqui – o Senador José Agripino também chamou a atenção – sobre o que ocorreu com a recuperação de alguns programas do Governo Federal, do PAS e do Refis, em que foram arrecadados cerca de R\$6 bilhões. Dentro desses valores arrecadados, mais de R\$1 bilhão pertencem a Estados e Municípios, pertencem ao Fundo de Participação, porque se trata de Imposto de Renda e de IPI. E, apesar de o Tribunal de Contas da União ter reconhecido, analisado e mandado pagar, o Governo Federal não o fez.

Entendo que a imediata alocação desses recursos para os Municípios – R\$1 bilhão – seguramente iria resolver, ou resolver em boa parte, esse problema do décimo terceiro salário. Não dá para entender por que razão o Governo Federal, neste momento de tanta crise para os Municípios, o que afeta tremendamente toda a população, não toma essa medida. É uma medida essencial, absolutamente legal, cujo cumprimento já foi determinado pelo Tribunal de Contas da União. Então, nada mais justo que a parte devida aos Municípios, que talvez vivem a sua pior crise financeira, seja paga de imediato.

Para terminar, Srª Presidente, faço um apelo ao Senador Amir Lando, Relator da Medida Provisória nº

255, no sentido de voltar a colocar a questão do refinanciamento das prefeituras junto ao INSS, passando para um prazo de 240 meses e com uma taxa de juros, um indexador, que permita que elas paguem, pois, no fundo, é isto que elas querem fazer: pagar. No entanto, precisam ter condições para isso.

Agradeço a tolerância de V. Exª e entendo que, neste momento, esta Casa deve unir-se para resolver o problema dos Municípios que, repito, é muito grave. Nunca foi tão grave.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Serys Slhessarenko, Srªs e Srs. Senadores, assomo a esta tribuna para falar sobre uma viagem que fiz na semana passada, mais precisamente na terça-feira próxima passada, aos Estados Unidos da América, presidindo a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal – Câmara e Senado. Não tendo sido possível a ida do nosso Presidente, Senador Marcelo Crivella, nessa missão, fui presidindo a Comissão ao lado do Deputado Hidekazu Takayama*; do Deputado Geraldo Thadeu*, de Minas Gerais; do Deputado João Magno, Relator da CPMI; o Deputado Fraga, do Espírito Santo; e do Deputado Dr. Heleno, do Estado do Rio de Janeiro.

Nas cidades dos Estados Unidos, mais precisamente em Boston, Malboro, Framingham*, em todo o Estado de Massachussets, vi pessoas contentes, felizes, satisfeitas com a situação em que vivem, e vi pessoas tristes, amarguradas e sendo deportadas.

Visitamos um presídio na capital de Massachusetts, em Boston. No momento em que chegamos, lá havia cinco brasileiros na sala de espera para serem deportados e mais 12 – eram 17 ao todo – aguardando o trâmite da documentação para serem deportados.

Muitos até diziam que não queriam ficar mais, mesmo que os advogados, as autoridades brasileiras ou o consulado brasileiro em Boston conseguissem as suas permanências. Eles diziam que não gostariam de permanecer mais, porque já viviam presos, mesmo fora do presídio, sem muita liberdade e sem documentação.

O trabalho dessa CPMI é justamente para facilitar a vida dos brasileiros que lá estão. Aqueles que querem vir embora que venham, mas aqueles que lá querem ficar que possam permanecer numa situação mais digna do que a de hoje, em que a grande maioria não tem documentação. São poucos os documenta-

dos. Eles chamam aqueles que não têm documentos de "indocumentados" e são a grande maioria.

Eu sei, Sr^a Presidente, que Mato Grosso, o Estado de V. Ex^a, também tem emigrantes nos Estados Unidos, assim como há muita gente do meu Estado de Rondônia, que é um Estado jovem. Naqueles três dias em que lá permaneci, encontrei mais de dez pessoas do meu Estado, de cidades do interior e da capital; encontrei gente de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul. De Minas Gerais, não é preciso nem falar – mais de 50% das pessoas que emigraram do Brasil para os Estados Unidos são de Minas Gerais. Boa parcela também é do Espírito Santo, e o restante está distribuído pelos demais Estados brasileiros.

No início, o Presidente desta CPMI foi o Senador Hélio Costa, que teve de se desligar por ter assumido o Ministério das Comunicações. Posteriormente, assumiu a presidência o Senador Marcelo Crivella, que era o vice-presidente; deixou vago o cargo, e assumi, então, a vice-presidência da CPMI.

É um trabalho interessante porque já surtiu efeito. Hoje, os consulados brasileiros, nos Estados mais procurados pelos emigrantes, já reforçaram sua estrutura, como Texas e Massachusetts. Havia consulados com apenas três funcionários e hoje já têm de 15 a 20 funcionários trabalhando. A demanda é muito grande.

Durante a viagem, realizamos algumas reuniões e visitas a prefeitos. Tivemos um encontro muito bom com o Senador Ted Kennedy*, um defensor dos imigrantes não só brasileiros, mas de outros países também, que sempre teve um bom relacionamento com os imigrantes. Essa reunião foi, talvez, o ponto mais alto da nossa visita. S. Ex^a deu entrada em um projeto no Congresso americano, regulamentando a situação dos brasileiros que vivem nos Estados Unidos, documentando aqueles que não têm documento algum por três anos, prorrogáveis por mais três. Isso daria, com certeza, um alento maior às famílias, às pessoas que lá vivem. Esse projeto recentemente foi fundido com mais dois projetos de outros parlamentares americanos, passando a ser um projeto não apenas do Partido Democrata – que é o Partido do Senador Ted Kennedy –, mas um projeto suprapartidário, defendido por membros do Partido Republicano e por membros do Partido Democrata. Então, as chances de esse projeto ser aprovado são maiores. S. Ex^a manifestou sua intenção de vir novamente ao Brasil, mas só depois da eleição, que será no ano que vem. Será candidato à reeleição, não sei se pela quinta ou sexta vez como Senador pelo Partido Democrata dos Estados Unidos. S. Ex^a nos garantiu que vai trabalhar com afinco, com dedicação, na aprovação desse projeto. É o que seria, de imediato, a coisa mais importante para os brasileiros.

Há outro assunto também muito questionado: a quantidade de vistos legais que a embaixada, os consulados americanos, fornece aos brasileiros. São apenas 6 mil vistos anuais. Enquanto isso, as Filipinas recebem 40 mil vistos anuais – e estou falando apenas de alguns países. A China recebe 60 mil vistos anuais. E o Brasil, que é um parceiro muito mais antigo dos Estados Unidos, que tem uma relação comercial muito mais profunda do que as Filipinas, do que a China e do que muitos outros países, recebe apenas seis mil vistos anuais. Então, é uma reivindicação desta Comissão que os Estados Unidos possam fornecer pelo menos trinta mil; não os sessenta mil da China, não os quarenta mil das Filipinas, mas que possam fornecer pelos menos 30 mil vistos aos brasileiros. Se assim fizerem, acredo que esse agenciamento promovido pelos "coiotes", cobrando US\$10 mil por pessoa simplesmente para atravessá-la para os Estados Unidos, irá diminuir. E notem que cobram essa quantia para atravessar os imigrantes para os Estados Unidos, mas muitas vezes não os deixam no local do destino: abandonam-os à própria sorte na fronteira do México, à mercê da polícia da imigração, sujeitos aos perigos que lá encontram, como as cobras venenosas do deserto do Texas ou o sol causticante – muitas vezes, sem água, pessoas vão à óbito. Há, inclusive, o relato de uma pessoa que quebrou as duas pernas tentando fugir da imigração e que ficou, com as duas pernas quebradas, ainda presa num presídio americano. Há pessoas que morreram, há famílias que perderam um ente querido. Por tudo isso, é uma situação muito humilhante essa travessia pelo México.

Não queremos, de forma alguma, atrapalhar a vida dos brasileiros que lá estão nem deportá-los. Pessoas que estão trabalhando naquele país nos perguntaram se estávamos lá para deportá-los. Esse não é o papel da CPMI. O papel da CPMI é facilitar a vida dos brasileiros que, por falta de emprego no Brasil, não tendo conseguido dar condições dignas de vida às suas famílias, aventuraram-se nessa travessia para os Estados Unidos. O que queremos é facilitar a vida deles, jamais prejudicá-los.

O Presidente George W. Bush vai estar no Brasil nos dias 5 e 6 de novembro – se não me falha a memória, ele deve estar chegando no dia 5 de novembro. Penso que essa será uma boa oportunidade para o Congresso Nacional, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, mais especificamente para a CPMI da Emigração Ilegal, ter uma conversa com o Presidente Lula e com o Presidente Bush e pleitear que o número de vistos seja ampliado, não ficando apenas nos seis mil vistos anuais que temos para os Estados Unidos. Isso é uma humilhação para o Brasil.

Se conseguirmos o aumento no número de vistos, por certo não mais ocorrerão os transtornos que estamos tendo hoje com os brasileiros sendo deportados todos os dias – boeings lotados com 270, 280 brasileiros. Tive a oportunidade de ir a Belo Horizonte para aguardar a chegada de um Boeing fretado pelo governo norte-americano junto à empresa área portuguesa TAP com 278 brasileiros. Já vieram três boeings desses lotados de brasileiros deportados, sem falar naqueles que todos os dias estão sendo deportados de algum Estado, de alguma cidade norte-americana.

Sr^a Presidente, meu tempo está se esgotando. Era esse o relato que queria fazer. Tenho certeza de que os Deputados que participaram dessa viagem vão poder relatá-la na Câmara dos Deputados, principalmente o Deputado João Magno, Relator da CPMI da Emigração, que se tem debruçado há mais tempo sobre essa questão. Eu assumi a Vice-Presidência há pouco tempo; fiz essa viagem, mas não tenho todos os dados que a Comissão já pôde coletar. O relatório já se encaminha para o final: o mais tardar no início do ano o relatório dos trabalhos da CPMI da Emigração será apresentado às autoridades brasileiras.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Efraim Moraes.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, o resultado avassalador do referendo popular contra o desarmamento coincide com a pesquisa de opinião pública, feita semana passada pelo Instituto Datafolha, dando conta do aprofundamento do desgaste do Governo Lula.

Mais de um analista de renome, Sr^a Presidente, vinculou o resultado do referendo à escassa credibilidade do Governo Federal. Ou seja: a maioria dos que disseram “não” nas urnas dizem “não” também ao Governo Lula. Sabemos que não há despropósito nisso.

Afinal, a lei do desarmamento remetia ao Estado a missão de desarmar a sociedade. E a sociedade associa o Estado ao Governo, que é, afinal de contas, o seu gerente, o seu gestor.

Se o referendo se realizasse em outra circunstância, com um Governo mais acreditado, num ambiente menos povoado por denúncias e escândalos, seguramente o resultado do referendo não teria sido tão demolidor.

A verdade é que somente agora as camadas mais desassistidas da população, com menos acesso à informação e menos recursos para decodificá-las, começam a perceber a responsabilidade do Presidente

Lula nas denúncias de corrupção que há quase cinco meses ocupam os principais espaços da mídia.

O Datafolha informa que, entre agosto e outubro, a taxa dos que atribuem a Lula “muita responsabilidade” nos casos de corrupção aumentou no geral quatro pontos, sendo sempre maior o percentual entre os que têm renda e escolaridade.

A taxa dos que acham que o Presidente da República não tem nenhuma responsabilidade nos casos de corrupção reduziu-se em sete pontos. E o índice dos que consideram o Governo Lula corrupto é chocante: nada menos que 81% da população brasileira!

Não vou descer às minúcias da pesquisa. Cito apenas para ilustrar que, em tal ambiente, as condições de governabilidade tornam-se cada vez mais escassas.

Deveria, por isso mesmo, o próprio Governo ser o maior interessado em promover e estimular o trabalho das CPIs. Mas, infelizmente, Sr. Presidente, como todos sabemos, não é. Em vez de sanear, o Governo cuida de assar pizzas nos fornos do Palácio da Alvorada.

O Governo não exibe um único gesto efetivo de que esteja empenhado em punir os seus corruptos. Somente agora, passados cinco meses das denúncias, o PT, o Partido do Presidente Lula, expulsou Delúbio Soares. E o fez em visível constrangimento, depois de negociar por meses o seu silêncio.

Registro aqui, Srs. Senadores – e louvo –, a coerência do Sr. João Felício, presidente da CUT, que, no julgamento interno de Delúbio, opôs-se à sua expulsão e propôs apenas que fosse desfiliado por três anos. Disse ele que Delúbio não poderia ser responsabilizado sozinho pelos atos que praticou. Disse o Sr. João Felício: “Isso é uma hipocrisia.”. E argumentou: “Todo mundo pedia para que ele arranjasse dinheiro e ninguém queria saber como ele arranjava.”.

Penso que ninguém tem dúvidas a respeito do que disse o Sr. Felício. Imaginar que a Executiva do Partido – sobretudo um partido centralista como o PT – ignorava o que estava sendo feito é não conhecer o funcionamento da máquina partidária.

Não somos crianças, Sr. Presidente. Sabemos que o PT é um partido conduzido com mão-de-ferro por meia dúzia de dirigentes, encabeçados pelo Presidente da República.

Basta ver que, quando a crise se abateu sobre o Partido, o Presidente Lula não hesitou em desfalcar o seu ministério e lá colocar dois de seus ministros – Tarso Genro, da Educação, e Ricardo Berzoini, do Trabalho. Genro exerceu interinamente a presidência e Berzoini elegeu-se para novo mandato na presidência do Partido.

Portanto, também é ingenuidade supor que Lula nada sabia a respeito do que se passava em seu Partido na gestão Delúbio-Marcos Valério. Era em sua ante-sala que Delúbio e Sílvio Pereira geriam os interesses do PT. E lá, na gestão de José Dirceu, Marcos Valério marcou presença, algumas vezes conduzindo banqueiros das instituições envolvidas no escândalo que ficou conhecido como “valerioduto”.

Não faz sentido, portanto, responsabilizar Delúbio Soares por tudo. Ele está sendo o bode expiatório e deve estar sendo recompensado por isso, o que explica o seu resignado silêncio.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Com o maior prazer, nobre Senador José Jorge, Líder da Minoria.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Efraim Moraes, gostaria de me solidarizar com o discurso de V. Ex^a e dizer que, finalmente, o PT tomou uma providência contra o tesoureiro Delúbio Soares, expulsando-o do Partido. Mas o fez com atraso de seis meses, porque há mais ou menos seis meses ele é réu confessado de crime de caixa dois, corrupção, etc. Mas isso é muito pouco em relação àquilo que o PT deveria fazer com todos aqueles que foram diretamente atingidos pelas acusações e estão respondendo a processo na Câmara. E o PT ainda não abriu processo contra nenhum deles. Se o Partido quer realmente se revigorar – o que é importante na minha opinião –, visto que as pesquisas já estão dando que 64% dos brasileiros consideram que o PT atrapalha o Governo do Presidente Lula, penso que ele deveria reagir em relação aos demais membros do PT que estão envolvidos no processo. Já passou do tempo de haver uma reação coletiva, como os demais partidos fazem quando isso acontece. Era isso, Sr. Presidente.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Senador José Jorge, agradeço a V. Ex^a pelo aparte e devo dizer-lhe que é muito estranho que um processo para uma pena partidária venha a durar seis meses. Se o PT não tivesse na figura do Delúbio Soares uma caixa-preta, não teria esperado tanto, negociado o seu silêncio para, somente depois de tanto tempo, expulsá-lo. Realmente é o medo de que o Sr. Delúbio abra a boca, o que não fez até agora.

Portanto, V. Ex^a tem toda razão. Espero que lá na Justiça, que é o caminho...

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – É muita gente com rabo preso.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Com certeza. Lá na Justiça, que é o caminho que ele vai seguir,

vai ter que falar a verdade. Se aqui nas CPIs ele não falou, não abriu a boca, lá ele vai ter que falar.

Pois bem, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, e aqui ainda cito palavras de outro petista que agiu no julgamento de Delúbio como promotor: o Sr. Valter Pomar.

Mesmo pedindo a expulsão do ex-tesoureiro, reconheceu que “se houve gestão temerária, toda a Executiva do Partido deveria ser punida, não só Delúbio”. Só que ninguém, além de Delúbio, foi punido. Tardiamente punido. E docilmente punido...

(Interrupção do som.)

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – O meu tempo já se foi?

O mesmo Governo Federal que mostrou urgência meses atrás, em meu Estado, em prender o ex-Ministro Cícero Lucena por um suposto delito administrativo, para cujo esclarecimento ele já se havia apresentado às autoridades, não demonstra qualquer pressa...

(Interrupção do som.)

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, eu pediria a tolerância de V. Ex^a até mesmo em função do número de oradores.

... em deter o Sr. Marcos Valério, mesmo sabendo, Sr. Presidente, que ele destruiu documentos e, portanto, obstruiu a ação da Justiça. Mesmo Delúbio ainda não foi penalmente responsabilizado. A única penalidade que lhe coube foi a partidária.

A CPI que presido – a dos Bingos –, cuja leitura de requerimento foi feita hoje, estando prorrogada, com a publicação, amanhã, até o dia 25 de abril de 2006, tem sido acusada pelos palacianos de estar querendo desestabilizar o Governo, pelo simples fato de estar empenhada em esclarecer os fatos e convocar, sem restrições, os personagens neles envolvidos.

Sei que as demais CPIs em curso empreendem o mesmo esforço. Nosso objetivo comum é repor a verdade e sanear o quadro político, para que as instituições não sejam desacreditadas perante a opinião pública.

O Governo Lula deveria ser o mais interessado em tudo isso. E é estranho que não o seja. O que buscamos é exatamente o oposto à desestabilização. Queremos recuperar a governabilidade.

Sabemos que a estabilidade econômica, construída nos dois Governos anteriores – e felizmente mantida no atual –, por mais sólida que pareça, depende de credibilidade para sustentar-se, sobretudo porque não sabemos por quanto tempo os bons ventos da economia mundial hão de se manter – e nos beneficiar.

Em entrevista ao **Estado de S. Paulo** de domingo, o economista norte-americano Barry Eichengreen

afirma que a bonança mundial, que vem beneficiando o Brasil e outros países, está perto do fim. O ciclo de alta liquidez global, segundo ele, estaria acabando, acelerado pela alta do preço do petróleo.

Vejam a receita, Srs. Senadores, que ele dá para que o Brasil cresça a taxas mais significativas: 1) aumentar a taxa de poupança; 2) investir mais em educação; 3) ter menos "ruído político". Por menos "ruído político" entenda-se menos escândalos e maior confiabilidade pública nas instituições.

Só vou precisar de mais um minuto, Sr. Presidente, de nada mais.

Pode ter certeza, Sr. Presidente, de que este é o nosso esforço, de todos nós que fazemos o Congresso Nacional, e que não será inibido por pressões palacianas.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que a se manter o quadro atual, o "não" dado ontem no referendo das armas voltará a soar de maneira ainda mais contundente nas eleições do próximo ano.

Até lá, porém, não saberemos como estará o País e a sua economia, cuja estabilidade tem sido devida bem menos aos méritos dos que a estão gerindo e bem mais aos bons ventos da economia mundial.

Era o que tinha a dizer.

Agradeço pela tolerância de V. Ex^a.

Durante o discurso do Sr. Efraim Moraes, a Sra Serys Shhessarenko, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO) – Concedemos a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna, Líder da Bancada do PMDB.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Srs. Senadores, "tudo tem o seu tempo determinado", diz a sabedoria salomônica. "Há tempo de semejar e há tempo de colher."

Há o tempo de tomar uma decisão, podemos acrescentar, e há o tempo devido de executá-la.

A demora em implementar uma decisão tomada, além de adiar os efeitos positivos que se pretendem obter, pode gerar uma situação esdrúxula, na qual o que antes havia sido desarrumado e nada veio ocupar o seu lugar.

Essa é, nobres Senadoras e Senadores, exatamente a situação em que se encontra o nosso País com o atraso da regulamentação da Lei de Biossegurança.

A Lei nº 11.105, promulgada em 24 de março deste ano, representa um marco significativo para o desenvolvimento com segurança, das pesquisas em

biotecnologia no Brasil, bem como de atividades econômicas a ela relacionadas.

Enviado ao Congresso Nacional pela própria Presidência da República, o projeto de lei, que envolvia duas questões centrais altamente polêmicas – a utilização de transgênicos e a pesquisa de células-tronco de embriões –, foi detidamente examinado em ambas as Casas do Poder Legislativo, ao mesmo tempo em que eram ouvidos os diversos setores da sociedade interessados.

Tivemos exaustivas e inúmeras reuniões e audiências públicas. Se não foi possível obter um consenso pleno, alcançou-se, ainda assim, uma ampla convergência das diferentes opiniões, que pode muito bem ser aferida pela expressiva votação dada ao substitutivo apresentado no Senado: 53 votos favoráveis e apenas dois contrários.

Sr. Presidente, recebi, na última quinta-feira, dia 20 de outubro, na liderança do PMDB, cerca de 50 cientistas de diversos centros de pesquisas do País, que vieram trazer o seu protesto relativo a esse quadro de indefinição e a reivindicação de que a Lei de Biossegurança seja regulamentada com urgência.

Durante toda a semana, recebi dezenas de produtores rurais, principalmente os responsáveis pelo sucesso da nossa agroindústria, que também clamavam pela regulamentação da lei promulgada desde março.

A situação atual criou um absurdo vazio, em que muitas das pesquisas e outras ações imprescindíveis para o desenvolvimento da biotecnologia se encontram paralisadas. Sem a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, porque como não foi regulamentada não se pôde nomeá-la, não temos um órgão para dar licença, para proibir ou para qualquer coisa. A antiga estrutura da CNTBio foi desativada pela lei e nenhuma outra foi criada para substituí-la.

Assim, além de não poder dar entrada a novos pedidos de autorização de pesquisas e produtos, há 390 processos parados na CTNBio, em uma espécie de limbo burocrático, sem que haja um único técnico que possa avaliá-los.

Hoje, num mundo globalizado, os países são ricos pela tecnologia. A França tem mais de cem processos autorizados de transgênicos, assim como os Estados Unidos, a China, a Alemanha e a Inglaterra. No Brasil, temos quatro. E existem 390 processos aguardando, nenhum deles deferido, porque a CTNBio não foi formada. É extremamente prejudicial para o País que não se possa dar continuidade às pesquisas com transgênicos e ao próprio plantio dos produtos que vierem a ser devidamente autorizados.

Milhões de reais, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, estão deixando de ser investidos em alternativas tecnológicas que podem representar aumento da produção agrícola, com menor dispêndio de recursos naturais e redução do uso de agrotóxicos.

Enquanto isso, países que são nossos competidores na produção agrícola avançam a passos largos em suas pesquisas e já utilizam um grande número de produtos transgênicos em suas plantações.

Podemos nos referir tanto a um país emergente, a Índia, como aos Estados Unidos, que dispõem de mais de 100 produtos transgênicos autorizados, como acabei de dizer, e de onde provém grande parte das verbas destinadas às ONGs que lutam contra a transgenia no Brasil.

Vejam, não podemos concorrer com os Estados Unidos em muitas coisas. No entanto, levamos vantagem na terra e no clima – somos um país tropical, podemos ter até duas safras. Com os transgênicos, a nossa economia poderia explodir ainda mais em suas possibilidades. Mas isso não interessa aos estrangeiros.

Chega-se ao ponto, Sr. Presidente, de os plantadores de algodão transgênico nos Estados Unidos, que vendem algodão para o Brasil, quererem dar dinheiro para o produtor brasileiro não plantar algodão transgênico, a fim de não terem competição. É uma coisa acintosa.

Classifico o que essas ONGs estão fazendo até de crime de lesa-pátria, porque tem gente aqui sendo paga constantemente para fazer gritaria para que não tenhamos transgênicos no Brasil, enquanto recebem o dinheiro das empresas que têm transgênicos no exterior.

Como afirmou uma pesquisadora da Embrapa, Maria Sampaio, os experimentos de campo com culturas transgênicas são os maiores prejudicados com o atraso, pois há o tempo certo de semear, a não ser que semeie ilegalmente, como já aconteceu por três anos no Brasil.

Revolto-me quando vejo, por exemplo, a minha Paraíba. Uma das riquezas possíveis, plausíveis no meu Estado é o algodão. Veio a praga do biccudo – até hoje ninguém sabe como ele surgiu, pois não existia biccudo na região –, que acabou repentinamente com todo o algodão.

Agora, fizemos algodão transgênico com resistência ao biccudo e não conseguimos registrar a patente até hoje. São duas amarras: não conseguimos oficializar a pesquisa e não conseguimos registrar as patentes. Com relação às patentes, estamos chamando na Comissão de Fiscalização o departamento próprio, o INPI, para saber o que está havendo. São 25

mil patentes paradas. No caso das pesquisas, difíceis de serem feitas, há 390 paradas porque não tem um órgão que responda.

Em suas palavras, que não se distanciam do senso comum, “não dá para fazer experiência fora de época. Ou você planta agora ou perde o ano inteiro.” Isso porque a pesquisa só pode se realizar no outro ano.

Até mesmo o isolamento, que dizem os homens e as mulheres que querem frear as nossas pesquisas por meio das ONGs, o perigo de isolamento, de contaminação, não tem como fazer porque a CTNBio não existe desde março, são oito meses sem um órgão que cuide disso.

Não bastasse, Sras e Srs. Senadores, os consideráveis prejuízos à nossa agricultura, temos uma outra situação que deveria sensibilizar as autoridades competentes a agir com mais presteza.

Muitas são as pessoas com gravíssimos problemas de saúde que têm na pesquisa com células-tronco uma das raras, senão a única esperança de cura.

O Brasil conta com muitos cientistas capacitados para desenvolver pesquisas nessa revolucionária área médica. Não há justificativas para que o Governo deixe esses cientistas com as mãos atadas.

Vários desses cientistas, Sr. Presidente, são professores de pós-graduação e eles dizem: “Estamos sem poder concluir as teses, porque não temos autorização para fazer a pesquisa”. Portanto, não é só a agricultura, o carro-chefe da nossa economia, que está sendo atingida, mas também a ciência do nosso País.

Quero somar a minha voz à da comunidade científica e à dos agricultores brasileiros, exigindo a imediata regulamentação da Lei de Biossegurança, de forma a pôr fim a essa inaceitável situação de impasse.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Ney Suassuna?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Com muito satisfação, nobre Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Caro Senador Ney Suassuna, gostaria de me solidarizar com V. Ex^a pelo seu discurso. Este Governo faz o maior esforço para aprovar um projeto, como o caso que V. Ex^a está citando, além de outros, como a reforma da Previdência, a reforma do Judiciário, todas essas leis e emendas constitucionais, e depois os abandona. Não aprova a sua regulamentação e, muitas vezes, nem a encaminha. Esse descaso existente em muitos campos gera essas crises, como a da febre aftosa, que é uma crise gravíssima, porque retirará a possibilidade de exportação de um dos principais produtos brasileiros hoje, que é a carne – um dos itens da pauta de exportação. Espero que esse caso da febre aftosa sirva de lição ao Governo para que essa questão dos projetos apro-

vados e não regulamentados seja tratada com mais responsabilidade. Muito obrigado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a, mas, nesse caso específico, os principais culpados são exatamente as ONGs, que fazem todos os bloqueios possíveis. O que não pode é o Governo ficar ouvindo esse “canto de sereia” de pessoas que não têm interesse nenhum no progresso do Brasil.

Dessa forma, faço hoje esse protesto muito mais dirigido a esses brasileiros que acham que estão prestando um serviço, quando, na verdade, estão prestando um desserviço.

Nesse esforço de se fazer ouvir nesta terra de moucos, tenho procurado Ministros de Estado das áreas envolvidas e tentado estabelecer uma ponte de interlocução entre eles e a comunidade científica.

Não foi outro o propósito das minhas reuniões com a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Tivemos uma reunião na semana passada, onde ela expôs os seus pontos de vista e os de alguns grupos que lá pressionam. Ouvimos; com alguns concordamos e de outros discordamos.

Também procuramos a Ministra Dilma Rousseff, que mostrou que estava buscando uma posição de consenso, mas que iria, o mais rápido possível, fazer a publicação da regulamentação de um projeto que já passou por onze Ministérios.

Sr. Presidente, ao me solidarizar com os cientistas e com os agricultores, quero dizer que medidas estão sendo encaminhadas.

Espero – e acredito com firmeza e com muita fé – que, nesta semana, deveremos ter o fim desse caminho tão árduo que foi a regulamentação da Lei de Biossegurança.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães.

V. Ex^a dispõe de quinze minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente e Srs. Senadores, desejo abordar principalmente a questão do referendo realizado ontem no País.

Não creio que o resultado possa estigmatizar os que votaram “Sim”, mas devo salientar que votei “Não”. Na capital baiana, mesmo contra o PT, houve uma vitória expressiva do “Não” sobre o “Sim”.

Talvez o resultado tivesse sido outro, Sr. Presidente, se, por acaso, o Governo não tivesse se metido no referendo. O Governo quis patrocinar o referendo

para mostrar que era forte. Resultado: amarga hoje uma tremenda derrota em todo o País. Em seu maior reduto antigo, o Rio Grande do Sul, o PT obteve sua maior derrota. Em São Paulo, derrota. Enfim, em toda a parte, inclusive – e graças a Deus! – na Bahia.

Acredito que o Senador Garibaldi Alves votou como a maioria do povo do seu Estado. Não sei. Lá, a expressiva vitória do “Não” foi uma demonstração também não contra os líderes dessa terra, que tem tantos líderes – a exemplo de Garibaldi Alves e de José Agripino –, mas de que o povo não está satisfeito com o Governo Federal. Votou “Não” para expressar um “Não” ao Governo.

Veja V. Ex^a, Sr. Presidente, a coincidência na avaliação do Governo e em sua derrota no referendo. Ora, Sr. Presidente, saem simultaneamente pesquisa e referendo. E o DataFolha tem realmente um critério absolutamente correto de aferir as posições.

Confesso, Sr. Presidente, que até mesmo o meu amigo Márcio Thomaz Bastos não deveria ter se metido nesse referendo como fez. E o Presidente da República escrever artigo?! É querer dar a vitória ao adversário. Quando o Presidente escreveu o artigo, tudo mudou – tudo mudou para o “Não”.

No seu Estado, V. Ex^a viu que a vitória do “Não” foi esmagadora.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pois não.

Não é nada contra V. Ex^a nem contra Líder nenhum desta Casa que tenha votado “sim”. É uma posição contra o Governo Federal. Chegou o momento de dar um “Não”; e deu-se o “não” ao Presidente da República, que chefiou o lado do “Sim”.

Pois não, Senador.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Antonio Carlos Magalhães, solidarizo-me com as palavras de V. Ex^a e lembro que o PT ainda se deu ao luxo de lançar uma nota oficial a favor do “Sim”. Aí é que foi o enterro do “Sim”. Na realidade, a qualquer coisa que for proposta pelo Presidente Lula e pelo PT o povo brasileiro vai dizer “Não”. Então, na realidade, a nota do PT também colaborou para isso. O Ministro Márcio Thomaz Bastos, a quem também admiro, errou muito nesse momento, porque assessorou o Presidente e colocou sua cabeça, e depois, teve uma fragorosa derrota para S. Ex^a e para o Governo. V. Ex^a tem razão, Senador. Também concordo com V. Ex^a. Foi, sem dúvida, um primeiro treino do que vai acontecer em 2006.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Ex^a tem absoluta razão, Senador e Líder José Jorge. A nota do PT veio selar a derrota e aumentar

o escore. A derrota é de Lula. E o PT se meteu para salvá-lo e piorou a situação.

Quem hoje pode acreditar nesse Governo? Só tenho pena, pela sinceridade com que se envolveu nesse processo, do nosso Presidente Renan Calheiros, que a imprensa ontem dava como o derrotado. Não; o Senador Renan Calheiros não foi derrotado. Derrotado foi o Presidente da República. Derrotado foi o PT em todas as cidades do Brasil. Não apenas no Estado, mas em todas as cidades do Brasil.

E o Presidente ainda tem a coragem de criticar a imprensa brasileira, comparando-a com a venezuelana! Que ele seja igual a Hugo Chávez é provável, mas a imprensa brasileira não é igual à venezuelana. A imprensa brasileira merece respeito, mas como Vossa Excelência não respeita nada neste País, nem as leis, tampouco a ética e a moral, como se pode esperar que os jornalistas sejam respeitados?

Vossa Excelência deveria agradecer muito à mídia brasileira, pois, não fora ela, já estaria fora do cargo por imposição pública. Fazer isso com a mídia é uma injustiça. Os jornalistas competentes, inteligentes e sérios que temos – e posso falar à vontade porque, muitas vezes, sou criticado veementemente por alguns – não podem aceitar essa comparação. Eles querem saber, e todo dia terei que vir à tribuna para dizê-lo, se Vossa Excelência, Senhor Presidente, participou ativamente ou não do mensalão – quanto à participação não há dúvida; se foi ativamente é de que se duvida –, ou fez isso por intermédio de terceiros; se Vossa Excelência já providenciou um esclarecimento da Telemar sobre a presença de uma empresa do seu filho que recebeu R\$5 milhões. A respeito desse assunto a imprensa não tem falado e Vossa Excelência deveria agradecer muito por isso, pois essa teria que ser a manchete de todos os dias. Mas não se fala e ainda se fica triste quando se diz que o Okamotto vem aqui explicar por que paga as dívidas do Presidente da República. O Sr. Paulo Okamotto terá que vir aqui. Já fiz esse apelo ao Sr. Efraim, Presidente da CPI dos Bingos, que atua, aliás, com muita coragem e devoção. Mas é preciso marcar a data.

A acareação do Sr. Gilberto Carvalho será na quarta-feira. Louvo a atitude do Sr. Gilberto Carvalho de dizer que está pronto para vir, mas não posso aceitar que se queira recorrer ao Supremo Tribunal para se impedir que o auxiliar do Governo, citado como partícipe da entrega de recursos de uma Prefeitura cujo Prefeito foi assassinado, venha aqui. Não. Isso não pode acontecer. Isso não deve acontecer e o Congresso Nacional tem obrigação de vigiar.

As manobras políticas que são feitas todos estão vendo. Não adianta. Sempre o resultado será aquele que a vontade do povo quer. Posso dizer, neste ins-

tante, alertando o Presidente da República, que outros “nãos” virão por aí. Até mesmo no Acre a sua derrota foi fragorosa, não sei se com o apoio do Governador e do Senador, ou se o Senador e o Governador aceitaram a nota do PT para votar “sim”. O fato é que a opinião pública não seguiu, de modo algum, os petistas que queriam a votação do “sim” para fortalecer um Governo enfraquecido.

V. Ex^a pediu um aparte?

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Permite-me V. Ex^a um aparte? O meu voto foi o mesmo que o de V. Ex^a: votei no “não”, conforme foi anunciado, no Senado. O Governador Jorge Viana votou “sim” e eu, “não”. Tivemos posicionamentos distintos.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – O meu também.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Ex^a derrotou o seu irmão.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Não, eu não diria assim.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mas derrotou na causa certa.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Não, não, não, eu nunca derroto o Governador Jorge Viana. Senador Antonio Carlos, entendo que se traduziu a fragilidade de o Estado brasileiro dar proteção à sua população. Isso é algo que vem evoluindo nas últimas décadas e vejo, como única saída, o Governo entender esse resultado como uma mensagem para que assegure melhores indicadores de segurança pública e retome o assunto. Ninguém quer armas, mas a sociedade exige, primeiramente, a proteção do Estado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Olhe, o aparte de V. Ex^a foi tão completo, tão bom, que não vou sequer discutir a posição do Acre e, muito menos, a de Jorge Viana e a de V. Ex^a.

V. Ex^a tem razão: há uma fragilidade, inclusive porque o Governo Federal não sabe distribuir as verbas para segurança pública e os Estados, muitas vezes, ficam à míngua, pois o que existe no Orçamento não é pago. Daí por que devemos lutar, digo mais uma vez, pelo Orçamento impositivo. Não é possível continuarmos assim.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Terminarei, Excelência.

Na hora em que lutarmos pelo Orçamento impositivo, as verbas chegarão para todos os setores.

A Bahia está, agora, adquirindo material para segurança pública no valor de mais de US\$70 bilhões – um financiamento no Banco do Brasil por que vimos lutando há muito tempo e que, recentemente, conseguimos.

Nós todos queremos segurança para a população, inclusive para o próprio Presidente da República, que não vai ficar presidente a vida inteira e vai precisar de segurança – e não precisa ser a que sai dos cofres da Nação. Ele precisa ter segurança porque o Brasil não pode ser o País da insegurança.

Portanto, nesta hora, eu não quero sequer saber quem ganhou e quem perdeu. Acredito que “sim” e “não” devem-se unir para dar a segurança de que o País precisa, e é isso que o nosso Partido vai fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, Líder da Bancada do PSDB.

V. Ex^a dispõe de até 15 minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil foi, ontem, ao referendo. Não sei se o referendo cabia ou se foi uma artificialidade, mas o fato é que o Brasil foi às urnas e não vou entrar no mérito sobre se foi artificialidade ou legitimidade.

Votei “sim” com toda convicção. Podem dizer que votei numa utopia, a de uma sociedade efetivamente guarneida pelo Estado, com os seus cidadãos protegidos por ele nos seus direitos básicos de cidadania, entre os quais o direito à segurança. Ao mesmo tempo, eu votei, Sr. Senador José Agripino, passando um símbolo: “Governos, os homens de bem deste País propõem eles próprios se desarmarem. Cuidem, Governos, de fazer a parte que lhes cabe e, portanto, desarmem os bandidos. Mais ainda, pratiquem políticas públicas no social, no educacional, na saúde e, especificamente, na segurança, que marquem a presença do Estado nessas zonas conflagradas pelo crime organizado. Governos, desorganizem o crime, em nome do gesto de boa-vontade de mais de 30% dos que foram às urnas se terem demonstrado com disposição de acreditar em vocês, Governos, desarmando-se para, com esse símbolo, obrigar vocês, Governos, a fazerem o quinhão que lhes é de direito e de dever cumprir.

O “não”, que venceu avassaladoramente, não venceu o “sim”. Em nenhum momento, caí nessa esparrela da dicotomia dos “bons”, dos “pacifistas”, dos “politicamente corretos” do “sim” contra os supostamente “trogloditas” do “não”. Nunca caí nessa esparrela. Não sou maniqueísta e não caí nessa esparrela.

Vi uma campanha do “não” mais bem feita, mais realista, mais bem composta, mais bem montada. Eu vi uma campanha mais eficaz. Ela cresceu ao longo da luta e venceu. E venceu só pelo talento de quem a compôs, de quem lhes defendeu as teses? Não. A campanha do “não” cresceu em grande medida como condenação à falência da segurança pública no Brasil, que exige

aquele mínimo que deve caber às Prefeituras; aquele muitíssimo que deve caber aos Governos estaduais e aquele muito, aquele não pouco, aquele bastante, aquele muito, que deve caber ao Governo Federal.

Eu havia dito, ainda há pouco, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o “não” não derrotou o “sim”. Diria que o “sim” e o “não”, somados, cada um pelo seu viés – o “sim”, pelo viés da utopia, pelo viés da esperança lírica até; e o “não”, por um realismo cru –, os dois juntos, significaram a condenação ao Estado brasileiro, significaram a condenação não apenas a este Governo, de tantas promessas e nenhuma realização no campo da segurança pública, também a sucessivos Governos Federais, incluindo aquele de que fui Ministro e Líder – o Governo do Presidente Fernando Henrique –, que ficaram em déficit com o que poderiam ter feito, porque nenhum dos últimos Governos maximizou a sua capacidade de servir à sociedade, compondo políticas efetivamente convincentes de segurança pública.

Eu poderia perguntar ao Presidente Lula onde está a tal polícia especial, que intervira em casos drásticos e que o gato comeu. Poderia perguntar ao Presidente que política de segurança é essa, que parece consumir menos recursos na efetiva aplicação de recursos para a segurança pública do que nos gastos com o referendo. Poderia perguntar que destinação é essa, tão medíocre para um Governo, que não consegue realizar nenhuma de suas políticas principais – anuncia todas e não completa nenhuma. Que política é essa que agora recebeu essa contundente manifestação da população, pela forma crua de dizer “não” da Chapa 1 e pela forma crua de, pelo “sim”, pelo lirismo e pela esperança bonita, poética, talvez até de difícil realização, mas de dizer “não” do “sim”. O “sim” disse “não” também à falência do sistema de segurança pública no País.

Portanto, não me senti derrotado. Votaria “sim” de novo. Não mudo de opinião. Há quem mude. Eu não mudo de opinião ao longo de uma luta. Para mudar de opinião, tem de ser um processo. E eu votaria “sim” de novo, se fosse como no futebol ou no boxe, quando cabe a tradicional revanche. Eu votaria “sim” de novo. E, de novo, eu aguardaria os resultados, somando os votos do “sim” e do “não” e apresentando a somatória como crítica contundente à falência de um sistema político que não prevê políticas eficazes para a segurança pública no País, que deixa as zonas conflagradas, as favelas brasileiras, as favelas das grandes cidades brasileiras entregues a este **bang-bang**. Eu votei “sim”, porque eu não quero um **bang-bang**, o cidadão dispensando o Estado, dispensando de cobrá-lo, e ele próprio cuidando de fazer a sua segurança. Isso não daria certo e não dará certo ao longo do tempo.

Se é assim, eu hoje, Senador José Agripino, tenho uma razão de muita alegria para comunicar à Casa e à Nação. Hoje, a minha cidade de Manaus completa o 336º aniversário. É uma cidade de civilização muito antiga. Aliás, um milagre Manaus – um milagre da civilização sofisticada, às vezes injusta, com muitas realizações bonitas, muita construção, arte e beleza, no centro, no coração da Floresta Amazônica. Manaus faz 336 anos.

Estou, a propósito, requerendo voto de aplauso a minha cidade pelo seu aniversário, pedindo que seja levado esse voto de aplauso ao conhecimento do Prefeito do Município, Dr. Serafim Fernandes Corrêa, e ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador Marco Antônio Chico Preto, parabenizando ainda o Prefeito pela belíssima festa popular que organizou em homenagem à cidade, durante três dias, com muita paz, sem quase nenhuma ocorrência de segurança pública, algo à altura do caráter cordial do manauara ou, como preferem alguns denominar, do manauense.

Manaus, para mim, tem um sabor diferente, especial. Em determinada altura da minha vida, meu pai, Senador José Agripino, que foi colega e amigo do seu pai, eleito Deputado Federal, leva-me, criança, para o Rio de Janeiro. Era lá que funcionava o Congresso Nacional. Antes, portanto, bem antes da fundação de Brasília. Eu teria tudo para ter construído uma vida fora da minha cidade. Alguma coisa me chamou de volta, alguma coisa me fez aquele apelo: volta, retorna. Ficou mais estranho ainda quando, na hora de me decidir, eu, que optei por não me dedicar a empresas, não me dedicar a essa história de empreender... Acho ótimo alguém empreender, só que não é o meu caso, gosto de empreender no público, não no privado. Respeito quem o faz, mas não é minha vocação. Quando chegou aquela hora de optar, por exemplo, por um concurso público, fui fazer Diplomacia, o que me afastaria mais ainda de Manaus, até porque me afastaria do Brasil. Fiz Diplomacia, fui aprovado no concurso para o Instituto Rio Branco e fiquei muito pouco tempo no serviço ativo do Itamaraty, pois recebi um apelo e disputei a minha primeira eleição em 1978. E, de lá para cá, tenho sido, no bom sentido, até porque me dedico a isso, um político profissional, no bom sentido.

Que força estranha foi essa que me fez optar por uma carreira que me levava para o exterior e, ao mesmo tempo, abrir mão dela e abrir mão da vida que eu havia construído no Rio de Janeiro para retornar às minhas raízes? Isso tudo, do ponto de vista objetivo, é inexplicável. Explicável, sim, pelo subjetivo. As raízes, a força da tradição política da minha família, o meu compromisso com uma região que julgo e sempre julguei estratégica e fundamental para o País, o fato de que eu percebo um povo desvalido, que preci-

sa ser trabalhado nos seus direitos por pessoas que tenham efetivo compromisso com a honradez e com a seriedade públicas, tudo isso me leva a fazer a meditação sob o pretexto de que hoje é aniversário da cidade de Manaus. Um aniversário cercado de festa, de muita alegria, de muita beleza, apresentando hoje, Sr. Presidente, um contraste entre as zonas de afluência e áreas de extrema pobreza. Uma cidade industrializada que apresenta a quarta renda **per capita** do País e apresenta bolsões de miséria preocupantes e constrangedores. Uma cidade que apresenta mazelas enormes e, ao mesmo tempo, apresenta um pólo industrial que sustenta o Estado e que até tem protegido os ecossistemas da região pelo financiamento que faz da economia do interior. Refiro-me ao Pólo Industrial de Manaus, que este ano faturará cerca de US\$16 bilhões e estará atingindo o seu emprego de número 100 mil. Este ano, o Pólo Industrial de Manaus está, Senador José Agripino, sendo responsável por 93% da economia do Estado e atingirá US\$2 bilhões...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já concluo, Sr. Presidente.

Dois bilhões de dólares a título de exportação! Suas exportações crescendo mais do que quatro vezes a média das exportações brasileiras, que têm crescido bastante.

Olhando a minha cidade de mil contrastes e dizendo que, mais do que pelo nascimento, pela reopção que fiz, ela é mesmo a minha cidade. Talvez mais minha do que de tantos, é a minha cidade pela reopção que fiz. Vejo que a melhor homenagem que posso prestar a Manaus é lutar para que se implante no meu Estado, cada vez mais, a possibilidade da mobilidade social, da justiça social, da justiça na distribuição da riqueza, que hoje é irregular, iníqua.

Ao mesmo tempo em que saúdo toda a civilização que fomos capazes de construir no coração da floresta Amazônica uma belíssima cidade, uma belíssima metrópole que a todos enche de orgulho e a mim me enche de muito carinho, muito afeto, muito amor e até de muita paixão.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Esta Presidência se soma aos parabéns pelo aniversário da bela cidade de Manaus. Parabéns também pelo pronunciamento de V. Ex^a, sempre sincero, coerente e equilibrado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem. Só para reafirmar que estou encaminhando à Mesa voto de aplauso

pelo aniversário da cidade de Manaus. Mencionei mas não sei se foi suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO) – Está deferido, na forma do Regimento Interno. V. Ex^a será atendido.

É o seguinte o requerimento deferido:

REQUERIMENTO Nº 1.178, DE 2005

Requer Voto de Aplauso à população de Manaus, pelo transcurso do 336º aniversário de criação da cidade.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à população de Manaus, pelo transcurso do 336º aniversário de criação da cidade, hoje, 24 de outubro de 2005.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do Prefeito do Município, Serafim Fernandes Correa, e ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador Marco Antonio Chico Preto.

Justificação

A Capital do Amazonas é hoje um grande centro populacional, com um parque industrial de alta tecnologia, contribuindo fortemente para a economia brasileira. Graças aos empreendimentos do Pólo Industrial de Manaus, que continua crescendo, Manaus é atualmente a área de mais elevado índice de crescimento econômico. Assim, a homenagem que ora formulou justifica-se, pelo que solicito sua aprovação.

Sala das Sessões, 24 de outubro de 2005. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Agripino, como Líder, por cinco minutos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Arthur Virgílio, inicialmente, meus cumprimentos renovados pelo aniversário da cidade de Manaus, capital do Estado que V. Ex^a tão bem representa nesta Casa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero dar uma rápida palavra sobre o fato que ocorreu no Brasil inteiro ontem, que foi o povo votando e se manifestando no referendo. Votando “sim” ou “não” sobre a questão da proibição ou não da venda de armas.

Considero que ontem o cidadão se colocou acima do Estado. Vou repetir: tenho absoluta convicção e era um temor que eu tinha e vou explicar por que. Termos votado o Estatuto do Desarmamento e, sem uma consulta à população, entregarmos ao País um diploma legislativo, uma lei para ser implantada e que pudesse prejudicar as pessoas, sem que fosse dada a

oportunidade ao cidadão de se manifestar; e o cidadão se manifestou de forma acachapante. Foram quase dois terços dos votos “não” e um terço dos votos “sim”, onde o cidadão se colocou acima do Estado.

O cidadão disse: eu não me sinto protegido pelo aparelho policial do Estado e não vou abrir mão do direito que tenho, e que não vou liberar, de poder comprar o meu instrumento de defesa. Na verdade, foi isso.

Senador Arthur Virgílio, confesso a V. Ex^a que quando votei o Estatuto do Desarmamento, que foi maravilhosamente relatado pelo Senador César Borges e que trazia, no seu bojo, a melhor das intenções, que é a busca da paz pela via do desarmamento, a paz, a cor branca, eu sempre tive dúvida. Votei “sim” em nome da paz, votei “sim” em nome de alguma coisa que a sociedade desejava, que é normal; pelo desarmamento, a diminuição das oportunidades de se gerar crimes, ter perdas de vidas. Mas, sempre tive muita dúvida: será que esse é o caminho eficaz? Será que o País está preparado? Será que o aparelho policial do Estado dá garantia ao cidadão?

Em nome da paz, votei o Estatuto do Desarmamento sob seriíssimas reservas de ordem pessoal, mas votei porque eu queria dar uma contribuição. Mas, quero dizer a V. Ex^{as}s que votei com mais convicção o “sim” à existência ou à ocorrência do referendo.

Ah, custou muito caro! Mais caro custaria afrontar a sociedade. Mais caro custaria afrontar a sociedade.

Foi feita, durante um bom tempo, a campanha de rádio e televisão, a campanha do “sim”, a campanha do “não”, e as pessoas foram se conscientizando devagarzinho sobre o voto “sim” e sobre o voto “não”. Ao final, votaram, e o voto “não” ganhou disparado.

Quero dizer a V. Ex^{as}s, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que eu estou com a consciência tranquila hoje, porque para mim o referendo foi um desencargo de consciência. Para mim, que votei o Estatuto do Desarmamento, o referendo foi um desencargo de consciência, porque votei aquilo que votei em nome do povo também para que o povo dissesse se eu estava certo ou errado, se ele concordava ou não com aquele diploma chamado Estatuto do Desarmamento. E o povo falou e se posicionou. O cidadão se colocou acima do Estado e disse: Estado, você não me garante! Eu não vou abrir mão dos meus direitos. Humildade diante dos fatos. Essa que é a verdade.

Volta-se agora à vida normal, Senadora Serys. Passadas as propagandas de rádio e televisão, que polarizaram as atenções do Brasil inteiro, principalmente nessa reta final, o noticiário voltar-se-á, claro, para as questões do dia-a-dia, para as investigações.

Há pouco tempo uma jornalista me questionou a respeito da minha opinião sobre uma pesquisa que demonstrava um percentual altíssimo de ruim e péssimo para a avaliação do Congresso. Acima de 40% dos consultados opinaram que o Congresso está com o desempenho entre ruim e péssimo e menos de 15% opinaram que o desempenho do Congresso está entre bom e ótimo.

Ela me perguntava acerca da minha posição e eu dizia que não tenho dúvida alguma de que isso é produto do que os meios de comunicação oferecem em matéria de comunicação à sociedade. São denúncias, investigações, corrupção, mensalão, Marcos Valério, José Genoíno, os Deputados cassáveis; Lula se reunindo com os cassados no Palácio do Planalto, depois de ter dito que ia investigar fundo, doesse em quem doesse; e, depois, reunindo os Deputados dele, do PT, para dizer que caixa dois é um pecadilho, para abençoá-los do Palácio do Planalto. Passa para a sociedade que o Congresso é um antro de malfeiteiros, de pessoas de má conduta e que a ética não é o forte desta Casa.

O que nos resta fazer? Investigar as coisas, no limite da necessidade, tão fundo quanto possamos fazê-lo, para que a banda boa do Congresso possa expor a banda podre do Congresso, cassar essa banda podre, reunir provas e entregá-las à Justiça para abertura de processo penal, para que os culpados vão para a cadeia, para que, na cadeia, eles anistiem a imagem do Congresso.

Voltamos agora à vida normal a partir desta semana. Teremos uma semana, Senador Garibaldi Alves Filho, fértil em investigações. Primeiro, haverá a votação – espero eu que não haja mais procrastinações – do processo de cassação do ex-Primeiro-Ministro, do Deputado José Dirceu. Teremos o processo de votação da cassação de S. Ex^a e o *day after*. Vamos ver o que ele vai dizer se for cassado.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – O Sr. Delúbio Soares foi para o crematório sozinho. Não sei se vai continuar calado. Por enquanto, ele soltou algumas deixas apenas. Desconfio, Senador Arthur Virgílio, de que muitas cabeças que vão rolar – Sílvio Pereira, Delúbio Soares e outras que ainda vão rolar – vão terminar dizendo alguma coisa. E é bom que digam para facilitar o processo de investigação que a sociedade exige de nós, que não temos mensalão algum nas nossas costas.

Ouço, com muito prazer, o Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador José Agripino, falarei de maneira bastante breve. Peço licença a V. Ex^a para anexar ao seu discurso matéria de hoje do jornal **Folha de S. Paulo** sobre o Sr. Paulo Ferreira, sucessor de Delúbio na função antes ocupada pelo tesoureiro do PT, hoje tão lamentavelmente famoso. Diz que S. S^a fará um grande “esforço” por doação legal. O jornal, muito ironicamente, aspeou a palavra esforço. Ou seja, para fazer as coisas com legalidade, o PT tem de fazer um esforço brutal, tem de fazer muito esforço, aquilo que não deveria custar tanto às pessoas que estivessem, de fato, apaziguadas com as suas consciências. Em segundo lugar, Senador José Agripino, um fato simbólico, até para não dizerem que não avisamos: a cassação do Sr. José Dirceu é a cassação moral do Senhor Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Claro, após dois anos e meio de Governo!

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – O Sr. José Dirceu representou dois anos, ou mais do que isso, de.... Lula se referia a ele como o capitão do time, quem faz e acontece. Então, não venha o Sr. Lula dizer que tem distância do Sr. José Dirceu porque não tem. São casados de uma forma tal que nem o divórcio os separará. O tempo provará isso com toda a fidedignidade. Saiba o Sr. Lula que quando o Sr. José Dirceu estiver sendo julgado, ele, Lula, estará sendo julgado também, embora comodamente distante do alcance das penas em que poderá incorrer o Sr. José Dirceu. No entanto, para a história e para a consciência – e quero crer que o Presidente não a perdeu completamente – é a mesma coisa, sim.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio, pela contribuição do seu sempre muito claro raciocínio.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores...

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shhessarenko. Bloco/PT – MT) – Sr^a Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Desculpe, Sr^a Presidente. O Sr. Presidente foi substituído, e eu não vi. Com muito honra, pronuncio esta minha modestíssima palavra sob a presidência de V. Ex^a. Aliás, quero dizer a V. Ex^a que tive a honra de, neste fim de semana, conhecer a sua filha, no Estado de São Paulo, que, muito simpaticamente, a mim se dirigiu, se apresentando. Cumprimentos pela filha.

De São Paulo, Sr^a Presidente, fui para o meu Estado, fazer uma turnê pela região agreste. Senador Arthur Virgílio, no Agreste, estive em São José de Mipibu, em Vila Flor, onde prestei homenagem ao prefeito recém-falecido, meu amigo Antônio Cabo, em Montanhas e em Nova Cruz, a capital da região agreste. Em todos os Municípios por onde passei, do

maior ao menor, as cobranças sobre a investigação eram uma constante.

Sabe V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, qual é a preocupação do momento? Sabe o que mais está incomodando as pessoas neste momento? É o que elas interpretam como a farsa de Santo André. É exatamente o que vamos investigar nesta semana. Amanhã, será o depoimento do Juiz Rocha Mattos, aquele que, durante muito tempo, esteve encarregado de investigações do caso Santo André, aquele que determinou a inutilização das fitas gravadas, que ainda devem existir e que, se existirem, serão um grande elemento para confirmar ou desmistificar a farsa com que a população do meu Estado está preocupada. Logo depois, na quarta-feira, será a acareação entre o secretário particular de Sua Excelência, o Presidente da República, Dr. Gilberto Carvalho, e os dois irmãos de Celso Daniel.

Preocupa aos potiguares com quem conversei a farsa, pelo fato, Sr^a Presidente, de estarem envolvidos neste caso sete assassinatos correlatos e até hoje sem explicação, sem justificação. Isso é o que está indignando e causando perplexidade. As pessoas acreditam que, por trás dessa seqüência de crimes, procura-se esconder algo de que o Governo tem muito medo. É a coisa que talvez mais apavore o Governo. É algo de muito sério que cabe a nós investigar e expor.

Senador Arthur Virgílio, Santo André é o caso típico da prática de extorsão de dinheiro, porque o que se diz – as evidências são todas nesse sentido – é que o esquema da prefeitura do PT do Sr. Celso Daniel ensejava que pessoas do prefeito extorquissem empresas de transporte coletivo, de lixo e de informática e pegassem o dinheiro – e aí entra o Sombra com o revólver em cima do birô, achincalhando, exigindo propina das pessoas, juntando dinheiro – que o Sr. Gilberto Carvalho teria dito aos dois irmãos do Prefeito Celso Daniel que, constrangido, levava por diversas vezes – não digo todo mês. Teria feito o transporte de vultosas somas de recursos – uma vez R\$1,2 milhão – para o Presidente do PT, o Deputado José Dirceu, que, nesta semana, vai ter seu processo de cassação analisado pela Câmara dos Deputados. Esse dinheiro era entregue à Direção Nacional do PT, e o PT de lá remeteria, segundo Toninho da Barcelona, sob a forma de dólar para Merchant Bank, para conta Barret.

Então, temos aí o crime de extorsão, o tráfico de influência, a improbidade administrativa, a evasão de divisas. Há uma coleção de dolos, de crimes praticados, que estariam sendo levados a efeito num laboratório, numa fabriquinha que era a Prefeitura de Santo André, e talvez isso se repetisse – supõe-se – na Prefeitura de Ribeirão Preto e em muitas outras prefeituras dominadas pelo PT.

Mas aí, Senador Arthur Virgílio, é onde entra a preocupação dos meus conterrâneos com a farsa: os sete assassinatos. O último foi o legista. As pessoas me questionaram. Um deles, em Nova Cruz, me perguntou: "Senador, o senhor se lembra de que o Presidente Lula, segurando a alça do caixão do Prefeito Celso Daniel, teria dito que aquele caso não iria ficar por isso mesmo e que ali havia grandões envolvidos, havia gente grossa envolvida?" Lembrou que isso foi a última coisa que Lula falou sobre o caso Santo André e que, depois de Greenhalgh entrar nas investigações e entrar como advogado do Partido, o PT procurou jogar o caso Santo André para debaixo do tapete, como se fosse sujeira guardada sob o tapete.

Isso é que está indignando a sociedade. E vamos ter, nesta semana, a oportunidade de perguntar ao Sr. Rocha Mattos por essas fitas. O que dizem essas fitas? Será que essas fitas ajudariam a desmistificar essa farsa? A degravação delas, a voz gravada nelas, as pessoas que estivessem conversando nessas fitas gravadas ajudariam na desmistificação dessa farsa? Ajudariam a que a indignação da população do Rio Grande do Norte e do Brasil fosse atendida, com conclusões que pudesse levar à punição dos culpados? Vamos ter de levar a efeito essa tarefa nesta semana.

A farsa em torno do caso Santo André é o que mais está preocupando as pessoas, que têm a consciência de que muita sujeira se fez em Santo André. No entanto, na cabeça das pessoas, parece que lá há uma grande farsa, porque há seqüência de sete assassinatos sem explicação e a palavra do Presidente dizendo que esse assunto guarda gente grande e que não ficar por isso mesmo. E, depois, não se falou mais nada, entrou Greenhalgh, veio a versão do crime comum e não crime político...

Temos de dar curso às investigações, porque esse assunto tem muito a ver com a CPMI dos Bingos; trata-se da súmula de tudo o que estamos procurando investigar, a súmula daquilo que pude depreender no contato que tive com meus conterrâneos no Rio Grande do Norte; é uma preocupação pela indignação que o fato causa e é o que nesta semana temos de fazer. Temos de investigar e prosseguir nas investigações nas três CPMIs, para que, do nosso trabalho, possa redundar aquilo que é preciso fazer: o esclarecimento dos fatos e a exposição do Congresso com a sua face real.

Que os podres se vão e que aqueles que prestam fiquem resguardados pela missão cumprida.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOSÉ AGRIPINO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do inciso I e § 2º do art. 210 do Regimento Interno.)

FOLHA DE S.PAULO

ESCÂNDALO DO "MENSALÃO" / NOVA DIREÇÃO

Paulo Ferreira não quer ser chamado de tesoureiro, por considerar o termo depreciativo

Sucessor de Delúbio propõe "esforço" por doação legal

CONRADI CORSALETTE

DA REPORTAGEM LOCAL

Substituto de Delúbio Soares no comando do caixa petista, o novo secretário de Finanças do partido, Paulo Ferreira, 46, não quer ser chamado de "tesoureiro", pois considera o termo "depreciativo".

Ligado ao deputado federal José Dirceu (SP) e integrante do Campo Majoritário, tendência com maior influência na legenda, Ferreira diz que fará um "esforço brutal", a partir de agora, para a formalização de todas as doações ao partido.

Nesta entrevista concedida à Folha, ele classificou a expulsão de Delúbio Soares como uma medida "extremada".

Na votação do Diretório Nacional petista anteontem, Ferreira foi um dos que optaram pela pena mais branda ao ex-tesoureiro: a suspensão por três anos dos quadros partidários.

"Delúbio não cometeu apropriação [de dinheiro]", afirmou o novo tesoureiro petista.

Ferreira iniciou sua militância política no Rio Grande do Sul, onde participou do movimento estudantil e das ligações da Igreja. Agora, terá pela frente a reorganização do caixa petista, que amarga uma dívida — reconhecida — de cerca de R\$ 40 milhões.

Folha - O PT vem tratando o caixa dois como prática comum. Isso vai mudar a partir de agora?

Paulo Ferreira - É sim, uma prática comum entre os partidos. Uma nova legislação tem de aperfeiçoar o sistema de financiamento, aprovando uma reforma que diminua os custos das campanhas, que devem ser feitas, como o partido sempre defendeu, por meio de financiamento público.

Folha - Sem mudar a lei, essa prática vai continuar no PT?

Ferreira - Não. Vamos fazer um esforço brutal a partir de agora para extrair resoluções que tenham como premissa a formalização de todas as doações. Vamos regulamentar o sistema de autofinanciamento [doação de militantes] e de financiamento do PT, dentro da lei, evidentemente.

Folha - Como?

Ferreira - As ligações que nós extraímos implicarão a decisão da Executiva do PT de forçar e fazer com que, nas campanhas eleitorais, o doador sempre faça doação formalizada. O PT, assim como os outros partidos, tem de caminhar para um processo cada vez maior de formalização das doações.

Folha - Por que o senhor votou pela suspensão por três anos de Delúbio e não pela expulsão?

Ferreira - A suspensão é uma pe-

nalidade bem forte. Delúbio não cometeu apropriação. Conduziu o partido de forma individual e isso acabou causando esses problemas que nós vivemos.

Acho que expulsão é uma medida extremada para o tamanho dos erros que ele cometeu, que estão de acordo com três anos de suspensão.

Serra ironiza tese de que crise política acabou

DA REPORTAGEM LOCAL

O prefeito de São Paulo, José Serra (PSDB), após votar no referendo sobre a proibição da comercialização de armas, ironizou a opinião de alguns petistas de que a crise política estaria debelada.

"É como um senador americano na época da guerra do Vietnã. Os Estados Unidos estavam perdendo, o senador disse: 'Eu tenho uma solução para o guerra do Vietnã: proclamamos a vitória e saímos correndo'. E mais ou menos isso", comparou.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Valdir Raupp, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhes-sarenko, Suplente de Secretário.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, a Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Sérgio Zambiasi.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr.
Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS)
– Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que mande inserir nos Anais da Casa duas matérias, ambas de hoje: uma é do **Jornal do Brasil** e a outra, do **Correio Braziliense**. Essas matérias mostram o quadro desolador da seca no Estado das Águas, que é o Amazonas, e reforçam o pedido que estamos fazendo junto ao Tribunal Superior Eleitoral – os Senadores Gilberto Mestrinho, Jefferson Péres, eu

próprio e o Deputado Fernando Gabeira – no sentido de que aquele Tribunal libere do pagamento de multa essas populações, que, de fato, não conseguiram chegar ao local de votação e não merecem ser apenadas num processo em que elas são brutalmente vítimas: do exterior e da incúria interna também.

Apelo, portanto, à Mesa para que se reporte ao Tribunal Superior Eleitoral no sentido de que, examinando caso a caso, como pretende o Ministro Velloso com a sua pericrucância inegável, sensibilize-se com esse drama, ou seja, não votaram, apesar de quiserem, porque não puderam votar, e não puderam votar por razões internas de descalabro e razões externas de responsabilidade de países desenvolvidos que levaram ao que me parece ser o início de um desastre ecológico que, daqui para frente, teremos que saber evitar com coragem e com clarividência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Não Sim Não Sim Não Sim Não Sim
Não Sim Não Sim Não Sim Não Sim Não

BRASIL

im Não Sim Não Sim Não Sim Não Si
Não Sim Não Sim Não Sim Não Sim

Impedidos de votar PELA ESTIAGEM

Cidades atingidas pela seca no Norte devem registrar índice recorde de abstenção: 50%

Aseca no Amazonas pode levar os municípios mais atingidos a registrar o maior índice de abstenção do país. Juízes eleitorais das cidades afetadas pela estiagem calculam que a abstenção chegará a mais de 50% devido à falta de acesso. O interior concentra 748.292 eleitores dos 1.676.782 do estado. Das 5.052 seções, 796 ficam em áreas rurais, nas quais o acesso é via rios e lagos. A região Norte foi a que apresentou o maior índice de abstenção do país, 27,36%.

índice de abstêncio do país, 27,36%.

A pedido do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Amazonas, o 4º Batalhão de Aviação do Exército enviou urnas eletrônicas com transmissão via satélite apenas para as comunidades isoladas de Araras, município de Caapiranga, Costa do Anamã, Lago do Jutai e Ressaca do Pesqueiro, município de Manicoré. Os dois municípios têm cerca de 100 das 914 comunidades isoladas no estado.

Maria do Carmo Mutamy, 77, estava ontem na comunidade de Nossa Senhora de Fátima, a 29 km de Manaus. Para votar, teria que ir de rabetá (canoa com motor de popa) para a localidade de Lirramento, pelo rio Negro — o acesso pelo igarapé estava bloqueado.

"Estão cobrando R\$ 4. Não posso pagar e não posso caminhar pela mata, o jeito é não votar" Os eleitores que não compareceram terão prazo de 60 dias para apresentar a justificativa da ausência. Como muitos dos eleitores atingidos pela seca são de famílias de baixa renda, cabe ao juiz solicitar a anistia da multa de R\$ 3 ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O eleitor Hélio Li-

"Estão cobrando R\$ 4. Não posso pagar e não posso caminhar pela mata, o jeito é não votar." Os eleitores que não compareceram terão prazo de 60 dias para apresentar a justificativa da ausência. Como muitos dos eleitores atingidos pela seca são de famílias de baixa renda, cabe ao juiz solicitar a anistia da multa de R\$ 3 ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O eleitor Hélio Lima, que votou no "não", teve que pegar um barco para chegar até o local de votação, na cidade de Nossa Senhora de Fátima.

De Caapiranga, a 22km de Manaus, a juíza Margareth Hoagen disse que a absenteação foi alta. Em uma seção na localidade de Membecá, a 32km da sede, 50% dos 678 eleitores não compareceram. Em Manacapuru, a 60km da capital, o juiz Jaime Arthir Lôureir, disse que a falta de acesso a sede do município pelos rios dificultaria até a apuração dos votos.

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) anunciou ontem que anistiou da votação do referendo os 212 eleitores da comunidade de Urucarazinho, distrito de Uricurituba, a 207 km de Manaus. Com a estiagem, não foi possível a Justiça Eleitoral evitar a urna eletrônica. Alguns eleitores chegaram a andar cinco horas até a seção eleitoral que não funcionou.

Cidade violenta

Cracolândia
Os eleitores de Redenção, município de 70 mil habitantes, a 750 km de Belém, que até 20 anos atrás era a região mais violenta do sul do Pará, com sete assassinatos por dia, votaram em peso contra a proibição de armas de fogo.

apesar de a cidade ser hoje relativamente tranquila, com uma média de três mortes por mês.

de três mortes por mês. Dois argumentos básicos convencem homens e mulheres dos povos indígenas, caiapós, as famílias de pecuaristas e seus empregados - a apertar a teta 1 nas urnas eletrônicas: as pessoas "de bem", direito de se defender dos bandidos e quem vive na Amazônia precisa ter ao menos uma espiga de caça para sobreviver no mato. "Não tenho arma nenhuma em casa. Mas se a lei proibisse que eu tivesse, os ladrões iam me assaltar para levar a boiada do patrão", disse o vaqueiro Manoel Alves Machado, de 45 anos.

Tranqüilidade NA ROCINHA

Cenário de freqüentes disputas a bala entre traficantes e confrontos com a polícia, a Rocinha, na zona sul do Rio, teve ontem um dia dos mais tranqüilos. A população se mobilizou sem incidentes para a votação do referendo sobre a proibição do comércio de armas e munições e, aparentemente dividida entre responder "sim" ou "não" à consulta. Desde o início da manhã, houve grande movimentação nas ruas de acesso ao local, com eleitores descendo o morro para votar.

Quando os portões do Ciep Ayrton Senna, escola pública em frente à favela, abriram as portas às 8h, cerca de mil pessoas já aguardavam na fila do lado de fora. No local, o principal ponto de votação da favela, funcionaram 14 seções eleitorais, onde votaram cerca de 7 mil pessoas. Por volta das 10h, ainda havia cerca de 200 pessoas esperando para entrar, mas o coordenador geral da área, o pedreiro Everaldo Ramos, afirmou que a maioria das pessoas levou de 15 a 20 segundos para registrar sua opção, facilitando muito o trabalho dos eleitores.

"Não tem nem comparação com a eleição de 2002, por exemplo, quando as pessoas levavam mais de dois minutos para votar em vários candidatos e tínhamos aqui mais de 1.500 pessoas na fila. A diferença hoje é brutal, e como comparar o céu ao inferno?", brincou.

Um dos que desceram à favela cedo para votar, o pedreiro Everaldo Barboza, de 40 anos, ressalvou levar o filho, Everaldo Filho, de 2 anos, até a cabine eleitoral para votar pelo "sim". "Foi fácil decidir. A violência da favela é mais complicada, mas ocho importante a proibição, porque vai fazer a gente andar melhor na rua. Num assalto num ônibus, por exemplo, uma pessoa armada pode reagir e colocar em risco a família da gente", opinou.

No vizinho Vidigal, favela cujos trâncantes travam desde o ano passado uma sangrenta disputa por pontos de venda de droga com os da Rocinha, a votação também transcorreu com aparente normali-

dade. Nos dois morros, policiais militares reforçaram o policiamento.

Baixada

Na Baixada Fluminense, onde ocorreu uma sangrenta chacina em março, que resultou na morte de 29 pessoas, o voto "não" liderava a preferência dos eleitores. A dona-de-casa Dulcinéia Maria Sipriano, de 52 anos, moradora de Queimados, por exemplo, passou os últimos dias percorrendo ruas próximas à sua para fazer campanha pelo "não".

Depois que um de seus filhos, Marcos Vinícius Sipriano, morreu no massacre, aos 15 anos, ela não teve mais dúvidas. "O que adianta tirar as armas do cidadão de bem, se os bandidos e a polícia vão continuar armados? O policial que deu um tiro na cara do meu filho era pago para proteger a gente", desabafou, depois de votar. A tragédia mudou a vida dos bairros onde ocorreram as mortes: míticos deixaram o local e estabelecimentos comerciais fecharam as portas por falta de movimento. E influenciou a decisão dos moradores sobre o referendo.

neirismo mundial da medida e lembrou que as 17 milhões de armas de fogo em circulação no Brasil provocam, a cada ano, a morte de 39 mil brasileiros. O número posiciona o país num triste primeiro lugar no ranking internacional de mortos a bala.

Além de falar ontem dos 122 milhões de eleitores indo às urnas, as edições impressas e online dos jornais e agências estrangeiros já vinham publicando nos últimos dias matérias especiais sobre o referendo e a violência no Brasil.

A correspondente da britânica BBC, por exemplo, visitou favelas cariocas e deu detalhes sobre o cotidiano de mortes que ameaça a população do Rio de Janeiro. Entre outras coisas, revela que vários barracos por onde passou tinham marcas de balas nas paredes e que são comuns jovens armados patrulhando ruas das comunidades à noite.

Para o diário argentino *Clarín*, o Brasil passou ontem por uma "votação histórica". A notícia do referendo sobre a compra de armas disputou espaço com a eleição no país vizinho, também realizada ontem, e comparou as legislações brasileira e argentina a respeito do tema.

A exemplo da agência *Reuters* e de outros veículos estrangeiros, o *Clarín* também fez menção à posição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que votou ontem em São Bernardo do Campo, interior paulista, a favor da proibição do comércio de armas.

A agência espanhola EFE lembrou que há um mês a ilusão de um Brasil sem armas e menos violento atraía 73% dos eleitores ao voto no "sim", mas os argumentos dos que defendem o "não", mostrados em apenas um mês de propaganda gratuita na televisão, conseguiram reverter o quadro.

De olho NO BRASIL

O referendo sobre o comércio de armas de fogo e munição no Brasil foi notícia ontem nos principais site de jornais estrangeiros e de agências internacionais de notícias. A maioria dos veículos destacou o pio-

JORNAL DO BRASIL

“O Nao foi também um protesto contra a falta de políticas de segurança pública em nível federal e nos Estados”

LUIZ ANTÔNIO FLEURY FILHO

DEPUTADO FEDERAL (PTB-SP) E VICE-PRESIDENTE DA FRENTE PARLAMENTAR PELO DIREITO DA LEGÍTIMA DEFESA

“O governo precisa destinar mais recursos para que o estatuto do desarmamento vire realidade e não apenas uma lei bonita que não pega”

ANTÔNIO RANGEL BANDEIRA

SECRETÁRIO DE COMUNICAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR BRASIL SEM ARMAS

(NAO) (SIM)

Seca prejudica referendo

Baixa dos rios no Amazonas impediu que urna chegasse à Urucarituba, onde 212 moradores não conseguiram votar

JULIANA ROCHA

A seca no Amazonas, considerada a pior dos últimos 50 anos, impediu que 212 eleitores votassem na comunidade de Urucarazinho, no município de Urucarituba, a 207 km ao leste de Manaus. As urnas eletrônicas não chegaram ao local com a baixa dos rios. Os habitantes foram liberados da votação pela juíza Maria Cristina Raposo do Carmo, e não terão que justificar ou pagar a multa de R\$ 3 mil aplicada aos faltosos.

— O único meio de transporte viável para enviar uma urna seria o helicóptero do Exército, mas os

custos operacionais inviabilizaram uma operação à localidade — explicou a juíza. O custo de uma hora de viagem de helicóptero é de R\$ 12 mil.

Para levar a urna à Urucarazinho é necessário seguir por uma estrada, que liga a capital ao município de Itacoatiara (são 170 km), navegar uma hora pelo rio Amazonas e outras quatro de Itacoatiara (são 170 km), navegar uma hora pelo rio Amazonas e outras quatro horas de rabetá (cânion aéreo com motor de popa) até chegar ao

lago que dá nome à comunidade.

Aluguel de urna custa R\$ 12 mil

No norte do Pará, a população também teve dificuldade de chegar às zonas eleitorais em função da seca. O Ministério Público solicitou ao Tribunal Regional Eleitoral do Pará uma lista dos eleitores que não conseguiram votar para que pudessem justificar.

No início da tarde, foi divulgada a informação de que um jacaré teria atacado uma equipe dos Correios que tentava levar, pela mata, a urna eletrônica a uma zona eleitoral de Sacuri. Ninguém ficou ferido. A as-

sessoria do TRE paraense negou o episódio e disse que uma juíza de Oriximiná apenas alertou para o perigo de atravessar a lama para chegar às zonas eleitorais.

O TRE do Amazonas facilitou a justificativa de suas ausências, e helicópteros foram usados para levar as urnas a algumas comunidades.

O governo do Estado do Amazonas havia solicitado apoio de tropas federais para garantir a segurança em 36 municípios em situação considerada crítica e com falta de policiamento. O pedido foi negado pelo Tribunal Superior Eleitoral, com a justificativa de que o governador Carlos Eduardo Braga não teria respondido à consulta do ministro Marco Aurélio sobre as condições das polícias militares na região.

O Estado havia solicitado o apoio de tropas federais principalmente nos municípios de Tefé, Lábrea, Humaitá, São Gabriel da Cachoeira, Benjamin Constant, Novo Aripuanã, Tabatinga, Atalaia do Norte, Alvarães e Apuí.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PBT – RS)

– Senador Arthur Virgílio, a sua justa reivindicação será atendida na forma do Regimento.

Dando seqüência à lista de oradores, concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o Estado brasileiro precisa resgatar uma dívida ainda não saldada com os cidadãos e suas famílias que foram perseguidos, torturados e até mortos por motivações político-ideológicas. Só assim poderemos virar uma página triste de nossa história e afirmar, sem medo, que vivemos sob a égide de um Estado democrático de direito.

Faço essa afirmação, Sr. Presidente, amparado em centenas de cidadãos que procuram o meu gabinete em busca de informações sobre os seus processos de anistia política que correm na Comissão de Anistia, órgão subordinado ao Ministério da Justiça. Vejam, Sr^{as}s e Srs. Senadores, que se trata apenas de uma amostragem do que está ocorrendo em nosso país, pois acredito que ocorra o mesmo com V. Ex^{as}s. Na verdade, trata-se de trinta e três mil processos que estão tramitando nessa Comissão de Anistia. E não creio que o Ministro Márcio Thomaz Bastos esteja absolutamente inteirado do que está acontecendo, apesar de, depois da elaboração desse discurso, depois de ter recebido essas informações, ter lido ontem, no **Correio Braziliense**, esclarecimentos que foram prestados pelo presidente da comissão, o advogado Marcelo Lavenère, que foi, inclusive, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil.

Quero, Sr. Presidente, dizer que não pode deixar de causar estranheza a forma como vem sendo tratada essa questão no Governo Lula, que possui toda legitimidade para dar celeridade a esses processos, que nada mais representam do que o resgate de algo que já foi, inclusive, perdido. O Estado brasileiro tem a obrigação de compensar essas pessoas e suas famílias.

Recebi várias cartas que relatam o andamento desses processos. Uma delas sintetiza a aflição e a preocupação daqueles que estão perdendo a esperança de ver os seus legítimos direitos efetivados. Uma delas, inclusive, fala desse direito líquido e certo e é acompanhada de observações da advogada de seu autor aqui em Brasília. Adianta que a comissão se reúne apenas uma vez por mês; que os conselheiros não residem em Brasília, o que favorece que eles não compareçam às reuniões; que o volume de processos, como eu já falei, é imenso – são trinta e três mil processos.

Sugiro, diante do exposto, que formemos uma comissão de Senadores que possam buscar, junto ao Ministro Thomaz Bastos e ao Dr. Marcelo Lavenère, explicações sobre essa procrastinação que impede que se possa promover justiça.

Relativamente a essa questão, um caso em meu Estado é absolutamente emblemático. Demonstra que, ao contrário do ditado que diz “a justiça tarda, mas não falha”, o que vale é o ditado que prega que “justiça tardia é uma forma de injustiça”.

O Sr. Pretextato José da Cruz foi líder do Sindicato dos Estivadores de Natal no início da década de 60, militante do PCB, candidato a vereador em Natal na década de 50 e figura ligada ao então Prefeito Djalma Maranhão, que faleceu no exílio no Uruguai. O Sr. Pretextato foi impedido de exercer os seus direitos políticos e teve de sair do Estado no ano de 1964, só podendo retornar no ano de 1976. Portanto, houve prejuízos para esse senhor, que esteve durante doze anos longe de sua terra, mesmo havendo julgamento militar em 1969 “incentando-o” das denúncias que motivaram a cassação de seus direitos políticos. Ele está hoje com 82 anos de idade e indaga, diante da evidente procrastinação em ver o seu caso julgado, o seu pleito justo atendido, se vai estar vivo para receber o que lhe é direito.

Espero, diante desse exemplo de um idealista que ajudou a construir a nossa história, como tantos outros, poder sensibilizar o Governo Federal para que dê a devida prioridade ao julgamento desse processo.

Sr. Presidente, muitos outros me procuraram – como já disse, milhares de pessoas, são 33 mil processos. Agora, o **Correio Braziliense** traz, na sua edição de ontem, esclarecimentos do advogado alagoano Marcelo Lavenère, que ficou conhecido nacionalmente quando liderou, junto com o jornalista Barbosa Lima Sobrinho, o pedido de *impeachment* do Presidente, seu conterrâneo, Fernando Collor de Melo.

Antigo militante em favor dos direitos humanos, ele é o presidente dessa comissão. Juntamente com 17 conselheiros, ele tem pela frente essa montanha de 33 mil processos. Ele diz, procurando explicar a situação, que é uma comissão muito polêmica, e a sua atuação provoca divergências, porque há quem considere ser um dever do Estado reparar com indenizações quem foi perseguido, torturado ou morto, mas há quem discorde disso, como os militares e segmentos conservadores da sociedade.

Sr. Presidente, entendo, com todo o respeito, apreço e admiração ao ex-presidente da OAB, que isso já está devidamente superado. O que há hoje é que o Estado precisa ter diante dele uma visão de urgência desse processo.

Diz mais o Presidente da Comissão de Anistia: “Não podemos considerar que a anistia vale para os dois lados. Entendo que anistia é para quem estava lutando contra o regime autoritário. Apenas não são processos fáceis, porque as ocorrências são do início da repressão militar, no início de 1964. Estamos há mais de quarenta anos desses episódios, diz o Presidente da Comissão. Os presos daquela época não puderam

guardar a documentação exigida. A coleta de provas não é fácil para o anistiado nem para a Comissão. Não basta apenas que alguém apareça e diga que foi perseguido ou torturado. Em muitos casos, estamos sendo flexíveis dispensando a documentação no limite da prudência, mas é muito difícil".

Sr. Presidente, ainda diz mais o Presidente da Comissão em relação à pergunta "Como evitar que a Comissão de Anistia fique eternamente com casos antigos e inconclusos?", pergunta o repórter do **Correio Braziliense**. "Até o final do próximo ano, diz o Dr. Marcelo Lavenère, vamos julgar de 80% a 90% dos processos". Será? Do jeito que a Comissão vai, será que o Sr. Marcelo Lavenère não está sendo por demais otimista? São 33 mil processos, e a Comissão não tem apresentado um ritmo que nos leve a crer – e nem ele promete, nessa entrevista, nenhum fato novo – que esses processos sejam julgados assim.

Ele acredita, entretanto, que a própria Comissão ou Governo deve sugerir um aditivo à Lei da Anistia para estabelecer um prazo de apresentação dos requerimentos de solicitação da anistia, que poderia ser de seis meses.

Sr. Presidente, fiz aqui um contraponto. Trouxe aqui o meu apelo, a minha crítica à morosidade dos trabalhos da Comissão, mas também não deixei de trazer a explicação, os esclarecimentos do Presidente da Comissão de Anistia.

No meio disso tudo, Sr. Presidente, tanto para mim como para o Presidente é muito fácil polemizar. Assim, não se trata propriamente de uma polêmica, mas é muito fácil cada um dar as suas razões, difícil é para quem fica esperando essa anistia. Difícil é para um Pretextato José da Cruz, que foi tão perseguido pelo regime autoritário e que perdeu tanto na sua vida sob o ponto de vista afetivo, sob o ponto de vista financeiro e sob o ponto de vista político, aceitar a morosidade do trabalho que vem a lhe fazer justiça aos 82 anos...

Quantos pretextos não existirão por aí afora? Afinal, já faz 40 anos da repressão de 1964. Quarenta anos levaram essas pessoas ao envelhecimento, levaram essas pessoas a esse cansaço, a esse medo, a essa sensação de que, afinal, não se fará justiça à luta que eles travaram, política e ideológica. O que eles querem é a democracia que o Brasil vive e convive hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Sérgio Zambiasi, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Virgílio. PSDB – AM) – Com a palavra o Sr. Senador Sérgio Zambiasi, ilustre representante do Rio Grande do Sul.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr.

Presidente, Senador Arthur Virgílio. Estou tendo o privilégio de manifestar-me sob a sua presidência. Aproveito este início de manifestação para registrar a nossa solidariedade ao povo do Amazonas com os problemas de seca que estão enfrentando. O Rio Grande do Sul conhece muito bem esse problema. Tivemos, Senador Arthur Virgílio, ao final do ano passado, início deste ano, 110 dias sem chuvas no Rio Grande do Sul. Esse drama, conhecemos de perto. É claro que não com as dimensões que o povo amazonense está tendo hoje, mas o Rio Grande está pagando uma conta muito alta em função exatamente desses problemas climáticos gravíssimos que o Brasil e que o mundo estão enfrentando. Hoje, especialmente, o povo do Amazonas.

Estou lendo, ouvindo, acompanhando as repercussões da votação do referendo sobre a proibição da venda de armas e munições. É interessante ressaltar que foi a primeira e maior consulta popular informatizada do mundo a respeito do assunto. Ouço muitas opiniões sobre quem ganhou ou quem perdeu. Entendo que quando um tema de tamanha dimensão ganha corpo, sua simples discussão já é uma vitória para todos.

No início do mês, falando desta tribuna e assumindo meu voto NÃO, manifestei a importância do debate e a oportunidade que o cidadão ganhava para obter informações a respeito do Estatuto do Desarmamento. Na minha opinião, esta já é uma das leis mais restritivas do mundo que, se aplicada adequadamente, produzirá os resultados que todos queremos, ou seja, menos armas nas ruas e maior conscientização entre a população.

É bom lembrar que, com o resultado de ontem, vale o que diz o Estatuto do Desarmamento para o registro e porte de armas de fogo: entre as exigências estão a idade mínima de 25 anos e comprovação de efetiva necessidade do uso. Espera-se agora do Governo ações mais efetivas para coibir o comércio ilegal de armas e a facilidade com que elas chegam nas mãos dos bandidos.

No meu Estado, o Rio Grande do Sul, o NÃO obteve um dos mais altos índices. Mas isso não significa que a maioria dos gaúchos anda armada. Ao contrário. Aquele voto, como de resto de todo o Brasil, foi a manifestação de uma população preocupada com a criminalidade e, ao mesmo tempo, mais consciente dos seus direitos.

O resultado de ontem coloca definitivamente a questão da segurança pública na ordem do dia de todos os nossos governantes: sejam Prefeitos, Governadores ou Governo Federal. Por esta razão, louvo aqui a iniciativa do Presidente desta Casa, Senador Renan Calheiros, que apresentou, na semana passada, uma proposta de emenda à Constituição dispondo sobre a obrigatoriedade da aplicação de recursos para a área da segurança pública.

A referida PEC define percentual mínimo das receitas de impostos a serem obrigatoriamente aplicadas

em ações na segurança pública: 15% pela União, 7% pelos Estados, 5% pelo Distrito Federal e 1% pelos Municípios.

Acredito que, se a proposta do Presidente Renan Calheiros for acolhida pelo Congresso, estaremos dando um grande passo no sentido de dar mais segurança à população, reduzindo, assim, os níveis de criminalidade.

Para concluir e retomando o tema do referendo, destaco parte do comentário da jornalista gaúcha Rosane Oliveira em sua coluna de hoje no jornal **Zero Hora**: “Lula votou SIM, escreveu um artigo assumindo essa posição – e isso deve ter ajudado a campanha do NÃO –, mas seu voto foi igual ao de políticos como o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso; o Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin; e o Prefeito da capital paulista, José Serra. Sinal de que não faz sentido rotular partidários do SIM e do NÃO em direita e esquerda, governo e oposição”, afirma a jornalista.

Porém, em algumas circunstâncias, devemos reconhecer que a identificação do Governo com alguns movimentos sociais fizeram, sim, a diferença. É o caso do pequeno Município de Coqueiros do Sul, no meu Estado. Lá, o medo da invasão de terras pelo MST, que defendeu abertamente o “sim” e ocupou uma fazenda, levou a que 96,61% da sua população optassem pelo “não”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Virgílio. PSDB – AM)

– Cumprimento o Senador Sérgio Zambiasi pelo belíssimo pronunciamento e agradeço a menção solidária à crise por que passa o Estado do Amazonas.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Virgílio. PSDB – AM)

– A Presidência lembra às Srs e aos Srs. Senadores que o Senado Federal está convocado para uma sessão especial, a realizar-se amanhã, às 11 horas, destinada a homenagear Sua Santidade, o Papa João Paulo II, de acordo com os Requerimentos nºs 225, 226 e 233, de 2005, dos Senadores Pedro Simon, Paulo Paim, Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores.

Lembro ainda que, de acordo com o art. 200 do Regimento Interno e conforme comunicação feita na sessão de 03 de agosto último, só usarão da palavra os Líderes ou quem S. Ex^{as} indicarem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Virgílio. PSDB – AM)

– Os Srs. Senadores Alvaro Dias, João Batista Motta, Antero Paes de Barros, Flexa Ribeiro, Reginaldo Duarte e Sérgio Guerra, enviaram discursos à Mesa que serão publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as}. serão atendidos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, os prejuízos provocados pela corrupção e infligidos à sociedade brasileira são incomensuráveis. No Brasil, segundo a Transparência Internacional, a

corrupção é tratada como “**business as usual**”, ou seja, um negócio comum.

Como é do conhecimento das Srs. e Srs. Senadores presentes, a Transparência Internacional, principal organização não-governamental de combate à corrupção no mundo, divulgou no início desta semana o Índice de Percepções de corrupção 2005 – o grau de corrupção atribuído às relações entre o Estado e a sociedade no Brasil.

No índice de percepção da corrupção 2005, que se refere aos três últimos anos, a nota do Brasil caiu de 3,9 para 3,7 (em uma escala de 0 a 10, sendo 10 a melhor nota). É mister destacar, Sr. Presidente, que as avaliações que embasaram o referido índice foram feitas no início do ano de 2005 ou no máximo até o último mês junho.

Para que se possa determinar a evolução do Brasil no **ranking** da Transparência Internacional, é impossível comparar a lista do ano passado – que incluía 146 países – com a deste ano – com 159 países.

Essa comparação deve ser feita eliminando-se da lista deste ano os países que não apareciam no ano passado e reordenando a lista resultante. Ao se fazer isso, verifica-se que o Brasil passou da 59º posição para a 61º posição no **ranking**. Levando-se em consideração a margem de erro que afeta a posição de cada país, isso indica que o Brasil não piorou nem melhorou.

É importante destacar que países cuja classificação permanece inalterada são vistos pelos formadores de opinião internacionais como não tendo empreendido medidas eficazes para reduzir as fraudes. É o caso do Brasil.

Há um agravante em relação ao atual governo no que se refere às avaliações periódicas realizadas pela Transparência Internacional. Com a finalidade de tentar garantir que o novo governo assumisse o combate à corrupção como objetivo estratégico, em 2002 a Transparência Brasil apresentou ao então candidato Luiz Inácio Lula da Silva um compromisso anticorrupção em que se descrevia uma série de medidas concretas para iniciar um combate organizado a esse fenômeno. O então candidato Lula subscreveu o documento e incluiu quase todos os seus pontos em seu programa oficial de governo, consubstanciado no documento: “Combate à Corrupção – Compromisso com a Ética”.

O documento, com uma sofisticada capa, criação do mago da propaganda petista, o Sr. Duda Mendonça, é dedicado **in memoriam** ao prefeito Celso Daniel. O texto recebe contribuições de Antonino Marmo Trevisan, Aristides Junqueira, entre outros. Ao analisarmos as promessas, compromissos e enunciados contidos no documento em epígrafe, cotejando-os com a atual realidade, concluímos que a ficção norteou a sua elaboração.

Como afirma o presidente da Transparéncia Internacional, o advogado alemão e ex-presidente do Banco Mundial, Peter Eigen, a eleição de Lula angariou otimismo, mas os escândalos o deixaram "muito desapontado".

Eleito em 28 de outubro, em seu primeiro pronunciamento oficial Lula declarou que empreenderia "combate implacável" à corrupção.

Sr. Presidente: a omissão daquele que tem responsabilidade pela gestão do Estado nos conduziu a uma situação de quebra dos pilares éticos, jamais imaginada.

Como segundo assunto, gostaria de registrar a matéria intitulada "Justiça quebra sigilo de Zeca do PT e irmãos", publicada no jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 18 de outubro do corrente ano.

A matéria informa que a "Justiça de Mato Grosso do Sul determinou a quebra dos sigilos bancário,

telefônico e fiscal do Governador do Estado, José Orício Miranda dos Santos, o Zeca do PT, dos irmãos dele, Ozório Miranda dos Santos e Heitor Miranda dos Santos, do Deputado Federal Vander Loubet (PT) e de sete outras pessoas e cinco empresas". Isso, por causa do envolvimento desses nomes com supostas irregularidades na licitação que concedeu à família do governador, por trinta anos, a administração do terminal fluvial de Porto Murtinho.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Sr. Presidente, que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A 12 de terça-feira, 18 de outubro de 2005

B R A S I L

FOLHA DE S. PAULO

MATO GROSSO DO SUL *Decisão afeta outras oito pessoas, todas suspeitas de irregularidades em licitação em terminal fluvial no Estado*

Justiça quebra sigilos de Zeca do PT e irmãos

ANA RAQUEL COPETTI

COLABORAÇÃO PARA A AGENCIA FOLHA, EM
CAMPO GRANDE

A Justiça de Mato Grosso do Sul determinou a quebra dos sigilos bancário, telefônico e fiscal do governador do Estado, José Orício Miranda dos Santos, o Zeca do PT, dos irmãos dele, Ozório Miranda dos Santos e Heitor Miranda dos Santos, do deputado federal Vander Loubet (PT) e de outras sete pessoas e cinco empresas. Todos são suspeitos de envolvimento em supostas irregularidades na licitação que concedeu à família do governador, por 30 anos, a administração do terminal fluvial de Porto Murtinho.

A determinação da quebra de sigilos é do juiz da Vara de Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos de Campo Grande, Dorival Moreira dos Santos, e atende ação protocolada em março de 2004 pelo advogado Paulo Tadeu Handchen, que representa Esacheu Cipriano Nascimento e Jesus Alfredo, proponentes

de uma ação popular que pede a investigação das suspeitas de fraude nesse processo licitatório.

Além de Zeca do PT, o juiz pede a quebra de sigilos de empresários e autoridades públicas que participaram das negociações envolvendo o Comport, consórcio vencedor da licitação.

O advogado de Zeca do PT e de Vander Loubet, Valeriano Fontoura, está em Brasília e disse que deve contestar hoje a competência da Justiça estadual nessa decisão.

Segundo ele, "quem deve definir causas envolvendo governador e deputado federal são o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça".

Handchen, na época da privatização do porto, era secretário estadual de Obras e Infra-Estrutura.

Porto de Murtinho

O porto de Murtinho foi entregue pelo governo à iniciativa privada em 2001. De acordo com o advogado Handchen, em junho daquele ano a licitação do porto foi vencida pelo consórcio Com-

port, formado pela F. Andreis, empresa do Paraná, e pela Outstanding do Brasil.

No início de 2003, a F. Andreis cedeu lugar na sociedade a outras duas empresas. Uma delas, a Integrasul, pertencia a Ozório Miranda dos Santos, irmão do governador, a Fábio Silva dos Santos, sobrinho de Zeca, e a Myriam Conceição Silvestre dos Santos, mulher de Heitor e cunhada de Zeca.

As mesmas pessoas que decidiram entregar a administração à iniciativa privada acabaram assumindo o porto em seguida", disse Handchen. A ação original protocolada pelo advogado pede o cancelamento da licitação e tutela antecipada do porto, mas o julgamento foi adiado para o fim do processo.

Segundo Handchen, o juiz Dorival Moreira dos Santos decretou que o processo corra em segredo de Justiça. A reportagem da Folha não conseguiu localizar ontem os outros citados no processo.

Colaborou HUDSON CORRÉA, da Agência Folha, em Brasília

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “Operação abafa”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** do dia 5 de outubro do corrente.

O Presidente Lula continua insistindo no discurso de que não existem provas das denúncias que, dia a dia, alimentam os escândalos dos Correios, do “Mensalão”, do caixa 2, dos Bingos, enfim, toda essa crise que envolve o seu governo e o seu Partido.

“Uma coisa é certa: estratégias com base em simples cortinas de fumaça não costumam dar certo”.

Operação abafa

O presidente Lula dizer que não existem provas das denúncias que têm vindo à baila – de “mensalão”, corrupção, caixa 2, e tudo o mais envolvendo seu partido e seu governo – é tão inconvincente quanto a sua jura de que a reeleição “não é uma paixão”. Provas há, e como! Testemunhais, documentais, circunstanciais, materiais, estribadas em indícios exuberantes. A não ser que se pretendesse a existência de recibos de “mensalão” com a devida firma reconhecida, ou auto-incriminações, com confissões expressas em termos do tipo “me corrompi” – semelhantes, por exemplo, àquela do juiz de futebol corrupto que enlameou nossos campeonatos –, todas as denúncias inicialmente feitas pelo então deputado Roberto Jefferson (pertencente à base governista, sempre é bom lembrar) se confirmaram com os trabalhos investigativos das CPIs, da Polícia Federal, do Ministério Público e da imprensa.

Às vezes os investigadores chegaram até a uma espécie de regurgitação, pelo excesso de indícios, documentos e depoimentos produzidos pelas três CPIs. Aliás, foi na insistência com que o governo exigiu essas três CPIs – quando uma só poderia ter bastado para concentrar as investigações – que se configurou a primeira tentativa de “abafa” – mas seguiram-se outras, como as reiteradas ausências de quórum para impedir deliberações “inconvenientes”, tais como algumas quebras de sigilo. Mas agora, depois da vitória do governo na eleição do presidente da Câmara dos Deputados, a “opera-

ção abafa” entrou na agenda governamental sendo comandada pelo próprio presidente da República e seu ministro Jacques Wagner, que querem encerrar o trabalho das CPIs por sua “falta de resultados”!

Em seu esforço reeleitoral concentrado, que o fez participar de eventos em São Paulo, agora acompanhado de uma comitiva de pré-candidatos petistas ao governo do Estado – Mercadante e Marta à frente – como na visita à Favela Heliópolis (a segunda maior do País), ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo ou na reunião com empresários na

A DIFÍCULDADE NAS CPIs NASCE DAS SABOTAGENS DOS GOVERNISTAS

Fiesp, o presidente Lula “cobrou provas” das CPIs e mais uma vez criticou o “denuncismo”, utilizando-se de argumentos do seguinte teor: “Eu disse outro dia que as mentiras e verdades iam aparecer. O povo só precisa ter cautela, porque o denuncismo ficou solto por quatro, cinco meses”; “Acho que os deputados estão com dificuldades para apurar a concretude (sic) das denúncias. Estas aparecem e não se concretizam. E não existe pedido de desculpa, reparação, retratação.”

Façamos, então, pequenas indagações: a quem Lula acha que se deveria fazer “pedido de desculpa, reparação, retratação”? A Delúbio? A Genoino? A Silvio Pereira? A José Dirceu? A Waldomiro Diniz? A Marcos Valério? A Waldemar da Costa

É nesse contexto que gostaria de destacar o último parágrafo do referido artigo: “A população brasileira já sabe distinguir, muito bem, a fumaça diversionista da ‘concretude’ da lama”.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Neto? Ao bispo Rodrigues? A ele próprio, presidente Lula? Ou seria ao Severino? E quem deveria fazer tais pedidos? Roberto Jefferson – o grande denunciador, pertencente às bases do governo? Ou a oposição? Ou a imprensa? Mas não seria um tanto cedo para isso? Não existem ainda montanhas de documentos a serem examinados pelas CPIs – por uma centena de funcionários de Tribunais de Contas e por auditorias externas que ainda estão sendo contratadas para examinar contas suspeitas no exterior –, e não há, ainda, várias outras testemunhas a serem ouvidas? Se os relatórios definitivos ainda nem foram apresentados, porque tanta pressa do presidente, de seus colaboradores e de dirigentes petistas, em desqualificar, genericamente, as CPIs em curso? O presidente e seus colaboradores, não têm afiançado, desde o início da crise (nestes quatro ou cinco meses de denúncias “soltas”) que pretendem “apurar todos os fatos e punir os responsáveis”? Antes, então, das conclusões das investigações, não seria, no mínimo, precipitado, o presidente e seus colaboradores denunciarem, simplesmente, o “denuncismo”?

Uma coisa é certa: estratégias com base em simples cortinas de fumaça, tais como a de desviar a atual corrupção sistêmica governo Lula/PT/Aliados para investigações da “era FHC”, ou para episódios envolvendo celebridades alheias ao mundo político, como Xuxa e Romário, não costumam dar certo. A população brasileira não cai nessa, porque já sabe distinguir, muito bem, a fumaça diversionista da “concretude” da lama...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)

Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna nesse momento para registrar o artigo intitulado “Bingo!”, publicado na seção Notas & Informações do jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 7 de outubro do corrente.

O artigo trata da acareação promovida pela CPMI dos Bingos entre 5 depoentes envolvidos no escândalo da renovação do contrato da empresa Gtech e a Caixa Econômica Federal visando à operação da rede de loterias do País. Segundo o artigo, “o resultado desse encontro foi o fortalecimento substancial dos indícios de envolvimento do PT e do governo Lula numa verdadeira rede de extorsão, destinada a ‘arrancar’ dinheiro de empresas interessadas em manter contratos de

prestação de serviço com estatais ou órgãos da Administração Pública federal”.

O artigo traz, também, avaliação do Relator da CPMI, Senador Garibaldi Alves, de que “ficou comprovado que a renovação do contrato Gtech-CEF foi marcada pelo tráfico de influência e pela corrupção”.

Pela oportunidade do assunto, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

NOTAS E INFORMAÇÕES A3

O ESTADO DE S. PAULO • SEXTA-FEIRA, 7 DE OUTUBRO DE 2005

Conselho de Administração:
PRESIDENTE Roberto C. Mesquita
MEMBROS Fernão Lara Mesquita, Francisco Mesquita Neto, Júlio César Mesquita, Maria Cecília V. C. Mesquita, Patrícia Maria Mesquita



Fundado em 1875

Julio Mesquita (1891-1927)	Julio de Mesquita Neto (1969-1996)
Julio de Mesquita Filho (1927-1969)	Luiz Vieira da Carvalho Mesquita (1959-1997)
Francisco Mesquita (1927-1969)	Américo de Campos (1875-1884)
Luiz Carlos Mesquita (1952-1970)	Nestor Rangel Pestana (1927-1933)
José Vieira da Carvalho Mesquita (1959-1968)	Plínio Barreto (1927-1958)

www.estado.com.br

Publicação da S.A. O ESTADO DE S. PAULO
Av. Eng. Caetano Álvares, 55 - CEP 02598-900
São Paulo - SP - Caixa Postal 2439 CEP 01060-970-SP
Tel. 3856-2122 (PABX) Fax Nº (011) 3856-2940

NOTAS & INFORMAÇÕES**Bingo!**

Como que atendendo, com a máxima presteza, ao “pedido” do presidente Lula, no sentido de que a CPI dos Bingos convocasse “bingueiros” para pres-tar depoimentos – e não outras pessoas íntimas do Planalto, cuja convoca-ção tem causado grande irritação ao presidente; e como que para desmentir, cabalmente, declarações simultâneas do presidente Lu-lla e auxiliáres seus, a respeito da falta de fôr-co, da “lerdeza”, ou da falta de provas das falcatruas cometidas na órbita do governo e de seu partido –, a sessão da CPI dos Bingos, nessa quarta-feira, encheu as medidas: pro-moveu a acareação, não só entre dois, mas entre cinco bingueiros. E o resultado desse encontro foi o fortalecimento substancial dos indícios de envolvimento do PT e do governo Lula numa verdadeira rede de extorsão, des-tinada a “arrancar” dinheiro de empresas in-teressadas em manter contratos de presta-ção de serviço com estatais ou órgãos da ad-ministração pública federal.

O confronto entre os bingueiros, suas dis-cussões e agressões mútuas, constituíram um dos espetáculos mais deprimentes dos

que já foram vistos na televisão brasileira, exi-bindo o verdadeiro padrão moral de pessoas que, até pouco tempo atrás, tinham cargos de con-fiança nos ministérios ou mantinham rela-ções estreitas com os administradores da coi-sa pública. Os depoentes se chamavam, reci-procamente, de bandidos, de mentirosos, de corruptos. Falavam, claramente, dos valores das propinas, das negociações sobre o prego das “comissões”, e as-sim por diante.

Enrico Gianelli, advogado da Gtech, empresa multinacional com contrato com a Caixa Econô-mica Federal para a exploração de loterias; Waldomiro Diniz, ex-sub-chefe da Casa Civil, braço direito do ex-ministro José Dirceu; Marce-lo Rovai, ex-diretor-comercial da Gtech; Carlos Cachoeira, empresário do ramo de jogos de azar; Rôgerio Buratti, advoga-do, ex-secretário de Antonio Palocci, quando este era prefeito de Ribeirão Preto. Estes são os personagens das cenas de “mundo-cão” que tiveram lugar em recinto do Poder Legislativo, dificilmente contidos pelos par-lamentares condutores da CPI. Quando ter-



O ESTADO DE S. PAULO

minou a sessão de ontem da CPI, os “binguei-ros” estavam todos com suas cartelas preen-chidas de candidaturas, podendo gritar jun-tos: “Bingo!”

Demonstrado ficou que a rede de extorsão atuou fortemente na renovação do contrato da multinacional Gtech com a CEF, para a operação da rede de loterias do País. Consu-mada em 8 de abril de 2003, quando a CEF já tinha tecnologia para o serviço e sua diretoria decidira ab-sorvê-lo, a renovação propiciou para a Gtech um novo contrato de R\$ 650 milhões em dois anos. A evi-dência de corrupção nessa renovação contratu-al ficou no pagamento feito ao advogado Walter Santos Ne-to, algum tempo depois da assinatu-ra. Tido como um intermediário do negócio, o advogado recebeu um cheque de R\$ 5 milhões, descontou-o e levou o dinheiro do banco num carro-forte. A CPI vai tentar rastrear o destino dado ao dinheiro.

Na avaliação do relator da comissão, sena-dor Garibaldi Alves (PMDB-RN), ficou com-provado que a renovação do contrato Gtech-CEF foi marcada pelo tráfico de influência e

pela corrupção. Disse ele: “O importante é que um mentiroso desmentiu o outro e a acareação foi útil. Ficou a convicção de que o con-trato envolveu propina de verdade.” Já para o presidente da CPI, senador Efraim de Mo-raes (PFL-PB), a acareação mostrou que a Gtech, que tem por prática cooptar servido-res em funções estratégicas, com poder de influência na máquina estatal, não teve di-fículdade em encontrar tais colaboradores: centrou seus esforços em Waldomiro Diniz, então subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil – chefiada por José Dirceu –, e Buratti, ex-auxiliar do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, então prefeito de Ribeirão Preto. E Efraim acha que havia uma guerra entre grupos ligados ao governo, para tirar vantagem do contrato. “Pode haver um se-gundo e até um terceiro grupo beneficiados e vamos descobrir, pois a Gtech tinha por pra-xe corromper dirigentes” – disse o senador.

Trata-se, pois, de se saber quantos grupos estavam em disputa nessa rede, já que prova-damente ficou sua existência, independentemente de ter ela começado por suborno ou extor-são, ou seja, pela iniciativa de empresários ou servidores.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Ex-presidente da Casa da Moeda admite caixa 2”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** de 5 de outubro do corrente.

A matéria destaca o depoimento do ex-presidente da Casa da Moeda, Manoel Severino dos Santos, na CPI do Mensalão. Segundo Severino, “as despesas feitas com fornecedores após o primeiro turno da campanha ao governo do Rio de Janeiro da candidata Benedita da Silva não foram incluídas na prestação

de contas ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e foram pagas com dinheiro de caixa 2”.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

NACIONAL
QUARTA-FEIRA, 5 DE OUTUBRO DE 2005 O ESTADO DE S. PAULO

Ex-presidente da Casa da Moeda admite caixa 2

À CPI, Manoel Severino nega, porém, ter recebido dinheiro de Marcos Valério

INVESTIGAÇÃO

Lisandra Paraguassú
BRASÍLIA

Apontado como receptor de cerca de R\$ 2,7 milhões do esquema de Marcos Valério, o ex-presidente da Casa da Moeda Manoel Severino dos Santos admitiu o uso de caixa 2 para saldar dívidas relacionadas à campanha da então candidata à go-

verno do Rio, Benedita da Silva (PT), da qual foi tesoureiro. Ao depor na CPI do Mensalão por quase 5 horas, Severino disse que despesas feitas com

fornecedores depois do primeiro turno não foram incluídas na prestação de contas ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Segundo ele, as dívidas chegavam a R\$ 170 mil.

Mostrando impaciência com as perguntas, repetiu vá-

rias vezes que não podia dar conta do dinheiro porque nunca recebeu nem autorizou ninguém a recebê-lo. “Não tenho conhecimento.”

Segundo ele, no fim da campanha de Benedita, o PT do Rio decidiu fazer alguns eventos e contratou carros de som e gráficas para fazer panfletos. “Reclamações de não pagamento começaram a aparecer sobre as despesas. Procurei uma pessoa

que fazia parte da coordenação da campanha e orientei que conversasse com quem reclamava”, disse, referindo-se a Carlos Roberto Macedo Chaves.

Segundo ele, despesas não registradas chegariam a R\$ 170 mil

lhão, em julho de 2004. Em nenhum dos saques Severino teria ido à agência.

“Negociar recebido qualquer tipo de recursos das agências de Valério, nunca estive em nenhuma agência do Banco Rural e nunca estive em reunião com Marcos Valério em nenhuma das suas empresas.”

O ex-presidente da Casa da Moeda – que pediu exoneração em maio, depois que seu nome foi ligado ao escândalo do mensalão – negou também que qualquer despesa da campanha de Benedita tenha sido paga por Valério, incluindo o contrato do publicitário Duda Mendonça.

Mas Severino voltou a confirmar que se encontrou sete vezes com Valério. Três delas na Casa da Moeda, três no Hotel Glória, no Rio, e a sétima no restaurante 14 Bis, do aeroporto Santos Dumont, também no Rio, para tratar de negócios.

– quase igual a gasto da campanha de Benedita, conforme a prestação de contas. Listado do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) cita Chaves como tendo retirado R\$ 100 mil das contas de Valério. “Eu conversei com a Secretaria de Finanças do PT, falei com o Delúbio Soares, disse que precisávamos dessa ajuda

Foram quatro saques. O primeiro, de R\$ 100 mil, em setembro de 2003. O segundo, de R\$ 326 mil, em janeiro de 2004. O terceiro, de R\$ 750 mil em abril de 2004 e o último, de R\$ 1,5 mi-

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB-CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “Mandrake no abafa”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 6 de outubro do corrente.

O artigo pretende mostrar como as reclamações do presidente Lula de lerdez e desvio de foco das investigações das CPIs partem de um pressuposto equivocado. Segundo o artigo, “os donos da pizzaria que movimentam os pizzaiolos estão no Palácio do

Planalto e na cúpula do PT, de onde partem as ordens para a obstrução”.

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

‘Mandrake’ no ‘abafa’

As afirmações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do ministro de Relações Institucionais, Jaques Wagner, reclamando de lerdez e desvio de foco das investigações das CPIs e a iniciativa do presidente do Senado, Renan Calheiros, exigindo providências de seus dirigentes, partem de um pressuposto equivocado. Mesmo não tendo sido oportunas a prolongada ausência de Brasília do presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral, e a obstrução feita pelos governistas para impedir a evolução natural das investigações, os fornos onde se prepara a pizza da impunidade não estão instalados em sua cozinha nem nas outras, do “Mensalão” e dos Bingos, na qual Lula gostaria de ver bingueiros depondo, em vez do chefe de seu gabinete, Gilberto Carvalho. Os donos da pizzaria que movimentam os pizzaiolos estão no Palácio do Planalto e na cúpula do PT, de onde partem as ordens para a obstrução liderada pela senadora Ideli Salvatti, e recebem agora a espontânea colaboração da Corregedoria e do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados envolvidos num entrevero que, por tão absurdo, está cheirando a jogada combinada.

O pretexto regimental para o impasse entre o presidente do Conselho, Ricardo Izar, de um lado, e o corregedor Ciro Nogueira e o relator por este nomeado para os 16 processos de cassação de deputados, Robson Tuma, de outro, chega a ser ridículo, de tão insignificante. Nogueira, protegido do ex-presidente da Câmara Severi-

no Cavalcanti, aproveitando-se da decisão do Supremo que forçou a passagem do relatório de Osmar Serraglio, da CPI dos Correios, pela Corregedoria, nomeou um único relator, Tuma, para os 16 processos. Este, como era de se esperar, preparou um relatório só, o que não é aceito por Izar, para quem a Corregedoria teria a obrigação regimental de entregar ao Conselho de Ética, que preside, relatórios individualizados com documentos e depoimentos que indiquem a presunção de culpa, ou de inocência, de cada um dos citados.

Como Izar já destacou 6 dos

A PIZZA ESTÁ SENDO ASSADA EM FORNOS DO PALÁCIO DO PLANALTO E DO PT

16 que, na sua opinião, não poderão perder seus mandatos por falta de provas de quebra de decoro parlamentar, e Tuma tem opiniões próprias sobre aqueles que pretende livrar da guilhotina, o impasse só seria resolvido se o presidente da Câmara, Aldo Rebelo, chamassem a si a decisão, resolvendo definitivamente como será a tramitação, retardada pelo impasse. Mas, eleito com 15 votos de maioria, l'a menos que o total de “cassáveis” e testemunha de defesa de um deles, José Dirceu, este não pode ser acusado de ter interesse em acelerar quaisquer processos de investigação e julgamento de seus “nobres pares”. Ao contrário: mal assumiu, já garantiu que terá “coragem e isenção” para absolver os inocentes, mas não foi tão enfático

co quanto à punição dos culpados. E, diante do conflito entre a Corregedoria e o Conselho, só pediu “paciência”.

Por acaso, seria leviano acusar os protagonistas desse entrevero absurdo de estarem agindo de má-fé? De não estarem cumprindo as promessas reiteradas diariamente à opinião pública de que os delitos serão apurados e os culpados, punidos na forma da lei? Isso era o mínimo que se esperava deles, depois de tudo quanto já foi revelado a respeito do uso indecoroso de mandatos de representação popular para enriquecimento fácil, rápido e ilícito. A substituição da “operação abafa” pela “operação Mandrake” – em que uma retórica de meias-verdades e mentiras deslavadas tenta desviar o foco para engabelar a opinião pública, justamente indignada com a corrupção denunciada e nunca satisfatoriamente desmentida –, denunciada pela colunista Dora Kramer, será um elemento a mais a desmoralizar os responsáveis por seu planejamento e execução. A mentira deles será desmascarada mais rapidamente do que o foi a falsa versão dos empréstimos para o “caixa 2” das campanhas eleitorais do PT, montada pelo ex-tesoureiro Delúbio Soares e pelo acusado de operar o “mensalão”, Marcos Valério, com o aval dado em Paris pelo presidente da República. A estes, aliás, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, se esqueceu de avisar que “caixa 2” é “coisa de bandido”.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Testemunha explosiva”, publicada pela Revista **IstoÉ**, edição de 28 de setembro de 2005.

A reportagem trata do depoimento que a ex-assessora financeira da campanha petista de 2004 fará à CPI dos Correios. Segundo a matéria, a ex-assessora era a responsável pelo esquema de caixa 2, ou de “contas não contabilizadas”, do PT local.

Para concluir, Sr. Presidente, requeiro que a reportagem acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

TESTEMUNHA EXPLOSIVA

Soraya Garcia, ex-assessora financeira do PT de Londrina, vai à CPI falar sobre caixa 2, que, segundo ela, era abastecido pelo ministro Paulo Bernardo

LUIZ CLÁUDIO CUNHA – Londrina

Como Nova York, Londrina, no Paraná, tem suas Torres Gêmeas. E, a partir das 11h de 4 de outubro, terça-feira, o Twin Business Towers sofrerá um ataque. Virá na forma de um depoimento que a ex-assessora financeira da campanha petista de 2004 Soraya Garcia fará à CPI dos Correios. Atingirá o 17º andar da Torre 1, onde, segundo a Polícia Federal, funcionava a central do caixa 2 do PT local. Nas duas últimas semanas, a reportagem de **ISTOÉ** checou o que Soraya tem a dizer. O arsenal é pesado. Um dos alvos será o ministro do

Planejamento, Paulo Bernardo. Os petistas do Paraná tentam minimizar o depoimento de Soraya, mas a PF – que em julho já ouviu parte de suas denúncias – está convencida de que ela reinou sobre as “contas não contabilizadas” do PT de Londrina – que registra despesas de R\$ 1,3 milhão, segundo a prestação de contas do partido à Justiça Eleitoral, e gastos de R\$ 6,5 milhões pelo caixa 2, como delatou a ex-assessora ao Ministério Público.

“Durante a campanha, o dinheiro chegava em sacolas e sempre coincidia com a presença do então deputado Paulo Bernardo na cidade”, dispara Soraya, recontando o que via e ouvia na cúpula do partido. Como o seu chefe imediato, Augusto Er-



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM LONDRINA/PR



Ofício nº 2818/05-CART.

Londrina/PR, 02 de agosto de 2005.

A Sua Excelência o Senhor
Juiz de Direito da 41ª Zona Eleitoral da Comarca de
LONDRINA/PR

Assunto – representação de mandado de busca e apreensão e expedição de ofício
Ref. IPL nº 517/05-DPF.B/LDA/PR

Senhor Juiz,

Vale registrar, primeiramente, que as irregularidades narradas por SORAYA GARCIA envolvem grande número de pessoas, datas, circunstâncias e situações. As provas são baseadas exclusivamente no seu depoimento, vale dizer, rico em detalhes e situações, levando a crer realmente a existência de um "cabado", ao lado do paralelo é apresentado ao TSE. Os gastos na campanha, de acordo com SORAYA, ultrapassariam R\$6.500.000,00, enquanto que o informado para a Justiça Eleitoral foi de R\$ 1.361.577,23.

Delegacia da Polícia Federal em Londrina – Rua Teófilo, 1450 – Vila Nova – CEP 86025-230 – fone 43-3294-7200

CONVENCIMENTO

Pedido de mandado de busca e apreensão à Justiça, feito pela PF, classifica depoimento da ex-assessora do PT de Londrina como "rico em detalhes, levando a crer na existência de caixa 2"

métio Dias Júnior, não permitia recibos e apagava qualquer registro no computador, Soraya fez o depoimento em julho baseado na memória. As investigações posteriores, porém, atestam boa parte do que foi dito. Cumprindo ordem judicial, promotores e 40 agentes da PF amanheceram na quarta-feira 3 de agosto nos arquivos de 22 empresas da cidade apontadas pela ex-assessora. A varredura produziu 48 caixas de documentos. "Estes papéis comprovam o caixa 2, a contabilidade paralela na campanha do PT em 2004", disse em entrevista coletiva, no final do dia, o delegado-chefe da PF em Londrina, Sandro Roberto Viana dos Santos.

No dia seguinte, quinta-feira, o *Diário Oficial da União* publicou portaria transferindo o delegado para Marília (SP). Enigmático, ele observou: "Cumprí o meu dever. Existe um contexto em cima disso." O

contexto é pesado. As 8h da quarta-feira, momentos antes da devassa nas 22 empresas, oculta sob um cobertor no banco traseiro de uma caminhonete, Soraya foi levada para a PF. Na sala de Sandro, ficou à espera dos documentos. Uma hora depois chegavam as caixas apreendidas. Lá pelas 13 h, enquanto vasculhava o material, Sandro encontrou uma nota de aluguel de um Vectra da Localiza, tendo como responsável Jacks Dias, presidente do PT, e como condutor Nedson Michelleti, o prefeito. "Isso vai bater na testa do (José) Janene", exclamou o delegado, destacando o nome do responsável pelo pagamento: a Fóssil, empresa que faz a coleta de lixo em Londrina e que, segundo depoimento do ex-diretor financeiro da Comurb Eduardo Alonso à Justiça, tem como sócio oculto o líder do PP, José Janene, um dos líderes do mensalão.

Gtech – A partir daí, lembra a ex-assessora, uma nova empresa surgiu no palerório: "Começaram a aparecer notas pagas pela Gtech, empresa investigada pela CPI do Bingo envolvida em contratos suspeitos com a Caixa Econômica Federal. Contamos 12, duas na Localiza e dez na Brascar, pagando aluguel de carros Gol e Citroën". A investigação continuou e foi descoberto um pacote com cinco notas da Avis Rent-a-Car, locando cinco Celtas para petistas locais, segundo Soraya: Oscar Bordin (vice-presidente da Sercomtel, empresa local de telefonia), Valter Orsi (ex-presidente da Associação Comercial), Antônio Ursi

(assessor especial do prefeito), Cláudio (segurança do vice-prefeito) e Rafael Silva (assessor de mobilização do prefeito e ex-presidente da União Londrinense de Estudantes Secundaristas). Todas as notas eram pagas por uma empresa de turismo de São Paulo, a Yaktur, que nem mesmo Soraya conhecia. Até que um acidente banal com Rafael, que recebia um mensalinho de R\$ 400, revelou sua existência.

Em 10 de novembro de 2004, a Avis ligou para Soraya, no PT, cobrando R\$ 200 do seguro pela batida leve num pára-lamas do Celta dirigido por Rafael. "Eu não sabia dos carros, não eram pagos por mim." Soraya, então, ligou para a Avis de Curitiba e, lá, informaram que o locador era a Yaktur. Na Yaktur, deram um número de telefone em Brasília para Soraya tratar do problema. Ela ligou e a voz do outro lado respondeu: "SMP&B, bom dia!" Exposto

Ao(s) primeiro (01) dia(s) do mês de agosto (08) do ano de dois mil e cinco (2005), nesta cidade de Londrina/PR, na Sede da Delegacia de Polícia Federal, em Cartório, onde se encontrava presente o(a) Delegado(a) de Polícia Federal KANDY TAKAHASHI, comigo Escrivão(a) de Polícia Federal, ao final declarado(a) e assinado(a), compareceu **ROBERIO BICHERI**, brasileiro, separado, motorista, filho de Pedro Bicheri e Valnice Camargo Bicheri, nascido(a) ao(s) 08/05/66, natural de(o) Ibiporã/PR, portador(a) do(a) Carteira de Identidade nº 4231937-6, expedido(a) pelo(a) SSP/PR e do CPF nº 031181589-80, residente na(o) Rua Ana Nery, 166, Jd. Petrópolis, Londrina/PR, grau de instrução: médio, sabendo ler e escrever, inquirido(a) acerca da autoridade Policial; **RESPONDEU:** QUE, dois dia(s) ...

onde funciona um escritório de PAULO BERNARDO, cujo responsável tem o apelido de ZENO, com a finalidade de buscar envelopes; QUE, esses envelopes foram recebidos por FABIO REALE, observando que no interior deles havia uma certa quantia em dinheiro, alguns mais magros, outros gordos, com o nome de pessoas manuscritas; QUE, esses envelopes eram levados para a CASA AMARELA, onde era feita a distribuição por FABIO REALE, normalmente a colaboradores da campanha e esses colaboradores ficavam responsáveis pela redistribuição; QUE, no edifício TWIN TOWERS se dirigiu por 3 ou 4 vezes, enquanto que na rua Maringá também foi umas 3 ou 4 vezes, sempre acompanhado de FABIO REALE; QUE, por uma vez se dirigiu até o apartamento de ZENO, na rua Samuel Moura, ficou aguardando no carro, enquanto que FABIO REALE se dirigiu ao apartamento e retornou com sacolas contendo envelopes

“O DINHEIRO CHEGAVA EM SACOLAS”

ISTOÉ – *Há conexão de Londrina com Brasília?*

Soraya Garcia – O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo. Quando vinha a Londrina, dinheiro em grande volume aparecia na campanha. Chegava em sacola, que o Paulo Bernardo entregava para o Augusto Ermétio, coordenador da campanha, ou Jacks Dias, presidente do PT local. Foram quatro vezes ainda no primeiro turno. Uma no final de agosto e outras três em setembro.

ISTOÉ – *Ele trazia em espécie?*

Soraya – Sempre em notas de R\$ 50 ou R\$ 100.

ISTOÉ – *Vinha de onde?*

Soraya – Num sábado, 23 de outubro, lá pelas 12h30, escutei o Augusto dizer ao celular: “O Paulo Bernardo vai trazer?” O outro deve ter dito que sim e Augusto se admirou:

“Quanto? 400 pilas?” Foi assim que ele disse, achei estranho. E completou: “Mas de Itaipu? Como é que vocês conseguiram isso?”

ISTOÉ – *E Paulo Bernardo trouxe?*

Soraya – Dois dias depois, lá pelas 4 h da tarde, entraram na minha sala o Paulo Bernardo, Jacks, Augusto e mais três pessoas. O Jacks disse: “Tive uma idéia: jogar dois mil cabos eleitorais na campanha, a R\$ 100 por cabeça, pra fazer boca de urna.” Alguém o ouviu pro Paulo Bernardo e falou: “É aí, Paulo, dá?” Ele respondeu: “Pode vir que tem lastro.”

ISTOÉ – *O lastro era contabilizado?*

Soraya – A contabilidade era feita numa planilha em Excel: o caixa oficial em azul, o caixa 2 em vermelho. Augusto passava os valores, eu digitava, fazia a so-

matória, imprimia e depois tinha que deletar tudo. Tinha um disquete laranja, que ele carregava numa caixinha lila. Era uma planilha com uns 200 nomes de cabos eleitorais que ganhavam de R\$ 800 a R\$ 3 mil. Levava quatro dias para pagar, até o dia 10. Um inferno! Eu ficava sozinha com o dinheiro, pagando todo mundo. Fora o que a gente separava para as cabeças mais importantes.

ISTOÉ – *Quem?*

Soraya – Uma vez, em 10 de outubro, lá pelas 7 h da noite, entrou na sala um senhor e deu a ele um envelope com o nome

dele, Rocha, e R\$ 1.500 do caixa 2. Em agosto o envelope foi de R\$ 5 mil. Tempos depois, quando tinha denunciado o PT, fui à OAB. Entrei numa sala e vi um cara lá no fundo. Quando me aproximei, fechei os

olhos... era o Rocha! – José Carlos Rocha, presidente da OAB de Londrina.

ISTOÉ – *O que mais mostra o elo de Brasília?*

Soraya – Em novembro de 2004 mandaram alugar uma sala para quatro dias de reunião de 40 pessoas da Gtech no Cristal Palace Hotel. Tudo locado pelo caixa 2 do PT.

ISTOÉ – *Zé Dirceu também trouxe dinheiro para o PT?*

Soraya – O Augusto disse: “Temos que fazer um evento muito lindo para engordar os olhos do prefeito e pra agradar o Zé Dirceu, que está trazendo dinheiro.”

ISTOÉ – *Ele chegou a falar quanto?*

Soraya – O Augusto disse isso no sábado, 18 de setembro. Na segunda, apareceram R\$ 300 mil em notas de R\$ 100 com selo do Banco do Brasil.

“Quando Paulo Bernardo vinha a Londrina, dinheiro em grande volume aparecia. Eram notas de R\$ 50 e de R\$ 100”

“Em novembro mandaram alugar uma sala para quatro dias de reunião de 40 pessoas da Gtech no Cristal Palace Hotel. Pelo caixa 2”

o caso, a moça explicou: "Meu chefe, o sr. Marcos, não está. Ele viaja muito", esclareceu, sem citar o nome Marcos Valério. Mas pediu que Soraya ligasse para o gabinete do então deputado Paulo Bernardo, na Câmara: "Foi com ele que fizemos o negócio. A gente ficou de pagar só o mês, sem cobrir batidas." Soraya ligou para Cleide, secretária do deputado: "Vou passar o caso para o dr. Paulo", disse.

Na última semana, ISTOÉ localizou o líder estudantil que bateu o Celta alugado. "É, tive um pequeno acidente mesmo, nada grave. Atuava como militante do partido", confirmou Rafael Silva, que hoje trabalha no gabinete do prefeito Nedson Micheleti. O gerente da Avis em Londrina, João Luis Ferraro, também confirmou o acidente e o aluguel dos carros e disse que o locador era mesmo a Yaktur. Em São Paulo, um dos donos da Yaktur, Michel Langoni, negou qualquer possibilidade de ter repassado o telefone da SMP&B. "Nunca trabalhamos com esta agência. Agora, se algum carro foi alugado por alguma empresa que a gente atende, isso é problema dela."

Longe de Brasília – Da longa jornada do dia 3 de agosto na PF, que durou até as 21 h, Soraya se recorda de ter visto 12 notas pagas pela Gtech, mas afirma que curiosamente só duas delas foram para o inquérito. "Eu só vi duas", diz um promotor do MP, que avaliou durante oito dias as 1.714 páginas do processo. Questionado pelo promotor, o delegado Kandy Takahashi, da Polícia Federal, responsável pela investigação, insistiu: "Só vi duas notas da Gtech." No mesmo dia 3 de agosto, enquanto o delegado Sandro vasculhava os documentos apreendidos, os advogados do PT pediam que o inquérito fosse transferido para o Supremo Tribunal Federal, alegando que o envolvimento do ministro do Planejamento nas denúncias exigia foro privilegiado. Quem não gostou foi o ministro Paulo Bernardo, que certamente prefere tratar dessas denúncias longe dos holofotes de Brasília. O prefeito de Londrina, Nedson Micheleti (PT), no dia seguinte tomou café da manhã com o ministro. À tarde, o PT de Londrina anunciou em entrevista coletiva que desistia do STF: "Devemos satisfação é à sociedade londrinense. O foro é aqui", recuou o advogado João Gomes Filho. Entretanto, mesmo confi-

nado ao limite municipal, o caso continua espirrando no ministro.

O motorista Robério Bicheri, que trabalhava para o PT, disse à PF ter recebido dinheiro vivo no apartamento de um assessor de Paulo Bernardo, Zeno Minuzo. A ISTOÉ, Robério confirmou: "Fui duas vezes lá, em setembro e em outubro de 2004, dirigindo o carro do Fábio Reali, assessor do prefeito. Estacionei e o Fábio voltou com 20 envelopes, todos com nomes de coordenadores e vereadores em campanha. Era coisa de uns R\$ 50 mil. Ele botou dois envelopes no porta-luvas e o resto debaixo do banco. Ele disse que dessa forma, se fôssemos roubados, levariam menos dinheiro." Ouvidos por ISTOÉ, ambos reagiram, indignados. "Isso é uma fantasia", rebate Fábio. "É imaginação fértil. Vi este motorista uma ou duas vezes", responde Zeno, que teve o seu sigilo bancário quebrado pela Justiça na quinta-feira 15.

Doação – Irônico é que em Londrina as doações legais de dinheiro para campanha também causam dor de cabeça ao ministro. A PF descobriu que uma das maiores doações legais à campanha do PT de Londrina não era de conhecimento sequer do doador. A WBC Consultoria Empresarial, uma pequena empresa de informática de Porto Alegre, doou R\$ 100 mil, segundo a prestação de contas ao TRE. Pela lei eleitoral, que limita doações a 2% do faturamento, a WBC precisaria de um lucro de R\$ 5 milhões no ano anterior ao pleito – mas o balanço dos quatro primeiros meses de 2003 aponta um resultado bruto de meros R\$ 283 mil. "Eu não dei para Londrina. Doei para o diretório nacional", espantou-se o dono da WBC, Waldair Bilhar da Costa. E negou-se a dizer o nome de quem negociou a doação: "É uma coisa mais íntima." "Quem negociou foi o Paulo Bernardo", diz

Soraya. O cheque da WBC foi depositado na agência da Caixa na Câmara dos Deputados no dia 25 de agosto de 2004 e, no mesmo dia, transferido para a conta "Eleições 2004 – Nedson Luís Mecheleti prefeito", conta nº 3113-8, na agência 184 da Caixa.

Na primeira semana de novembro, Soraya pediu o recibo do cheque ao tesoureiro do PT, Francisco Moreno. "Tem que ligar para o Paulo Bernardo", disse ele, segundo Soraya. Ela ligou para o gabinete e a secretária, Cleide, avisou: "Vou falar com o Paulo Bernardo." Desligou e, dez minutos depois, a secretária ligou de volta com os telefones, fixo e celular, do doador em Porto Alegre: "Fala com ele e pede o recibo. O Paulo Bernardo me passou este telefone." Soraya contatou o doador e, no dia 25 de novembro, o tesoureiro Moreno foi pessoalmente a Porto Alegre recolher o recibo.

Após um mês de investigação, a PF comprovou pouco mais de R\$ 400 mil de caixa 2, mas prorrogou por 60 dias o inquérito para descobrir o resto do dinheiro. "Basta investigar o roteiro que eu dei", garante Soraya. "Só com os 80 candidatos a vereador, paguei mais de R\$ 600 mil, tudo pelo caixa 2." Outras despesas eventuais, como o estranho envelope de dinheiro dado ao presidente local da OAB, José Carlos Rocha (leia quadro à pág. 28), ajudam a explicar o gasto de R\$ 6,5 milhões denunciado por Soraya. "Envelope? Eu? Esta moça é louca", reagiu o advogado Rocha numa conversa gravada com ISTOÉ, as mãos trêmulas, os olhos marejados, exatos 8m32s depois de elogiar Soraya por "falar a verdade, com muitos detalhes".

Arquivos – O cuidado obsessivo de Augusto com qualquer registro, proibindo recibos e carregando consigo o disquete da caixa 2, levou a um incidente com o irmão do prefeito Nedson, Nilton Micheleti, programador de computador. Em outubro, Soraya pediu sua aju-

• da para recuperar alguns arquivos de trabalho e ele ajudou a resgatar dados de dois meses para trás. Ao saber do fato, Augusto reagiu irritado: "Você não tem nada que recuperar arquivo. Não mexa nisso. Você está proibido de

~mexer nos computadores do Twin Towers." Pouco antes de Soraya falar à PF, Nilton incentivou a amiga a contar o que sabia, iniciativa que provocou seu rompimento com o irmão prefeito. Telefonomas no meio da noite, carros suspeitos com placa fria trafegando

lentamente na porta de casa passaram a fazer parte do cotidiano de Soraya, mas ela está decidida a contar tudo na CPI. Na manhã de quinta-feira 22, Soraya recebeu um telefonema da PF para formalizar seu pedido de ingresso no Programa de Proteção à Testemunha, que ela havia solicitado em 27 de julho. ■

O SR. PRESIDENTE (Arthur Virgílio, PSDB – AM) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Srs e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 25, DE 2005

(Proveniente da Medida Provisória nº 255, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 25, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 255, de 2005), que *prorroga o prazo para opção pelo regime de Imposto de Renda Retido na Fonte de Pessoa Física dos participantes de planos de benefícios; altera as Leis nºs 11.053, de 29 de dezembro de 2004, e 9.311, de 25 de outubro de 1996; e dá outras providências.*

Relator revisor: Senador Amir Lando
Prazo final: 31-10-2005

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 256, DE 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 256, de 2005, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios de Minas e Energia e dos Transportes, no valor global de quatrocentos e vinte e cinco milhões, novecentos e cinqüenta mil, setecentos e trinta e quatro reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:
Prazo final: 18-11-2005

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 257, DE 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 257, de 2005, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, e de Encargos Financeiros da União, no valor global de um bilhão, duzentos e quatorze milhões de reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:
Prazo final: 18-11-2005

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, DE 2005

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

(Encontra-se sobrestando a pauta a partir de 2-10-2005)

Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005 (nº 4.776/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.*

Dependendo de leitura dos pareceres das Comissões de Constituição, Justiça e Ci-

dadania, de Assuntos Econômicos e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

5

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 477, DE 2005**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 477, de 2005 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.807, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos), que *aprova a Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 2005*.

6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 55, DE 2005

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.034, de 2005 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2005 (nº 4.692/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral, que *extingue e cria cargos e funções nos quadros de pessoal do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais*.

Parecer favorável, sob nº 1.513, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 87, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer sob nº 1.662, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

**SUBSTITUTIVO À
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2004**

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº

12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.663, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, oferecendo a redação para o segundo turno.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 12, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia*.

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 59, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que *altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira*.

Pareceres sob nºs 1.130 e 1.605, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen – Substitutivo): favorável.

11

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 162, DE 2004 – COMPLEMENTAR

(Votação nominal)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho,

que dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação.

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante; e

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Jefferson Péres.

12

SUBSTITUTIVO AO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2004

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2004 (nº 4.891/99, na Casa de origem), que altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências”, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”, para dispor sobre o segurado de sociedade conjugal ou de união estável que exerce atividade contínua, sem fins lucrativos, no âmbito de sua própria residência.

Parecer sob nº 1.670, de 2005, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2004 (nº 6.101/2002, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, dispondo sobre o direito de examinar o produto no ato da compra.

Parecer sob nº 1.533, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), que oferece.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005 (nº 6.999/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal

Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 1.024, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator ad hoc: Senador Rodolfo Tourinho.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2005 (nº 2.970/2000, na Casa de origem), que altera a denominação do Porto de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro, para Porto de Itaguaí.

Parecer favorável, sob nº 1.535, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Sérgio Cabral.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2005 (nº 5.124/2001, na Casa de origem), que denomina Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes o Hospital de Messejana, localizado em Fortaleza, Estado do Ceará.

Parecer favorável, sob nº 1.536, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Reginaldo Duarte.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2005 (nº 2.354/2000,

na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do rio Ouro Preto, localizada nos municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia.*

Parecer favorável, sob nº 1.537, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2005 (nº 2.487/2003, na Casa de origem), que *institui o dia 3 de dezembro como o Dia Nacional de Combate à Pirataria e à Biopirataria.*

Parecer favorável, sob nº 1.632, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 370, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 370, de 2005 (nº 1.377/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Isenção de Taxas e Emolumentos Devidos à Emissão e Renovação de Autorizações de Residência para os Cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 1.773, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

21

REQUERIMENTO Nº 823, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 823, de 2005, do Senador Arthur Virgílio, solicitando seja concedido Voto de Consternação ao Governo do Japão, por intermédio de sua Embaixada em Brasília,

pela tragédia ocorrida há sessenta anos com o lançamento de bombas atômicas em Hiroshima e em Nagasaki, no Japão, ocasionando a morte de centenas de milhares de pessoas.

Parecer sob nº 1.770, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Roberto Saturnino, favorável, com a Emenda nº 1-CRE (Substitutivo), que oferece, que conclui pela apresentação de Voto de Solidariedade para com o povo japonês e todas as vítimas das bombas atômicas lançadas em Hiroshima e Nagasaki, há sessenta anos; e que esse Voto de Solidariedade seja levado ao conhecimento do Governo do Japão, por intermédio de sua Embaixada em Brasília.

22

REQUERIMENTO Nº 933, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 933, de 2005, do Senador Sérgio Cabral, solicitando seja concedido voto de congratulações a Rádio Tupi, pelos seus 70 anos de fundação.

Parecer favorável, sob nº 1.731, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Rodolpho Tourinho.

23

REQUERIMENTO Nº 943, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 943, de 2005, da Senadora Ana Júlia Carepa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Virgílio. PSDB – AM)
– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 21 minutos.)

(OS Nº 17210/05)

ATO DO PRESIDENTE
Nº 083 , DE 2005

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, em cumprimento ao disposto no art. 85, § 1º, da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, RESOLVE tornar públicas as informações referentes ao Quadro de Pessoal do Senado Federal, conforme tabelas consolidadas pela Secretaria de Recursos Humanos.

Senado Federal, 21 de outubro de 2005.

Senador **RENAN CALHEIROS**
 Presidente do Senado Federal

QUADRO DE PESSOAL DO SENADO FEDERAL
CARREIRA DE ESPECIALIZAÇÃO EM ATIVIDADES LEGISLATIVAS

CATEGORIA	ÁREA	ESPECIALIDADE	N.º DE CARGOS	VAGOS 2004	VAGOS 2005
Consultor Legislativo (Nível III)	1-Consultoria e Assessoramento	1.1 - Assessoramento Legislativo	175	12	10
		1.2 - Assessoramento em Orçamento	35	0	0
Analista Legislativo (Nível III)	2 - Apoio Técnico ao Processo Legislativo	2.1 - Processo Legislativo	517	172	173
		2.2 - Orçamento Público	39	7	7
		2.3 - Taquigrafia	100	2	1
		2.4 - Biblioteconomia	30	3	3
		2.5 - Tradução e Interpretação	7	2	2
	3 - Apoio Técnico-Administrativo	3.1 - Administração	229	41	2
		3.2 - Análise de Custo	5	5	5
		3.3 - Arquivologia	15	15	15
	4 - Controle Interno	4.1 - Contabilidade	21	3	3
		5.1 - Medicina	55	7	7
	5 - Saúde e Assistência Social	5.2 - Odontologia	8	5	5
		5.3 - Farmácia	4	3	3
		5.4 - Psicologia	5	5	5
		5.5 - Assistência Social	1	1	1
		5.6 - Enfermagem	18	2	2
		6.1 - Arquitetura	5	2	2
	6 - Instalações, Equipamentos, Ocupação e Ambientação de Espaço Físico	6.2 - Engenharia	14	4	4
		6.3 - Manutenção de Máquinas Gráficas	12	9	9
		7.1 - Segurança	41	38	38
	8 - Comunicação Social, Eventos e Contatos	8.1 - Comunicação Social	157	3	2
	11 - Apoio Técnico ao Processo Industrial Gráfico	11.1 - Processo Industrial Gráfico	50	46	0
	12 - Redação e Revisão de Textos Gráficos	12.1 - Redação e Revisão de Textos Gráficos	41	47	7
Advogado (Nível III)			14	4	4
Analista de Informática Legislativa			229	14	16

CATEGORIA	ÁREA	ESPECIALIDADE	N.º DE CARGOS	VAGOS 2004	VAGOS 2005
Técnico Legislativo (Nível II)	1 - Apoio Técnico ao Processo Legislativo	1.1 - Processo Legislativo	487	85	91
		1.2 - Assistência a Plenários e Portaria	81	0	0
	2 - Apoio Técnico Administrativo	2.1 - Administração	427	65	70
		2.2 - Arquivologia	15	15	15
	3 - Controle Interno	3.1 - Contabilidade	18	18	18
		4.1 - Enfermagem	27	4	4
	4 - Saúde e Assistência Social	4.2 - Odontologia	10	10	10
		4.3 - Radiologia	5	3	3
		4.4 - Reabilitação	8	7	7
		5.1 - Eletrônica e Telecomunicações	46	0	1
	5 - Instalações, Equipamentos, Espaço Físico e Serviços Gerais	5.2 - Artesanato	190	25	25
		6.1 - Segurança	414	77	81
	6 - Polícia, Segurança e Transporte	6.2 - Transporte	47	10	13
		7.1 - Processo Industrial Gráfico	606	214	220
Técnico de Informática Legislativa			127	0	0
Secretário Parlamentar (Nível II)			2	0	0
Auxiliar Legislativo (Nível I)	1 - Apoio Auxiliar ao Processo Industrial Gráfico	1.1 - Processo Industrial Gráfico	93	23	23
		1.2 - Segurança	4	3	3

CARGO	ESTÁVEIS	NÃO-ESTÁVEIS	TOTAL	Variação Percentual
Consultor Legislativo	169	31	200	1,01 %
Analista Legislativo	836	204	1.040	2,77 %
Analista de Informática Legislativa	140	73	213	- 0,94 %
Técnico Legislativo	1.048	775	1.823	- 1,53 %
Técnico de Informática Legislativa	113	14	127	0 %
Secretário Parlamentar	0	2	2	0 %
Auxiliar Legislativo	0	71	71	0 %

FUNÇÕES COMISSIONADAS DO SENADO FEDERAL

Nome	Símbolo	Quantidade de funções	Vagos em 2004	Vagos em 2005	Variação Percentual
Função Comissionada	FC10	02	0	0	0%
Função Comissionada	FC09	20	03	04	23,33%
Função Comissionada	FC08	472	12	14	16,66%
Função Comissionada	FC07	1.149	202	327	61,88%
Função Comissionada	FC06	1.676	274	373	74,30%

QUADRO DE PESSOAL DO SENADO FEDERAL
CARGOS COMISSIONADOS

Cargo	Situação		Servidores Ocupantes de Cargo Efetivo		Servidores Não Ocupantes de Cargo Efetivo		Cargos vagos	
	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005
Chefe de Gabinete do Presidente	1	1	0	0	0	0	0	0
Chefe do Cerimonial (Presidência)	0	1	0	0	1	0		
Coordenador (ou diretor de coordenação)	--	8	--	2	--	0		
Diretor-Adjunto	--	4	--	0	--	0		
Diretor de Secretaria	--	7	--	0	--	0		
Diretor de Secretaria (SECS)	1	1	0	0	0	0		
Coordenador Adjunto Assess. de Plan. e Mod. Adm. (Presid.)	0	0	1	1	0	0		
Diretor de Subsecretaria	6	2	3	3	0	0		
Diretor Executivo do ILB	1	1	0	0	0	0		
Vice-Reitor Unilegis (ILB)	0	0	1	1	0	0		
Diretor de Jornalismo	--	1	--	0	--	0		
Diretor Adjunto (ILB)	0	0	1	1	0	0		
Diretor Adjunto (SEEP)	1	1	0	0	0	0		
Assessor Especial Relações Internacionais (Presidência)	0	0	1	0	0	1		
Assessor	0	0	16	17	2	1		
Assessor da SEI	0	0	5	5	0	0		
Assessor da SGM	1	1	2	2	0	0		
Assessor da DGER	0	0	3	3	0	0		
Assessor de Imprensa	--	0	--	3	--	1		
Secretário Especial de Imprensa	--	0	--	1	--	0		
Assessor do CEDIT	--	0	--	1	--	(*)		
Assessor de Gestão	--	1	--	0	--	0		
Assessor Técnico da SECS	--	1	--	1	--	0		

QUADRO DE PESSOAL DO SENADO FEDERAL
CARGOS COMISSIONADOS

Cargo	Situação		Servidores Ocupantes de Cargo Efetivo		Servidores Não Ocupantes de Cargo Efetivo		Cargos vagos	
	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005
Assessor Técnico	0	0	203	241	0	(**)		
Secretário Parlamentar	0	0	299	284	0	(***)		
Motorista	0	0	76	85	17	14		
Assistente Parlamentar AP-8	--	0	--	66	--	--		
Assistente Parlamentar AP-7	--	0	--	8	--	--		
Assistente Parlamentar AP-6	0	0	391	446	114	--		
Assistente Parlamentar AP-5	0	0	232	242	30	--		
Assistente Parlamentar AP-4	0	0	308	327	21	--		
Assistente Parlamentar AP-3	0	0	422	551	88	--		
Assistente Parlamentar AP-2	0	0	136	163	0	--		
Assistente Parlamentar AP-1	0	0	33	52	0	--		

(*) Os cargos comissionados de Assessor do Conselho Editorial totalizam 3 cargos e podem ser divididos em AP-1(75%), AP-2 (50%) e AP-3(25%).

(**) Os cargos comissionados de Assessor Técnico totalizam 595 cargos. Desses 595, 399 podem ser divididos em AP-1 (75%), AP-2 (50%) e AP-3 (25%); 98 em AP-1, AP-2, AP-3 e AP-7 (16,6%); e os 98 restantes em AP-1, AP-2, AP-3, AP-7 e AP-8 (12,5%).

(***) Os cargos comissionados de Secretário Parlamentar totalizam 589 cargos. Desses 589, 295 podem ser divididos em AP-4 (50%); 98 em AP-4 e AP-5 (25%); e os 98 restantes em AP-4, AP-5 e AP-6 (12,5%).

QUADRO DE PESSOAL DO SENADO FEDERAL
CARGOS COMISSIONADOS

Cargo	Situção		Servidores Ocupantes de Cargo Efetivo		Servidores Não Ocupantes de Cargo Efetivo		Cargos vagos	
	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005
Analista de Sistema Sênior I	0	0	1	1	0	0	0	0
Analista de Sistema Sênior II	0	0	1	1	0	0	0	0
Analista de Sistema Sênior III	0	0	1	1	0	0	0	0
Analista de Suporte	0	0	1	1	0	0	0	0
Analista Sênior de Vídeo Conferência	0	0	1	1	0	0	0	0
Assessora Técnica de Diretor	0	0	1	0	0	1	0	0
Assessor Técnico do Diretor Nacional	0	0	1	1	0	0	0	0
Assistente Administrativo	0	0	1	1	0	0	0	0
Consultor em Informática	0	0	1	1	0	0	0	0
Consultora para Supervisionar a Central de Relacionamento	0	0	1	1	0	0	0	0
Desenvolvedor de Infra-Estrutura Tecnológica	0	0	1	1	0	0	0	0
Desenvolvedor de Sistemas	0	0	1	1	0	0	0	0
Especialista em Administração	0	0	1	1	0	0	0	0
Especialista em Comunicação e Marketing	0	0	1	1	0	0	0	0
Especialista em Desenvolvimento de Educação a Distância	0	0	1	1	0	0	0	0
Especialista em Editoria de Páginas de Internet	0	0	3	3	0	0	0	0
Especialista em Educação I	0	0	1	1	0	0	0	0
Especialista em Educação II	0	0	1	1	0	0	0	0
Especialista em Implementação de Educação a Distância	0	0	1	1	0	0	0	0
Especialista em Informática para Educação a Distância	0	0	1	1	0	0	0	0
Especialista em Marketing de Relacionamento	0	0	1	1	0	0	0	0
Especialista em Promoção de Eventos	0	0	1	1	0	0	0	0
Gerência da Central de Relacionamento	0	0	1	1	0	0	0	0
Secretário de Curso de Educação a Distância	0	0	1	1	0	0	0	0

QUADRO DE PESSOAL DO SENADO FEDERAL
CARGOS COMISSIONADOS

Cargo	Situação		Servidores Ocupantes de Cargo Efetivo		Servidores Não Ocupantes de Cargo Efetivo		Cargos vagos	
	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005
Secretária-Executiva Bilíngüe	0	0	1	0	0		0	1
Técnico Administrativo	0	0	2	2	0		0	0
Técnico de Servidores e Segurança da Rede	0	0	1	1	0		0	0
Técnico em Administração Predial	0	0	1	1	0		0	0
Técnico Operador de Vídeo Conferência	0	0	2	2	0		0	0

PORTARIA
Nº 153 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no desempenho de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320 da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

R E S O L V E:

designar, com base no disposto no art. 164 e seus parágrafos da Lei nº 8.112/90, o servidor do Senado Federal **DORACY CARVALHO REIS**, Analista Legislativo, Matrícula nº 1343, para atuar como Defensor Dativo do servidor Denílson Brito de Barros, Matrícula 187309, no Processo de Sindicância nº 014.902/05-2, conduzida pela Comissão designada pela Portaria do Diretor-Geral nº 145, de 2005.

Senado Federal, 24 de outubro de 2005



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3807 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução nº 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 015985/05-9,

RESOLVE dispensar o servidor CARLOS ALBERTO VENTURA, matrícula 51588, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Coordenação de Transportes, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Planejamento e Controle da Subsecretaria de Planejamento e Controle de Contratações, a partir de 13 de outubro de 2005.

Senado Federal, 24 de outubro de 2005



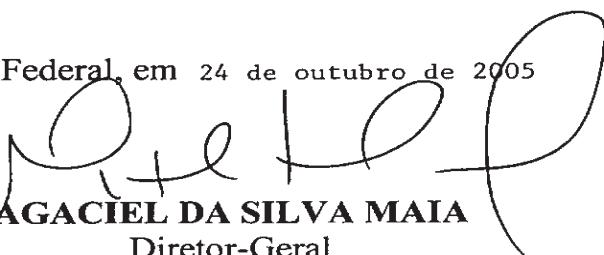
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3808 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **016485/05-0**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **WAGNER FRAGA DE MOURA**, matrícula n.º 181186, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Wellington Salgado, a partir de 1º de novembro de 2005.

Senado Federal, em 24 de outubro de 2005

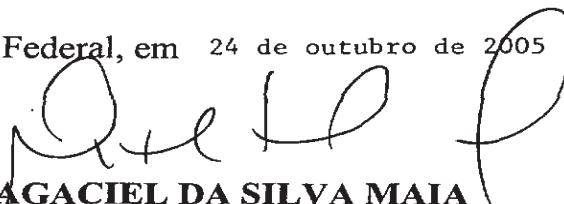

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3809 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **016.408/05-5**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, da servidora **MARINES BIASI**, matrícula n.º 185015, de Assistente Parlamentar, AP-4, para o de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti.

Senado Federal, em 24 de outubro de 2005

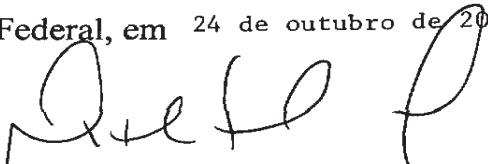

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3810 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **016.415/05-1**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **GUILHERME RICARDO SCHMIDT**, matrícula n.º 179933, de Assistente Parlamentar, AP-4, para o de Secretário Parlamentar do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti.

Senado Federal, em 24 de outubro de 2005



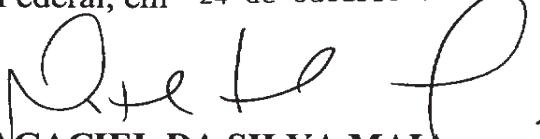
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3811 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **016.417/05-4**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, da servidora **VANESSA AMORIM MILIOLI BITTENCOURT**, matrícula n.º 175137, de Assistente Parlamentar, AP-2, para o de Secretário Parlamentar do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti.

Senado Federal, em 24 de outubro de 2005



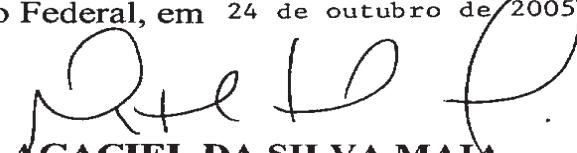
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3812 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **016.414/05-5**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, da servidora **MIRIAN LUCIA HOFFMANN DAROS**, matrícula n.º 182919, de Assistente Parlamentar, AP-5, para o de Motorista do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti.

Senado Federal, em 24 de outubro de 2005



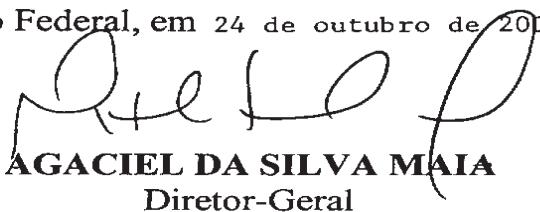
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3813 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **016480/05-8**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **WALMIR ANTONIO CORRÊA JÚNIOR** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Paulo Octávio.

Senado Federal, em 24 de outubro de 2005



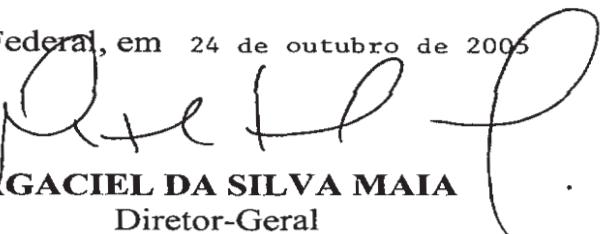
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3814 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **016486/05-6**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **FERNANDA LEMOS ROS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Wellington Salgado.

Senado Federal, em 24 de outubro de 2005

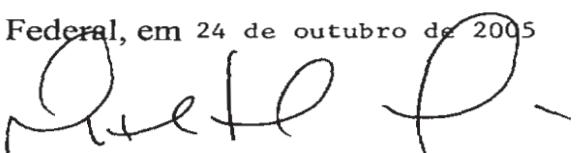

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3815 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **016506/05-7**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **REINALDO SOARES OLIVEIRA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Eduardo Siqueira Campos.

Senado Federal, em 24 de outubro de 2005


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

PFL	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães	RIO GRANDE DO NORTE	
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		PMDB	Garibaldi Alves Filho
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella	SANTA CATARINA	
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Ribamar Fiquene	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão	P - SOL	ALAGOAS
PMDB	Mauro Fecury	PMDB	Heloísa Helena
	PARÁ	PSDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PFL	Teotonio Vilela Filho
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa	PSDB	SERGIPE
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel	PMDB	AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PSDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PDT	Arthur Virgílio
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PSDB	Jefferson Péres
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante	BLOCO - PT	PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	BLOCO - PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo	BLOCO - PT	ACRE
PMDB	Wellington Salgado Oliveira	P - SOL	Tião Viana
	GOIÁS	BLOCO - PT	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PDT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres	MATO GROSSO DO SUL	
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	BLOCO - PT	Delcídio Amaral
Sem Partido	Luiz Soarez	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Gilberto Goellner	DISTRITO FEDERAL	
BLOCO - PT	Serys Slhessarenko	PP	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	Sem Partido	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
BLOCO - PT	Paulo Paim	PSDB	TOCANTINS
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PSB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PMDB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
Sem Partido	Patrícia Saboya Gomes	PMDB	AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	BLOCO - PSB	José Sarney
	PARAÍBA	PMDB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	BLOCO - PT	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais	PMDB	RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	BLOCO - PT	Amir Lando
	ESPÍRITO SANTO	PMDB	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	BLOCO - PT	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata	PMDB	RORAIMA
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUÍ	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros Hermes Pinto Gomes Irani Ribeiro dos Santos Verônica de Carvalho Maia José Augusto Panisset Santana Izaias Faria de Abreu Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3508) (Ramal: 3510) (Ramal: 4854) (Ramal: 3511) (Ramal: 4854) (Ramal: 3514) (Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira Maria Consuelo de Castro Souza Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3520) (Ramal: 3503) (Ramal: 3504) (Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)	
Secretários	CAE CAS CCJ CE CMA CDH CRE CI CDR CRA	Luiz Gonzaga Silva Filho Gisele Ribeiro de Toledo Camargo Gildete Leite de Melo Júlio Ricardo Borges Linhares José Francisco B. de Carvalho Altair Gonçalves Soares Maria Lúcia Ferreira de Mello Celso Antony Parente Ednaldo Magalhães Siqueira Marcello Varella	(Ramal: 4605) (Ramal: 4608) (Ramal: 3972) (Ramal: 4604) (Ramal: 3935) (Ramal: 1856) (Ramal: 4777) (Ramal: 4354) (Ramal: 3517) (Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB

Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO**(7 titulares e 7 suplentes)****Presidente:****Vice-Presidente:****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**(7 titulares e 7 suplentes)****Presidente:****Vice-Presidente:****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113515 Fax: 3113652
 E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDb
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3113972 Fax: 3114315
 E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)**

**Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
<u>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</u>	
	<u>PMDB</u>
	<u>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)</u>
	<u>PDT</u>

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3114607 Fax: 3113286
 E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
 (Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
 (Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1^a Eleição Geral: 19.04.1995
2^a Eleição Geral: 30.06.1999

3^a Eleição Geral: 27.06.2001
4^a Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago)			1. 1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. 2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. 3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otavio	PA	3050	4. 4. Alberto Silva	PI	3055
PFL					
Paulo Octávio	DF	2011	1. 1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. 2. César Borges	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. 3. (Vago)		
PT					
Heloísa Helena (PSOL)	AL	3197	1. 1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. 2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago)			3. 3. Eduardo Suplicy	SP	3213
PSDB					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. 1. (Vago)		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. 2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca (PSDB)	MS	1128	1. 1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
(Vago)			1. 1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB , PL e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. 1. (Vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					2051
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					(Atualizada em 04.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
 Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
 Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
 Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 04.10.2005)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senado Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 04.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001
2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PSOL
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 04.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	PRESIDENTE Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	2º SECRETÁRIO Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	3º SECRETÁRIO Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO Deputado João Caldas (PL-AL)	4º SECRETÁRIO Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	LÍDER DA MAIORIA Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
LÍDER DA MINORIA Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador José Jorge (PFL-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 06.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

(Atualizada em 04.10.2005)

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- ▪ Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- ▪ Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais cinema e vídeo) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- ▪ Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL/)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2.

PDT

	1.
--	----

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

	1. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSOL/AC)
--	--------------------------------------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP) (cessão)
-------------------------	---

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PP/SP)
---------------------------	----------------------------

PTB

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

PL

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. MIGUEL DE SOUZA (PL/RO)
-----------------------------	----------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

(Atualizada em 06.10.2005)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil
Telefone: (55) (61) 3216-6875 Fax: (55) (61) 3216-6880

cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador ROBERTO SATURNINO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 05.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”**

**Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001**

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055

**GESTÃO
00001**

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 182 PÁGINAS